

# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



1986 - PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

**124**

REVISTA DO  
INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO  
DO RIO GRANDE DO SUL





## **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL**

(Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 4373, de 24/XI/1921, Decreto Estadual nº 16.565, de 15/IV/1964 e Decreto Municipal nº 2464, de 10/XII/1962).

Sede social: Rua Riachuelo, 1317 - Caixa Postal 359

Telefone: 24-3760

90.010 - Porto Alegre - RS - Brasil.

### **DIRETORIA (Biênio 1986-1988)**

Presidente — Laudelino Teixeira de Medeiros

1º Vice-Presidente — Luis Alberto Cibils

2º Vice-Presidente — Ruben Neis

Secretário-Geral — Paulo Xavier

Secretário — Moacyr Domingues

Tesoureiro-Geral — José de Araújo Fabrício

Tesoureiro — Dante de Laytano

Orador — Sérgio da Costa Franco

Responsável pela Biblioteca — Lothar Francisco Hessel

### **Conselho Fiscal**

Carlos de Souza Moraes

Earle Diniz Macarthy Moreira

Riograndino da Costa e Silva

### **Comissão da Revista**

Carlos Reverbel

Guilhermino Cesar

José de Araújo Fabrício

Sérgio da Costa Franco

## SUMÁRIO

### PRIMEIRA PARTE

|                                                                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Arthur Ferreira Filho<br><b>O Fracasso da Missão Labatut</b> .....                                                          | 9   |
| Cláudio Moreira Bento<br><b>Sete Perfis Farrapos</b> .....                                                                  | 15  |
| Henrique Oscar Wiederspahn<br><b>Tito Lívio Zambeccari (1802-1862)</b> .....                                                | 43  |
| Luis Alberto Cibils<br><b>Dois Fundadores (Cap. Joaquim Gonçalves da Silva e Ten. Cel. Patrício Vieira Rodrigues)</b> ..... | 59  |
| Riograndino da Costa e Silva<br><b>Episódios Assinalados da Revolução Farroupilha:<br/>O Combate de Taquari</b> .....       | 83  |
| José de Araújo Fabrício<br><b>Os Vargas — Uma Estirpe Faialense no Rio Grande do Sul (2ª parte)</b> .....                   | 105 |

### SEGUNDA PARTE

|                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----|
| Obituário dos membros do Instituto                                          |     |
| Homenagem póstuma ao Dr. Adroaldo Mesquita da Costa                         |     |
| — pelo orador oficial <b>Dr. Carlos de Souza Moraes</b> .....               | 163 |
| — pelo <b>Ministro Ruben Machado da Rosa</b> perante o IHG Brasileiro ..... | 169 |
| Diretorias e Conselho Fiscal do IHGRGS — Relação Nominal                    |     |
| — pelo administrador e sócio benemérito <b>Thomaz Carlos Duarte</b> .....   | 171 |

### TERCEIRA PARTE (Documentação)

|                                                       |     |
|-------------------------------------------------------|-----|
| <b>Arquivo Borges de Medeiros (Continuação)</b> ..... | 179 |
|-------------------------------------------------------|-----|

## **PRIMEIRA PARTE**

## O FRACASSO DA MISSÃO LABATUT

Arthur Ferreira Filho

A Guerra dos Farrapos desenvolveu-se, quanto ao terreno, em três fases distintas: A primeira que, na falta de expressão mais apropriada, poderíamos chamar fase do litoral, compreende a tomada de Porto Alegre, a 20 de setembro; a marcha convergente das colunas de Bento Gonçalves e Onofre Pires sobre a cidade do Rio Grande, feita capital pelo governo deposto; a tomada de Pelotas por Souza Neto, com o aprisionamento do major Marques de Souza, futuro conde de Porto Alegre; a retomada da Capital, por um golpe de mão desse intrépido oficial legalista; o desastre da ilha do Fanfa, com a prisão de Bento Gonçalves; a brilhante vitória do Seival, conquistada por Souza Neto contra os chefes legalistas Tavares e Medeiros Costa; a vitória de Rio Pardo, resultado da manobra concebida por Souza Neto e admiravelmente executada por Canabarro; o combate de Taquari, bem planejado por Bento Gonçalves, mas imperfeitamente executado; e o longo cerco a Porto Alegre pelos farrapos, cujo Q.G. se estabelecera na Casa Branca, no atual bairro de Vila Jardim.

Até aqui, a grande campanha do oeste representava teatro de importância secundária.

A segunda fase identifica-se pela expedição a Laguna, chefiada por Canabarro; a ação farroupilha no planalto, a ocupação de Lages e as diversas operações da coluna do Cel. Teixeira Nunes, que, se desprendendo de Canabarro nas vizinhanças de Torres, galgou os "aparados" da Serra Geral, indo impor à Divisão do brigadeiro Xavier da Cunha uma esmagadora derrota, no antigo Registro de Santa Vitória à margem esquerda do rio Pelotas.

A terceira fase teve como cenário principal a fronteira do oeste, achando-se o litoral e o centro em poder dos imperiais.

Neste artigo examinaremos a manobra concebida pelo alto comando governista, na tentativa de colocar as forças de Bento Gonçalves, que sitiavam Porto Alegre, entre dois fogos.

Embora não alcançasse seus objetivos, a tentativa imperial teve a virtude de deslocar o centro das operações, da capital da Província para a distante fronteira oeste.

Malgrado os planos do general Elzeário de Miranda Brito, pela vitória farroupilha de Rio Pardo, e os do marechal Rodrigues, pelo insucesso do combate de Taquari, resolveu o governo, por inspiração do general Soares de Andréa, então governador de Santa Catarina, enviar ao Rio Grande uma forte coluna que vedasse às forças republicanas que sitiavam a Capital, todas as saídas para o planalto vacariano, engarrafando-as entre a Serra Geral, a Lagoa dos Patos e o Mar. A Marinha fechar-lhes-ia todos os passos do Jacuí e do Caí.

O que restasse dos rebeldes seria liquidado depois, em condições de desafogo para as tropas imperiais.

Para isso fez seguir a Divisão Paulista, cujo primeiro objetivo seria ocupar todas as bocas de picadas da Serra Geral, entre São Francisco de Paula e as nascentes do rio das Antas.

Convém lembrar que naquele tempo, toda essa grande zona, a que hoje chamamos região colonial italiana, era ainda uma selva bruta, absolutamente intransitável. O rio Taquari, hoje transposto por tantas pontes de concreto, da cidade de seu nome para cima, não era cruzado por caminho algum. E, só depois, muito acima, ainda com o nome de rio das Antas, entre Vacaria e São Francisco de Paula, franqueava alguns vaus, poucos e perigosos, se em tempo de chuva.

A idéia de barrar as picadas ao trânsito dos farroupilhas, surgiu do abalo sofrido pelo governo com a derrota do brigadeiro Xavier da Cunha, com a perda de quase todo seu efetivo e a morte do próprio comandante da Divisão.

A chefia da nova expedição foi confiada ao experimentado cabo de guerra Pedro Labatut, comandante da fronteira de São Paulo.

Para mais valorizar a ação farroupilha, convém esclarecer quem é esse general, a quem o governo, numa hora difícil, confiava empresa de tamanha responsabilidade.

Labatut, nascido em Cannes, departamento do Var, França, cerca de 1778, chegou a alcançar no Exército de Napoleão o posto de ten-cel. Depois lutou na Venezuela sob as ordens de Bolívar, transferindo residência para o Brasil em 1821, ingressando no Exército brasileiro no posto de general de brigada. Chefiou a expedição à Bahia, contra o general português Madeira de Melo, que se opunha à nossa Independência. Sua brilhante vitória em Pirajá liquidou as últimas resistências opostas à emancipação do Brasil. Promovido a marechal de campo, posto correspondente a general de divisão, e nomeado comandante, foi encarregado do comando das forças que guarneciam a fronteira do sul da Província de São Paulo. Logo depois teve ordem de organizar uma Divisão, para operar contra os farroupilhas que sitiavam Porto Alegre.

A idéia era boa e o general também, mas a tropa não tinha a mínima condição para executá-la.

Porque, não obstante o pomposo título da Divisão, era apenas um agrupamento de 630 homens mal equipados, recrutados em sua maioria, sem qualquer treinamento, incorporados à viva força, trazidos ao acampamento com algemas, conforme expressão crua do próprio general, em ofício a Soares de Andréa. Eram o que se chamava vulgarmente “voluntário a maneador”.

Em Lages recebeu a incorporação da Brigada Cruzaltense, com reduzido efetivo e desgastada por vários meses de rude campanha, sem fardamento e sem soldo. Com ela e mais um pequeno corpo de voluntários lageanos, formou um agrupamento de 1.000 homens, o que era, evidentemente, pouco para o desempenho da missão recebida.

Com essa força transpôs o rio Pelotas, saindo nos campos de Bom Jesus, pelo passo de Santa Vitória.

As deserções eram constantes.

Ainda de Lages, escreveu ao gen. Andréa, pedindo reforços e equipamentos, sem o que não se poderia medir com o inimigo aguerrido que, em breve, encontraria pela frente. E, textualmente, acrescentava: “Não posso responsabilizar-me pelas tristes conseqüências que poderão sobrevir à minha pequena força sem instrução e sem recursos. Preciso, pelo menos, mais 600 homens aguerridos e dois médicos”. E termina em termos categóricos: “Se o governo não atender a estes meus pedidos, então rogo a V. Exa. que me mande substituir, pois que não vejo necessidade de sacrificar-me, nem a esta pequena força, sem que a pátria com isto lucre; pelo contrário, a desmoralização em tal caso é o que necessariamente sobrevirá aos povos, como sucedeu com a derrota do brigadeiro Xavier da Cunha,



pela qual muitos, até hoje, não se querem unir ao partido da Lei”.

Labatut permaneceu em Lages mais de dois meses, aguardando os reforços que nunca chegaram.

Em princípios de julho, apesar de tudo, avançou na direção do objetivo que lhe fora indicado. Ia penetrar na província revolucionada.

O antigo soldado de Napoleão, o hábil guerreiro da Venezuela, o vencedor de Pirajá, iniciava sua marcha, ao encontro do inimigo, nas piores condições imagináveis: soldados sem treinamento, maltrapilhos, sem soldo, sem entusiasmo e desfavoravelmente sugestionados pela fama do adversário.

Marchavam contrafeitos, na certeza prévia da derrota. Desertavam, adoeciam, retardavam-se pelos caminhos. Perdiam-se, propositalmente, nas marchas noturnas.

Com tropa dessa qualidade, o general tinha ordem de fechar as portas do planalto a Bento Gonçalves, chefe de prestígio eletrizante, comandando homens aguerridos por cinco anos de lutas, e com o elã próprio de quem se bate convencido de que o faz por uma causa alta e justa.

A marcha de Labatut arrastou-se vagarosa, como dando tempo a que o alcançassem os reforços pedidos.

Penetrando em terras do Rio Grande pelo passo de Santa Vitória, cruzou o rio das Antas no vau do Matemático, seguindo rumo à freguesia de S. Francisco de Paula de Cima da Serra, onde chegou em fins de agosto de 1840. Gastara 24 dias para vencer uma distância de menos de 200 quilômetros, trilhando sempre pelo campo.

Ali chegando adotou as medidas de segurança que as circunstâncias impunham e seus recursos permitiam.

Confiou a vigilância das picadas a dois oficiais, filhos da região, o major José Inácio da Silva Ourives (Juca Ourives) e ten. José Joaquim Velho, e aguardou os acontecimentos, e... os reforços.

Sua permanência ali não oferecia dificuldades maiores porque havia gasto para o abastecimento da tropa e pastagem para a cavalcada que se achava em mísero estado.

Enquanto isso se passava, Bento Gonçalves, cujos adeptos andavam por toda parte, bem informado do número, equipamento e estado moral do adversário, resolveu dar um golpe mortal na “Divisão Paulista”.

Determinou a David Canabarro que, com uma coluna de 1800 homens, galgasse o planalto pelas picadas da Serra Velha e Três Forquilhas (Serra do Pinto), objetivando atacá-las de frente enquanto ele próprio, com uma coluna menor, seguiria de Torres, subindo pela picada do Cavalinho, para apagar o adversário pela retaguarda e esmagá-lo entre as duas forças rebeldes.

Graças à atividade de seus vigilantes, o general do Império teve, logo, aviso dos movimentos de Canabarro e Bento Gonçalves.

Resolveu retirar, nos termos da autorização de Andréa, que o havia aconselhado a retrair-se para a boca do Mato Castelhano, em Passo Fundo, caso fosse atacado por inimigo superior. Ali encontraria reforços com que impedir a passagem dos farroupilhas para a campanha.

Labatut aqui cometeu o seu primeiro erro. Exagerando o perigo que se avizinhava, empreendeu uma fuga precipitada, quando Canabarro apenas iniciava a difícil travessia da serra e Bento Gonçalves não havia, sequer, partido de Torres.

Se é verdadeiro o provérbio quando afirma que “uma boa retirada equivale a uma ação vencida”, a retirada de Labatut foi péssima, porque seus resultados foram verdadeiramente desastrosos.

Procurando encurtar distância e, talvez, mal aconselhado por vaqueanos que não distinguem entre as possibilidades dos mateiros a pé, e uma tropa militar com pesada bagagem, o general, em vez de voltar pelo mesmo caminho por onde viera, até alcançar, novamente, os campos da Vacaria, aventurou-se a atravessar o rio das Antas, nas imediações da foz do Tainhas, região que era, ao tempo, coberta por densa e intrincada floresta.

Perdeu-se nas veredas impraticáveis do vale profundo, onde se cruzam arroios de águas velozes. Abandonando toda sua artilharia, com os soldados seminus desertando aos magotes, alcançou o campo em condições de não poder enfrentar qualquer força adversária.

O valente homem de guerra, habituado a marchas constantes, ânimo temperado ao fogo de inúmeras batalhas, em quem o governo imperial depositava as mais fundadas esperanças, derrotado, agora, sem combater, fugia de um inimigo que não chegou a ver, batido pelas chuvas, pela aspereza do terreno, pela ausência de caminhos, pela falta de recursos, na vastidão deserta.

Na mesma celeridade de fuga, seguiu pelo planalto na direção de Passo Fundo, povoação que atingiu em poucos dias de marcha, batendo um recorde de velocidade, interpondo entre si e o inimigo um espaço de 300 quilômetros, visto que os farroupilhas começavam, só então, a desembocar nos campos de Cima da Serra.

Em Passo Fundo, Labatut não encontrou o prometido reforço e, informado, aliás com o exagero de sempre, de que os farrapos lhe vinham no encalço, resolveu seguir para Rio Pardo, pela estrada de Botucaraí.

Para tanto desobedeceu as ordens recebidas do general João Paulo Barreto, sucessor de Andréa no comando das Armas da Província.

Logo depois, dando parte de doente, recolheu-se para a Corte.

Foi submetido a Conselho de Guerra e absolvido unanimemente.

Sua defesa estava amparada por documentação irrecusável.

Não se cansara de avisar, de prevenir o governo de que os recursos que lhe davam não eram mais que uma ridicularia, ante as possibilidades e o valor do inimigo a enfrentar.

E assim terminou, num desastre para as armas imperiais, a grande manobra concebida pelo futuro barão de Caçapava, visando engarrafar os farroupilhas na estreita faixa do litoral.

Se fosse coroada de êxito teria sido o fim da Revolução.

Contudo não foi totalmente inútil. Serviu para levantar o cerco de Porto Alegre, deslocando o campo da luta para a fronteira oeste.

A capital da Província desafoçou-se.

Bento Gonçalves, em face da retirada de Labatut, poderia voltar ao sítio de Porto Alegre; mas a tentativa de Andréa abriu-lhe os olhos. Os recursos do Império eram inesgotáveis. Outra coluna, então, mais numerosa e devidamente aparelhada, poderia vir pelo mesmo caminho, dar cumprimento à tarefa que o herói de Pirajá não pudera cumprir, pela exigüidade de meios. Não era prudente correr o risco de esperar.

E resolveu abandonar, definitivamente, uma posição, sobre que pesava a ameaça constante de surpresas irremediáveis.

Deixou o ten.-cel. Antônio Manoel do Amaral guarnecendo a Vacaria e mandou o ten.-cel. Joaquim Pedro ocupar Lages. Seguiu para Cruz Alta, donde se deslocou para Alegrete, nova capital da República Riograndense.

A artilharia de Labatut, abandonada na passagem do rio das Antas, devia ser recolhida pelo Cap. legalista Antônio Silveira dos Santos, que negligenciou a ordem recebida. E perdeu-se para sempre.

A Revolução ainda se prolongou por mais quatro anos.

A vitória dos farroupilhas tornara-se impossível desde que, sem dominar a barra do Rio Grande, não tinham como impedir a constante chegada de recursos aos imperiais, por via marítima.

Por sua vez, os generais legalistas, constantemente substituídos, agiam fora da realidade, em relação ao inimigo, em relação ao terreno e em relação a seus próprios recursos.

Só o duque de Caxias viu com clareza a situação. Viu com olhos de general e de estadista, e por isso venceu.

Venceu, não propriamente para o governo, mas para a Pátria, conquistando uma vitória, em que o Brasil foi o verdadeiro vencedor, sem que nenhum brasileiro fosse vencido.

Caxias não derrotou os farroupilhas; conquistou-os para a unidade nacional.

Alma grandiosa, compreendeu a grandeza dos adversários; e, patriota excelso, sentiu que o Brasil não se podia dar ao luxo de liquidar brasileiros do quilate moral dos heróis de 35.

Do que ficou dito, no decorrer deste artigo, ressalta velho ensinamento que não se deve cansar de repetir: na guerra, como na paz, pouco valerão as idéias, por mais belamente concebidas que sejam, se não se obtiver os meios idôneos para pô-las em execução.

## SETE PERFIS DE SOLDADOS FARRAPOS

**Claudio Moreira Bento**

Ao estudarmos as obras escritas sobre a Revolução Farroupilha, fomos notando a relevância da atuação de algumas de suas personalidades, sobre as quais poucos dados biográficos eram disponíveis.

Situavam-se neste caso: os coronéis José Mariano de Mattos, Ministro da Guerra por duas vezes, além de Presidente interino da República; José da Silva Brandão, Ministro da Guerra do período áureo da República; Domingos Crescêncio de Carvalho, comandante da Divisão da Esquerda do Exército; Joaquim Pedro Soares, Ajudante-General do Exército e organizador e 1º comandante do Corpo de Lanceiros Negros; o tenente coronel Manuel Antunes da Porciúncula, concunhado de Bento Gonçalves e Ministro da Guerra Farrapo; Bernardo Pires, “mártir de Seival” e simbolista farrapo e, finalmente, o tenente Manoel Alves da Silva Caldeira que considero o cronista ou o maior memorialista da Revolução, ao qual muito devem as atuais gerações, o conhecimento de importantes dados da Revolução e, fundamentalmente, o perfil militar de seus maiores campeões em combates.

É pois com satisfação que depois de demorada pesquisa, inclusive no Arquivo do Exército — a Casa da Memória Histórica do Exército Brasileiro, apresentamos os perfis até agora pouco conhecidos dos heróis farrapos citados.

É assim, contribuição que esperamos que enriqueça a Memória Histórica do Rio Grande do Sul, no transcurso do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, além de ser instrumento de justiça no Tribunal da História, as contribuições à epopéia farrapa dos heróis citados.



### CORONEL JOSÉ MARIANO DE MATTOS (1803-1863)

Natural do Rio de Janeiro, lutou pela consolidação da Independência da Bahia em 1824, quando interrompeu curso que tirou completo, de 7 anos, na Academia Real Militar do Largo do São Francisco, de 1819-1826 e fundada por D. João, em 1810.

Como Ajudante-Geral do Exército, ao comando de Caxias, seu contemporâneo na citada Academia Real Militar, prestou assinalados serviços à integridade e à soberania do Brasil, na guerra contra Oribe e Rosas 1851-52, inclusive, como uma espécie de catalizador da contribuição de antigos farrapos no esforço de guerra.

Na Revolução Farroupilha foi o mais preparado assessor militar de Bento Gonçalves, desde o início e até quase o final do movimento, na organização e emprego do Exército Rio-Grandense. Abaixo dele e, somente na fase inicial, participou destas tarefas, seu amigo, co-provinciano e contemporâneo na Academia Real Militar, o general da República João Manoel de Lima e Silva, formado em Infantaria pela mesma, em 1820-23.

Por suas qualidades e valor impôs-se, a partir de 1830 à consideração e ao respeito dos rio-grandenses. Foi deputado provincial no Rio Grande, em 1835 e constituinte à República Rio-Grandense em 1842. Homem da inteira confiança de Bento Gonçalves e de Gomes Jardim e em consequência da República, exerceu a presidência da mesma por mais de 2 anos, como vice-presidente no exercício, além de haver sido Ministro da Guerra e da Marinha, por duas vezes. Exerceu influência forte na revolução desde o seu início, até ser preso e transportado para o Rio, em 1844 ao final da mesma. Foi precursor abolicionista ao apresentar projeto em 1843, na Assembléia Constituinte da República, em Alegrete, com vistas a abolir a escravidão no Rio Grande, no que foi combatido com veemência por Antonio Vicente da Fontoura, líder da minoria, conforme o mesmo expôs em seu **Diário**. (1)

Participou da comissão encarregada de redigir as condições de Paz formuladas pela República ao Império. (2)

Foi o estruturador do Trem de Guerra, da Artilharia da República e o seu engenheiro fortificador, além de ligar-se à confecção, junto com Bernardo Pires, da bandeira da República Rio-Grandense, desde 1891, a bandeira do Rio Grande do Sul, conforme ensaiamos em **Autoria dos Símbolos do Rio Grande do Sul**. (3)

Preso antes do término da revolução, foi readmitido no Exército Imperial em 1846, no qual ascendeu de major a brigadeiro, tendo em 1864, antes do início da Guerra do Paraguai, exercido as funções de Ministro da Guerra do Império.

Se ao mineiro Domingos José de Almeida, referi um dia como cérebro civil e estadista da República Rio-Grandense, (4) cabe ao fluminense José Mariano de Mattos o título de cérebro político-militar da citada República.



### **Ascendência, curso na Academia Real Militar e família**

José Mariano era natural do Rio de Janeiro, em 1803, filho de José Mariano de Mattos. Ingressou com 16 anos, em 3 de março de 1819, na condição de paisano (civil) na Academia Real Militar que frequentou de 1819-1826, interrompendo em 1824 para lutar na guerra da Independência da Bahia, conforme se conclui da cópia de anotações de sua vida escolar à página 82 do **Livro de Matrículas 1811-1822** da Academia Real Militar. (5). Casou com a rio-grandense, Izabel Leonor Meireles de Mattos, sobre a qual os **Anais do Arquivo Histórico RGS** fazem referências, bem como Caxias em seus **Ofícios**. José Mariano se fez acompanhar de sua mãe, à qual os citados **Anais** referem com frequência.

A concluir-se de Antônio Vicente da Fontoura em seu **Diário**, em seus ataques continuados a José Mariano que reconhecia exercer grande influência e poder, este era “mulato”, adjetivo muito usado por Fontoura ao lado de pardo para a ele referir-se, bem como ao de “Bambaquêrê” para referir-se a Bento Gonçalves. (6).

### **Destacado na Província do Rio Grande**

José Mariano de Mattos chegou ao Rio Grande, como major, aos 27 anos de idade, solteiro, para integrar ao 1º Corpo de Artilharia Montada de Linha, sediado em Porto Alegre, o qual passou a comandar.

Adepto do credo liberal e da Maçonaria, passou a ter intensa participação política, particularmente depois de 7 de abril de 1831, abdicação de D. Pedro I.

Culto, inteligente, talentoso e de fino trato, logo impôs-se à consideração geral e especial no Partido Liberal liderado por Bento Gonçalves da Silva e pelo qual foi eleito deputado Provincial. Desde a Academia Real Militar, estabeleceu amizade com o major João Manuel de Lima e Silva, sobrinho do mais tarde Duque de Caxias, também seu contemporâneo na mesma. Amizade solidificada na guerra da Independência da Bahia, da qual eram veteranos e onde também estreitou contato com o futuro Duque de Caxias — Ajudante do Batalhão do Imperador. José Mariano tomou parte ativa e proeminente nos acontecimentos políticos na Província do Rio Grande, lado a lado de Bento Gonçalves em acontecimentos que vieram a desaguar na revolução no dia 20 de setembro de 1835.

Sua importância no movimento é medida pela informação que o Comandante-das-Armas, marechal Sebastião Barreto sobre ele prestou em ofício de 17 de janeiro de 1835, ao Presidente da Província, pedindo seu afastamento do Rio Grande: “Este oficial sendo dotado de bastante talento, ao qual une a mais refinada e hipócrita dissimulação, não cessa, por seus discursos e intimações, de promover a desinteligência entre os cidadãos e inspirando os incautos e os ambiciosos sentimentos anárquicos que os induz a perpetuar atos em que ele jamais aparece, se bem que seja o principal motor”. (7)

E a apreciação do marechal, de ser José Mariano o principal motor da conspiração ao lado de Bento Gonçalves, era correta.

Ele ao lado do mineiro Domingos José de Almeida, foram os dois mais influentes cérebros na estruturação da República Rio-Grandense.

Sua importância pode ser medida pelo fato de instalada a República Rio-Grandense em 6 de novembro de 1836, caber-lhe a vice-presidência da República, junto com outros cargos o Ministério da Guerra e o comando de uma Divisão composta de Artilharia, Cavalaria e Infantaria ou a 1ª Linha.

Junto com João Manoel, dois únicos militares egressos da Academia Real Militar, tiveram papel significativo na organização do Exército da República. O primeiro como Comandante-em-Chefe interino até dezembro de 1836 e ele como Ministro da Guerra, comandante da Artilharia e assessor militar de alto nível, até quase o final da revolução.

### **Traços do seu perfil e atuação militar**

Caldeira assim o viu (8): “O major José Mariano de Mattos era um oficial científico e de mérito. Era muito tratável.

Chegou a Ministro da Guerra no tempo da República e era muito amigo de Bento Gonçalves”.

No início da revolução foi pronunciado “como cabeça de rebelião, sedição e insurreição” (9)

Atuou como combatente na fase inicial da revolução, em Pelotas, depois da posse do Presidente Araújo Ribeiro, em Rio Grande.

Atuou como artilheiro e como fortificador da foz do rio Pelotas em estreita colaboração com João Manoel, então Comandante-das-Armas dos revolucionários e de Domingos José de Almeida, que então revelou-se um logístico nato.

Foi dessa convivência em Pelotas entre os dois fluminenses João Manoel e José Mariano e do mineiro Domingos José de Almeida, que surgiram as inspirações para a organização operacional e logística do primeiro Exército da República Rio-Grandense.

As indicações seguras de Mariano de Mattos sobre o fabrico de pólvora e de granadas no Arsenal de Guerra em que se transformou a charqueada de Domingos José de Almeida e mais aos fortes construídos e artilhados por José Mariano, se deve a vitória farrapa de 2 de junho de 1836, no São Gonçalo, que forçou a retirada do bloqueio do Passo dos Negros, pela Marinha Imperial e executada pela barca a vapor “Liberal”, iate “Oceano” e canhoneira “São Pedro Duarte”.

José Mariano acompanhou a transferência de João Manoel para Piratini e depois para fronteira, de outubro — 7 de dezembro de 1836, quando este deixou o comando e foi curar-se em Montevideú, de ferimento nos maxilares.

João Manoel não era bem aceito. Havia uma barreira sociológica e reação à tática por ele preconizada para aquelas circunstâncias. José Mariano foi o mediador de seu afastamento, merecendo por isto, estas palavras de João Manoel:

“Para isso ouvi o parecer de meu antiqüíssimo e verdadeiro amigo Mattos... mais me convenci que devia tornar efetiva a minha retirada do Exército”. (10)

José Mariano teve atuação destacada como Ministro da Guerra, por duas vezes. Era de inteira confiança de Bento Gonçalves. Este, inclusive, transferiu-lhe a Presidência por período superior a 2 anos, de 13 de novembro de 1838 — 14 de março de 1841. Presidência iniciada em Caçapava e terminada em São Gabriel, ao transferi-la a Bento Gonçalves.

Eleito deputado à Assembléia Constituinte, Mariano de Mattos, integrou comissão de 5 membros, destinada a elaborar projeto de Constituição da República. Foi o líder da maioria de 30×6 deputados. Apresentou então, projeto da Abolição da Escravatura na República Rio-Grandense, que foi rejeitado por Fontoura.

Se aprovado o projeto teria dado um grande reforço ao Exército, viabilizando a sua Infantaria, cuja ausência ou fraco efetivo, concorreram para os insucessos militares do ano 1840.

Segundo Morivalde Calvet Fagundes, “Antonio Vicente da Fontoura opôs-se, irredutível e teozamente ao projeto e classificou Mariano de “alma vil e fraca do mulato José Mariano e do mofino Bento Gonçalves — dois demônios”. (11)

O veterano farrapo, coronel Portinho ligado em vida a Fontoura e seu amigo e cunhado, escre-

veu mais tarde, lamentando a não aprovação da Abolição, “pois isto teria dado à República um exército de mais de 6.000 Libertos”. (12)

José Mariano comandou o levantamento do sítio de Porto Alegre, em 1838, forçado pelo general Elziário, retirando-se então para Lages.

#### **Prisão de Mariano de Mattos**

José Mariano foi preso numa incursão de Chico Pedro a Piratini, em 27 de junho de 1844. Ele esteve preso algum tempo em Canguçu, em cadeia que existiu até 1939 e mandada construir por Chico Pedro de Abreu, quando ali esteve baseado. Cadeia que serviu de Posto de Comando do capitão Antônio de Sampaio, ao término da Revolução. (13)

Caxias reclamou de Chico Pedro, em 11 de agosto de 1844: “Desde que recebi sua carta de que foi portador a mulher de José Mariano de Mattos, que não tenho recebido nenhuma participação sua e nem mesmo a parte oficial sobre a prisão do mesmo Mattos. Isto me tem posto em embarços, por não poder enviar ao Governo Imperial a parte oficial de um acontecimento que há muito lá deve ter soado por vias particulares”.

Antonio Vicente da Fontoura em seu **Diário** (14) lamentou que a prisão de José Mariano não fosse feita desde 1835.

Mariano fora contemporâneo de Caxias na Academia Real Militar e pouco mais tarde retornara com o mesmo, como seu Ajudante-Geral na guerra contra Oribe e Rosas 1851-52.

Mariano esteve preso na Fortaleza de Santa Cruz, de 17 de agosto — 18 de dezembro de 1844, quando da anistia geral.

#### **Ajudante-Geral na guerra contra Oribe e Rosas**

Em 13 de janeiro de 1846, Mariano reverteu ao Exército Imperial como major. Em 7 de setembro de 1847, foi graduado tenente coronel e em 26 de julho de 1851 efetivado no posto.

Em 6 de setembro de 1851 foi designado Ajudante-Geral do Exército do Sul, ao comando de Caxias.

Caxias na Revolução Farroupilha, utilizara nesta função o inimigo de ontem — Miguel Frias e agora procedia de forma idêntica com Mariano de Mattos.

Sua presença nesta função tornou possível a cooperação franca e descontraída de seus velhos amigos farrapos no esforço de guerra, contra Oribe e Rosas.

Com o velho amigo Domingos José de Almeida estabeleceu estreita colaboração, o que ficou evidenciado na correspondência entre ambos. (15)

Ao retornar da guerra dirigiu a Fábrica de Pólvora da Estrela, na raiz de Petrópolis (10 Ago 1854 — 3 Dez 1856) e até hoje funcionando.

Promovido por merecimento a coronel, foi da Comissão de Melhoramentos de Material do Exército e encarregado de instalar a Escola de Tiro de Campo Grande.

Em 6 de dezembro de 1861, atingiu o posto de brigadeiro. Sua última comissão foi no sentido de apresentar um plano de reforma dos arsenais de guerra.

Sobre o assunto adquirira experiência na revolução, ao supervisionar o Arsenal de Guerra revolucionário sucessivamente em Pelotas, Piratini e Caçapava.



O antigo Ministro da Guerra e Vice-Presidente da República Rio-Grandense no exercício da Presidência e cérebro político-militar da mesma, foi guindado, de 15-31 de agosto de 1864 às funções de Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra do Império do Brasil.

Faleceu em 5 de janeiro de 1866, nomeado vogal do Conselho Superior Militar.

#### **Dados de José Mariano de Mattos na Academia Real Militar**

**JOSÉ MARIANO DE MATTOS, PAIZANO**, Natural do Rio de Janeiro de idade de Desesseis annos, Filho de JOSÉ MARIANO DE MATTOS, foi admittido á matrícula do primeiro anno do curso de Matemático da Academia Real Militar por despacho da Junta da mesma Academia em Trez de Março de 1819.

Plenamente aos 19 de Dezembro de 1819, conferido-lhe a 3ª parte aos 29 de Dezembro de 1819.

— Foi admittido á matrícula do segundo anno por despacho da junta da mesma Academia, em dois de Março de 1820.

2º anno, plenamente aos 9 de Dezembro de 1820, conferido-lhe a 2ª parte aos 22 de Dezembro de 1820.

— Foi admittido á matrícula do terceiro anno, por despacho da mesma junta, em trez de Março de 1821.

3º anno plenamente aos 11 de Dezembro de 1821, conferido-lhe a 2ª parte aos 22 de Dezembro de 1821.

— Foi admittido á matrícula do quarto anno, por despacho da mesma junta em dois de Março de 1822.

4º anno plenamente 20 de Janeiro de 1823, conferido-lhe a parte aos 31 de Janeiro de 1823.

— Foi admittido á matrícula do quinto anno, por despacho da mesma junta em cinco de Março de 1823.

5º anno plenamente aos 5 de Dezembro de 1823, conferido-lhe a 2ª parte em 23 de dezembro de 1823.

— Foi admittido á matrícula do sexto anno, por despacho da mesma junta em 25 de Fevereiro de 1824.

6º anno em 1824, foi recolhido no respectivo corpo. Foi novamente á matrícula do sexto anno 28 de Fevereiro de 1825.

— Foi admittido á matrícula do sétimo anno aos 2 de Março de 1826 no 7º anno foi aprovado plenamente aos 22 de Dezembro de 1826.

PS.: Maiores detalhes sobre a Academia Real Militar e natureza dos seus cursos procurar na obra a seguir:

PONDÉ, Francisco de Paula Azevedo, gen. A “Academia Real Militar” in: **Anais do Congresso da Independência do Brasil**. Rio, DIN, 1975, v.4, pp. 37-85 (promovido pelo IHGB)



## NOTAS

1. FONTOURA. **Diário**. p. 42 (Importante). Porto Alegre. Martins Livreiro, 1984.
2. Idem. p. 80 (Comissão junto com o Vigário Apostólico padre Chagas e Luiz Boticário).
3. BENTO. **Autoria dos Símbolos do RGS** — (Subsídios para revisão histórica tradicionalista e legal). Recife, UFRPE, 1971.
4. RIHGB n.º 338. Jan/Mar 1983, pp. 1883 e publicação da Escola Federal de Engenharia de Itajubá, 1982 e nosso discurso de posse no IHGMG em Itajubá, no auditório da EFEI.
5. Livro existente no Museu da Escola de Engenharia da UFRJ na ilha do Fundão, por nós mandado microfilmar em 1985 pelo Arquivo do Exército, sob nossa direção.
6. Idem nota 1, pp. 33, 41, 42, 52, 56, 78, 80, 109, 115, 119 e 41, 50, 56, 59, 88, 93, 101, 115 e 140 ao referir-se a Bento Gonçalves. Fontoura estava certo ao procurar a Paz, mas não faz justiça aos seus inimigos Bento e José Mariano.
7. ROSA. **Vultos da epopéia farroupilha**, p. 141 - 1.<sup>a</sup> ed., 1933.
8. CALDEIRA. **Apontamentos Rev. Far.**, RIHGRGS, n.º 27, 1927.
9. SILVA, A. Pretextato. **Os generais do Exército Brasileiro**. Rio, 1940, v. 2.
10. WIEDERSPHAN. **João Manoel de Lima e Silva**. Porto Alegre. Martins Livreiro, 1984.
11. FAGUNDES. **História da Revolução Farroupilha**, 1984, p. 323.
12. **Província do Rio Grande de São Pedro**, 1945, v. 2, p. 149 ss.
13. BENTO. **Canguçu reencontro com a História**. P. Alegre, IEL, 1984. - **AAHRGS**, v. 3 (Correspondência Domingos José de Almeida).
14. Idem nota 1, pp. 104 e 115. A partir daí Fontoura passa a ter influência.
15. **AAHRGS**, v. 3 (Correspondência de Domingos de Almeida).

## **Coronel JOSÉ DA SILVA BRANDÃO (1781-1845)**

### **Significação histórica**

Prestou distintos serviços militares à Soberania e à Integridade do Brasil no Sul, na Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental 1811-12, nas guerras contra Artigas — 1816 e 1821 e Guerra Cisplatina — 1825-28. Por ocasião da Independência, era Ajudante-de-Ordens do Comandante das Armas da Província, funções que exerceu até 1831. Por ocasião do início da Revolução Farroupilha, à qual aderiu, fazia 2 anos que havia sido reformado como tenente-coronel, depois de ter comandado o 3º Corpo de Cavalaria de Linha, originário de São Paulo e sediado em Porto Alegre e depois em São Gabriel.

Por ocasião da Revolução Farroupilha prestou assinalados serviços como Ministro da Guerra e da Marinha da República Rio-Grandense, em seu período áureo 1837-1839, com capitais de Piratini e Caçapava. Demitido das funções e muito doente, recolheu-se quase sexagenário a São Gabriel. Era ligado ao general Bento Manoel Ribeiro. Em 14 de julho de 1840 foi anistiado pelo Presidente da Província do Rio Grande, a pedido, e jurou a Constituição do Império.

### **Naturalidade, descendência e vida militar**

Nasceu em Ouro Preto-MG, em 1781, sendo filho do Sargento-mor (major) José da Silva Brandão. Ingressou no Exército como soldado do Regimento de Dragões de Minas, em 15 de maio de 1800, com 15 anos. Reconhecido cadete em 6 de abril de 1803, e promovido a alferes em 28 de janeiro de 1805.

Como alferes foi enviado para São Paulo, onde integrou o 1º Esquadrão da Legião de São Paulo que partiu para o Sul para participar da Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental 1811-12, ao comando de D. Diogo de Souza.

Integrando a mesma Legião, lutou nas guerras contra Artigas 1816 e 1821, tendo combatido em Carumbé, Arroyo Grande e Catalan. Capitão graduado em 13 de maio de 1811; capitão agregado em 29 de junho de 1817; capitão efetivo em 22 de janeiro de 1818 e major graduado em 1º de março de 1820.

Revelando muito boas aptidões burocráticas, de 2 de março até 10 de janeiro de 1831, como major efetivo (22 Mar 1823) e tenente-coronel graduado (1 Jan 1823) exerceu as funções de Ajudante-de-Ordens do Comando de Armas da Província do Rio Grande.

Suas últimas funções no serviço ativo foram de comandante, por decreto de 8 de julho de 1831, do 3º Corpo de Cavalaria de 1ª Linha (em São Gabriel), onde o colheu a Abdicação de D. Pedro I. (Conclusões com apoio em documentação sua existente na Seção Biográfica do Arquivo do Exército).

### **Obra como Ministro da Guerra da República 1837-1839**

Da leitura de O POVO e de sua correspondência nos *Anais do Arquivo Histórico do RGS* (1)

conclui-se ter sido ele o reorganizador do Exército da República em sua fase áurea, bem como de sua Marinha.

Regulou o trato e o estímulo a desertores imperiais. Estimulou as emboscadas, visando a interceptar comunicações adversárias e a troca de prisioneiros. Regulamentou o recrutamento e a remonta. Coibiu o desvio de escravos dos imperiais para serviços de republicanos. Estabeleceu doutrina sobre requisições para a guerra e o depósito de cavalos, em locais estratégicos, e doutrina sobre depósito e instrução de recrutas. Reorganizou a Guarda Nacional e estabeleceu doutrina logística traduzida no **Regulamento do Comissariado Geral de Viveres e Transportes**, mais tarde transformado em Arsenal de Guerra. Regulou a doutrina do Serviço de Correios, fundamental às Comunicações do Exército. Apoiou o Estaleiro Farrapo no rio Camaquã que construiu os lanchões “Seival” e “Farroupilha”, ao comando de Garibaldi. Foi seu primeiro escriturário, o jovem Serafim Gonçalves Moreira. (2)

### **Demissão do Ministério da Guerra**

Em 19 de junho de 1839, o coronel Brandão foi demitido e substituído pelo coronel José Maria de Mattos, em ofício assinado pelo seu co-provinciano de Minas Gerais, Domingos José de Almeida e do seguinte teor: (3)

“Ao Exmo José da Silva Brandão comunicando-lhe haver o Exmo Sr Presidente do Estado anunciado os motivos que o compeliram a pedir demissão, como fez por decreto de hoje, que lhe envia cópia autêntica; e o mesmo lhe agradece os importantes serviços que havia prestado à nação, quando empregado no árduo serviço do Ministério da Guerra, Marinha e Exterior”.

Brandão respondeu a Domingos José de Almeida, Ministro do Interior, Fazenda e Justiça:

“Exmo Patrício, Compadre, Amigo e Sr:

Agradeço-lhe intimamente a remessa que fez do decreto da minha desejada demissão, sentindo porém que V. Excia o redigisse em frases que muito me vexaram, porque, meu amigo, não gosto de imposturas, e sabendo-se que sou demitido por ter servido mal e ser preciso dar satisfações aos homens que governam, era mais honroso, para mim, que se dessem essas causas. E se ainda fosse possível reformá-lo nesse sentido, muito apreciaria. Enfim diga-me V. Excia quem é o que foi nomeado, para lhe dirigir ofício avisando que tenho tudo pronto a entregar-lhe. E mande a quem é seu patrício, compadre e amigo e obrigado”. (3)

Almeida e Brandão, dois mineiros, um de Diamantina e outro de Ouro Preto, dominaram no período áureo da República Rio-Grandense os 6 ministérios, Fazenda, Interior e Justiça e Guerra, Marinha e Exterior.

### **Abandono da causa**

Doente e em dificuldades financeiras, Brandão anunciou retirar-se para São Gabriel e sem dinheiro por não ressarcido de atrasados. Enviou de São Gabriel um padre para ajudar nas exéquias do general João Manuel de Lima e Silva, depois de exumado em São Borja, para ser sepultado em Caçapava. Continua a pedir o envio do jornal O POVO e a informar-se, para não ser surpreendido e impedido de imigrar.

Sente-se doente, pessimista e lamentando não poder ajudar, a não ser com a pena, por considerar-se inteiramente nulo, para auxiliar com a espada, apresentando como prova de nulidade o apelido com que é conhecido por alguns — “tenente-coronel Reformado de Cavalaria de 1ª Linha, o que devo ao governo brasileiro!”

E continua o desabafo:

“Releve V. Excia que eu me expresse dessa maneira, forçado pela razão e justos sentimentos que me oprimem, por causas mais remotas, que datam do tempo do massacre, espólio de bens, horrorosa prisão e infame processo que sofri de perversos galegais (legalidade dos portugueses). E perguntado qual o crime por que sofri tantas atrocidades, não se encontra outro mais do que o ser dominado de sentimentos liberais e ter-me conformado com esta decantada revolução de 20 de setembro de 1835...”

Pela correspondência revela possuir “família de vulto” (grande) e fazenda no distrito de Dorcas, (atual distrito de Vasconcellos) no município de Tapas-RS. (4)

Revela ainda, haver tomado um banho de corticeira e que lhe fez muito bem, desembaraçando-lhe as pernas e mais que suas inspirações, eram as **Coleções de Leis do Brasil**, nas quais nada encontrara para um regulamento da Marinha. (5)

A sua decisão de ir residir em São Gabriel, após demitido, foi para procurar cura com outro mineiro, o Dr. Marciano Ribeiro, formado na Escócia e que fora o Presidente da Província, de 21 Set 1835 — 16 Fev 1836, no início da Revolução, até ser preso em Porto Alegre e remetido preso para a Fortaleza Santa Cruz, no Rio, de onde acabava de voltar.

E conclui: “Quis porém minha desdita que Deus o levasse de repente, para melhor vida, chegando eu aqui em São Gabriel, no dia seguinte em que ele havia sido sepultado, o que causou um sentimento geral a todos esses habitantes e, a mim particularmente, perdendo assim a Pátria, um cidadão interessante, em toda a extensão da palavra, por suas reconhecidas belas qualidades e virtudes que um dia lhe poderia ser muito útil”. (5)

O Dr. Marciano Ribeiro, segundo Morivalde Calvet Fagundes, foi quem fixou a estratégia da Revolução: “**República e Federação**” (6)

Pouco depois, em 14 de julho de 1840, o coronel Brandão foi anistiado pelo Império. Desconheço seu destino.

Os **Anais do Arquivo Histórico do RGS** publicam sua correspondência.

## NOTAS

1. **AAHRGS**. v. 5, 1981, pp. 15-219, cerca de 200 documentos.
2. Tio-bisavô do autor cujo bisavô foi o 1º escrivão do Ministério do Interior e em 1857 o primeiro serventuário de Justiça do criado município de Canguçu.
3. Idem nota 1, v. 1, p. 336 (V-1317)
4. Idem. v. 5, p. 206
5. Idem nota 1, pp. 204-220
6. FAGUNDES. **A Maçonaria e as forças secretas da Revolução**.
7. Existe dossiê do Cel Brandão no Arquivo do Exército.



## **CORONEL DOMINGOS CRESCÊNCIO DE CARVALHO (1780-1840)**

### **Significação histórica**

Prestou assinalados serviços militares à Soberania e Integridade do Brasil no Sul, na guerra 1801, campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental 1811-12; guerras contra Artigas 1816 e 1821, guerra da Independência da Cisplatina 1824 e guerra da Cisplatina 1825-28, nas quais se tornou guerreiro e ascendeu de soldado a capitão de 1.ª Linha.

Na Revolução Farroupilha liderou em Jaguarão como integrante destacado do 3.º Regimento de Cavalaria de Linha, que até pouco tempo fora comandado por Bento Gonçalves.

Foi uma das mais expressivas figuras do segundo escalão de lideranças militares. Comandou inicialmente a 4.ª Brigada do Exército da República Rio-Grandense, que foi elevada em 1838 à condição de Divisão Esquerda do Exército, tendo como zona de ação a área entre os rios Jaguarão e Camaquã, abrangendo a Serra dos Tapes, onde se situa Piratini — a primeira capital. No início da revolução em Retiro — Pelotas, intitulava-se comandante das Forças Liberais. Impôs-se entre seus pares por sua bravura, aliada aos conhecimentos da Doutrina Militar, renome como tático, prudência, calma, apesar da idade, mais de 55 anos ao ter início a Revolução. Não fora sua morte em campanha em Cima da Serra contra o general Labatut, da qual participou com a saúde abalada, teria sido general da República.

### **Origem, ascendência, descendência**

Sabe-se que era filho do Rio Grande, que viveu largo tempo na Fronteira do Jaguarão, sendo inclusive, aparentado de Bento Gonçalves, além de amigo.

Segundo Calvet Fagundes, Crescêncio foi sepultado em São Gabriel, em 10 de abril de 1840. Possuía então 45 anos de serviços militares, iniciados por volta de 1796. Ao falecer deixou a família muito pobre (esposa, 7 filhas e 2 filhos). (1)

Na correspondência com seu tocaio Domingos José de Almeida, são encontradas cartas suas pedindo o pagamento de seus vencimentos, em dia, por não possuir outra renda.

É presumível que seus descendentes tenham ficado em Jaguarão.

### **Traços de seu perfil militar**

Caldeira assim traçou seu perfil: “Foi um bravo entre os bravos. Era prudente e calmo frente ao inimigo. Antes da revolução era capitão e a sua tática militar lhe dava muita importância. Era um dos amigos de Bento Gonçalves, do qual havia merecido a confiança. Ele conhecia as leis da guerra” (Doutrina Militar). (2)

Noutro depoimento, Caldeira completa o perfil de Crescêncio. “Era muito militar, muito prudente e sereno em combate. Não era instruído, mas era educado militarmente e por isso muito prático e inteligente. Era ele um dos melhores coronéis que tínhamos na revolução, da qual foi uma das fortes colunas”. (3)

### Principais ações

Crescêncio participou de diversas ações. Ao Bento Gonçalves cair na armadilha da ilha do Fafá ele o esperava ao Sul para acolhê-lo.

No combate do Rio Pardo, em 1838, assim Caldeira descreveu sua ação infundindo ânimo aos republicanos:

Ao dirigir-se ao Corpo de Lanceiros Negros, antes de ordenar-lhe um ataque.

“Depois de mandar tocar silêncio falou — Briosos Corpo de Lanceiros, eu vim do Rio Grande só para conhecer o valor desse Corpo. E apontando o inimigo à frente, ordenou ao corpo que atacasse, o que este fez com a maior garra pelo estímulo recebido”.

Noutra situação ao fazer uma tropa de Cavalaria ser ultrapassada por um Batalhão de Caçadores que perdera seu comandante em combate!

Ordenou: — “Avança batalhão da glória!”

Estas palavras acenderam o ânimo do Batalhão. (4)

As histórias da revolução estão cheias de referências a este campeão farrapo, cuja última campanha foi contra o general Labatut, veterano de Napoleão.

Ao final dessa campanha morreu de doença quando voltava vitorioso. Possuía, cerca de 60 anos.

Nada foi encontrado sobre sua vida nos milhares de dossiês de soldados brasileiros do passado, no Arquivo do Exército.

É possível que os **Anais do Arquivo Histórico do RGS**, a publicar, venham revelar outros aspectos.

### NOTAS

1. FAGUNDES. **História da Revolução Farroupilha**, P. Alegre, Martins Livreiro et alli, 1984.
2. CALDEIRA. **Apontamentos**, *Rev. Far.*, RIHGRGS, nº 27, 1927.
3. AAHRGS. v. 5, 1981, p. 400.
4. Idem nota 2 — combate do Rio Pardo.

### **CORONEL JOAQUIM PEDRO SOARES (1770-1850)**

Prestou distintos serviços militares à Integridade e à Soberania de Portugal, na luta para expulsar os franceses da Península Ibérica.

Veio para o Brasil com a Divisão de Voluntários Reais de Portugal. Assim participou das guerras contra Artigas de 1816 e 1821 e da Cisplatina 1825-28, em defesa da Integridade e da Soberania do Brasil, no Sul.

Reformado em 1831, como tenente ajudante do 4º Regimento de Cavalaria de Linha, no qual se destacou na batalha de Passo do Rosário, de 20 de fevereiro de 1827, aderiu à Revolução Farroupilha. Teve papel político-militar proeminente neste movimento. Foi ele que dispôs taticamente as tropas do coronel Antônio Netto, que conquistaram a memorável vitória de Seival, em 10 de setembro de 1836. Vitória que criou condições para a Proclamação da República Rio-Grandense, por Netto, no dia seguinte, no Campo do Menezes. Proclamação feita por sua insistência e a de Lucas de Oliveira, junto ao mesmo Netto.

Ao ser organizado o Exército da República, foi promovido a tenente-coronel. Coube-lhe organizar e ser o primeiro comandante do célebre 1º Corpo de Lanceiros Negros, integrado por escravos libertos com a condição de lutarem pela República, assunto que estudamos (1). Foi também nomeado Ajudante General do Exército, aproveitando sua larga experiência burocrática em Ajudância.

Foi dos cérebros militares de maior expressão da revolução, ao final da qual, com 74 anos, foi preso e remetido para o Rio de Janeiro, junto com o coronel José Mariano de Mattos, Ministro da Guerra da República e mais tarde do Império — 1864.

#### **Naturalidade, carreira**

Segundo dados obtidos no Arquivo do Exército, Joaquim Pedro nasceu em Campo Maior — Portugal, em 1770. Era filho de militar. Sentou praça em 20 de maio de 1780, com 10 anos. Em 15 de outubro de 1795 foi promovido a cabo de esquadra do 20º Regimento de Infantaria. Com a invasão de Portugal por Napoleão “ficou anexo ao governo Francês”, presume-se por 3 meses, de 1 abril — 7 julho 1808. Em 26 de setembro de 1808 reingressou no 20º RI de Linha, na Praça de Campo Maior. Em 1º de novembro de 1808 passou a 2º sargento.

O tenente-coronel André José de Vasconcelos, seu comandante no 15º RI de Linha, confirmou possuir Joaquim Pedro “comportamento brilhante”.

Em 1816 veio para o Brasil e depois para o Uruguai na Divisão de Voluntários Reais.

Lutou na guerra contra Artigas de 1816. Participou da Guerra Cisplatina 1825-1828, integrando o 4º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha. Destacou-se na batalha do Passo do Rosário, de 20 de fevereiro de 1827, integrando o 1º Esquadrão ao comando do capitão Domingos Crescêncio de Carva-

lho, mais tarde destacado comandante da Divisão Esquerda do Exército da República. Esquadrão integrante do 4º Regimento de Cavalaria de Linha de Jaguarão (Cerrito) (2). Foi reformado, sem vencimentos, em 4 de junho de 1831, com 40 anos e 5 meses de serviço, contando três campanhas (guerras contra Artigas 1816 e 1821 e Guerra Cisplatina 1825-28).

#### **Traços de seu perfil militar**

Segundo Caldeira, (3) “Joaquim Pedro havia sido oficial de 1ª Linha de um dos corpos do Exército Brasileiro, na guerra contra as repúblicas do Prata (Guerra da Cisplatina 1825-28). Era valente, enérgico e muito militar. Possuía muita instrução militar e prática de oficial de Secretaria. Foi ele quem organizou o casco do 1º Corpo de Lanceiros (Negros) de 1ª Linha. No ataque do Seival (10 de setembro de 1836) foi Joaquim Pedro que dispôs a força do coronel Antônio de Souza Netto, conservando um esquadrão de proteção (reserva). Foi este esquadrão que tomou conta do campo e obteve o triunfo. Este esquadrão foi comandado pelo capitão Antonio Meireles Gonçalves”.

Joaquim Pedro era casado. Possuía em 1780, “cinco pés e duas polegadas de altura, cabelos louros e olhos azuis”. (4)

#### **Assessor político-militar do Cel Antônio Netto**

De Caldeira conclui-se que Joaquim Pedro foi assessor político-militar de Netto. Político por haver insistido, junto com Lucas de Oliveira, para que Antonio Netto proclamasse a República no dia seguinte ao combate de Seival, no qual foi assessor militar importante de Netto, que até então pouca prática militar possuía de combate.

A tropa de Netto em Seival era composta basicamente da Legião de Guardas Nacionais da Comarca de Piratini, formada de dois esquadrões a duas companhias cada, criada em 14 de outubro de 1835, pelo Presidente da Província, Dr. Marciano Ribeiro, colocado pela Revolução de 20 de setembro, segundo se conclui de David Almeida.

As quatro companhias foram recrutadas nos atuais municípios de Piratini, Canguçu, Pedro Osório, Pinheiro Machado e Bagé até o Pirai. (4)

#### **Prisão e envio para o Rio**

O coronel Joaquim Pedro foi preso em Piratini, junto com o coronel José Mariano de Mattos, pelo tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, cuja base de operações era em Canguçu. Ambos estiveram presos na cadeia que Abreu, Chico Preto ou “Moringue” mandou construir em Canguçu. Cadeia demolida em 1939 e que serviu de Posto de Comando, depois da Paz de Ponche Verde, ao capitão Antônio de Sampaio, atual Patrono da Arma de Infantaria do Exército, para garantir a paz naquela região. (5)

Com a prisão de ambos, a República perdeu dois importantes assessores político-militares.

Maiores detalhes consultar os **Anais do Arquivo Histórico do RGS**, 8v.

Joaquim Pedro ao ser preso possuía cerca de 74 anos.

#### **N O T A S**

1. BENTO, A grande festa dos lanceiros. Recife, UFPE, 1971; O Negro na Sociedade do RGS. P. Alegre,



IEL, 1975 e **Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS**. Rio, IEL, 1975.

2. Dados obtidos no Arquivo do Exército, pela estagiária Rosale de Mattos Souza, do Museu de Armas Ferreira da Cunha.
3. CALDEIRA, "Apontamentos Revolução Farroupilha". **RIHGRGS**, 1927, n.º 27.
4. Idem nota 2.
5. ALMEIDA, David de **História de Piratini**. Pelotas, 1964 (Do Registro de Documentos n.º 1 da Câmara de Piratini).
6. BENTO, **Canguçu reencontro com a História**, 1984.

## **Tenente-Coronel MANUEL ANTUNES DA PORCIÚNCULA (1798-1850)**

### **Significação histórica**

Prestou serviços militares à Integridade e à Soberania do Brasil, no Sul, como tenente do 21º Regimento de Cavalaria de Milícias de Cerro Largo.

Lutou em Passo do Rosário, ao comando de seu concunhado e amigo, coronel Bento Gonçalves.

Na Revolução Farroupilha ligou-se estreitamente à tomada de Porto Alegre, na qual entrou junto com Bento Gonçalves no comando de forças, em reforço às tropas de Gomes Jardim e Onofre Pires.

Era elo entre Bento Gonçalves e Antônio Netto. Pois, além de concunhado e amigo de Bento Gonçalves, foi por largo tempo Ajudantê-de-Ordens de Netto, quando este foi Chefe do Estado-Maior da República, depois de haver sido Ministro da Guerra por curto período.

Por volta de 1860 radicou-se em São Gabriel. Ali auxiliou a Domingos José de Almeida, seu amigo íntimo, no sentido de obter subsídios para que o último escrevesse a História da Revolução. Manuel Antunes obteve o Arquivo do general João Antônio da Silveira para enviar a Almeida. Desconheço o paradeiro do mesmo. (1)

### **Ações que tomou parte**

A principal foi a tomada de Porto Alegre. Pessoalmente foi batido em 14 de outubro de 1835, no Arroio Grande (2) entre Pelotas e São Lourenço, pelos majores Manoel Marques de Souza e Silva Tavares. Segundo Domingos José de Almeida, Porciúncula foi batido, por não terem seus adversários cumprido um acordo de suspensão das hostilidades. (3)

Nas demais ações em que Netto atuou, ele esteve presente.

Era Ministro da Guerra, em 17 de abril de 1837. (4)

Depois foi por largo tempo Ajudante-de-Ordens de Netto. (5)

### **Dados biográficos**

Segundo Carlos Rheingantz (6), Manuel nasceu em Rio Grande, em 9 de novembro de 1798. Casou com Eleutéria Garcia, cunhada de Bento Gonçalves, em Cerrito (Jaguarão), em 3 de setembro de 1819. Era filho do coronel de Dragões José Antunes da Porciúncula (1753-1827) e de Josefa Antonia dos Reis. Era neto do guarda-mór João Antunes da Porciúncula, do qual descende também Alice da Porciúncula, madrinha de Pedro Calmon, que foi esposa do Ministro Miguel Calmon Du Pin Almeida. (7)

Ivo Caggiani transcreve documento histórico que cita Manuel Antunes atuando na Guerra Cisplatina. (8)

#### NOTAS

1. AAHRGS. v. 3 (Ver Porciúncula), p. 737 (Referências).
2. Arroio Grande chamou-se antes Arroio das Pedras, cerca 1780-1800.
3. Idem, Nota 1 pp. 171-172.
4. Idem, v. 6, p. 342.
5. Idem, v. 8, p. 183.
6. RHEINGANTZ. **Anais do Simpósio da Restauração RGS**. IHGB, 1976, v. 1, p. 26.
7. CALMON. **Miguel Calmon Du Pin**, 1984.
8. **Santana do Livramento**, Santana, ASPES, 1983, p. 35, v. 1.

## **Major BERNARDO PIRES (1790-1891)**

### **— O simbolista farrapo —**

#### **Significação histórica**

Prestou distintos serviços militares à Integridade e à Soberania do Brasil, como combatente nas campanhas de 1811-12 do Exército Pacificador da Banda Oriental; nas guerras contra Artigas 1816 e 1821; Cisplatina 1825-28, contra Oribe e Rosas 1851-52; na guerra contra Aguirre 1864 e, no início da guerra do Paraguai, já aos 77 anos, na condição de Voluntário da Pátria. Em síntese, tomou parte em 7 campanhas externas.

Durante a Revolução Farroupilha participou como combatente, até ser ferido no combate de Seival, passando a ser conhecido como o Mártir de Seival. Amigo de Bento Gonçalves, desempenhou por largo tempo as funções de Chefe Geral de Polícia da República, a convite do mesmo.

Ligou-se à idealização dos Símbolos da República Rio-Grandense (bandeira, hino, escudo e lenços), conforme tratamos em ensaio sob o título — **Autoria dos Símbolos do Rio Grande do Sul — subsídios para revisão histórica, tradicionalista e legal** (1) em que o biografamos.

Bernardo Pires foi o idealizador da criação do município de Canguçu em 1857, onde hoje possui descendentes das famílias Pires Moreira e Pires Terres. Segundo Morivalde Calvet Fagundes, Canguçu fora cogitado pelo general João Manoel de Lima e Silva, em novembro de 1836, para ser capital da República Rio-Grandense, no que foi vencido por Domingos José de Almeida que opinou por Piratini. (2)

Foi dos poucos a viver para ver concretizado o ideal de República, em 15 de novembro de 1889, para cuja conquista foi ferido no combate de Seival, que criou condições para a proclamação da República Rio-Grandense. Viveu ainda para ver a bandeira da República Rio-Grandense, por ele desenhada, ser adotada, desde 1891, como a bandeira do Rio Grande do Sul.

#### **Naturalidade, família, veterano de lutas no Sul**

Bernardo Pires nasceu em 1790 no disputado território entre os rios Piratini e Jaguarão, somente incorporado a Portugal, pela força das armas, na guerra de 1801 que assistiu com 11 anos. Ele nasceu em terras hoje pertencentes ao município de Herval do Sul.

Seu pai formou entre os 800 bravos que tomaram parte da mencionada incorporação, em 1801.

Em 1811, com 21 anos, alistou-se voluntário em Cerrito (Jaguarão atual) e tomou parte da Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental 1811-12, ao comando de D. Diogo de Souza. E participou também das guerras contra Artigas 1816 e 1821 e finalmente da Guerra Cisplatina 1825-28.



Em 21 de agosto de 1828 entrou com Exército do Sul, ao comando do General Lecor e Visconde de Laguna, em Piratini.

Com a desmobilização do Exército, em Piratini, então local bem desenvolvido pelos que o procuraram para proteção, na Guerra Cisplatina, Bernardo Pires, junto com outros combatentes, ali radicou-se.

É de sua lavra carta depondo sobre a chegada e desmobilização do Exército do Sul, em Piratini (3) enviada ao historiador Manoel Gomes de Freitas, filho de Canguçu. (4)

Em 1830, quando da instalação da Vila de Piratini vamos encontrá-lo como fiscal da Câmara de Vereadores.

Em 8 de outubro de 1835, integrando forças de Lucas de Oliveira, José Oliveira Nico e Domingos Souza Netto, ajudou a firmar a vitória da revolução em Piratini.

#### **“Mártir de Seival”**

Participou do combate de Seival em 10 de setembro de 1836, onde foi ferido a bala, duas vezes. Um ferimento o invalidou para o combate por longo tempo.

Quando depois de proclamada a República no Campo do Menezes (5) os republicanos entraram em Piratini, Bernardo Pires foi festejado como “O mártir de Seival”.

#### **Chefe Geral de Polícia da República**

Depois de proclamada a República, Bernardo Pires foi recebido em Piratini como herói. Durante a convalescença desenhou o pavilhão tricolor adotado pela República. Pavilhão que apareceu pela primeira vez, em 6 de novembro de 1836, no cortejo para um Te Deum na igreja transportado pelo major de lanceiros, Joaquim Teixeira Nunes (6) e adotado de direito, em 12 de novembro de 1836, por Decreto do mineiro de Diamantina, Domingos José de Almeida. (7) Bandeira conservando as cores verde e amarelo do Brasil, da Casa de Bragança.

Quando Bento Gonçalves retornou da Bahia, depois de sua fuga espetacular, ao chegar a Piratini convidou Bernardo Pires para a Chefia Geral de Polícia da República, cargo cujo desempenho pode ser apreciado no jornal **O POVO** e **Anais do Arquivo Histórico do RGS**.

#### **Autor da bandeira adotada pelo Rio Grande do Sul**

A bandeira atual do Rio Grande do Sul é a antiga bandeira da República Rio-Grandense, cuja história, segundo Bernardo Pires, em entrevista lúcida e precisa ao **Diário Popular** de Pelotas, de 24 de julho de 1891 e aos 101 anos; é a seguinte:

“Esta bandeira tem uma história que me orgulha. O plano pertence a Mariano José de Mattos, meu velho amigo, mas o desenho e todo o trabalho de arte é meu. Nunca estudei desenho, como não estudei coisa alguma, mas esta obra que aí vem é minha. Os amores-perfeitos que circulam as armas, foram desenhados por mim. Simbolizam estas palavras memoráveis — Firmeza e Doçura. Esta bandeira foi organizada no ano em que se imprimiu em Piratini a moeda papel da República... Sei que minha bandeira foi adotada pelo governo republicano, o que é uma grande honra para mim”.

Bernardo Pires foi o idealizador dos célebres lenços de pescoço, confeccionados no exterior, contando o escudo da República, vitórias republicanas, etc. Lenços que foram os catalizadores dos ideais republicanos dos rio-grandenses de 1845-89. Lenços que chegaram a ser usados pregados nas ban-

deiras dos clubes republicanos do Rio Grande do Sul, na campanha pela república, até a sua proclamação, no Brasil, em 15 de novembro de 1889, pelo marechal Deodoro da Fonseca.

#### **Final do veterano de oito campanhas**

Bernardo Pires, o veterano de oito campanhas, inclusive, a revolução, faleceu em Pelotas, em 9 de novembro de 1891, com 101 anos, pouco depois de prestar histórica e lúcida entrevista publicada no **Diário Popular**.

Morreu no dia coincidente com a queda do “Governicho” a que se opunha, razão de não lhe prestarem honras militares no seu sepultamento feito às expensas do município de Pelotas, onde deixou descendentes. (8)

Os amores-perfeitos que desenhou na bandeira, tinham o seguinte sentido filosófico para o gaúcho brasileiro histórico de que muitos dos líderes militares farrapos foram grandes expressões: Firmeza — No combate ou nas lutas da vida, lutar com firmeza, garra, determinação, tenacidade e lealdade, visando a vitória. Doçura — Depois da vitória, traduzida por respeito como religião, a vida, a família, a honra, a dignidade e a família do vencido.

Foi grande a influência dessa filosofia no comportamento dos gaúchos autênticos, desde então.

Constatar isto é obra de simples verificação, particularmente na Revolução de 1923, batizada por Arthur Ferreira Filho de “Revolução de Cavalheiros” (9) em contradição à de 93 em que houve excessos que contrariaram a tradição gaúcha de Firmeza e Doçura.

#### **NOTAS**

1. Recife. UFRPE, 1971.
2. FAGUNDES, **História da Revolução Farroupilha**. P. Alegre, Martins Livreiro, 1984, p. 188.
3. Publicado na **RIHGB**, nº 266, ano 1965, por Walter Spalding.
4. BENTO. **Canguçu reencontro com a História**. P. Alegre, IEL, 1984.
5. Campo do Menezes ficaria na altura da Estação Santa Rosa, da Ferrovia Pelotas-Bagé, segundo Morivalde Calvet Fagundes.
6. CALDEIRA. **Apontamentos para a Rev. Far.** RIHGRGS, nº 27, 1927.
7. BENTO. “O Mineiro que foi o cérebro e o estadista da Revolução Farroupilha”. Itajubá, EFEI, 1982. (Discurso de posse no IHGMG (Correspondente).
8. É seu bisneto o major Angelo Pires Moreira, tradicionalista, escritor e historiador, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas.
9. FERREIRA FILHO, Arthur. **Revolução de 1923**, (Porto Alegre), 1975.

## Tenente MANOEL ALVES DA SILVA CALDEIRA (1815-1900)

— O cronista farrapo —

### Significação histórica

Participou intensamente e de maneira romanesca dos dez anos de Revolução Farroupilha, de soldado a tenente do célebre 1º Corpo de Lanceiros da 1ª Linha do Exército da República Rio-Grandense. (1) Privou ou conviveu com a maior parte das lideranças militares, entre elas Bento Gonçalves. Ferido em combate gravemente, sobreviveu.

Graças ao que viu, participou e sentiu, captou e memorizou sobre o Decênio Heróico, veio a tornar-se, segundo interpreto, o seu maior cronista e preservador da memória da Revolução e particularmente do perfil guerreiro que muito bem captou de seus maiores campeões.

Isto por prestar de 1888-1898 lúcidos, honestos e detalhados depoimentos escritos, em sua maior parte redigidos em Canguçu, e, em atendimento a solicitações dos historiadores, Alcides Lima, Alfredo Ferreira Rodrigues, Alfredo Varela e Piratinino de Almeida. O último, filho de Domingos José de Almeida, o mineiro de Diamantina que foi o cérebro civil e o maior estadista da República Rio-Grandense. (2)

Depoimentos que foram incorporados significativamente pelos historiadores pioneiros da revolução, os mestres Alfredo Ferreira Rodrigues em seu célebre **Almanaque Literário e Estatístico do RGS** (1889-1917) e Alfredo Varela em sua monumental **História da Grande Revolução**. Depoimentos fundamentais a todos os historiadores do assunto, desde então, sem esquecer Othelo Rosa em **Vultos da Epopéia Farroupilha**. Mas em que pese a sua grande projeção histórica como preservador da memória da maior e mais longa guerra civil sul-americana, Caldeira até hoje tem permanecido em posição obscura que não lhe faz justiça. (3)

Depois de um longo período de obscuridade, ele ressurgiu como fundador e Presidente do 1º Clube Republicano de Canguçu, organizado no 2º Distrito (região de Florida, em 1882), (4) no posto de tenente-coronel da Guarda Nacional. Em 1893-94 é o comandante da Guarda Nacional, encarregado da proteção do Município de Canguçu, ao qual, em 1896, aos 81 anos, foi lançado como um dos candidatos a Intendente. Logo a seguir irá prestar ainda de Canguçu, seu torrão natal, os famosos depoimentos sobre a Revolução Farroupilha. Depoimentos que a cada dia terão maior valor.

### Naturalidade, descendência

O tenente farrapo Caldeira, nasceu na região de Cerro Pelado, que passou a integrar, a partir de 1857, o município de Canguçu. Ali ele e seu irmão José Joaquim Caldeira (Juca Caldeira) possuíam propriedade em 1841. (5) Segundo Frei Cristóvão de Vacaria e J. Simões Lopes Netto, (6) os Caldeiras e os Bentos, junto com outras famílias foram os fundadores do povoado Estação Cerrito, que pertenceu ao município de Canguçu, até formar com Olimpo, a cidade de Pedro Osório.



Em 1841, Manoel era tenente farrapo e seu irmão, coletor da República. (7)

Os últimos anos de Caldeira ligam-se ao 2.º Distrito de Canguçu (Iguatemi, Florida, Posto Branco), onde presumo, tinha residido e deixado descendência.

### **Contribuições à História da Revolução Farroupilha**

Caldeira enviou carta a Alcides Lima de Quaró-Chico, em 21 de novembro de 1888 e três cartas de Canguçu a Alfredo Ferreira Rodrigues, datadas de 25 Jan, 20 Set e 20 Out 1898, sendo que as duas últimas do 2.º Distrito (Florida, Iguatemi). Estas cartas foram publicadas na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, nº 27, em 1927, em cerca de 100 páginas.

Ao Dr. Alfredo Varela ele enviou cartas de Canguçu, em 13 de setembro de 1894 e em 5 de maio de 1895, durante a Revolução de 93, e em 1.º de dezembro de 1898. Indiretamente chegou às mãos de Varela seus escritos em Pelotas, em 20 de agosto de 1896, e dirigidos ao Dr. Piratinino de Almeida. Todos estes depoimentos reproduzidos de memória, foram publicados no volume 5 dos **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, 1981, em 70 páginas. Portanto, foram 170 páginas que o velho farrapo escreveu de depoimentos que merecem ser lidos pelos estudiosos, que neles sempre encontram novas inspirações.

Alfredo Ferreira Rodrigues teve conhecimento da existência em Canguçu, do velho farrapo, através de seu colega no Colégio Sul Americano em Pelotas — Genes Gentil Bento, filho de Canguçu e mais tarde seu intendente de 1905-1917. (8)

Para mim a grande contribuição de Caldeira, foi captar de maneira precisa e feliz e preservar para a posteridade os perfis militares dos principais líderes farrapos, nos quais baseamos nossos estudos sobre o assunto. Eles são fundamentais para compor o perfil do combatente brasileiro no Sul, (9) assunto de interesse das pesquisas históricas do Estado-Maior do Exército.

### **Candidato a Intendente de Canguçu**

Através de reportagem no jornal **Opinião Pública** de Pelotas, de 28 de maio de 1986, conhecemos mais sobre o maior cronista da república. Dessa reportagem sintetizamos o seguinte: (10)

“O partido republicano, guarda avançada da República em Canguçu, reuniu-se ali em 3 de maio de 1896, elegendo sua comissão executiva. Em eleição prévia escolheu para candidato à Intendência de Canguçu, o venerando ancião e velho farrapo, tenente-coronel Manoel Alves da Silva Caldeira, valente soldado em 35... Trata-se de republicano convicto, companheiro inseparável de Bento Gonçalves e Garibaldi. Ele arrostou corajosamente o decênio da memorável cruzada de 35, cujo atestado traz patente na funda cicatriz que lhe atravessa a fronte... Apesar de contar 81 anos, ainda é varonil. Dotado de esclarecida inteligência, honesto e probo, desafiando neste particular a quem quer que seja.

Na Revolução de 93, estando no comando dos patriotas que guarneciam a vila de Canguçu, estava sempre toda a noite e constantemente no quartel com seus camaradas, dormitando sobre dura tarimba, sem pensar nas comodidades da vida. (11)”

O artigo assinado por Juvenal concluiu com este estímulo a Caldeira:

“Avante! Grande patriota e velho farrapo!”

Mas o candidato escolhido em seu lugar pela Comissão Executiva foi Leão dos Santos Terres.

Integravam esta comissão, Carlos Norberto e Franklin Moreira, filhos do 1.º Escriturário do Ministério do Interior e Justiça de República Rio-Grandense, em 1838, em Piratini — José Ignacio Gon-



çalves Moreira. José Ignacio seria em 1857 o primeiro serventuário de Justiça de Canguçu. Era irmão de Serafim e Antonio, que em 1838, foram escriturários do Ministério da Guerra e da Marinha da República Rio-Grandense e ao que consta, sobrinhos de Domingos Moreira, Presidente da Câmara de Jaguarão, a primeira a aderir à República Rio-Grandense.

O Grupo republicano em Canguçu, em 1889 possuía raízes na República Rio-Grandense. Foi denominado Grupo dos 27. (12)

#### Participação resumida

Caldeira em seus apontamentos conta sua participação na revolução, desde os 20 anos, quando foi preso no sítio de Porto Alegre e enviado ao Rio, onde foi obrigado a sentar praça na Artilharia da Marinha, na ilha das Cobras. Ali participou da fuga de Fortaleza de Santa Cruz, dos coronéis Onofre Pires e Corte Real, em companhia dos quais, retornou ao Rio Grande. De retorno ingressou como sargento-ajudante no célebre Corpo de Lanceiros Negros, ao comando de seu conterrâneo, o coronel Joaquim Teixeira Nunes. No memorável combate de Rio Pardo, ele foi o porta-estandarte do Corpo e cumpriu religiosamente esta ordem de Teixeira Nunes — “Onde eu for o estandarte me segue e onde for o estandarte todo o Corpo deve segui-lo”.

Em 3 de janeiro de 1839, Caldeira foi ferido gravemente numa escaramuça. Seu cavalo foi atingido a bala, no peito e ele no pé e no queixo que foi quase esfacelado a bala e a língua teve o freio cortado. Mas sobreviveu, apesar de lhe darem dois dias de vida. Foi tratado pelo Dr. José Carlos Pinto, em Viamão.

Noutra ocasião foi ferido a espada na frente.

A abordagem do velho farrapo canguçuense como o primeiro cronista militar da Revolução Farrroupilha não se esgota aqui. Acreditamos que muito se falará da sua obra, a semelhança do tenente argentino Candido Lopes que fixou em pintura primitivista toda a Guerra do Paraguai até a batalha de Curupaiti, onde foi ferido e teve de amputar a mão.

#### NOTAS

1. BENTO, O Negro e descendentes na Sociedade do RGS, P. Alegre, IEL, 1975.
2. BENTO, O Mineiro de Diamantina que foi o cérebro e o maior estadista da República Rio-Grandense. RIHGB, nº 338, 1983; *Diário Popular*, Pelotas, 20 Set 1981; *Diário Legislativo de Minas Gerais*, 17 Nov 1981 e *O Sul de Minas*, Itajubá, 19 Set 1981.
3. BENTO, Canguçu reencontro com a História, P. Alegre, IEL, 1984.
4. LOPES NETO, Simões, *Revista do Centenário de Pelotas* em 1912, nº 4 (Dedicada a Canguçu).

## TITO LIVIO ZAMBECCARI (1802 — 1862)

Henrique Oscar Wiederspahn

Entre os estrangeiros que tiveram entre nós atuação algo destacada desde o levedar da Revolução Farroupilha de 20 de setembro de 1835, irmanando-se de uma maneira ou outra à nossa gente, destacar-se-ia sobretudo, entre os italianos, o bolonhês TITO LIVIO ZAMBECCARI, — nascido em 30 de junho de 1802 em Bolonha e lá falecido em 30 de abril de 1862, — mais conhecido apenas como LIVIO ZAMBECCARI, como costumava assinar-se. Como um dos muitos exilados políticos italianos que haviam procurado refúgio nesta parte da América do Sul, após o fracasso das primeiras tentativas revolucionárias visando a criação de uma Itália livre e unificada, também ZAMBECCARI tivera de deixar a península para evitar que fosse preso e condenado como inconfidente pelos detentores do poder lá, na fase inicial do movimento conduzido pelos adeptos da chamada **Jovem Itália**, a do **Risorgimento**, que se prolongaria desde 1815 até 1870, quando se alcançaria a tão sonhada unificação de sua pátria.

A derrocada napoleônica e a reação absolutista decorrente da chamada Santa Aliança, após o Tratado de Viena que pretendia reestruturar a Europa com a volta em parte à situação de antes da Revolução Francesa de 1789, também iria deixar resquícios numa Itália novamente dividida em pequenos reinos e estados rivais e com a Venécia devolvida ao domínio dos Habsburgos austríacos. Anular-se-iam as esperanças nascidas com Napoleão que, como imperador da França, criara o reino da Itália setentrional, do qual se proclamara soberano, e dera o título promissor de rei de Roma ao seu recém-nascido filho e herdeiro, exatamente no que fora antes o Estado Pontifício, ao qual a cidade universitária e industrial de Bolonha estivera incorporada desde 1278, a cidade natal dos ZAMBECCARI. Em Bolonha surgira a primeira universidade européia, criada já em 1119 e que chegara a ser a mais famosa de então por seus cursos de direito canônico e civil, este baseado no antigo código romano reestruturado.

Abolidas as liberdades concedidas por Napoleão desde suas grandes e espetaculares vitórias na Itália sobre os austríacos na fase inicial de sua carreira, como simples general, e submetidos novamente ao arbítrio das autoridades por lá reempossadas a partir de 1815, estas apoiadas sempre pela hegemonia imperial da Áustria, elementos inconformados se iriam aos poucos constituindo em sociedades secretas, entre as quais a dos chamados carbonários, que não tardariam a assumir atitudes de franca oposição à toda política artiliberal, promovendo daqui e dali rebeliões isoladas e ainda sem conexão, por isto facilmente sufocadas. Tais carbonários na Itália se tornariam, em sua grande maioria, adeptos de um republicanismo revolucionário pregado já então por GIUSEPPE MAZZINI, cujas idéias visavam uma unificação da península sob um governo centralizado, tendo por inimigo geral a Áustria e seus protegidos. Daí os carbonários italianos se tornarem ultranacionalistas e não europeizantes como entre os intelectuais dos demais estados.

Foi num ambiente assim que LIVIO ZAMBECCARI teve sua formação intelectual e ideológica, o que o levaria a associar-se aos carbonários liderados já por MAZZINI, tomando desde seus 19 anos de idade parte em suas primeiras escaramuças. Também GIUSEPPE GARIBALDI e LUIGI ROSSETI e os demais italianos que, como ZAMBECCARI, acabariam forçados a exilar-se aqui no Brasil, no Rio Grande do Sul, eram mazzinianos.

TITO LIVIO ZAMBECCARI como coronel e deputado à  
Assembléia Constituinte da efêmera República de  
Roma, de 1848 a 1849.



## ORIGENS E FORMAÇÃO

Eram os ZAMBECCARI da antiga nobreza citadina de Bolonha, já então influentes e abastados, tendo muitos deles exercido cargos em sua governança, onde chegariam mais tarde a obter o título nobiliárquico hereditário de condes. De seu solar, o Palácio Zambecari, encontra-se uma reprodução fotográfica entre as páginas 56 e 57 do 2º volume da "História da Grande Revolução", de ALFREDO VARELA.

O progenitor de TITO LIVIO ZAMBECCARI, o conde FRANCESCO ZAMBECCARI, apaixonado pela aerostática já então em voga, dedicar-se-ia ao problema da dirigibilidade dos balões esféricos da época, para o que imaginara conseguí-lo por meio de remos. Após uma série de experiências preliminares, ao fazer uma ascensão em Bolonha, sucumbiria ele lá em 12 de maio de 1812, tornando-se assim num dos mártires-pioneiros da aerostática.

Órfão pois de pai desde os seus 7 anos de idade, TITO LIVIO ZAMBECCARI passou a ser educado por parentes seus e que o levariam a cursar a Universidade de sua cidade natal, onde se diplomaria para seguir a carreira diplomática. Lá demonstraria já as suas tendências mineralógicas e de pesquisador da flora, alguns de seus "hobbies" futuros. Desenhista nato e interessado em ampliar ao máximo seus conhecimentos em tudo que lhe poderia ser de utilidade, inclusive até em geografia e cartografia, destacar-se-ia desde então entre os demais alunos universitários. No convívio com alguns destes, passaria também a interessar-se com os problemas relacionados com o futuro da Itália, acabando por filiar-se a um núcleo de carbonários existente em sua cidade, desde os seus 19 anos de idade, como já nos referimos.

Como carbonário executaria algumas missões reservadas e que logo despertariam suspeitas da parte da polícia, muito ativa então, suspeitas confirmadas com a sua participação na tentativa de criar a intempestiva República Romana. Avisado de que seus passos estavam sendo seguidos, ameaçado de ser preso e talvez condenado, como muitos de seus companheiros, teve de deixar a Itália, refugiando-se na Espanha. É que lá, desde que com um pronunciamento de parte de suas unidades militares e que haviam sido mobilizadas para serem enviadas à América do Sul, com a missão de reforçar os contingentes reais hispânicos lá em luta desesperada com os patriotas liderados por SIMON BOLIVAR, para desbaratá-los e os submeter ao retorno ao domínio da metrópole nas províncias sublevadas, muitas daquelas unidades negando-se a embarcar, estavam exigindo do seu soberano, o famigerado D. FERNANDO VII, o retorno à vigência da Constituição hispano-napoleônica de 1812.

Lá, em 1823, apresentar-se-ia ZAMBECCARI em Sevilha, a um dos líderes deste movimento, o General D. RAFAEL DE RIEGO, de tendências algo radicais, sendo por este designado para servir em seu estado-maior revolucionário e pouco depois enviado para uma missão especial na área de Gibraltar. Entrementes a situação começaria a balançar em favor da manutenção do absolutismo monárquico, tanto com a ameaça de uma intervenção militar preparada na França às instâncias da Santa Aliança, como com uma reação violenta que se alastrava por toda parte, com massacres de partidários da volta à Constituição de 1812, e que acabaria por aprisionar DE RIEGO e de executá-lo diante do populacho fanatizado. Ao ter ZAMBECCARI a notícia do fuzilamento em praça pública de DE RIEGO e da vitória iminente da contra-revolução absolutista, compreendeu ser inútil e até perigosa a sua permanência na Espanha, nada lhe restando pois que deixar imediatamente o país, em outubro de 1823, refugiando-se em Londres.

Nesta sua estada na Inglaterra e depois também na França, entre 1823 e 1826, dedicar-se-ia ZAMBECCARI exclusivamente às suas pesquisas mineralógicas, que em ambos os países estava tendo grandes incentivos, aproveitando-se também para tratar de sua saúde, já algo abalada. Foi ainda na França que ficaria ciente dos acontecimentos havidos no rio da Prata e da guerra iniciada lá pelos sublevados uruguaios, apoiados pela Argentina republicana, contra o Império do Brasil, este constitucional e liberal, não absolutista pois. Foi assim que se decidira em embarcar lá no primeiro navio que se destinava ao porto de Montevidéu.



## EM MONTEVIDÉO E BUENOS AIRES

Deveria ter chegado em Montevideo em meados de 1826 talvez, então ainda firme em poder das forças imperiais brasileiras ao comando do Tenente-Coronel FRANCISCO DE PAULA MAGESSI TAVARES DE MIRANDA, lá estando já o então Capitão LUIS ALVES DE LIMA E SILVA, o nosso futuro Duque de Caxias, entre os defensores da praça, assediada pelos sublevados uruguaios do Coronel MANUEL ORIBE, em plena 2.<sup>a</sup> Guerra Cisplatina, a de 1825 a 1828, entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. ZAMBECCARI acabaria passando-se ao campo uruguaio como refugiado político, apresentando-se no Serrito a ORIBE, que o encaminhou logo à presença do já brigadier-general D. JUAN ANTONIO LAVALLEJA, no seu quartel-general em Durazno. Este, reconhecendo em ZAMBECCARI um homem de muitos conhecimentos científicos, tratou de aproveitá-lo, oferecendo-lhe o comando geral de sua artilharia, que padecia da falta de oficiais competentes desta arma.

Conforme nos relata ALFREDO VARELA num resumo biográfico sobre ZAMBECCARI, incluído tanto no texto do 1.<sup>o</sup> volume de “Revoluções Cisplatinas — República Riograndense”, edição de 1915, como também no do 2.<sup>o</sup> da “História da Grande Revolução”, edição de 1933, com algumas ampliações, e aos quais nos reportaremos basicamente quanto à estada deste italiano e futuro farroupilha no rio da Prata, ele não aceitou tal proposta, alegando sua falta de conhecimentos técnicos e militares para exercer aqueles encargos. É que já então se estavam mobilizando as unidades tanto uruguaias como argentinas, ao comando-em-chefe do brigadier-general D. CARLOS DE ALVEAR, para levar a guerra ao território brasileiro, invadindo pois o Rio Grande do Sul.

Assim, após ter estado cerca de dois meses apenas inativo e em companhia de LAVALLEJA, tratou de dirigir-se para a Colônia do Sacramento, de onde, transpondo o estuário, passou para Buenos Aires. Não chegou pois ZAMBECCARI a ter participação na chamada Campanha de Ituzaingô, entre dezembro do mesmo ano de 1826 e princípios de 1827, ao contrário do que afirmaria GUSTAVO BARROSO na 2.<sup>a</sup> parte de sua “História Secreta do Brasil”, de 1937.

Em Buenos Aires iria ZAMBECCARI, encontrar o ambiente já um tanto agitado, dada a crescente rivalidade entre os “unitários”, adeptos do governo portenho constitucional da época, e os “federais”, o dos caudilhos do interior, entre os quais começaria a surgir uma liderança depois exercida ditatorialmente por D. JUAN MANOEL DE ROSAS. A respeito de suas atividades em Buenos Aires, sabemos que em 16 de dezembro de 1826, ao representar-se num teatro de lá uma tragédia, a “Brutus primeiro”, de VIGIANI, em benefício dos feridos e viúvas do exército naquela guerra contra o Império, foi cantado um hino da sua autoria, cujos versos haviam sido distribuídos em folhas soltas na ocasião. Mas no tocante ao período entre 1827 e 1828 nada conseguimos averiguar, como nem mesmo ALFREDO VARELA. Sabemos apenas que em 1829, quando da primeira ameaça rosista sobre Buenos Aires, ZAMBECCARI chegou a alistar-se nos “Ulanos Republicanos”, organizado pelo Coronel ZENON VIDELA, com os quais teve ele seu batismo de fogo em 26 de abril do mesmo ano, nos entrencheramentos avançados da cidade.

Depois, ante a crescente possibilidade de um triunfo de Rosas, para fugir a quaisquer perseguições dos partidários deste, ZAMBECCARI resolveu dirigir-se ao Rio Grande do Sul, onde, segundo relata ALFREDO VARELA, “tinha muitos amigos, por serviços que a vários prestara no decorrer da guerra da independência oriental. Muito bem acolhido pelos liberais da província, tudo fizeram para que ficasse entre eles, mas tendo de liquidar negócios do seu interesse, em Buenos Aires, onde o governo se tornara mais moderado, regressou para ali e esteve de malas prontas para tornar à Itália, onde pensava intervir na grande conspiração carbonária existente, quando chegaram folhas noticiando o malogro dos esforços regeneradores da “Jovem Itália”, no decorrer daquele ano de 1830.

“Isto o fez acudir aos insistentes reclamos dos seus correligionários riograndenses. Tornou a Porto Alegre, onde teve comissão para proceder, com outros, as medições que se faziam, de lotes urbanos e rurais, na colônia de São Leopoldo”, destinados às famílias de alemães recentemente chegados da Europa e por lá distribuídos. A respeito consta, segundo ALFREDO VARELA, no periódico “Cons-

titucional Riograndense”, de 15 de janeiro de 1831, uma visita feita à zona da mesma colônia por ANTONIO GONÇALVES CHAVES, em que este relata ter viajado com JOSÉ TOMÁS DE LIMA, inspetor da colônia, e o “monsieur” de ZAMBECCARI, “ilustre emigrado bolonhês”, cuja companhia a ambos fora “sumamente grata”.

### ZAMBECCARI E A BANDEIRA FARROUPILHA

Que ZAMBECCARI durante estas suas duas estadas em Buenos Aires, talvez em sua segunda e a mais rápida, teve participação na escolha e feitura da futura bandeira republicana farroupilha, parece não existir nenhuma dúvida, mesmo no caso de já então se houvesse planejado adotar suas cores e distribuição de maneira que lembrasse as da bandeira republicano-federativa usada por JOSÉ GERVASIO ARTIGAS no Uruguai e que ostentava sobre as cores azul-branco-azul de Buenos Aires, uma banda de vermelho.

Assim, a bandeira farroupilha traria sobre o verde e amarelo imperial do Brasil, também uma banda ou faixa de vermelho, símbolo então já usual como representativo republicano. E convém lembrar que também os revolucionários de 1848 na Europa Central, que pretendiam reestruturar a Alemanha de então sob a forma constitucional federativa e liberal, mesmo aceitando a monarquia, arvorariam como sua bandeira as cores do então império austríaco dos Habsburgos, o preto e ouro, separadas horizontalmente pelo vermelho, a mesma bandeira adotada após a 1.ª Guerra Mundial, em 1919, pela então República de Weimar, e readotada após a 2.ª Guerra Mundial, tanto pela República Federal Alemã (a Alemanha Ocidental), como pela República Democrática Alemã (a Alemanha Oriental), na desta apondo o respectivo símbolo para se diferenciar da outra, a foice e o martelo, assinalando sua filiação ideológica nada democrática.

Já o Dr. EDUARDO DUARTE, numa de suas colaborações divulgadas pela “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”, Porto Alegre, n.º 46, II trimestre de 1932, como AURELIO PORTO em suas notas ao 1.º volume do “Processo dos Farrapos”, correspondente ao tomo XXIX-1933, das “Publicações do Arquivo Nacional”, Rio de Janeiro, mencionam ZAMBECCARI relacionado com a idealização e feitura da mesma bandeira, baseando-se num depoimento de um não-farroupilha, MANUEL LOBO FERREIRA, de Rio Pardo, como uma das testemunhas arroladas pelas autoridades imperiais na devassa iniciada então em Porto Alegre. Deste depoimento ambos transcreveram o tópico em questão, o Dr. EDUARDO DUARTE à página 295 da citada Revista, e AURELIO PORTO às páginas 226 e 227 do 1.º volume do “Processo dos Farrapos”, tal como a seguir também passamos a transcrever textualmente:

“... que também sabe ele testemunha, que estando em Buenos Aires no mês de outubro do mesmo ano de 1835, que ali falara, ele testemunha, com um espanhol, de nome Dom Carlos Maria Huergo, e que este lhe dissera, a ele testemunha, que naquela cidade, antes da revolução de 20 de setembro, se havia preparado uma bandeira para a República que os revolucionários pretendiam estabelecer na província do Rio Grande, e que esta bandeira, lhe afirmara, a ele testemunha, o dito Dom Carlos e outros membros de sua família, que tinha sido mandada fazer por Francisco Modesto Franco e que o plano e emblema da mesma bandeira tinha sido delineado por um italiano de nome Livio Zambeccari, o qual se intitulava visconde, e que este mesmo italiano, sabe ele testemunha, viera e fora convidado para esta província pelo mesmo Francisco Modesto Franco e na sua própria embarcação denominada de *Bela Angélica*, para dirigir, como sempre dirigiu, a revolução desta província, desde o dia 20 de setembro até o dia 4 de outubro deste corrente ano de 1836, em que ele, o dito Zambeccari, foi preso junto com o Coronel Bento Gonçalves, de quem o mesmo italiano foi sempre inseparável”.

A respeito de FRANCISCO MODESTO FRANCO, mineiro e sulriograndense de adoção, refere-se AURELIO PORTO à página 507 do mesmo 1.º volume do “Processo dos Farrapos”, ter sido do “alto comércio de Porto Alegre, extremado republicano. A seu pedido deu Zambeccari em Buenos Aires, a idéia para o pavilhão da República, que arvorou em sua embarcação *Bela Angélica*. Membro da Assembléia Constituinte. Faleceu na Palmeira, em avançada idade, a 6.4.1886”.



Assim, de acordo com as declarações do já citado MANUEL LOBO FERREIRA, datadas de 21 de outubro de 1836, e as afirmações que este tivera do espanhol CARLOS MARIA HUERGO, em Buenos Aires, já se teria pensado numa república muito antes da eclosão do movimento de 20 de setembro de 1835, pois a presença de ZAMBECCARI em Porto Alegre somente passaria a ser assinalada entre 1830 e 1831, ao que se sabe. Também na data deste depoimento e na época em que a citada testemunha alega ter estado em Buenos Aires, ainda nem sequer havia sido proclamada a república independente riograndense, pelo então Coronel ANTONIO DE SOUZA NETO, após sua vitória no combate do Seival, em 12 de setembro de 1836, e nem se instalara ainda em Piratini a nova república, com a adesão da maioria dos combatentes farroupilhas de então.

Entre as gravuras incluídas por ALFREDO VARELA em “Res Avita — O idealismo farrapo”, editado em 1938, em Lisboa, aparece entre as páginas 254 e 255, um desenho reproduzido em cores e com a legenda “Origem da tricolor famosa”, com dizeres do próprio punho de ZAMBECCARI e pelo mesmo subscritos: “Bandeira e Cocarda Rio-Grandense 1836 — Verde e amarelo Brasile — Rosso, a república”.

Oficialmente adotada em Piratini, por decreto de 12 de novembro de 1836, quando da instalação lá do governo e administração da República então recém-proclamada, esta bandeira farroupilha, estranhamente designada no referido texto como “escudo do Estado Rio-Grandense”, deveria ter o formato de um quadrado dividido pelas suas 3 cores e segundo disposição sobejamente conhecida, mas que, neste formato nem sempre obedecida como sendo um quadrado, passaria daqui e dali a ser ostentada como um retângulo, o que se tornaria mesmo usual. Mas nunca durante o decênio heróico teve a bandeira em seu centro, sobre a banda de vermelho, aposto o brasão-de-armas farroupilha como na depois estadual republicana.

É que este brasão somente seria adotado na bandeira após a proclamação da nossa hoje República Federativa do Brasil de 1889, e de acordo com dispositivo da Constituição Estadual promulgada em 14 de julho de 1891, sob os auspícios de JÚLIO DE CASTILHOS, e atendendo propositura do então vereador da Câmara de Taquari, BENTO ROSA, o progenitor do historiador gaúcho OTHELLO ROSA, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Abolida esta bandeira, com todas as demais estaduais de então, com o chamado Estado Novo de 1937, e readotada após a redemocratização brasileira em 1946, esta bandeira seria reformulada pela Lei n.º 5.213, de 5 de janeiro de 1966, que regulamentou seu uso e sua feitura uniforme, com o mesmo brasão, algo simplificado, lei que somente seria publicada com os respectivos módulos pelo “Diário Oficial do Estado”, em sua edição de 11 de novembro de 1968, isto, de mais de 2 anos e meio após ter sido aprovada.

Ora, o brasão-de-armas farroupilha foi desenhado muito depois da adoção da bandeira oficialmente, sendo sua composição atribuída já por AURELIO PORTO no citado 1.º volume do “Processo dos Farrapos”, ao então major JOSÉ MARIANO DE MATOS, fluminense e um dos promotores do movimento de 20 de setembro de 1835, e que foi o primeiro Ministro da Guerra e da Marinha farroupilha; que aprisionado tempos depois pelos imperiais, recolhido preso a uma das fortalezas do Rio de Janeiro; anistiado de acordo com o Convênio de Ponche Verde; reintegrado no exército imperial como tenente-coronel, participou ao comando do então CONDE DE CAXIAS na Guerra de 1851 e 1852 contra ROSAS; chegaria a brigadeiro e Ministro da Guerra imperial de 15 de janeiro a 31 de agosto de 1864, sendo a seguir nomeado vogal do Conselho Supremo Militar, o hoje Superior Tribunal Militar, falecendo pouco depois, em 5 de janeiro de 1866, no Rio de Janeiro.

Tanto AURELIO PORTO em suas notas ao 1.º volume do “Processo dos Farrapos”, como o Coronel CLÁUDIO MOREIRA BENTO, outro historiador sulriograndense das gerações mais recentes, este em seu opúsculo sobre a “Autoria dos Símbolos do Rio Grande do Sul — Subsídios para uma revisão histórica, tradicionalista e legal”, editado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife 1971, coletânea de artigos seus publicados no ano anterior pelo “Diário Popular”, de

Pelotas, aceitam a contribuição de JOSÉ MARIANO DE MATOS na composição do brasão-de-armas farroupilha, dando como autor de seu desenho na forma de então, a BERNARDO PIRES, combatente farroupilha, veterano imperial nas Guerras de 1851 e 1852 contra ROSAS e na do Paraguai, nascido em Canguçu e falecido em Pelotas, em 9 de novembro de 1891, com cerca de 101 anos de idade.

Ambos baseiam-se numa entrevista concedida por BERNARDO PIRES, cerca de 3 meses antes de seu falecimento, publicada em 24 de julho de 1891, pelo mesmo "Diário Popular", pouco depois de ser adotada como bandeira estadual a antiga farroupilha acrescida do brasão-de-armas ao qual nos estamos referindo. Nesta entrevista afirmara BERNARDO PIRES, ainda então bastante lúcido apesar de sua avançada idade, que "esta bandeira tem uma história que me orgulha. O plano pertence a Mariano de Matos, meu velho amigo, mas o desenho e todo o trabalho de arte é meu. Nunca estudei desenho, como não estudei coisa alguma, mas esta obra que aí vem é minha... Essa bandeira foi organizada no ano que se imprimiu em Piratini a moeda papel da República".

É mais que evidente que BERNARDO PIRES se referira então muito mais ao brasão-de armas apostado mais tarde à antiga bandeira farroupilha, tal como soube ter sido adotada pela constituição estadual já republicana de 1891 no Rio Grande do Sul, e não especificamente àquela bandeira de 1836. Este brasão-de-armas desenhado pessoalmente por ele, é o mesmo que aparece num lenço alegórico dos feitos dos farroupilhas e que, tendo sido preparado também por ele, que o mandara estampar nos Estados Unidos após 1841, data de um destes feitos assinalados no lenço de seda, e que seria distribuído a partir de 3 de dezembro de 1843, já quando a República se achava em sérias dificuldades para manter-se. É o que consta reproduzido em preto e branco, entre as páginas 224 e 225, do 1º volume do "Processo dos Farrapos", anexado por AURELIO PORTO, e que apresenta o brasão-de-armas com a inscrição "República Rio-Grandense — 20 de setembro de 1835" e a fita abaixo com os dizeres "Liberdade, Igualdade, Humanidade". Em volta, as datas das principais vitórias farroupilhas até 1841, circundadas de brasões de mate e trigo, 2 barretes frígios, na parte superior do brasão um anjo alado, e na inferior um barco de velas abertas. Nos 4 ângulos, 2 bandeiras entrelaçadas, e na cercadura os versos: "Nos ângulos do Continente, o Pavilhão tricolor se divisa sustentado por liberdade e valor".

Não deve ser confundido este lenço com o chamado "Painel do Padre Hildebrando", bem mais conhecido, dado como da autoria do Padre HILDEBRANDO DE FREITAS CARDOSO, farroupilha também extremado e que foi deputado à Assembleia Constituinte de 1842. Painel alegórico dos feitos farroupilhas também, tendo no centro o brasão-de-armas reproduzido talvez do proposto pelo então Major JOSÉ MARIANO DE MATOS e desenhado por BERNARDO PIRES, com os mesmos dizeres "República Rio-Grandense — 20 de setembro de 1835", mas sem a faixa "Liberdade, Igualdade, Humanidade", acrescido de detalhes e com figuras diversas externas, ladeada por 2 colunas ostentando aqueles feitos até 1840, com o que se depreende ter sido preparado neste ano, anterior pois ao da feitura do lenço acima descrito. Deste painel existe um exemplar no Museu Histórico Júlio de Castilhos, Porto Alegre, e tem sido reproduzido em cores, tanto por ALFREDO VARELA em sua "História da Grande Revolução", como por AURELIO PORTO, no 1º volume do "Processo dos Farrapos", embora neste não em seu todo.

Outro exemplar deste mesmo brasão-de-armas farroupilha, numa versão mais simples e algo mais apurada em seu desenho heráldico, e sem os dizeres ostentados tanto no lenço como no painel, existente também no Museu Histórico Júlio de Castilhos, e reproduzido em cores por AURELIO PORTO, entre as páginas 290 e 291, do 1º volume do "Processo dos Farrapos", bem como pelo Professor WALTER SPALDING entre as páginas 144 e 145, de sua "A Epopeia Farroupilha", Biblioteca do Exército-Editora, Rio de Janeiro 1962, desde então por quase todos os autores de livros tratando especificamente do movimento farroupilha, acabaria sendo escolhido para o adotado numa regulamentação dos símbolos do Estado do Rio Grande do Sul, pela já citada lei n.º 5.213, de 5 de janeiro de 1966, com o brasão acrescido da inscrição "República Rio-Grandense — 20 de setembro de 1835" e a faixa com os dizeres "Liberdade, Igualdade, Humanidade", tal como já existiam nos modelos anteriores, estes mais conformes com o desenhado por BERNARDO PIRES.

Baseando-se nos mesmos dados já por nós mencionados, também o Professor DANTE DE LAY-



TANO, um dos nossos não menos operosos pesquisadores e do Instituto de História e Geografia do Rio Grande do Sul, na 2ª edição, de 1983, de sua “História da República Rio-Grandense”, aceita à página 303, ter sido ZAMBECCARI “o autor da bandeira republicana rio-grandense”; e à página 356, tratando do brasão-de-armas, faz as mesmas referências ao então Major JOSÉ MARIANO DE MATOS e a BERNARDO PIRES, quanto às diretrizes e ao desenho, respectivamente.

E não devemos esquecer que se com a promulgação da Constituição democrática brasileira de 18 de setembro de 1946, facultar-se-ia novamente aos estados, municípios e cidades terem também símbolos próprios, como bandeiras e brasões e até hinos, que haviam sido abolidos pelo Estado Novo autoritário de 1937 em proveito exclusivo dos símbolos nacionais brasileiros, isto devemos ao nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a quem coube a iniciativa de apresentar aos então constituintes reunidos no Rio de Janeiro, por intermédio de um deles, confrade do mesmo Instituto, Professor ADROALDO MESQUITA DA COSTA, a proposição da emenda que seria aprovada, apesar da reação de alguns, incluída em seu Título IX — Disposições Gerais, § único do artigo 195, mantido implicitamente pelas nossas Constituições posteriores.

### PRIMEIRAS ATIVIDADES EM PORTO ALEGRE

Como já foi exposto, ZAMBECCARI, após retornar a Porto Alegre, já aí deveria encontrar-se desde antes de 15 de janeiro de 1831, pois, como já nos referimos, na edição desta data do periódico “Constitucional Riograndense”, seu nome foi citado num relato de viagem à então colônia de São Leopoldo, onde, segundo ALFREDO VARELA, “teve comissão para proceder, com outros, as medições que se faziam, de lotes urbanos e rurais”, na mesma colônia. Assim, ZAMBECCARI deveria achar-se pois em Porto Alegre, desde antes e inequivocamente desde fins de 1830, como refugiado político. Aí tivera como moradia um prédio ainda existente em 1933, segundo ALFREDO VARELA, na então rua Nova (a hoje General Andrade Neves), esquina com a então da Ladeira (a hoje General Câmara), onde guardava os exemplares botânicos de suas pesquisas, coleções hoje dispersas e perdidas.

Em Porto Alegre encontraria ZAMBECCARI, além do mineiro FRANCISCO MODESTO FRANCO, que fora quem lhe propusera passar para o Rio Grande do Sul, e que consta havê-lo trazido de Buenos Aires em sua embarcação *Bela Angélica*, outras personalidades de certo nível intelectual, também de tendências republicano-federativas, algumas declaradamente, outras ainda disfarçadamente, tal como nas demais províncias do Império naqueles dias. Seu número crescera após o 7 de abril de 1831 e ainda mais com as desilusões decorrente do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 à Constituição outorgada por D. PEDRO I em 1824, embora instituisse as Assembléias Legislativas provinciais eleitas segundo as normas vigentes, mas que mantivera a cargo exclusivo do executivo, do Imperador, na ocasião a cargo da Regência durante a menoridade de D. PEDRO II, a de nomear livremente os presidentes imperiais das províncias, conservando pois o centralismo político-administrativo já existente.

Assim, a existência de um partido republicano, tido então como subversivo, embora de fato não organizado como tal, não poderia ser considerado como mera fantasia. Mas toda vez que este ou aquele cidadão era denunciado deste republicanismo, provocava reações veementes e indignadas tanto em discursos como até mesmo em proclamações, negando tudo, inclusive com vivas ao jovem monarca, à Constituição reformada, etc. Daí a dificuldade em separar os de tendências íntimas já republicano-federativas, dos que se conservavam sinceramente adictos à monarquia bragantina e suas prerrogativas constitucionais de então. É o caso pessoal do Coronel BENTO GONÇALVES DA SILVA, o futuro líder farroupilha, que, ao que tudo indica, já então admitia como solução para os problemas existentes no Rio Grande do Sul e no resto do Brasil, um sistema federativo, republicano ou não.

Seria pois num ambiente assim, já um tanto pré-revolucionário, que ZAMBECCARI, com seu republicanismo carbonário mazziniano, iria exercer certa influência doutrinária, inclusive pela im-

prensa portoalegrense, como através de seus contatos com os adeptos de idéias semelhantes às suas. É também possível que tais contatos tenham sido favorecidos no caso de ter frequentado uma ou outra loja maçônica lá em atividade. Foi redator do "Recopilador Liberal", do "Continentino" e mais tarde de "O Republicano", este fazendo já propaganda declarada republicano-federativa, com atuação até às ante-vésperas da eclosão do movimento farroupilha. De "O Republicano" reproduziu o Dr. EDUARDO DUARTE em "fac-simile" a primeira página de sua edição de 9 de abril de 1834, à página 290 da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", n.º 46 — 2.º trimestre de 1932, incluído no texto de uma de suas substanciosas colaborações, a intitulada de "Garibaldi, Rossetti e Zambecari".

O seu relacionamento pessoal com BENTO GONÇALVES foi confirmado por MANUEL ALVES DA SILVA CALDEIRA, um dos farroupilhas extremados, em seus relatos a ALFREDO VARELA e a pedido deste, publicados no Volume 5º — 1981, o 4º que vem divulgando o chamado "Arquivo Alfredo Varela", dos "Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul", Porto Alegre, páginas 331 a 402. Verdade que CALDEIRA redigiu tais relatos de memória e como testemunha e participante dos acontecimentos de cerca de 30 anos atrás, pois foram datados de entre setembro de 1891 e maio de 1895, de Canguçu, onde então residia, ele já em idade adiantada, mas bastante lúcido ainda.

### ZAMBECCARI, O FARROUPILHA

De acordo com tais relatos redigidos por CALDEIRA, há muito se vinha cogitando da eventualidade de uma república-federativa que incluísse o Rio Grande do Sul, para o que se pensava em começar em depor o então presidente imperial provincial ANTONIO RODRIGUES FERNANDES BRAGA, segundo plano traçado por BENTO GONÇALVES com ZAMBECCARI, para o que foram convidados alguns dos depois mais destacados combatentes farroupilhas. Mas como consta à página 336 do já citado Volume 5º — 1981 dos "Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul", somente com ZAMBECCARI, ONOFRE PIRES DA SILVEIRA CANTO e JOSÉ DE PAIVA MAGALHÃES CALVET, é que chegaria ele a tratar de assuntos ligados à república. Para CALDEIRA fora ZAMBECCARI "a primeira cabeça que planejava a marcha que se devia ter mais tarde", pois "era um homem muito científico e um perfeito republicano".

Ultimamente tem se chegado, daqui e dali, a admitir que ZAMBECCARI começara a aparecer como um dos assessores e secretário pessoal de BENTO GONÇALVES, já desde a fase conspiratória e preparatória do movimento que eclodiria entre 19 e 20 de setembro de 1835, tendo estado ao seu lado na travessia do rio Guaíba, de Pedras Brancas a Porto Alegre, para a reunião com os demais mobilizados na área da Azenha. Assim teria acompanhado BENTO GONÇALVES e os demais chefes farroupilhas na entrada vitoriosa destes na capital da então província, bem como depois no decorrer dos acontecimentos, inclusive na ilha do Fanfa e das consequências desastrosas que resultariam do aprisionamento de ambos e dos demais que lá se achavam.

Podemos entretanto afirmar que desde o início ZAMBECCARI foi de fato o secretário pessoal de BENTO GONÇALVES, embora também designado impropriamente como seu chefe de estado-maior. No entanto convém lembrar que na época ainda não existiam estados-maiores propriamente ditos, tais como hoje em todos os exércitos e em todos os países organizados, inclusive entre nós no Brasil. É que na época o que se designava como estados-maiores se constituíam apenas de auxiliares e acompanhantes de chefes militares, comandantes de exércitos, corpos de exércitos, divisões e até de destacamentos mistos em operações de guerra. O primeiro estado-maior de tipo moderno surgiu no então reino da Prússia, onde se preparara e constituíra um corpo de oficiais para enfrentar em equipe a genialidade incontestada de NAPOLEÃO e que teve atuação decisiva na Campanha de 1815, na batalha de Waterloo, causa imediata da derrocada napoleônica, mas que somente começaria a se impor tanto com a Guerra de 1866 entre a Prússia e a Áustria, como, principalmente, com a de 1870 a 1871 entre a Alemanha, liderada pela Prússia, contra a França de NAPOLEÃO III.

Daí não aparecer o nome de ZAMBECCARI nas operações e combates farroupilhas pessoal-



mente dirigidos por BENTO GONÇALVES, embora ele estivesse sempre ao lado deste até ao desastre da ilha do Fanfa. Atribui-se também a ZAMBECCARI, que conseguira apreender o bastante do idioma nosso em uso naqueles tempos e até redigí-lo satisfatoriamente, os esboços das minutas de quase todas as cartas-diretivas político-militares de BENTO GONÇALVES e tendo tido participação em certos tópicos da proclamação deste, datada de 25 de setembro de 1835, justificando o deflagrar do movimento, no qual se afirma teve a colaboração de DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA, mineiro há muito radicado em Pelotas e tido por muitos como o verdadeiro “cérebro da Revolução”.

ALFREDO VARELA, entre as páginas 60 e 61, do 2º volume de sua “História da Grande Revolução”, reproduz em preto e branco cópia fotográfica por ele obtida do Museu de Bolonha, no qual aparece ZAMBECCARI como coronel farroupilha, mencionado como secretário e chefe do estado-maior de BENTO GONÇALVES, “no primeiro plano e à direita, com a rubra jaqueta liberal, calça azul, botas amarelas, assentado sobre um acidente do terreno, cuja vegetação rasteira é de ordem a lembrar o nosso Pampa. O coronel tem sobre os joelhos o mapa do Rio Grande do Sul, que estuda, no exercício de suas funções bélicas. Ao fundo, sobre uma ligeira eminência, ergue-se o seu cavalo de guerra, ajazeado à gaúcha, e à destra de uma ordenança militar, também vestida à moda do tempo”, como ele a descreve em nota ao rodapé das páginas 58 e 59.

Esta mesma gravura e também em preto e branco já havia ALFREDO VARELA reproduzido à página de rosto do 2º volume de “Revoluções Cisplatinas — A Revolução Riograndense”, de sua autoria e editada em 1915, no Porto. Também o General MORIVALDE CALVET FAGUNDES traz a referida gravura, à página 80, de sua “História da Revolução Farroupilha”, editada em 1984, já com vistas ao Sesquicentenário Farroupilha que ora comemoramos, e que conseguiu em apenas 422 páginas expor o que antes ALFREDO VARELA tentara com os 6 alentados volumes de seu livro de 1933, já acima citado, “História da Grande Revolução”.

#### DA ARMADILHA DA ILHA DO FANFA À FORTALEZA DE SANTA CRUZ

Rompida a frente única que criara condições para que o movimento iniciado em 20 de setembro de 1835 alcançasse pleno sucesso quanto aos seus objetivos preliminares, a deposição do então presidente imperial provincial ANTONIO RODRIGUES FERNANDES BRAGA, reiniciar-se-ia a luta a pretexto das atitudes pessoais, algo suspeitas, atribuídas ao novo presidente recém-nomeado pela Regência, JOSÉ DE ARAÚJO RIBEIRO e que se deixara envolver por elementos declaradamente adversos à causa já liderada por BENTO GONÇALVES, até rasgado o decreto subscrito pelo Regente, Padre DIOGO FEIJÓ, e a ele entregue pessoalmente ainda no Rio de Janeiro. Tais suspeitas obstariam a sua posse pela Assembléia Legislativa, em Porto Alegre, às instâncias dos deputados provinciais farroupilhas mais radicais e de um grupo de juizes de paz das proximidades da capital da província. A isto reagira ARAÚJO RIBEIRO tomando posse perante a Câmara de Rio Grande, com o que se efetivaria o seu rompimento com os farroupilhas, primeiro passo para o reinício da luta que se iria prolongar até março de 1845, após o chamado Convênio de Ponche Verde, sobre o qual já nos explanamos num de nossos livros mais recentes, editado em 1980. Nesta sua atitude fora ARAÚJO RIBEIRO animado pelo apoio que recebera do Coronel BENTO MANUEL RIBEIRO, que abandonara as hostes farroupilhas, então pela primeira vez.

Nesta fase da luta dois acontecimentos quase provocariam o colapso do movimento, que somente seria evitado com a proclamação da República Rio-Grandense e de sua independência pelo então Coronel ANTONIO DE SOUZA NETO, em 11 de setembro de 1836 e logo após sua grande vitória sobre os imperiais no combate do Seival, república embora sempre pronta a se confederar às demais províncias brasileiras que lhe seguissem o exemplo e o quisessem. Tais acontecimentos foram a volta ao domínio imperial de Porto Alegre, em consequência de um golpe de audácia e surpresa, e o desastre da ilha do Fanfa, com o aprisionamento de BENTO GONÇALVES, de ONOFRE e de ZAMBECCARI por BENTO MANUEL.

Deixamos de nos explanar a respeito destes dois acontecimentos, por já terem sido objeto de quase

todos os nossos historiadores que se vêm dedicando à História do decênio heróico cujos feitos ora estamos comemorando neste Sesquicentenário. Mesmo assim, apesar do que afirmou bastante judiciosamente a respeito o General MORIVALDE CALVET FAGUNDES, às páginas 163 a 172, de sua “História da Revolução Farroupilha”, já citada, continuam certas dúvidas e controvérsias em torno deste desastre farroupilha na ilha do Fanfa e dos verdadeiros motivos que levaram BENTO MANUEL a não tomar em consideração os termos do ajuste de capitulação firmado lá, em 4 de outubro de 1836, com a promessa de, em troca da deposição das armas, permitir aos comandados de BENTO GONÇALVES a se recolherem aos respectivos lares, bem como a ele e a seus auxiliares diretos a darem por finda a luta, liberando tanto o líder farroupilha, como ONOFRE e ZAMBECCARI, a tomarem um destino adequado. É que certa movimentação de contingente farroupilha surgido na outra margem do rio Jacuí, a meridional, teria despertado suspeitas da parte de BENTO MANUEL, de que BENTO GONÇALVES estivesse agindo de má fé, preparando um golpe para logo transpor o Jacuí e assim reiniciar a luta, após reconvocar os seus soldados já licenciados. Consta até que ZAMBECCARI estivesse preparando sua fuga numa canoa que para isto encontrara.

Apoiado pois por ARAÚJO RIBEIRO, que acorrera ao local, vindo de Porto Alegre por via fluvial, tendo ele anulado o trato firmado pouco antes, autorizando assim BENTO MANUEL, às instâncias deste, a deter e prender imediatamente BENTO GONÇALVES, ONOFRE e ZAMBECCARI, no momento em que se preparavam para montar em seus cavalos já encilhados. Foram então os três enviados para a capital da província presos, onde chegaram na manhã de 7 de outubro, ficando encarcerados numa barcaça de guerra transformada em “presiganga”, ao largo do rio Guaíba e onde ainda se encontravam alguns dos proceres farroupilhas surpreendidos e aprisionados quando da retomada de Porto Alegre pelos imperiais.

Na “presiganga” foram de início mantidos incomunicáveis, sendo ONOFRE e ZAMBECCARI agrilhoados, no que o seu comandante ANTONIO PEDRO DE ABREU, um irmão do depois BARÃO DO JACUÍ, se esquivou em fazê-lo na pessoa de BENTO GONÇALVES, apesar das ordens superiores que recebera a respeito. Relaxado tal rigorismo, aproveitar-se-ia ZAMBECCARI desta sua estada na barcaça e tendo obtido o material necessário, para pintar aqueles 2 quadros à óleo sobre vidro, em molduras de madeira, que se encontram no Museu Júlio de Castilhos. Destes o Dr. EDUARDO DUARTE, em sua já citada colaboração publicada pela “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”, nos dá à página 297, suas descrições e para quem haviam sido destinadas, ao também então fervoroso farroupilha FRANCISCO XAVIER DO AMARAL SARMENTO MENA, um de seus companheiros de prisão lá, e que ficariam por muito tempo com seus descendentes, antes destes os doarem ao citado Museu, em Porto Alegre.

Transferidos para o Rio de Janeiro, chegariam ao porto do Rio Grande em 6 de novembro de 1836, embarcados no patacho de guerra “Venus”, comandado pelo 1º tenente JOÃO NEPOMUCENO DE MENEZES, os presos BENTO GONÇALVES, ONOFRE, ZAMBECCARI, o boticário PEDRO JOSÉ DE ALMEIDA e o alfaiate MANUEL MARQUES PEREIRA LIMA, sempre em rigorosa incomunicabilidade, e de onde transpuseram a barra no dia 20, rumo à Corte. Lá foram logo trancafiados na Fortaleza de Santa Cruz, onde já se encontravam cerca de 30 outros farroupilhas, entre eles também AFONSO JOSÉ DE ALMEIDA CORTE REAL, aprisionado no infeliz combate do Passo do Rosário por BENTO MANUEL RIBEIRO.

Inicialmente tiveram BENTO GONÇALVES, ONOFRE e ZAMBECCARI a fortaleza por menagem, mas pouco depois foram recolhidos, com PEDRO BOTICÁRIO, MARCIANO RIBEIRO e JOSÉ DE PAIVA MAGALHÃES CALVET e outros farroupilhas, para uma prisão lá denominada de “Casa Forte”, numa situação muito precária, tanto para a saúde, alimentação e vivência de todos. E se não fosse o auxílio em alimentos, roupas e dinheiro que lhes vinha prestando o negociante e industrial IRINEU EVANGELISTA DE SOUSA, o depois barão de MAUÁ, riograndense então residente lá no morro de Santa Teresa, ocultamente, por intermediários de sua inteira confiança pessoal e com a cumplicidade de elementos da guarnição, raros teriam sobrevivido e não poderia BENTO GONÇALVES, por exemplo, manter-se em ligações epistolares com seus companheiros de lutas



no Rio Grande do Sul, inclusive com o já general farroupilha JOÃO MANUEL DE LIMA E SILVA e com a ainda Coronel ANTONIO DE SOUSA NETO. Também em sua moradia de Santa Teresa foi que se tramou as fugas de BENTO GONÇALVES, ONOFRE, CORTE REAL e PEDRO BOTICÁRIO, nem todas com o esperado sucesso.

Boatos sobre tais tentativas em andamento levariam as autoridades imperiais a transferirem BENTO GONÇALVES e PEDRO BOTICÁRIO para um cubículo do Forte da Lage e a separarem ONOFRE, CORTE REAL e ZAMBECCARI dos demais, na Fortaleza de Santa Cruz. Da Lage fracassaria a fuga planejada de BENTO GONÇALVES, transferido por isto para a Bahia, para o Forte do Mar ou de São Caetano, de onde, mesmo assim, conseguiria escapar de uma maneira espetacular, graças à ajuda de liberais baianos, da maçonaria local, retornando ao Rio Grande do Sul, tomando posse na presidência da novel República, em Piratini, para a qual fora eleito durante a sua ausência forçada, reassumindo o comando supremo dos combatentes farroupilhas, já como general republicano, mas sem ZAMBECCARI ao seu lado.

Percalços de última hora evitaram que ZAMBECCARI pudesse fugir na mesma ocasião que ONOFRE e CORTE REAL, que se viram obrigados a nadar até a embarcação que os aguardava ao largo, no que ele não os pudera acompanhar, por não saber nadar.

Quanto a PEDRO BOTICÁRIO, causa de haver BENTO GONÇALVES desistido de sua fuga da Lage, por verificar que seu companheiro ficara entalado na abertura feita por ambos, não querendo comprometê-lo mais, seria transferido para a Fortaleza do Brum, no Recife, onde permaneceria preso até a pacificação do Rio Grande do Sul, em 1845, retornando então já anistiado para Porto Alegre.

Embora sempre mantido sob certa vigilância já antes da fuga de ONOFRE e de CORTE REAL, fora permitido então a ZAMBECCARI receber daqui e dali visitas, entre as quais de GIUSEPPE GARIBALDI e de LUIGI ROSSETTI, ambos carbonários mazzinianos e também refugiados políticos italianos como ele, e com os quais, por seu intermédio, o líder farroupilha preso ajustaria passarem ao serviço naval da República Riograndense, de curso. Isolado dos demais farroupilhas mais chegados a ele, ainda presos na Fortaleza de Santa Cruz, passaria ZAMBECCARI a gozar de certas regalias que lhe permitiriam dedicar-se a seus trabalhos de cartografia e desenho panorâmico, graças aos recursos de que dispunha, e aprimorar seus conhecimentos no linguajar português usual no Brasil, que chegaria a dominar razoavelmente.

No entanto, desde que na Fortaleza de Santa Cruz se vira separado de BENTO GONÇALVES, cessaria de fato a fase farroupilha de sua vida agitada e atribulada. Pois se BENTO GONÇALVES conseguira sempre dar um jeito para burlar a vigilância imperial exercida então na fortaleza, para enviar daqui e dali suas cartas aos companheiros ainda em luta no Rio Grande do Sul e assim continuar mantendo contato com alguns deles, inclusive com os raros correligionários que no Rio de Janeiro serviam de seus intermediários, ZAMBECCARI provocaria queixas de lá, notadamente de DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA, de que jamais ele respondera as cartas que lhe dirigira.

É possível que a vigilância em torno dele fosse bem mais rigorosa por o considerarem da parte das autoridades imperiais, bem mais perigoso que os demais sob o ponto de vista ideológico. Assim toda correspondência a ele endereçada do Rio Grande do Sul poderia ter sido interceptada, como, por exemplo, a de FRANCISCO MODESTO FRANCO, datada de 12 de outubro de 1836, "ao amigo Zambeccari", transcrita às páginas 243 e 255, do 1º volume do "Processo dos Farrapos", a este juntada em pública-forma, de Porto Alegre, de 29 do mesmo mês e ano.

Mas mesmo assim sempre conseguiria ZAMBECCARI uma maneira de fazer chegar às mãos dos redatores de periódicos oposicionistas do Rio de Janeiro artigos seus de fundo liberal doutrinário e que eram divulgados com o pseudônimo, ora de CASSIO, ora OMICRON, ora de ATLÂNTICO. Não deixaram de aparecer aventureiros e malandros, inclusive patricios seus, como ANDRÉ RINI, que a pretexto de lhe entregarem no Rio de Janeiro recursos financeiros conseguidos de alguns farroupilhas mais ingênuos e dos quais recebera cerca de 2.200 patações, fugiria com esta soma. Outro,

o não-italiano PAULINO AGUIRRE, desapareceria com cerca de 3.000 piasstras, como cita ALFREDO VARELA à página 67, do 2º volume de sua "História da Grande Revolução".

Nunca deixariam seus companheiros farroupilhas então domiciliados no Rio de Janeiro de lutarem para que ZAMBECCARI fosse solto, dado o seu crescente estado precário de saúde, entre eles JOSÉ DE PAIVA MAGALHÃES CALVET, recentemente lá anistiado com a condição de não se afastar da capital. Este vinha em vão procurando sensibilizar em proveito do prisioneiro, os embaixadores da Inglaterra e da Espanha e até o nuncio da Santa Sé. E apesar da oposição da parte de elementos da Corte e dos gabinetes ministeriais em contrário, ser-lhe-ia finalmente concedida a anistia pela Regência, em 2 de dezembro de 1839, na data aniversário do Imperador D. PEDRO II, mas convertendo-a em desterro, devendo ZAMBECCARI deixar o Brasil logo e definitivamente. Embarcando no Rio de Janeiro no navio postal inglês "Lyra", aportaria sem nenhuma novidade e após uma viagem de 45 dias por mar, em Portsmouth, na Inglaterra.

Aproveitara-se ZAMBECCARI de sua confinção na Fortaleza de Santa Cruz para concluir o desenho de uma carta geográfica do Rio Grande do Sul, com os dados que há muito vinha reunindo desde sua chegada a Porto Alegre, anos atrás. Obviamente recorreu a mapas e cartas já existentes, completando-os e retocando-os com o que pessoalmente observara e anotara em suas andanças ao lado de BENTO GONÇALVES. Esta carta geográfica, na qual não devia constar nem a sua rubrica e nem sua assinatura usual por motivos óbvios, já que os originais saíram da fortaleza às escondidas do respectivo comando, ZAMBECCARI a mandou reproduzir pela Litografia LARRÉE, então existente à rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, tendo sido a sua impressão feita por J.F. COELHO, ao que consta.

No entanto, pouco antes deste mapa aparecer no comércio local, surgiria o anexo à 2ª edição dos "Anais da Província de São Pedro", de FELICIANO FERNANDES PINHEIRO, o visconde de SÃO LEOPOLDO, impresso em Paris, em 1839, assinalando que o mesmo fora reduzido de uma carta manuscrita levantada sob a direção do referido visconde e desenhada pelo Coronel de Milícias JOSÉ PEDRO CEZAR. Reconhecendo ZAMBECCARI uma grande semelhança entre este mapa e os originais do seu, apesar de algumas modificações, chegou à conclusão de que os originais do seu haviam sido entregues a outrem e à sua revelia, talvez lá na citada litografia. Protestou pois contra o que julgara ser uma desapropriação indébita, em carta enviada e divulgada então pelo "Jornal do Comércio" de lá, assinando-se OMICRON, um dos pseudônimos que então vinha usando desde que fora recolhido à Fortaleza de Santa Cruz. Reprodução fotográfica de um recorte do mesmo, consta em "Res Avita" de ALFREDO VARELA, entre as páginas 242 e 243, pelo autor deste livro conseguido do Museu de Bolonha, tendo ao lado dizeres do próprio punho de ZAMBECCARI, historiando o acontecido à sua maneira.

Em torno da autoria deste mapa geográfico do Rio Grande do Sul chegaria a surgir uma acirrada polêmica, pela imprensa do Rio de Janeiro, entre ALFREDO VARELA, que defendia ZAMBECCARI como o seu verdadeiro autor, e o depois General EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCA, também um dos nossos insígnies e operosos historiadores sulinos como aquele, que não a aceitava como comprovada.

E como as autoridades imperiais brasileiras não lhe fizeram nenhum óbice para que levasse consigo para a Inglaterra o seu arquivo pessoal naquele que não tivesse caráter político e ideológico relacionado com os acontecimentos havidos no Rio Grande do Sul, pôde ZAMBECCARI salvar o material que hoje se encontra depositado no citado Museu de Bolonha, sua cidade natal. Assim no mesmo museu existem outras plantas da autoria de ZAMBECCARI, todas em aquarela, algumas já divulgadas em reproduções fotográficas por ALFREDO VARELA em "Res Avita", como a planta da cidade de Porto Alegre em 1833; a batalha do Rio Pardo; os combates de 6 e 9 de setembro de 1836, entre Porto Alegre e São Leopoldo; o combate de 31 de maio de 1836, próximo ao arroio dos Ratos, 1ª e 2ª fases; a cidade do Rio de Janeiro, abrangendo Niterói; a Fortaleza de Santa Cruz, a entrada da barra do Rio de Janeiro; a Fortaleza de São João, idem; o Forte da Lage, visto da Fortaleza de Santa Cruz e com alguns detalhes de sua estrutura externa.



## DE FARROUPILHA A GARIBALDINO

Uma vez na Inglaterra, ZAMBECCARI dirigir-se-ia de Portsmouth para Londres, passando já em 1840 à França, donde de Paris procuraria retornar à Itália em busca de seu sonho alentado desde a juventude, a unificação como república. Mas desde logo sob vigilância e ameaçado de prisão, refugiar-se-ia em Florença, de onde passaria a Luca e de lá, graças aos esforços de seus numerosos amigos secretos de Roma, pudera voltar para Bolonha no ano seguinte, em 1841. Isto no entanto durou pouco, pois decidir-se-ia em ir para a Sicília, onde se contava em poder rebelá-la contra os reis de Nápoles em proveito da causa republicana mazziniana, tudo em vão ainda.

Após outras tentativas frustradas, tanto em Rimini como em Bolonha, das quais ZAMBECCARI participaria como coronel comandante de um corpo de voluntários, mas com pouca sorte. A situação iria tomar novos rumos, com a Revolução de 1848, que se tendo alastrado por quase toda a Europa Central, inclusive na Alemanha, Áustria e França, acabaria com o que ainda restava da chamada Santa Aliança, arrastaria também o reino de Piemonte-Sardenha, no norte da Itália, cujo soberano CARLOS ALBERTO, procurando liderar o movimento já em ebulição lá, resolvera enfrentar o poderio austríaco numa guerra desastrosa. Fragorosamente batido e por três vezes, teve CARLOS ALBERTO de abdicar em proveito de seu filho e herdeiro VITTÓRIO EMMANUELE II, aquele que seria o 1º rei da Itália unificada.

Um único sucesso surgiria entre 1848 e 1849 sob a liderança de MAZZINI e já então também de GARIBALDI, que retornara tempos atrás do rio da Prata, após se ter separado dos farroupilhas, e que com a participação de ZAMBECCARI, quando da ocupação temporária pelos revolucionários italianos do Estado Pontifício e da proclamação da República em Roma, governada por um triunvirato, convocariam uma Assembléia Constituinte. Para esta chegara ZAMBECCARI a ser eleito por Bolonha por 11.817 votos. Mas com a intervenção decidida por NAPOLEÃO III, o novo imperador recém-proclamado em retumbante plebiscito na França, enviando um corpo de exército para repor o Santo Padre em Roma e protegê-lo, mantendo lá uma forte guarnição francesa até 1870, iria logo ruir mais este sonho mazziniano.

É desta fase o retrato de ZAMBECCARI reproduzido por ALFREDO VARELA à folha de rosto de “Res Avita”, o mesmo que reproduzimos anteriormente e no qual ele aparece como coronel e “Rappresentante del Popolo della Repubblica a Roma”.

Refugiando-se então na ilha de Corfu, foi ZAMBECCARI lá preso por suspeitas, em setembro de 1849. Solto pouco depois, dirigir-se-ia para Atenas, na Grécia, a fim de refazer-se dos males tanto físicos como espirituais que há muito o afligiam, abalada sua saúde, já precária ainda mais. Graças aos recursos financeiros que nunca lhe faltaram, provindos de suas posses herdadas dos seus avoengos de Bolonha, tratou de dar andamento aos seus estudos de História Natural, seu “hobby”. Acometido no entanto em 1854 pela cólera-morbus, foi aconselhado pelos médicos a regressar à sua pátria, recolhendo-se em Turim, a capital do reino de Piemonte-Sardenha, que seria o núcleo do futuro reino da Itália, lá permanecendo até 1860 e sem poder participar pessoalmente dos acontecimentos que se estavam sucedendo desde 1859 num ritmo acelerado e em proveito da causa há tanto tempo por ele alentada, a de uma Itália unida e livre, embora ainda não bem como desejaria que fosse, uma república.

Assim, enquanto os exércitos piemonteses marchavam vitoriosamente rumo ao sul da península, GARIBALDI se apossara da ilha da Sicília e graças aos recursos em armas e munições que lhe dera o primeiro ministro de VITTORIO EMMANUELE II, o clarividente e notável estadista CAMILLO CAVOUR, que se tornaria no verdadeiro promotor da unificação da Itália. De lá conseguiria GARIBALDI expulsar o que restava do exército do reino de Nápoles-Sicília, ocupando em seguida vitoriosamente a sua parte continental, acabando então com o predomínio já multissecular dos seus soberanos, os Bourbon-Duas Sicílias. Verdade que relutara um pouco em subordinar-se às autoridades do Piemonte-Sardenha antes de reconhecer VITTORIO EMMANUELE II como 1º rei da



Itália, após o que se recolheria à ilha de Capri, abandonando de vez suas atividades político-sociais na sua pátria.

Entre os combatentes mais destacados de GARIBALDI achavam-se os chamados garibaldinos, constituídos de voluntários por ele recrutados, inclusive entre ingleses, e que usavam uniformes copiados daqueles que da sua parte sempre eram lembrados e elogiados por sua bravura ímpar, os **lan- ceiros negros farroupilhas**, camisa vermelha e calças de brim bege. Também GARIBALDI não esquecera ZAMBECCARI, seu companheiro farroupilha de anos atrás, oferecendo-lhe uma comissão compatível com o seu estado físico, o de inspetor-geral de seu exército na Itália do sul, isto ainda em 1860, após o que este voltaria a vida privada em Bolonha, lá falecendo em 30 de abril de 1862, com pouco menos de 60 anos de idade, pois lá nascera em 30 de junho de 1802.

Também ZAMBECCARI, tal como MAZZINI e GARIBALDI, embora estes ainda continuassem adeptos de um republicanismo algo extremado, havia reconhecido que para evitar novas divergências internas e que poderiam prejudicar a tão sonhada unificação de sua pátria, naquelas circunstâncias, somente seria possível em torno da pessoa de VITTORIO EMMANUELE II e numa monarquia constitucional e liberal, já que ele conseguira conglomerar em torno de si todos os patriotas independentemente de suas ideologias político-sociais. Isto chegaria ZAMBECCARI a proclamar através de um periódico por ele então dirigido. E pôde ele ainda em vida ver seus sonhos por lá, quase que totalmente realizados com a criação daquele reino da Itália, embora este ainda não abrangesse nem a área da cidade de Roma, ocupada que continuava por unidades francesas, e nem a Venécia, esta ainda sob o domínio do Império Austro-Ungaro!

Ainda em seus últimos dias de vida, vinha ZAMBECCARI selecionando e reunindo entre os seus guardados, salvos da destruição e levados consigo ao ter de deixar o Brasil, tudo que lembrasse os tempos em que passara em companhia dos farroupilhas no Rio Grande do Sul, talvez visando redigir algo como suas memórias. O que então dispunha, encontra-se em parte no acervo do Museu de Bolonha, já rebuscado e aproveitado por ALFREDO VARELA, tais como aquelas suas plantas e desenhos em aquarela, um seu retrato tendo ao fundo sua montaria e sua ordenança farroupilha, bem como os esboços da tricolor e da cocarda republicana de 1836, que já citamos e descrevemos páginas atrás.

Na Sicília, ao lado de GARIBALDI, com funções semelhantes em parte às de antes de ZAMBECCARI ao lado de BENTO GONÇALVES, atuaria um oficial prussiano, enviado pelo Grande Estado-Maior de Berlim, embora em caráter não oficial, o capitão TUERR, apresentado com o respectivo pequeno retrato de corpo inteiro, pelo "Corriere del Piccolo" de 5 de agosto de 1960, semanário ilustrado do jornal italiano "Corriere della Sera", de Milão, numa edição comemorativa do 1.º centenário da chamada expedição dos mil garibaldinos àquela ilha, com a divulgação de outras imagens atinentes àquele feito, de choques e combates inclusive.

E foi graças ao então reino da Prússia, vencendo o Império Austro-Ungaro na Campanha da Boêmia, na batalha decisiva de Koeniggratz ou Sadowa, em 3 de julho de 1866, apesar do então recém-constituído reino da Itália ter sido infeliz contra os mesmos austríacos e por estes sido batido na batalha terrestre de Custoza, em 24 de junho do mesmo ano, e na naval de Lissa, em 28 de julho, que a Venécia seria restituída em caráter definitivo à mãe-pátria, a Itália. Depois, numa notável coincidência, conseguiriam os patriotas italianos, com GARIBALDI, se apoderar de Roma em 20 de setembro de 1870, exatamente na data farroupilha vivida 35 anos atrás, também favorecidos pelos prussianos e demais alemães em guerra pela própria unificação, contra a França ainda imperial de NAPOLEÃO III!



## DOIS FUNDADORES

**Luis Alberto Cibils**

Com o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha resolvemos prestar à antiga região de Camaquã uma homenagem, lembrando-lhe nomes que se destacaram nessa oportunidade.

Entre esses nomes ressaltam o do Cap. Joaquim Gonçalves da Silva, pai do Gen. Bento Gonçalves da Silva e fundador da cidade de Camaquã, e o não menos ilustre do Ten. Cel. Patricio Vieira Rodrigues, líder da região onde atuou militarmente em várias ocasiões, além de ser o fundador da cidade de Tapes.

São municípios gêmeos. Nasceram com a mesma origem, intercalaram-se na hegemonia política. Essa região, até o rio Camaquã, na segunda metade do século 18, não só foi cenário das lutas entre portugueses e espanhóis na disputa da posse desse território, pois o rio Camaquã, em certo tempo, chegou a ser a divisa dos dois domínios; mas também, nessa época, foi povoada por luso-brasileiros, entre os quais varões casados com filhas de Jerônimo de Ornelas Meneses e Vasconcelos, primeiro ocupante da região onde está situado o centro de Porto Alegre.

Disseminados por esse território, hoje pertencente aos dois municípios citados, puderam ver, nos intervalos que mediaram as guerras, e em visão projetada sobre o futuro, que o seu trabalho produtivo lhes permitiria alcançar acentuado progresso.

Surgem as primeiras necessidades da vida coletiva. Com elas, as formas para serem atendidas. Respondendo às necessidades militares e administrativas, encontra-se esta região em 1780, como parte integrante da Freguesia de Triunfo, integrando um Distrito que possuía Companhia de Milícias, comandada pelo Cap. de Cavalaria Auxiliar Evaristo Pinto Bandeira — a qual, em 1808, estava sob as ordens do Cap. Manuel Alves Guimarães.

Paralelamente a essas necessidades militares e administrativas atendidas pelos comandos militares, os reclamos espirituais fizeram surgir a Capela. Com esta, o aparecimento dos primeiros centros populacionais. A primeira foi a Capela Curada de São João Batista de Camaquã, criada pela Provisão Eclesiástica do Bispo do Rio de Janeiro D. José Caetano da Silva Coutinho, a 9 de dezembro de 1815, em terras doadas pelo Cap. Joaquim Gonçalves da Silva, limitando-se ao Norte, com o Arroio Velhaco; pelo Sul, com o rio Camaquã.

No hoje território do Município de Tapes, surgiu outra Capela, em terreno doado por Francisco Antônio da Cunha e sua mulher Angélica Maria da Conceição, a 1º de janeiro de 1819. A Provisão confirmatória dessa doação foi expedida a 6 de maio de 1820. Pelo Decreto Imperial nº 42, de 29 de agosto de 1833, assinado pela Regência Permanente, sancionando e mandando executar a Resolução da Assembléia Geral Legislativa tomada sobre proposta do Conselho Geral da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, é determinado que “O Distrito de Camaquã pertencente ao Senhor Bom Jesus do Triunfo fica criada Freguesia com a invocação de Freguesia de Nossa Senhora das Dores



do Distrito de Camaquã”. Pela Lei provincial de 14 de novembro de 1854, a Capela de São João, que pertencera à Freguesia de N. S. das Dores de Camaquã, foi elevada à Categoria de Freguesia, com o nome de São João Batista do Camaquã.

A importância econômica, política, religiosa e social da região que se estendia do Guaíba ao Camaquã já se projetava na vida da Província pela contribuição que esta vinha oferecendo na guerra, na economia, nas reivindicações políticas e administrativas.

Reconhecendo tal realidade, a Assembléia daquele tempo votou o projeto que se converteu na Lei nº 402, de 16 de dezembro de 1857, por que foi criado o Município de Dores de Camaquã de que fazia parte a Freguesia de São João Batista de Camaquã. Instalou-se a Vila das Dores a 12 de maio de 1858, quando assumiram os primeiros Vereadores. Em dezembro de 1861, com a Lei nº 474, de 4 de dezembro é declarado extinto o município, ficando as duas freguesias incorporadas ao Município de Porto Alegre.

Com a Lei nº 569, de 6 de abril de 1864, assinada pelo Vice-Presidente Patrício Corrêa da Câmara, é criado o Município de São João Batista de Camaquã, incluindo o Distrito de Dores. Instalado o Município a 7 de janeiro de 1865, assumiram os primeiros vereadores.

Na Guerra do Paraguai, o território atualmente ocupado pelos Municípios de Tapes e Camaquã — que ao tempo constituía o Município de Camaquã — contribuiu com aproximadamente 1.000 homens, entre voluntários e guardas nacionais, donde voltaram apenas 400.

Por força da Lei nº 975, de 19 de abril de 1875, assinada pelo Presidente da Província José Antônio de Azevedo e Castro, pela segunda vez, Dores torna-se Município, agora com superfície territorial reduzida à metade já que seu limite Sul passa a ser o Arroio Velhaco.

Depois de haver se destacado na propaganda e consolidação da República em fatos memoráveis, por mais de vinte anos, Dores de Camaquã ainda sofria as consequências econômicas da Abolição da Escravidão; da competição de outros mercados com relação aos seus produtos principais, como erva-mate; do êxodo dos elementos mais capazes para centros maiores e o desvio da estrada estadual pelo Porto de Tapes. Todos esses fatos debilitaram o Município, em consequência do que resultou a medida constante do Decreto nº 1692, de 23 de janeiro de 1911, assinado pelo Presidente do Estado, Carlos Barbosa Gonçalves, suprimindo o Município de Dores de Camaquã para ser anexado ao de Porto Alegre.

Após o curto período de dois anos e cinco meses em que pertenceu mais uma vez a Porto Alegre, quando se encontrava no Governo Antônio Augusto Borges de Medeiros, foi restabelecido o Município de Dores de Camaquã, pelo Decreto nº 1993, de 25 de junho de 1913. Com o restabelecimento do Município, a 1º de julho de 1913, assume o cargo de Intendente Provisório Inácio dos Santos Abreu e os Conselheiros Municipais.

O Porto de Tapes com seu desenvolvimento, depois de grandes lutas com os dorenses, através do Ato nº 119, de 9 de maio de 1928, assinado pelo Intendente Adiles de Araújo Peixoto, obtém a mudança da sede do Governo Municipal da Vila das Dores para a povoação de Tapes. Depois de serem solucionados os recursos interpostos o Intendente promulga o Ato nº 179, de 22 de maio de 1929 que declara mudada a sede do município da povoação de Dores para a Vila de Tapes.

Com o Ato nº 187, de 31 de maio de 1929, é declarada na Vila de Tapes, a sede do Município e, por fim, o Decreto nº 10, de 21 de setembro de 1929, muda o nome Município de Dores de Camaquã para Município de Tapes. Dores passa a ser 2º Distrito e, pelo Decreto Estadual nº 7.589, de 29 de novembro de 1938, passa a chamar-se Vila Vasconcelos, em homenagem a um propagandista da República seu ilustre filho Manuel da Cunha Vasconcelos.

Este o cenário em que sobrelevam os vultos ilustres que passamos a estudar.

### CAPITÃO JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA

O Capitão Joaquim Gonçalves da Silva, natural da Freguesia de Santa Maria do Real, Conselho de Paiva, Bispado de Lamego, em Portugal, era filho de Manuel Gonçalves da Silva e Josefa Maria de Jesus, naturais da mesma Freguesia.

Vindo ao Brasil em meados do século 18, o Cap. Joaquim casou na Freguesia do Triunfo, a 7 de agosto de 1774, com Perpétua da Costa Meireles, filha de Manuel Gonçalves Meireles, natural de Mondim dos Bastos, Arcebisado de Braga e de Antônia da Costa Barbosa; esta, natural da Vila de Guaratinguetá onde se batizou a 9 de outubro de 1727, Bispado de São Paulo e 3ª filha de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos e de Lucrécia Leme Barbosa, primeiros ocupantes dos campos onde se localiza Porto Alegre.

Antônia da Costa Barbosa, sogra do Cap. Joaquim Gonçalves da Silva, já viúva, recebeu a Concessão de Sesmaria em 1780 feita por José Marcelino de Figueiredo (Manuel Jorge Gomes Sepúlveda), com três léguas de comprimento e uma de largo, dividindo-se ao Norte — limitrofe com o Arroio Velhaco, em sua margem esquerda — com sua irmã Rita Menezes que também já é viúva do Cap. Francisco Xavier de Azambuja, recebeu no mesmo ano de 1780 a Concessão da Sesmaria de Capão do Meio, em território hoje pertencente a Tapes; pelo Sul, com Manuel Durães; pelo Oeste, com a Serra do Herval e pelo Leste, com a Lagoa dos Patos. Antônia deixou 12 filhos. Nessa Sesmaria concedida à Antônia da Costa Barbosa, na margem direita do Arroio Velhaco e em sua foz, encontra-se hoje a Vila Arambaré, 2º Distrito de Camaquã.

Com os estudos realizados por José de Araújo Fabrício sabe-se que Perpétua da Costa Meireles foi batizada a 15 de abril de 1754, na Freguesia de Viamão e que faleceu a 9 de novembro de 1803, em Porto Alegre, com 49 anos; o pai desta, Manuel Gonçalves Meireles, era natural da Freguesia de São Cristóvão em Mondim de Bastos, Bispado do Porto e falecido a 28 de agosto de 1777, na Freguesia do Triunfo, com 70 anos; neta paterna de Francisco Meireles e Senhorinha Gaspar, naturais de Mondim de Bastos, em Portugal. Seu avô materno Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos era natural da Ilha da Madeira; e sua avó Lucrécia Leme Barbosa, era nascida em Guaratinguetá.

Refere ainda que os pais de Perpétua da Costa Meireles eram fazendeiros em Triunfo e, em sua Fazenda da Piedade, foi erguida a capela de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, núcleo da futura cidade do mesmo nome.

Como dissemos em outra oportunidade, a região entre o Jacuí e o Camaquã foi pertencente aos ervais da Redução Jesuítica de S. Borja. Por isso, no século 18, o Cap. Joaquim Gonçalves da Silva e outros, como sesmeiros proprietários, asseguraram com suas presenças o território para Portugal.

A Atividade das Charqueadas se teria iniciado em torno de 1780. Nesse ano, as terras localizadas na parte meridional do Guaíba e Jacuí até o Camaquã que eram comandadas pelo Cap. de Cava-

laria Auxiliar Evaristo Pinto Bandeira — conforme originais da época existentes no Arquivo Histórico do Estado — estavam povoadas de criadores. Entre os mesmos se encontra Joaquim Gonçalves da Silva que, em sua fazenda, possuía: 500 animais vacuns, 200 cavaleiros e 200 ovelhas; em outra fazenda contava: 1.500 animais vacuns, 600 cavaleiros, 6 bois e 20 cavalos mansos.

Recente pesquisa de Paulo Xavier localizou no Arquivo Histórico do Estado que D. Josefa, mãe do Cap. Joaquim, já viúva, junto de outros seus filhos José Gonçalves da Silva, Ana Angélica e seu marido Gervásio José e Maria Argélica da Silva mulher de João Machado Guimarães, na Freguesia do Real, Portugal, em 30 de setembro de 1793, constituíram procurador a seu filho e irmão Joaquim Gonçalves da Silva, no Distrito do Rio Grande de S. Pedro ou S. Paulo, para “cobrar e arrecadar os legados e esmolas que lhes deixou em testamento, seu cunhado e tio, o padre Antonio Vieira da Silva, falecido nos ditos Estados”, conferindo-se os poderes a isso necessários.

Ainda nesse ano de 1793, o Alferes Joaquim Gonçalves da Silva, sendo senhor e possuidor de uma Fazenda de Campos, por invocação de Santo Antonio do Paraíso Terreal, havida por compra de Antônio Lopes Duro, dividindo-se pelo Norte, com a Serra do Herval; pelo Sul, com um Tremedal (depois Banhado do Colégio) que desagua no rio Camaquã; pelo Leste, por um lago que divide com Domingos Meireles e pelo Oeste, por outro lago que divide com Agostinho Cordeiro e os Campos dos Órfãos — requeria fossem citados os confrontantes e procedida a medição.

Citou-se nessa ocasião, também como confrontante, José Joaquim de Mendonça, que teria dado nome ao Passo do Mendonça, onde hoje se situa a ponte sobre o rio Camaquã, na BR 116.

Realizada a medição pelo Medidor e Demarcador Severo Leonardo, que efetuou croquis, auxiliado pelo Ajudante Inácio José Ferreira, foi essa medição julgada por sentença do Juiz Ordinário, Cap. Bernardino José Pereira, de 5 de outubro de 1793, lavrada na própria Fazenda de Santo Antônio do Paraíso Terreal, à época Distrito de Bom Jesus do Triunfo, Continente do Rio Grande de S. Pedro do Sul.

Quando era Governador o Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Câmara, a Câmara de P. Alegre a 23 de outubro de 1782, já indicava para Capitães, para as novas Companhias de Ordenanças, na Freguesia do Bom Jesus do Triunfo, Antônio Ferreira Leitão, Manuel Vieira dos Santos e Joaquim Gonçalves da Silva.

Joaquim que adquirira terras de Lourenço Dorneles Vasconcelos e outros teve essa compra confirmada por concessão de Sesmaria de parte do Conde de Resende a 12 de julho de 1799. A 24 de março de 1800 o Príncipe D. João, ainda em Lisboa, concedia, em ratificação, ao Alferes Joaquim Gonçalves da Silva a Carta de Sesmaria do Cristal.

Segundo relação assinada pelo Cap. Manuel Alves Guimarães, Comandante do Distrito da Costa do Camaquã, em 1808 era fazendeiro daquele Distrito e possuía crias de bestas muars, entre outros criadores, o Cap. Joaquim Gonçalves da Silva.

Pelo menos duas vezes Joaquim Gonçalves da Silva já fora eleito juiz ordinário, em 5 de outubro de 1788 e em 10 de outubro de 1802, sempre para servir no ano seguinte.

Inácio Antônio dos Santos requereu e obteve a concessão de Sesmaria pelo Príncipe D. João, em meados de novembro de 1808. Essa propriedade tinha uma légua de matos devolutos, sita na Serra do Herval e cabeceiras da Estância que foi de Antônio Lopes Duro e, naquela ocasião, já do Cap. Joaquim. Esses matos se dividiam “pelo Leste, com um arroio que nasce de uma Serra e divide a Fazenda de Domingos Gonçalves Meireles com o Cap. Joaquim: pelo Oeste, com fachinas de Idelfonso Figueira e com o mesmo Gonçalves; pelo Norte, com a mesma Serra e pelo Sul, com a Fazenda do referido Gonçalves”.



Em consequência da elevação do Governo do Rio Grande, até então dependente do Rio de Janeiro, à Capitania Geral em 1807, com a denominação de S. Pedro do Rio Grande, quando já estava criado o Município de Porto Alegre, com a Resolução de 27 de abril de 1809, que incluía o território até o rio Camaquã, foi remetido pela respectiva Câmara, a 25 de outubro de 1809, a D. Diogo de Souza, recém empossado como 1.º Governador e Capitão General desta Capitania, o expediente assinado por Inácio Antônio dos Santos, José Antônio de S. Nunes, Luis A. Machado e Domingos de Almeida Lemos Peixoto, com o objetivo de que fossem nomeadas as autoridades demarcadoras da propriedade, dentro do critério disposto pelo Alvará, com força de Lei, de 25 de janeiro daquele ano, e por isso propunham: “para servir de Juiz de Sesmarias desta Vila, em seu turno um dos três sujeitos seguintes: Em primeiro lugar o Capitão das Ordenanças Joaquim Gonçalves da Silva, por ser um dos moradores desta Vila de maior probidade e independência, e que já serviu de Juiz Ordinário e Almoхарife, com boa satisfação”. Documentos existentes no Arquivo Histórico do Estado, comprovam seu exercício nessas funções.

Como o Príncipe Regente, por Carta-Régia de 14 de maio de 1812 tivesse nomeado o Cap. Joaquim para servir de Vereador da Câmara de P. Alegre, esta, através de Ofício de seu Escrivão Lourenço Júnior da Costa, o convida a vir “sem a mínima demora prestar seu juramento e tomar Posse do honroso Cargo”. Essa correspondência só foi recebida a 23 de agosto, pelo pardo Eufrázio.

Em vereança de 24 de julho de 1812 tomaram posse os demais vereadores, não se fazendo presente o Cap. Joaquim.

Como estivesse enfermo, somente assumira seu cargo perante o Desembargador Juiz de Fora Luis Corrêa Teixeira de Bragança e mais oficiais da Câmara, prestando juramento, como notícia o respectivo Auto de posse e juramento de 27 de janeiro de 1813, até a chegada dos novos vereadores que hão de servir à Câmara.

A demora em assumir o cargo de Vereador em Porto Alegre não foi só por motivo de enfermidade. Correspondência do Cel. Joaquim Félix da Fonseca, de 20 de maio daquele ano de 1812, a D. Diogo de Souza, comunica que os recrutas se rebelaram sendo postos a ferros; que o Capitão de milícias Izidoro Vicente Pacheco é destituído do comando dos Distritos de Triunfo e S. Jerônimo; que o Capitão de Ordenanças Joaquim Gonçalves da Silva é investido das funções de Comandante do Distrito de Camaquã, “de quem tenho boas referências, que afiançam a sua capacidade para conter aquele Distrito em boa ordem e tranquilidade, enquanto V. Exa. a este respeito não dirigir as suas sábias e respeitáveis determinações”.

A 18 de janeiro de 1812 foi aprovada em Porto Alegre a Pauta do que deveria pagar no Passo do Camaquã nos campos do Cap. Joaquim Gonçalves da Silva, assinada pelos Membros Deputados da Junta.

Como existissem dois açougues em Porto Alegre, um no Portão e o outro no Arsenal, os fazendeiros da região forneciam gado para abate. Entre eles, o Cap. Joaquim forneceu em 1814 e 1815, o número médio de 200 reses anuais.

Como dissemos em outra oportunidade, entendemos que nessa época, o abastado fazendeiro Cap. Joaquim Gonçalves da Silva fundara a cidade de Camaquã, com a doação que fizera de terrenos para construção da Capela de São João Batista.

A doação é ainda confirmada, examinando-se o Arquivo particular do Cap. Joaquim, onde se percebe a troca de correspondência feita em 1822 entre este e o seu genro o Ten. Cel. José da Silva Brandão que foi incumbido de realizar a demarcação do Terreno da Capela de S. João, por ordem do Governo Provisório, àquela época ainda existente com a proclamação da Independência. Respondendo à missiva do Cap. Joaquim, de 30 de abril, em 3 de outubro, tudo de 1822, Brandão, após examinar a Carta de Sesmarias, refere o abaixo-assinado dos moradores do Distrito da Capela, para que

a demarcação situasse “a referida Capela ponto Central da Meia légua em quadra”.

Ainda sobre a Capela de São João Batista é de se registrar o trabalho do Mons. Rubem Neis que, em pesquisa realizada na Cúria do Rio de Janeiro, localizou o Diário de Viagens do Bispo Dom José Caetano da Silva Coutinho em sua viagem pelo Rio Grande do Sul em 1815, onde tinha jurisdição.

Por esse Diário verifica-se que esse Bispo assinou a Provisão de 9 de dezembro de 1815, criando a Capela de São João Velho, quando se achava em visita pastoral na hoje cidade de Pelotas, vindo de Jaguarão e percorrendo esta província a cavalo, a carro ou embarcado, conforme as circunstâncias exigiam. Nessa ocasião atendia o Oratório do Boqueirão (hoje pertencente ao Município de São Lourenço), o Padre Roberto Gonçalves da Silva, um dos filhos do Cap. Joaquim. Essa viagem foi a primeira visita pastoral de um bispo ao Rio Grande do Sul.

Sabemos que esse mesmo Bispo, nascido a 13 de fevereiro de 1767 em Portugal, chegado ao Rio de Janeiro a 26 de abril de 1808, quando lá se encontrava a Família Real, foi quem oficiou na Sagração de Pedro I, nosso 1º Imperador; na bênção da nova bandeira do Brasil, e presidiu à Assembléia que deu posse à Regência Trina em 7 de abril de 1831, vindo a falecer a 27 de janeiro de 1833, no Rio, onde foi sepultado na Capela do Palácio Episcopal da Conceição.

Não ficaram na criação da Capela de São João Batista as atividades do Cap. Joaquim Gonçalves da Silva no ano de 1815.

Como tivesse falecido o Cap. Manuel José de Alencastro de, detentor do cargo de Tesoureiro Geral e Deputado da mesma Junta da Capitania do Rio Grande e S. Pedro, a 15 de junho daquele ano de 1815, foi nomeado interinamente por D. João, para esse cargo o Capitão Joaquim.

Exerceu essas funções desde 20 de junho daquele ano até 20 de abril de 1818, quando assumiu o novo titular, o Desembargador da Relação da Bahia, Luis Correa Teixeira de Bragança, já nomeado desde 25 de agosto de 1817.

O Capitão Joaquim esteve interessado por essa nomeação definitiva, entretanto, uma recomendação nova existente de que o cargo não devesse ser provido por militares, fez com que não conseguisse a investidura.

Como não tivesse nada recebido por seu trabalho, requereu os vencimentos do responsável pelos Cofres Reais da Capitania e Deputado da Junta, durante o tempo de dois anos e dez meses, à razão de Rs\$600\$000, por ano, em face de seu trabalho ter decorrido lisamente.

Na condição de Capitão do Terço de Ordenanças do Distrito de Camaquã, Freguesia do Triunfo, Joaquim Gonçalves da Silva, nomeou em 15 de agosto de 1818, para o posto de Alferes que vagara na Companhia, a João Gonçalves da Silva, seu filho mais velho, tendo essa nomeação sido confirmada a 21 de novembro daquele ano pelo Conde da Figueira, Governador e Capitão-Mor.

Após a Proclamação da Independência, ainda no ano de 1822, por concessão do Presidente, Secretários e mais Deputados do Governo Provisório do Rio Grande de São Pedro do Sul, recebeu as sobras de três Sesmarias, na Costa do Camaquã, Distrito do Triunfo, dentro das confrontações das mesmas Sesmarias, em uma extensão de uma légua de frente e três de fundos, por ele havidas por compra de Lourenço Dornelles, Antônio Lopes Duro e Agostinho Cordeiro Lima.

A Sesmaria de Agostinho Cordeiro Lima, com uma légua e meia de comprimento e meia de largura, concedida em 1780 por José Marcelino de Figueiredo, compreendia campos nas proximidades do rio Camaquã, os quais se dividiam pelo Norte, com a Serra do Herval; ao Sul, com o referido Camaquã; a Leste, com um arroio que divide o campo chamado dos “Órfãos” e, pelo Oeste, com Lourenço Dorneles de Vasconcelos. Lourenço Dorneles, como informa Jorge Godofredo Filizardo, era filho de



Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, quando este era solteiro, e Maria Cardoso, índia natural de Lagoa Dourada, Minas Gerais. Nasceu Lourenço na Freguesia de S. José dos Pinhais, bispado de S. Paulo e faleceu em Triunfo a 6 de dezembro de 1785, com mais de 60 anos. Casou com Maria da Luz Lopes, natural da Freguesia S. Domingos Soriano de Espanha, bispado de Buenos Aires, filha de Sabino da Luz e Domingas Lopes, índios das reduções do distrito de Montevidéu, naturais da referida Freguesia de S. Domingos Soriano de Espanha, na cidade de Cordoba, Argentina. Tiveram oito filhos.

Os campos de Antônio Lopes Duro limitavam-se, a Leste, com um arroio que vem da Serra do Herval e desagua na Lagoa dos Patos, servido de divisa aos campos de D. Ana Maria do Espírito Santo.

Quando toda região do Camaquã ainda pertencia a Porto Alegre encontrava-se na Vereação de 12 de março de 1823, presidida pelo Juiz-de-Fora Presidente Caetano Xavier Pereira de Brito e com a presença de Domingos de Almeida Lemos Peixoto, Antônio José Oliveira Guimarães e João Tomás de Meneses, a organização de uma "Lista de Agentes". Estes, "na conformidade do Plano aprovado pelo Imperial Decreto de 24 de janeiro de 1823, deviam promover a Subscrição e Arrecadação do Donativo mensal de 800 Rs, para aumento da Marinha de Guerra do Império do Brasil, segundo instruções dessa mesma Câmara, para ser cumprido em todo o seu distrito".

Essa Lista estava assim constituída: Divisão da Capela das Dores (hoje Tapes); o Tenente-Coronel Manuel Alves Guimarães e o Alferes Carlos Luis da Costa; Divisão da Capela de São João (hoje Camaquã); o Sargento-Mor Boaventura José Centeno e o Capitão Joaquim Gonçalves da Silva.

A esse tempo os naturais da terra em contato com os habitantes do Prata, já recebiam influências dos ideais liberais lá existentes. E estas frutificaram diante dos ideais aqui dominantes contra as medidas restritivas do Governo de Portugal, desejando fazer-nos voltar à pura e simples situação de Colônia.

Nesse ambiente, nomeado por D. João VI, ainda no Brasil, tomou posse a 20 de agosto de 1821 o Brigadeiro João Carlos de Saldanha e Daum, quando as Cortes de Lisboa, por Decreto de 1º de outubro daquele ano, procurando desarticular o Reino do Brasil e dificultar nossa Independência, criaram nas Províncias Juntas Governativas provisórias que se comunicariam diretamente com Lisboa, como as demais províncias de Portugal.

O ambiente aqui já não era a isso propício pois entre os militares e mais classes já existiam os que desejavam a imediata rutura com Portugal. Reúnem-se na Capital os Eleitores de Paróquias e outros membros, elegem para o Governo Provisório, coo presidente o Brigadeiro Saldanha e, como Vice-Presidente, o Marechal de Campo João de Deus Mena Barreto, deixando, entretanto, bem claro que não desejavam perder a condição de Reino Unido e Regência, como eram as manifestações gerais.

O povo de S. Lourenço e Costa Ocidental do Camaquã manifesta seu júbilo causado com a instalação do Governo.

Nesse momento Saldanha que era afilhado de D. João VI e neto de Pombal, militar jovem, ilustre e culto, não desejando trair sua pátria solicitou afastamento do cargo. Simpatizantes de Saldanha se dirigiram à Câmara de Porto Alegre solicitando sua comunicação como Príncipe Regente pedindo a permanência de Saldanha no cargo para o qual fora eleito, diante do equilíbrio de seu governo. Nesse requerimento de 13 de julho de 1822, com mais de 250 assinaturas, encontramos as do Cap. Joaquim Gonçalves da Silva e de seu 2º filho, Antônio Gonçalves da Silva

Não obstante tudo isso Saldanha é afastado e, em vez de ir a Montevidéu como era seu desejo, em face do perigo de se aliar a outros militares portugueses lá existentes, por determinação de Mena Barreto que assumira a Presidência do Governo Provisório, foi conduzido ao Rio de Janeiro onde chegara, quando já era Capital do novo Império e, por isso, preferiu voltar a Portugal, onde sua atuação o tornaria mais tarde Duque de Saldanha. Testemunhando essa ida de Saldanha ao Rio de Janeiro encontra-se a comunicação de que a 15 de outubro de 1822, o Tenente da Legião José Antunes da Porciúncula



encontrava-se em serviço, em Laguna, SC, conduzindo o Brigadeiro Saldanha ao Rio de Janeiro.

Documentos existentes no Arquivo Público do Estado referem que a morte do Cap. Joaquim Gonçalves da Silva teria ocorrido a 14 de novembro de 1822. Não encontramos em nenhum momento confirmação dessa data. A 16 de janeiro de 1829, reiterando comunicação anterior, o Capitão-Mor João Tomás de Menezes oficia ao Presidente da Província lembrando que Joaquim Gonçalves da Silva é falecido e recorda que por isso já propusera sua substituição por José Manuel de Leão, como Capitão da Companhia de Ordenanças do Distrito da Freguesia Nova (Triunfo).

Sabe-se que, não obstante as facilidades de comunicação fluvial, a Fazenda do Paraíso do Cap. Joaquim produzia charque e couros, além de alguns cereais, havendo referência de que em 1818 lá fora plantado 17 ½ alqueires de trigo, embora a escassa população e a existência de pequenos centros urbanos.

A correspondência do Cap. Joaquim com seus filhos e amigos, reunida por Manuel Duarte, revela o ambiente patriarcal e respeitoso trazido de Portugal por Joaquim, conservando na Fazenda em Camaquã o qual serviu de regulamento nas lides campestres, onde se formariam seus filhos. Principalmente serviu para Bento Gonçalves formar seu caráter de cidadão e de Escola Militar para o Guerreiro que tanto se destacou nas lutas do Uruguai e entre nós, como líder político e militar na Revolução Farroupilha.

A Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, dispondo sobre as terras devolutas no Império e sobre as que fossem possuídas por título de posse mansa e pacífica, determinou em seu art. 13 que se organizasse por Freguesias, o registro das terras possuídas, sobre as declarações feitas pelos respectivos possuidores, sob pena de multa.

Instituído o “Livro de Registro das declarações de posse das terras do distrito da Freguesia de São João Batista de Camaquã”, na forma do art. 91 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 1.318, de 30 de janeiro de 1854, nele se registraram, pelo Vigário, entre outras, inclusive de vários descendentes do Cap. Joaquim Gonçalves da Silva, a seguinte posse: “n.º 29 (fls. 17 e 18). Dona Francisca Gonçalves Meireles, na qualidade de viúva do falecido João Gonçalves da Silva, único Testamenteiro e Inventariante dos bens do finado seu sogro, o Cap. Joaquim Gonçalves da Silva, declara existir neste Distrito de S. João Batista de Camaquã, pertencente aos herdeiros daquele Inventário uma Sesmaria de campo, com um légua de frente, e três de fundo, sobras das três Sesmarias do Cristal, Cordeiro e Duro, havidas por título de concessão que se acha anexo àquele Inventário. S. João Batista, 9 de maio de 1857. Como Procurador de D. Francisca Gonçalves Meireles, Júlio Cesar Centeno. Foi apresentado no dia 12 de maio de 1857 e pagou 80 Rs. O Vigr. Hildebrando de Freitas Pedroso”.

Dona Francisca era prima de seu marido com quem casou a 12 de setembro de 1801. Nascida a 19 de abril de 1783 na Freguesia do Triunfo, batizou-se a 28 de maio, em Porto Alegre, filha do Tenente Antônio Gonçalves Meireles, nascido em Triunfo, e de Mariana Francisca de Oliveira, nascida em Vião, neta paterna de Manuel Gonçalves Meireles, e neta materna de Francisco Machado de Oliveira, nascida na Ilha de São Jorge, e de Francisca Xavier, da mesma Ilha.

### FUNDADOR DA CIDADE DE CAMAQUÃ

A 5 de maio de 1980, em pronunciamento na Câmara de Vereadores de Camaquã, tivemos a oportunidade de sustentar que à semelhança de Dorcas, atualmente Vila Vasconcelos, em Tapes — antiga sede deste Município — que teve terreno doado por Francisco Antonio da Cunha e sua mulher Angélica Maria da Conceição, para ser construída a Capela de N. Sra. das Dorcas — a hoje cidade de Camaquã teve início em torno do mesmo centro de interesse religioso, a Capela de São João Batista.

Entre as provas dessa origem, conta-se a publicação de João da Silva e Azevedo, feita em dezembro de 1898, a qual — segundo ele mesmo informa foi resultado de 15 anos de estudos, nas oportunidades que lhe ofereceram o exercício das funções de responsável pelo Serviço de Estatística; de Vereador,

2 vezes no período imperial; e uma, no começo da República.

Diz, depois de consultar os documentos da Irmandade, ter constatado que em 1815, o Cap. Joaquim Gonçalves da Silva, pai do Gen. Bento Gonçalves e do Padre Roberto Antônio Gonçalves da Silva, que à época atendia o Oratório do Boqueirão, em S. Lourenço do Sul — doara meia légua em quadra para edificação da Capela de S. João Velho. Informa que foram levantadas as paredes até o respaldo, tendo sido administrador dessa obra o Sargento-Mor Boaventura José Centeno. Sabemos que este era genro do doador pois casara com sua 3ª filha, Antônia Joaquina Gonçalves da Silva, nascida em 2 de julho de 1799, em Triunfo. Era também sua prima. E, por sua vez a filha destes, Ana Ventura Centeno casou, em 10 de janeiro de 1821, em Triunfo, com Manuel da Silva Pacheco. Estes não tiveram filhos. Depois de viúva, Ana Ventura legou em testamento tudo que possuía a seus sobrinhos Antônio Joaquim Braga Pereira e João Batista da Silva Pereira. A “Estância do Pacheco” depois passou a chamar-se “Palmiro” e foi vendida pelos dois herdeiros, em 21 de abril de 1897, a seu parente José Wenceslau da Silva Crespo.

O Arcediago Zeferino Dias Lopes em “Nótulas” existentes no Arquivo da Cúria Metropolitana de P. Alegre, refere que sendo muito extenso o território da Freguesia do Triunfo, o Major Boaventura José Centeno e seu sogro o Cap. Joaquim Gonçalves da Silva, moradores da Costa Norte do Rio Camaquã, requereram a D. José Caetano da Silva Coutinho autorização para fundar uma Capela de S. João Batista em um terreno doado pelo citado Capitão Joaquim Gonçalves da Silva.

Verifica-se, assim, que a Capela-curada de São João Batista de Camaquã foi criada, a requerimento do Cap. Joaquim e de seu genro, pela Provisão Eclesiástica do Bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho, a cuja jurisdição pertencia este território, a 9 de dezembro de 1815, com os limites aproximados do atual município, quando se encontrava em visita pastoral na hoje cidade de Pelotas, vindo de Jaguarão.

O ex-Vereador Silva e Azevedo conta que esta obra de S. João Velho foi abandonada, e nós sabemos que foi por falta de água no local, tendo sido reconstruída a Capela à margem esquerda do Passo do Duro, em terreno doado por Ana Gonçalves da Silva, sobrinha do Cap. Joaquim Gonçalves da Silva, acrescido de outro, com aproximadamente um quarto de légua de extensão, comprado pelos moradores para edificarem a povoação de São João Batista. Além de sobrinha do Cap. Joaquim, Ana Leopoldina Gonçalves Meireles era sua nora, pois casara em Porto Alegre a 4 de outubro de 1816 com Antônio Gonçalves da Silva, 2º filho do Cap. Joaquim, falecido a 21 de novembro de 1841.

O Registro de Imóveis do Município documenta a compra, que se legalizou em Escritura lavrada pelo Tabelião Luis Marques da Cunha, a 4 de fevereiro de 1865. Foi feita a D. Francisca Barbosa e a José Gonçalves da Silva Sobrinho, neto do Cap. Joaquim já que era filho de Manuel Gonçalves da Silva, 7º filho do referido Capitão. Francisca Azambuja Barbosa era sogra de José Gonçalves da Silva Sobrinho. Essa compra foi feita pela importância de R\$1:020\$000 e era o terreno que media “quinhetas braças de frente rumo de Leste pela beira do mato do Duro, seiscentas ditas, ao rumo Norte”. Esse terreno foi distribuído a quem quisesse edificar.

A nova Igreja teve começo em 1844, porém apenas foi concluída a capela-mor, onde foi feito o serviço divino. Refere, ainda, que o governo concorreu de 1847 a 1862 com a subscrição de R\$25:890\$000 e que a imagem do padroeiro, venerada na Matriz, foi doada por João Gonçalves Flores.

Enquanto não concluída a nova Igreja à margem esquerda do arroio Duro adquirido na fazenda que pertencia a Domingos Gonçalves Meireles e sua mulher D. Maria do Espírito Santo, eram os atos paroquiais celebrados em oratório em casa particular. Domingos Gonçalves Meireles era cunhado do Cap. Joaquim Gonçalves da Silva.

Através de Provisão do Vigário Capitular Pe. Juliano de Faria Lobato, de 17 de agosto de 1879, a requerimento da Irmandade, os atos paroquiais passaram a ser exercidos em uma capelinha que ser-



via ao Império do Espírito Santo, a qual foi benta pelo Vigário Antonio da Rocha Pinto.

Domingos Gonçalves Meireles, filho de Manuel Gonçalves Meireles e de D. Antonia da Costa Barbosa, foi batizado em Triunfo em 1.º.8.1761 e falecido em Porto Alegre a 28.3.1830, casou em Triunfo a 30.4.1782, com D. Maria do Espírito Santo, filha de Antonio Lopes Duro, natural de Golegã, patriarcado de Lisboa, Portugal e de D. Gertrudes de Almeida, natural de Parnaíba, bispado de S. Paulo; neta paterna de Antonio Lopes Duro e de D. Izabel Teixeira, naturais de Golegã; neta materna de D. Izabel dos Reis, natural de Parnaíba. Tiveram 11 filhos.

Maria do Espírito Santo recebeu, concedida por José Marcelino de Figueiredo em 1788, três léguas de comprimento e uma de largura, no Rincão junto à Lagoa dos Patos, dividindo-se pelo Norte, com a Serra do Herval; pelo Leste, com um arroio e uma cerca que a fecha e divide com campos de Manuel Durães; pelo Sul, com um Pantanal que termina na Lagoa dos Patos, servindo de divisa aos campos de Antonio Lopes Duro, seu pai.

Infer-se, assim, que não se podendo saber a data da doação do Cap. Joaquim em 1815, deve-se tomar 9 de dezembro daquele ano, data da criação da capela pelo Bispo do Rio de Janeiro, como a data da fundação da cidade de Camaquã, já que esta se formou em função e em torno da Capela de São João Batista. É a primeira data oficial, consolidando a criação de uma Comunidade. É seu fundador o Cap. Joaquim Gonçalves da Silva.

Depois de sua morte, foi continuado o povoamento por seus filhos, noras, genros e netos antes referidos, consolidando-se essa fundação que resultou na hoje cidade de Camaquã.

A capela construída onde hoje se encontra a Matriz foi elevada à Freguesia a pedido formulado em setembro do mesmo ano pela Câmara Municipal de Porto Alegre, para que ali houvesse um sacerdote. E isso se efetivou através da Lei Provincial n.º 294, de 14 de novembro de 1854, assinada por João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, desmembrando-se, assim, da Freguesia de N. S. das Dores de Camaquã. Seu primeiro pároco foi o Padre Hildebrando de Freitas Pedroso, servindo de Matriz a casa que ora abriga o Museu Municipal, transferida depois para a pequena Capela edificada para o Divino, denominada Império, construída em 1835, por subscrição popular.

Dessa forma não podemos admitir como certa a referência de Alfredo Rodrigues da Costa feita em 1922 de que a cidade de Camaquã fora fundada em 5 de maio de 1851, por Manuel da Silva Pacheco.

O Prefeito Silvio Luis Pereira da Silva nos honrou com o convite para que falássemos em 6 de setembro de 1959, na inauguração da Praça de Santa Cruz e da herma desse ilustre benfeitor dessas paragens. Na ocasião dávamos a Público traços biográficos, até então desconhecidos, dessa personalidade, porém jamais fizemos a afirmação de que era o fundador dessa cidade, por falta de elementos probantes, quanto à data e as circunstâncias em que se teria dado essa afirmativa de Alfredo Rodrigues da Costa.

Como referimos, Manuel da Silva Pacheco era casado com D. Ana Ventura da Silva, filha mais velha de D. Antônia Joaquina Gonçalves da Silva e do Sargento-mor Boaventura José Centeno, administrador das obras da construção da capela. Dona Antônia era a 3.ª filha do Cap. Joaquim Gonçalves da Silva. O casal Manoel e Ana Ventura, dessa forma eram sobrinhos pela origem materna de dois heróis farroupilhas: Manoel que teve 12 irmãos, era sobrinho de José Gomes de Vasconcelos Jardim; e Dona Ana Ventura, do Gen. Bento Gonçalves da Silva — o que informa ser o casal descendente de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, primeiro ocupante das terras onde hoje se localiza a cidade de P. Alegre. Ele, na condição de bisneto; ela, de tataraneta.

Verifica-se, assim, que Manuel foi casado com a neta do Fundador, Cap. Joaquim Gonçalves da Silva, doador do terreno para a feitura da capela. Como os demais filhos, genros, noras e netos, auxiliaram apenas na consolidação e no desenvolvimento da povoação de Camaquã.

O requerimento de autorização para fundar a capela e a doação desse terreno para sua constru-



ção, já que o doador era pai de um sacerdote que na ocasião era o cura de Boqueirão, propiciou ao Bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho com jurisdição sobre o território, o embaçamento físico para criar a Capela-curada, como fez, por Provisão Eclesiástica de 9 de dezembro de 1815, quando se encontrava em visita pastoral à cidade de Pelotas. Este é o primeiro ato oficial, com data e local perfeitamente caracterizados, emanada da Igreja que ao tempo era a oficial no Brasil e, portanto, integrante do Estado. Este é um dado histórico e documental de que 9 de dezembro de 1815 é a data da fundação da cidade de Camaquã. Outra comprovação histórica de que o fundador da cidade é o Cap. Joaquim Gonçalves da Silva, doador do primeiro terreno para a construção da Capela, é que este foi o requerente da Provisão que a criou.

Sua destinação como cidade fica já escrita em 1857, quando a Câmara de P. Alegre manda elaborar a planta do povoado de São João, a qual foi a semente da urbanização desta comuna. Com a Lei n.º 569, de 6 de abril de 1864, assinada pelo Vice-Presidente da Província, Patrício Correa da Câmara, é criado o Município de S. João Batista de Camaquã. A instalação deu-se a 7 de janeiro de 1865, quando se empossaram os primeiros Vereadores, sob a Presidência do Presidente da Câmara Municipal de P. Alegre, Cap. Francisco Batista da Silva Pereira. Nessa ocasião incluía o hoje Município de Tapes.

Os Vereadores eram Isaias Rodrigues Mendes, Cesar Augusto Moreira Pantaleão, Joaquim da Silva Brandão, Maurício de Souza da Silva, João Ventura Centeno, Patrício Vieira Rodrigues F.º e João Batista de Oliveira Brandão. Fora Vereador mais votado o Cap. Bento Gonçalves da Silva F.º que não assumiu na ocasião em virtude de se encontrar no Uruguai, a serviço de nosso Exército.

Em 1877, com a Lei n.º 1113, de 18 de maio, após as grandes lutas, criou-se a Comarca de Camaquã. A instalação deu-se a 22 de dezembro de 1879, sendo seu primeiro Juiz de Direito o Dr. Aureliano de Azevedo Monteiro.



### **TEN-CEL. PATRÍCIO VIEIRA RODRIGUES**

Estando o Brasil já independente, na Vereação de 12 de março de 1823, na Vila de Porto Alegre, organizou-se uma “Lista de Agentes” que, na conformidade do plano aprovado pelo Imperial Decreto de 24 de janeiro de 1823, deveria promover a subscrição e arrecadação do donativo mensal de 800 Réis para aumento da Marinha de Guerra do Império do Brasil, segundo instruções dessa mesma Câmara, para ser cumprido em todo seu distrito. Essa lista incluía entre os agentes do primeiro bairro da cidade o nome do Ten. Patrício Vieira Rodrigues.

Com a criação das Milícias no Rio Grande do Sul, merece referência, na proposta de nomes para provimento das vagas de Oficiais nos Corpos aquartelados na Província, entre outros, o desse cidadão que veio a destacar-se na vida pública de Dorcas de Camagã.

Este foi proposto, a 18 de outubro de 1822, para o 1º Batalhão de Infantaria de Milícias de Porto Alegre, no posto de Tenente da 1ª Companhia, pelo Governador interino das Armas João de Deus Mena Barreto. Na mesma ocasião esta autoridade propôs, para o posto de Alferes da mesma Companhia, Zeferino Vieira Rodrigues, negociante matriculado e irmão de Patrício. A Carta-Patente de Patrício foi assinada a 26 de agosto de 1823, pelo Imperador.

Já em 13 de novembro de 1821, concedidas por João Carlos de Saldanha Oliveira e Daum, Patrício recebeu sobras de campos no Distrito de Camagã, na estância denominada Nossa Senhora do Carmo (hoje em Tapes), que se dividem pelo Sul, com a Sesmaria de Francisco da Silva Barbosa; pelo Norte, com os campos do Padre Salgado e José Correa Sarafana; pelo Oeste, com a Serra do Herval e a Leste, com a Lagoa dos Patos.

A Regência Permanente, em nome do Imperador D. Pedro II, através do Decreto de 25 de outubro de 1831, sancionando Resolução da Assembléia Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Província de São Pedro do Sul, criou, entre outras vilas, a de Triunfo. Quando se procedeu à eleição para Vereadores dessa Câmara, lavrada em Ata de 30 de outubro de 1832 pelo Escrivão Luis Manoel Gonçalves Lajes, sob a presidência do Dr. Ouvidor da Comarca de Porto Alegre, Antonio Rodrigues Fernandes Braga, entre os votados já se encontra o nome de Patrício Vieira Rodrigues.

Tendo a Vila de Triunfo se instalado a 28 de outubro de 1832, passaram a pertencer-lhe vários distritos, entre os quais os de Dorcas (hoje Tapes) e São João (hoje Camagã).

Nas proximidades da sede do Distrito das Dorcas, criado em função da capela construída em terreno doado, em 1º de janeiro de 1819, por Francisco Antonio da Cunha e sua mulher Angélica Maria da Conceição, vamos encontrar a fazenda de Patrício.

Tendo adquirido a propriedade no Distrito das Dorcas de Camagã, para lá transferiu residência, quando recebeu, do então Governador das Armas, Marechal José de Abreu, o Comando Militar da Companhia do referido distrito; e onde, freqüentemente também foi incumbido da compra de cavalos, bestas e boiadas para o Exército.



Adquiriu a 2 de agosto de 1823, por um conto e duzentos mil réis do casal Manoel José de Alencastro (Filho) e sua mulher Maria Barbosa Alencastro, na Capela das Dores de Camaquã e, bem assim a parte que pertenceu a seus irmãos Elias e José Alencastro. A 27 de junho de 1824, comprou a parte que coube a Vicente José Ferreira por um conto e quinhentos mil réis e, ainda, a 21 de dezembro do mesmo ano adquiriu de Antonio de Azambuja Cidade e sua mulher Rita Emília de Alencastro, a parte por eles havida em formal de partilha do pai e sogro, pelo preço de 400\$000.

Esses campos o “de cujus” Capitão de Orenanças Manoel José de Alencastro houve em concessão de Sesmaria, com 3 léguas de comprimento, e uma de largura, na Costa da Lagoa, dividindo-se, ao Norte, com terras de Matias Pereira da Silva; ao Sul, com ditas de Matias José de Almeida; a Leste, com a referida Lagoa e a Oeste, com a Serra. A concessão foi realizada a 21 de maio de 1790, por Luis de Vasconcelos e Souza. Nessa concessão ficou prevista a fundação de uma vila no distrito.

Criadas as Companhias nos Distritos de Dores e São João, já se encontra mais acentuada a consciência dos interesses públicos, os quais se traduzem na competição e no conflito de interesses. Tanto isso é certo que, em 1825, o Tenente Antonio Gonçalves Meireles, por si, e em nome de alguns fazendeiros do Distrito de São João Batista de Camaquã, representou, primeiro, à Câmara de Porto Alegre, depois ao Presidente da Província e, ainda, como o resultado dessa representação não lhe fosse favorável, igualmente, representou ao Imperador, alegando que o Tenente de Infantaria de Milícias, Comandante do Distrito das Dores, Patrício Vieira Rodrigues, após ter comprado, há cerca de dez meses, uma propriedade neste último Distrito e haver tapado, arbitrariamente, por interesse particular, um passo da estrada geral que então há mais de cinquenta anos, fora aberto pelos primeiros desbravadores, alegou, também, que esse ato constituía esbulho à pública servidão na posse dessa estrada.

Patrício Vieira Rodrigues, ouvido, esclareceu que tapara a estrada a 17 de janeiro de 1825 modificando-lhe o trajeto, em atendimento a interesse seu. Porém o fizera devidamente autorizado pelo Governo, depois de provar a vantagem pública advinda dessa medida; que o Distrito de São João Batista de Camaquã contava com poucos habitantes; que os fazendeiros dos quais o Ten. Meireles se dizia representante na reivindicação, eram cunhados, genros e outros parentes seus e, ainda, que a representação do Ten. Meireles respondia a interesse particular deste, porquanto fazia duas vezes por semana esse trajeto para visitar uma preta no Distrito de Dores.

Solicitado parecer sobre o assunto a 3 de janeiro de 1826 pelo Visconde de Barbacena, a 6 de fevereiro daquele ano José Pedro Cesar, para tanto nomeado, opinou em trabalho acompanhado de levantamento topográfico, datado do Povoado Rio Grande do Norte a 6 de setembro de 1826, sendo favorável a Patrício.

A atuação de Patrício logo se projetou, conquistando reconhecimento da parte do Imperador que, a 2 de agosto de 1825, lhe fez mercê do “Hábito de Cristo”.

Sob as ordens do General Comandante em Chefe do Exército, Marquês de Barbacena, tomou parte ativa na Guerra contra as Províncias Unidas do Prata, na Batalha do Passo do Rosário, e, pelos argentinos, Ituzaigó, na qual as tropas argentinas estavam comandadas pelo General Carlos Alvear. Fora esse combate, Vieira Rodrigues participou de outras importantes missões militares em que sempre se houve com brilhante atuação.

Na mesma batalha de 20 de fevereiro, já se destacou o Cel. Bento Gonçalves, ilustre filho de Triunfo, o qual, se não foi feliz em Sarandi, teve posição de relevo ao dar cobertura com sua brigada de cavalaria, à retirada das forças imperiais na Batalha do Passo do Rosário; e, pouco depois, no combate de São Diego, em que derrotou o inimigo e se apoderou de sua cavalaria.

Ainda nessa Guerra, com referência à região, é de lembrar o combate de Camaquã, a 23 de abril de 1827, entre forças do General brasileiro Sebastião Barreto Pinto e a vanguarda do General Carlos Alvear.

Antes de findar a mesma Guerra que tornaria o Uruguai independente, também em Camaquã o

Tenente Joaquim Teixeira Nunes, que mais tarde participaria da Revolução de 1835, como farrapo, derrotou um destacamento argentino que conduzia 3.000 bois e inúmeros cavalos pertencentes ao Rio Grande.

A esse tempo, o Imperador D. Pedro I torna a conceder a Patrício Vieira Rodrigues nova distinção: a 15 de outubro de 1827 o nomeou “Moço de Minha Imperial Câmara”.

No verão seguinte, a convite do General em Chefe do Exército, agora o Visconde de Laguna, assumiu Vieira Rodrigues novos encargos militares que cumpriu com destaque no Sul da Província, chegando a manter, à própria custa, suas praças, com as quais dispendeu 3.000\$000, sem que à Nação tivesse custeado um só dia de soldo.

A habitual atuação íntegra de Patrício, então Sargento-Mór, lhe valeu elogio e agradecimento registrado em ofício que lhe foi endereçado pelo Ten-Cel. João Pedro da Silva Ferreira, 1º Deputado, Chefe do Estado-Maior, no Quartel General no Arroio do Telho, em 21 de março de 1828.

Na mesma data, deu-se a público o “Artigo de Ordem do Dia”, por que foram dispensados os seus serviços e renovados os agradecimentos de seus superiores, assinado por Brown, Marechal Chefe do Estado Maior.

Com o ambiente do primeiro reinado findo com abdicação de 7 de abril de 1831, estando à frente do Ministério da Justiça o Padre Diogo Antonio Feijó, operou-se a extinção dos Corpos de Milícias e Ordenanças, criando-se a Guarda Nacional pela Lei de 18 de agosto de 1831, a qual se destinava a “servir de anteparo ao governo nacional contra a indisciplina e turbulência das tropas regulares”.

Um Ofício da Câmara de Triunfo, de 10 de abril de 1835, solicitou que a Guarda Nacional do Município fosse de Cavalaria, em virtude de os habitantes residirem em lugares muito afastados.

No território pertencente ao Distrito de Camaquã, futura Vila das Dores, como já dissemos em outra oportunidade, desenvolveram-se vários feitos dos Farrapos.

O Padre Salgado, descendente de um dos primeiros proprietários dessa região, que por muitos anos fora pároco de Triunfo, e, por ter coadjutor, residia, na maior parte do tempo, no Distrito de Camaquã, como não aderisse à Revolução, foi atacado pelos Farrapos.

O então Major Patrício Vieira Rodrigues, proprietário da Sesmária do Carmo onde também possuía charqueada, porque não se unisse aos revolucionários de 1835, emigrou para a República Oriental do Uruguai onde conheceu D. Maria Brígida Calderon, com quem se casou em 1838.

Essa fazenda foi saqueada; seu capataz, morto pelas tropas revolucionárias. Um de seus filhos, Zeferino Vieira Rodrigues revela, em 1888, que seu pai havia perdido, na Revolução Farroupilha, de 4.000 a 5.000 reses.

João Manoel de Lima e Silva, tio do futuro Duque de Caxias, a serviço dos farrapos, depois de reunir na Capital o 1º de Artilharia e 1º de Voluntários com nacionais e colonos alemães, segue para o Sul, via fluvial. Desembarca a 25 de março de 1836 na Charqueada de Patrício Vieira Rodrigues para se juntar a Neto no Passo do Arroio Correntes, vindo de Pelotas em seu socorro.

A região do Camaquã assistiu a muitos combates. Em 1837, a 4 de janeiro, Bento Manoel Ribeiro defronta-se no Passo do Mendonça, com o revolucionário Agostinho Melo, encontro em que este perdeu 10 homens.

A 30 de julho de 1838, nas proximidades de Dores de Camaquã, hoje Vila Vasconcelos, após quase um dia de luta, é derrotado o chefe legalista Cel. Francisco Pedro de Abreu por Amaral Ferrador. A 30 de agosto, sofre novo revés, agora do Ten. Cel. Farroupilha Rafael Furtado de Abreu, na região de Camaquã. A 1º de setembro trava nova luta com Amaral Ferrador na região do Petim, ignorando-



se, ao certo, a quem coube a vitória. Entretanto, Chico Pedro já vencera a Ferrador no Município de Encruzilhada.

Quando, a 18 de julho de 1840, Francisco Pedro surpreende o Gen. Souza Neto com apenas um piquete, no lugar que se denomina “Salgado”, pertencente ao Distrito de Dores de Camaquã, esse General escapou à prisão graças a seu ótimo cavalo. Luis Jose Ribeiro Barreto que o acompanhava, também conseguiu fugir, lutando, depois de haver respondido a um oficial imperialista que o intimara a entregar as armas, que fosse buscá-las. Os demais homens de Neto fugiram, em pânico, apenas com a roupa que usavam no momento.

A 26 de janeiro de 1842 o mesmo Chico Pedro, apenas com 200 homens, enfrenta e vence Bento Gonçalves no Passo do Mendonça, onde este lutava com 300 homens. Em 1843, 12 de abril, os republicanos, com 60 homens, batem igual força de “Moringue”, no Rincão do Inferno.

Nas costas do Arroio Velhaco, Francisco Pedro de Abreu, de surpresa, ataca e vence Antonio de Souza Neto que, desprevenido, vê seus homens fugirem.

Em Camaquã, também ocorreu um fato que enlutou o Rio Grande do Sul: foi a morte do Cel. Albano de Oliveira Bueno, das forças legalistas. Antigo oficial de Milícias, em 1801, quando da conquista de Cerro Largo pelos portugueses, Albano era Tenente das forças de Bento Gonçalves, em companhia de quem efetuou a prisão do chefe Ortogue. Tomou parte na guerra com Artigas. Em 1822, quando se achava sob a chefia do Gen. Curado, comandante das cavalaria portuguesas, perseguiu o inimigo. Na batalha de Ituzaigo, época em que era Ajudante de Ordens do Gen. Abreu foi ferido, distinguindo-se em ato de bravura.

Era fazendeiro em Santa Luzia, no Uruguai, oportunidade em que recebeu o convite de Fernandes Braga para defender seu governo. Ingressou nas forças governamentais, apresentando-se a Araújo Ribeiro em princípios de março, fazendo acompanhar-se de 20 peões de sua fazenda. Após ter organizado um corpo de 180 homens, no Distrito de Povo Novo, no Passo do Beca, transpôs o São Gonçalo, indo a Cerrito, onde, na estância de Antonio Soares de Paiva, derrotou pequena força revolucionária.

Em Pelotas, seguindo para o Passo dos Negros, onde pretendeu atravessar o rio, no momento em que intentava a travessia da bagagem e da cavalaria, seus cento e poucos homens receberam o impacto dos revolucionários, entrincheirados em uma casa. A luta iniciou às 7 horas da manhã do dia 8 de abril de 1836 e durou três horas e meia, nela se destacando o esquadrão de Duca Cavalheiro, dos revolucionários. Morreram afogados muitos legalistas.

Reduzido a dois companheiros, Albano tentou atravessar o rio, quando foi preso pelo cabo João Barcelos que se atirou à água com uma faca nos dentes, sendo levado para Pelotas com outros prisioneiros. Dias depois, estes foram mandados a Porto Alegre. Uns, por água; outros, por terra, figurando entre estes últimos, o Cel. Albano que foi entregue a uma escolta comandada pelo Cap. Martiniano Teixeira Pinto para ser entregue em Camaquã. Nesse trajeto, Albano procurou subornar Martiniano que rejeitou a proposta, assegurando a Oliveira Bueno que este não seria morto.

Em Camaquã, Martiniano entregou os presos mediante recibo ao Juiz de Paz, João Evangelista Tavares, que indicou para acompanhar o prisioneiro, um vizinho, cidadão probo e estimado, de nome José Lima, chamado também, Juca Simão.

Quando estavam próximos ao passo do Arroio Velhaco, Simão seguiu conversando com Albano sobre carreiras, de que eram ambos muito aficionados. Chegaram a um boqueirão estreito que dava entrada para um pequeno campestre, formado por uma restinga de cerca de três quadras, que se desprendia do mato do Velhaco e tornava a entrar nele um pouco abaixo. Pareceu a Albano chegado o momento e apropriado o sítio para fugir. Olhou para trás e, vendo os guardas distantes, chicoteou o



cavalo. Rápido, os guardas fizeram fogo a um tempo e Albano, com o crâneo varado por uma bala, caiu para o lado em que vinha Simão. Foi sepultado no Cemitério dos Galpões.

Esse fato aconteceu próximo ao “Passo do Chico Bueno”, nas proximidades da ponte construída sobre o Arroio Velhaco, na estrada BR116, no Município de Camaquã, divisa com o Município de Tapes.

Os legalistas atribuíram essa morte a ato criminoso dos farrapos, já planejado ao saírem os prisioneiros de Pelotas. Todavia, Alfredo Ferreira Rodrigues, em seu fundamentado trabalho de 1897, demonstra que, estando os farrapos no começo da revolução, não necessitavam escolher lugar ermo para, premeditadamente, assassinar um inimigo que se rendera com nobreza, quando não haviam assassinado o Major Marques de Souza, Silva Tavares e outros prisioneiros ilustres.

Um fato também ocorrido no Distrito de Dolores de Camaquã, o qual igualmente enlutou o Rio Grande, foi a morte do farrapo Coronel Afonso José de Almeida Corte Real que, segundo diziam as crônicas da época, era moço dotado de inúmeros predicados pessoais de cavalheirismo, fidalguia, entusiasmo e bravura, e brilhava nos salões e nos campos de batalha, deixando uma lenda recordação. Nascido em Rio Pardo a 19 de novembro de 1809, seu batismo de fogo dera-se quando cadete de Dragões aos 16 anos, na campanha de 1825. Foi de grande valentia no ataque de Rosário, do qual saiu prisioneiro, como foi no ataque de Taquari. Amigo sincero de Neto e de Bento Gonçalves, estivera preso com Onofre Pires na Fortaleza de Santa Cruz, de onde conseguira evadir-se na noite de 10 de março de 1837. A morte desse herói farroupilha verificou-se a 18 de junho de 1840.

A narração de sua morte foi feita por Aurélio Porto. Conta que Neto, em meados de 1840, teria atravessado o Guaíba e se encontrava na “Barba Negra” preparando seus homens para um encontro com as tropas inimigas no Passo de Sant’Ana, no Arroio Aracá. A 17 de junho sai Corte Real, acompanhado de alguns oficiais, vai à Fazenda de Santa Bárbara, de Marcos Alves Pereira Salgado, levando o recado de Neto a Marcos Alves de que iria no dia seguinte almoçar com ele.

No dia imediato, às 7 horas da manhã, o vigia veio anunciar que avistara uma força inimiga comandada por João Patrício Azambuja, do Cerro do Roque, S. Jerônimo. Saíram para frente da casa, Corte Real e os companheiros. Chegada a força, adiantou-se o comandante e faz seu cavalo saltar o parapeito, acompanhado dos demais, de pistola em punho indagando: Não é Neto? Ao que Corte Real respondeu: “É gente de seu piquete”. Marcos Alves desconfiado tratou de recolher-se à casa e os outros o acompanharam. O último que se recolheu foi Corte Real. Já se achava na porta quando recebeu o tiro. Foi enterrado em Dolores de Camaquã, hoje Vila Vasconcelos, 2º Distrito de Tapes.

“À mesma hora em que morria Corte Real, era batida a força de Neto que vinha para a estância de Sant’Ana na sua retaguarda. Neto para escapar, teve de retroceder e atravessar à nado, no seu célebre cavalo branco, o Arroio Aracá, para sua margem direita e daí seguir, pela margem do Ribeiro, banhado do Douradilho em direção da Capela das Dolores. A força de Neto foi surpreendida e se não fosse essa circunstância talvez não fosse derrotada”.

A morte de Corte Real foi muito sentida, mesmo entre as forças do Governo, que puseram luto.

Cessada a Revolução Farroupilha, com a assinatura da paz a 25 de fevereiro de 1845, e as proclamações de David Canabarro, de 28 do mesmo mês, e a do Conde de Caxias, de 1º de março, o Distrito de Camaquã que passara a pertencer a Porto Alegre, veio a ter sua vida militar normalmente exercida.

Com a Lei nº 14, de 15 de abril de 1846, os Distritos de Dolores, S. João e Barra passaram a pertencer a Porto Alegre, inclusive judicialmente, em virtude de terem ficado com partes integrantes desta Comarca. A 16 de setembro de 1848, a Câmara Municipal de P. Alegre dá a conhecer o resultado das eleições para Juizes de Paz, desses distritos, os quais deveriam servir de 1849 a 1852. No Distrito das Dolores, Patrício Vieira Rodrigues, obteve 36 votos.

Este, tendo regressado de seu exílio no Uruguai, e como continuasse a destacar-se pelos serviços

prestados a essa região, é promovido por Patrício Corrêa da Câmara, Vice-Presidente da Província, em 10 de junho de 1846, ao posto de Tenente-Coronel Comandante dos Esquadrões de Cavalaria de Guardas Nacionais” que se hão de formar nos Distritos de São João, Dolores, Barra e Pedras Brancas”, depois 7º Corpo de Cavalaria de Dolores de Camaquã.

A eficiência dos serviços prestados por Vieira Rodrigues não escapa à sensibilidade de D. Pedro II que em 21 de janeiro de 1853 lhe concede a condecoração de Oficial da Ordem da Rosa.

A calúnia afasta Vieira Rodrigues do comando do Corpo de Guardas Nacionais das Dolores em 15 de março de 1855, ocasião em que apresenta brilhante despedida aos seus antigos camaradas daquele corpo, a 20 daquele mês e ano. A breve exposição, por ele mesmo redigida, de seus serviços prestados, atestam sua destacada atuação militar.

A solidariedade de seus amigos logo se manifesta, na expressão candente de um abaixo-assinado, publicado no Diário Comercial nº 157, de Porto Alegre. O causante dos grandes dissabores por que passou o Ten-Cel. Patrício, provocados por uma irrefletida denúncia foi o Comandante de Polícia, Cap. Teodoro José da Costa, que a 1º de abril de 1856 se retratou.

Como tivesse sido acusado no Legislativo por Cansansão de Sinimbu, o Ten. Cel. Vieira Rodrigues, pelo Diário Comercial de P. Alegre, a 26 de setembro de 1855, em corajoso e formal desmentido, apresentou satisfatória, concludente e documentada defesa, provando que encanecera ao serviço da Pátria, à qual destinou, em momentos críticos, até mesmo parte de sua fortuna; que sempre cumprira o seu dever; que não obstante a consideração, o respeito e a estima de seus camaradas, fora alvo do menosprezo manifestado por Sinimbu, ao receber injustificadamente exoneração do comando do Corpo de Guardas Nacionais das Dolores que organizara e comandara cerca de nove anos.

Reparando a injustiça cometida, Patrício Correa da Câmara, a 29 de agosto de 1857, tendo em consideração a proposta que lhe dirigiu o Brigadeiro Comandante Superior da Guarda Nacional desta Comarca em ofício de 19 daquele mês, resolve nomear ao Ten. Cel. avulso da Guarda Nacional, residente no Distrito das Dolores de Camaquã, Patrício Vieira Rodrigues, para Comandante do Corpo da mesma Guarda e Distrito.

A 30 de maio de 1854, foi remetido de Dolores um memorial encabeçado pelo Ten. Cel. Patrício, no qual se pedia à Câmara obtivesse da Província a construção de uma ponte no Arroio do Conde. D. Feliciano José Rodrigues Prates, “Mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, 1º Bispo desta Província do Rio Grande do Sul, do Conselho de Sua Magestade o Imperador”, atendendo a circunstância da numerosa família do diocesano Ten. Cel. Patrício Vieira Rodrigues, houve por bem, através da Portaria de 17 de maio de 1855, conceder licença de poder mandar celebrar Missa em sua Fazenda Nossa Senhora do Carmo por espaço de cinco anos, em oratório ou altar decentemente preparado para tão Augusto Sacrifício, nas quatro festas do ano, bem assim, celebrar aí algum casamento ou batizado, com licença do pároco a quem pertencer o que se casar ou batizar-se. A imagem de marfim de N. S. do Carmo, então existente, ainda conservada em poder de descendentes, foi que deu o nome à atual Paróquia da Cidade de Tapes.

Nessa época Patrício continuava a exercer liderança nessa região, com o reconhecimento de seus habitantes que, em várias oportunidades, o demonstraram inclusive em votação para Deputado à Assembléia Provincial, para o que a 6 de novembro de 1849 obteve 50 votos; a 7 de março de 1852, 77 votos; a 3 de janeiro de 1854, 93 votos e a 8 de fevereiro de 1856, 71 votos.

Em seu início, Dolores teve como centro de interesse comunitário principal o religioso, que foi consequência da doação de terras por Francisco Antonio da Cunha e sua mulher D. Angélica Maria da Conceição em 1º de janeiro de 1819 para erigir e manter a Capela de N. S. das Dolores, como efetivamente se fez. Devido à grande convergência de moradores, estes encarregaram ao fazendeiro Manuel José Tavares Barbosa da edificação da Capela. A ele coube solicitar Provisão que, a final, foi expedida a



6 de maio de 1820. Consta que Barbosa, por escritura pública de 4 de abril daquele ano, teria doado um terreno para patrimônio. Desse centro de interesse religioso, e em função dele, surgiram outros centros de interesse, inclusive o econômico, o militar e o político. E Dorés se constituiu Distrito, primeiro de Triunfo; mais tarde de Porto Alegre; e, por fim, pela Lei nº 402, de 16 de dezembro de 1857, foi criado o Município de Dorés de Camaquã. Em eleição procedida para Vereadores, Patrício foi o 4º mais votado. A instalação da Câmara deu-se a 12 de maio de 1858, quando assumiram os sete Vereadores mais votados, sob a presidência do cidadão João Damasceno Ferreira, Presidente da Municipalidade de P. Alegre. Nessa ocasião assumiram: José Gomes Martins, Francisco Barbosa Fº, Antônio Gonçalves de Lima, Patrício Vieira Rodrigues, Reginaldo Silvestre Ribeiro e João Batista Soares.

Decorrido pouco tempo, abriu-se no Foro local a sucessão do Ten. Cel. Patrício Vieira Rodrigues, em virtude de sua morte. Em torno da data precisa em que a mesma ocorreu, há controvérsia, em face de a Certidão de Óbito referir a de 23 de junho de 1859; e o Inventário, que se acha no Arquivo Público do Estado, a de 24 do mesmo mês e ano. Diverge, outrossim, a idade com que faleceu: o Registro de Óbito transcrito na Freguesia de N. S. das Dorés de Camaquã indica a idade de 72 anos, ao passo que o Registro de Batismo efetuado a 3 de março de 1793, na Freguesia de N. S. Madre de Deus de Porto Alegre, hoje Catedral, declara como dia de seu nascimento 12 de fevereiro de 1793, o que vem dar 66 anos, quando de sua morte.

O Registro de Batismo parece dever prevalecer, não só porque se fez um mês depois de seu nascimento, mas também porque oferece maior fé probante pelo fato de ser minucioso, informando até que era filho de Manoel Vieira Rodrigues, natural da Freguesia de São Salvador, Comarca de Guimarães; e de Patrícia Maria, natural de Triunfo; e que era neto, pela descendência paterna, de Domingos Rodrigues e de Custódia Vieira, também naturais da Freguesia de São Salvador; e neto, pela descendência materna, de Antonio Alves Guimarães, natural da Freguesia de São Lourenço, Arcebispado de Braga, e de Mariana de Jesus, natural de Viamão. Esta, era filha de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos.

O Testamento do Ten. Cel. Patrício, feito a 9 de setembro de 1854, foi aprovado dia seguinte na Fazenda do Carmo pelo Escrivão Jesuino da Silva Rolim, do Juízo de Paz do Distrito das Dorés, Termo de Porto Alegre. Serviram de testemunhas: Cap. Joaquim da Silva Brandão, Ten. Ramão Severo de Almeida, Pe. José Valls de San Fernando, Feliciano Antonio Lopes e João Roque Tellet.

Por suas disposições de última vontade, foram nomeados testamentários, entre amigos e compadres: em primeiro lugar, Vereador Ernesto Frederico Billstein; em segundo lugar, Comendador Patrício Corrêa da Câmara; em terceiro lugar, Dr. Jacinto da Silva Lima; em 4º, sua esposa D. Maria Brígida. O Testamento foi aberto na presença do Juiz Municipal José Gomes Martins, que o fez cumprir; e, em virtude de os testamentários anteriormente indicados residirem fora do Município, nomeou Inventariante a viúva D. Maria Brígida Calderon Vieira Rodrigues, que teve como advogado o Dr. Antonio Jose Moraes Jr.

O Juiz de Órfãos, 3º Suplente, Cap. da Guarda Nacional Joaquim da Silva Brandão, nomeou tutor "ad hoc" dos menores, a João Alves Leite Salgado; mas, como esse não aceitasse a incumbência, nomeou para tanto, o Curador Geral do Juízo, Vicente Luis Ferreira. Era Escrivão Interino de Órfãos Laurindo de Carvalho Moreira.

O falecido que era irmão de Zeferino Vieira Rodrigues, deixou os seguintes filhos: Patrício, com 20 anos; Fausta, com 18; Manuel, com 16; Ernesto, com 14; Augusto, com 13; Zeferino, com 12; Luis com 10; Brígida, com 8 e Ana Patricia, com 6.

O procurador da inventariante efetuou a declaração e descrição de bens. Constata-se que possuía várias propriedades, entre as quais, o campo denominado Nossa Senhora do Carmo que foi por ele adquirido parte, do Guarda-mor Antônio José de Oliveira Guimarães; e outra parte, dos herdeiros do Cap. Manoel José de Alencastro, além de possuir outras sobras de terras. No Rincão da Venda Velha tinha matos, na medida de uma légua de frente por uma de fundo, no Pirapó, compra que fez à viúva



de Manoel José Fernandes Barbosa, Ana Joaquina da Conceição. Trocou uma data de matos por outra, de propriedade de Manuel Teixeira de Carvalho, a qual incluía a herança que coube a este, terras por morte de seu pai João Teixeira de Carvalho. Era também de Vieira Rodrigues a propriedade situada na serra fronteira ao Faxinal do Ramires, compra a Francisco Diogo Duarte, e mais a que se situava no lugar denominado Atafona, que limita com seus campos e, pelo Sul, confrontava com terras de De-vi de Campos Nunes que as adquirira de Marcelino Francisco Corrêa.

Igualmente lhe pertencia “uma morada de casas” na Freguesia das Dores, hoje Vila Vasconcelos, onde residiu; as casas da Charqueada de Tapes e uma casinha em Porto Alegre, à rua Bela, que lhe coube em legítima pelo falecimento de seu pai; várias partes de campo compradas aos herdeiros da Fazenda do Lajeado, hoje em Camaquã.

Deixou ainda 1370 cabeças de gado bovino; 530 animais cavaleiros e 200 ovelhas. Além de várias carruagens, carretas, móveis de jacarandá, encontraram-se 21 escravos e um iate com 4 escravos.

Lendo-se o Testamento de Patrício Vieira Rodrigues, verifica-se que quando esteve no Rio de Janeiro em novembro de 1827, fez sociedade com Joaquim Antonio Pinheiro que lhe remetera gêneros de quinquilharia em troca de charque, couro e sebo. Entretanto, Vieira Rodrigues não alcançou êxito com o sócio, embora a interferência de Domingos José de Almeida. Com outro negócio, em S. Paulo, não foi mais feliz que com o do Rio de Janeiro. Fez sociedade com Bernardino Alves de Oliveira em uma “venda” que ficou sob sua administração, na Charqueada. Esta deu início ao Povoamento da cidade de Tapes.

Seu Inventário foi julgado em Dôres de Camaquã, a 12 de maio de 1860, por sentença do Juiz Joaquim da Silva Brandão.

A esse tempo, as Irmandades religiosas reuniam apreciáveis patrimônios artísticos em imagens e objetos para culto religioso. Entre elas constatamos que a instalação e funcionamento da Irmandade de N. S. da Conceição foram aprovadas pela Provisão da Vigararia Geral, de 8 de abril de 1859, registrada a fls. 13v, do Liv. 1º, de Provisões.

Em sessão, a Mesa designou para organizar o repetitivo Compromisso a Comissão composta pelos Irmãos: Ten. Cel. Patrício Vieira Rodrigues, Juiz João Batista Soares e João da Silva Azevedo. O primeiro livro de atas da Irmandade foi numerado e rubricado com o termo de abertura e encerramento lavrados a 23 de maio de 1859 por José Gomes Martins, no exercício das funções de Juiz de Capelas, como Vereador-Presidente da Câmara Municipal de Dôres de Camaquã que se instalara dia 12 daquele mês e ano. Na sessão de 1º de novembro o Irmão Azevedo declarou em Mesa que já tinha dado princípio ao Compromisso e, entre outras sugestões, ponderou que a Mesa da Irmandade deveria possuir uma nova imagem de N. S. da Conceição.

Com o falecimento do Ten. Cel. Vieira Rodrigues, o Irmão João da Silva e Azevedo apresentou na sessão a 27 de novembro, também daquele ano, o projeto do Compromisso da Irmandade. Decorrido quase um mês, procedida eleição da nova Mesa a 25 de dezembro, foi eleito Juiz o Irmão João da Silva e Azevedo que, como os demais membros da Diretoria, tomou posse a 22 de janeiro de 1860. Já na reunião de 29 de abril desse ano o Irmão-Juiz Azevedo “deu parte que havia encomendado para a Província da Bahia uma Imagem de nossa Mãe Santíssima da Conceição e uma cruz para servir quando sair a Irmandade em corporação, sendo aplicado o produto da subscrição que para esse fim, promoveu a Mesa em comum”.

Meses depois, na sessão de 18 de novembro de 1860, “apresentou o mesmo Juiz conta das despesas feitas com a nova Imagem de Nossa Mãe Santa da Conceição, na importância de Rs 452\$600, havendo para esse fim recebido em diversas ocasiões a quantia de Rs 319\$000 faltando para o preenchimento a quantia de Rs 133\$000, cuja quantia suprida pelo mesmo Irmão-Juiz e dela fazia doação aos cofres de nossa Irmandade para ser aplicada na obra do Altar e outras que se tenham de fazer. Outrossim,

pelo mesmo Irmão-Juiz foi apresentado um jornal que se publica no Rio Grande com o título “Comercial” onde ele Irmão-Juiz fez publicar uma subscrição promovida por Dona Maria Dorotea da Silva com o fim de ser aplicado seu produto a uma coroa de prata para a nova Imagem de Nossa Mãe Santíssima, cujo produto é de Rs 105\$300, havendo gasto com a mesma coroa a quantia de Rs 85\$540”.

Para que se tenha idéia de quanto representavam na época, em poder aquisitivo, as importâncias de Rs 452\$600, preço da Imagem de Nossa Senhora da Conceição; e de Rs 85\$540,06 sua coroa de prata, comparemos estas importâncias com as consignadas no primeiro Orçamento votado para a novel Vila de N. S. das Dôres de Camaquã, criada pela Lei n.º 402, de dezembro de 1857, a qual dizia respeito ao ano financeiro de 1.º de julho de 1859 a 30 de junho de 1860 e atingia o total de Rs 3:800\$000, notando-se que, a esse tempo, a referida Vila abrangia o território dos atuais Municípios de Barra do Ribeiro, Tapes e Camaquã. E ainda: o funcionário municipal de mais alta hierarquia, que era o Secretário servindo também de Contador, recebia o “ordenado anual” de Rs 450\$000; e o segundo funcionário, o Fiscal da Vila, Rs 225\$000.

A cerimônia de entronização da nova Imagem de N. S. da Conceição e sua colocação em novo Altar na Igreja Matriz de N. S. das Dôres de Camaquã, criada Freguesia por Decreto Imperial n.º 42, de 29 de agosto de 1833, assinado pela Regência trina permanente, revestiu-se de grande solenidade, em 3 de fevereiro de 1871. De ordem do Irmão Juiz João, e Azevedo, reunida a Irmandade na Igreja, dela saiu com Cruz alçada e se dirigiu à casa da Irmã Juíza de Devoção D. Brígida Vieira Calderon, e aí lhe foi entregue pelo referido Irmão Juiz a nova Imagem colocada em andor ricamente adornado. A solene procissão conduziu a imagem até a Matriz onde foi recebida pelo Padre Me. José Joaquim da Purificação, na falta de vigário, festejada por girândolas de foguetes, tocando na ocasião duas bandas, a da Sociedade Musical Dorense e a do Mestre Mendanha, encerrando-se a solenidade com bênção da imagem e missa festiva. Nessa ocasião era Protetor da Irmandade Patrício Vieira Rodrigues F.º

Depois de acompanhar por mais de 110 anos o povo da hoje Vila Vasconcelos, antiga Vila das Dôres, essa rica imagem de madeira policromada, em tamanho normal de pessoa adulta, que constituía a mais valiosa obra de arte de todos os municípios limítrofes, depois de várias tentativas, foi roubada, junto com sua coroa de prata, na noite de 3 para 4 de junho de 1983.

Em maio de 1965 recolhemos o depoimento de D. Medelis Vieira Barbosa, neta de Manuel Vieira Rodrigues e bisneta do casal Patrício Vieira Rodrigues.

Informou-nos que D. Brígida, após seu casamento com o Ten. Cel. em Montevideu, como este ainda não pudesse voltar ao Rio Grande, ela veio em companhia de seus dois irmãos Julião e Rafael, oficiais, os quais, por sua vez, se fizeram acompanhar de suas ordenanças e mais alguns soldados. Com D. Brígida veio sua escrava de confiança Vicenta e dois filhos menores desta, Juvencia e João Vicente, que ficaram entre os demais escravos até sua libertação. Juvencia casou com o crioulo de nome Aspácio e viveu muitos anos na Vila de Dôres de Camaquã, antiga sede do município de Tapes, onde era muito popular e estimada. Seu irmão João Vicente faleceu ainda moço e solteiro. Era muito apreciado, lia e escrevia corretamente, tendo participado da Revolução de 1893, ao lado de um irmão da informante, 2.º Ten. Manoel do Carmo Vieira Rodrigues.

D. Brígida contava muitas cousas de sua infância e mocidade, falando sempre de sua viagem de Montevideu à Fazenda do Carmo, feita de carreta puxada a bois, que durou um mês e alguns dias. Fizeram diversas paradas e pernites. Em uma das noites, depois de haverem os soldados acendido o fogo para prepararem a ceia, apareceu inesperadamente, àquela hora e naquela solidão, um homem mal vestido e de aspecto pouco agradável. Deram-lhe comida e cigarros, e ele seguiu seu destino... D. Brígida ficou extremamente nervosa e impressionada com a presença do inesperado visitante, pedindo a seus irmãos que prosseguissem viagem durante a noite, pois temia serem assaltados. Em sua opinião, aquele homem pertencia a uma quadrilha de malfeitores. Tendo percorrido algumas quadras, encontraram o corpo de um homem assassinado, vestido apenas com uma ceroula, demonstrando ter sido morto há pouco. Estava morno, tendo tido todos a impressão de ter sido assassinado pelo referido andarilho.



Chegada à Fazenda do Carmo, não tardou o Ten. Cel. Patrício a regressar, vivendo o casal muito feliz, nada faltando à D. Brígida que seguidamente repetia ser a Fazenda do Carmo seu paraíso terrestre. A fazenda compunha-se de uma grande casa de altos e baixos, com sacada sempre cheia de flores. A capela, finamente decorada, guardava a virgem do Carmo, feita de marfim, padroeira da fazenda. Além de requintado mobiliário, havia um piano e grande coleção de músicas dos melhores compositores, pois o Ten. Cel. costumava dar grandes festas e recepções em casa, mandando até vir bandas de música da Capital. A casa da Fazenda do Carmo ficava rodeada por frondosas matas, afora figueiras e outras árvores cultivadas em seu redor. Viam-se grande pomar, jardim com grandes caramanchões de rosas e jasmims, sendo um de bogari na janela do quarto do casal. Destaca no centro do jardim, um pé de magnólia, flor predileta de D. Brígida. Entre outras flores havia diversos pés de camélias, as quais, por muito tempo, continuavam a florescer todos os anos, entre escombros, como a evocarem o passado suntuoso da saudosa Fazenda do Carmo, posteriormente demolida por um de seus herdeiros, Zeferino Vieira Rodrigues.

Ao lado da casa de moradia havia um bom prédio destinado às sessões da maçonaria da qual o Ten. Cel. era irmão, possuindo a Comenda da Rosa, o Hábito de Cristo e outra em forma de polígono, objetos conservados com todo carinho por D. Brígida. Esta era filha de Don José Calderon, arquiteto do Hospital de Caridade de Montevidéu, cuja planta também conservava. Possuía ainda uma “glosa” impressa em cetim branco, com os dizeres existentes em uma placa de bronze colocada no referido Hospital, em memória de D. José.

O casal teve muitos filhos: Carolina, falecida com 7 anos de idade, vítima de varíola. Depois vieram Patrício Junior, Manuel, Ernesto (assassinado em uma emboscada), Luis, Zeferino, Augusto, Fausta (Neneca), Brígida (Brigidinha), Ana Patrícia (Aninha) e Modesta, filha do Ten. Cel., quando solteiro. Dona Brígida acolheu Modesta com carinho, dizendo sempre que esta era uma excelente moça, boa irmã e boa amiga. Casou na cidade do Rio Grande, onde residia.

A informante conserva maior recordação de Manoel, “seu Maneco”, fazendeiro em Tapes e cujo estabelecimento, Fazenda do Posto, passou a pertencer a seu genro Levino Chaves Martins que a remodelou e conservou em memória de seu falecido sogro, de quem era muito amigo. Presentemente pertence a Arno Correa de Almeida, genro de Levino que era pai de Nelson Vieira Martins, ex-Prefeito de Tapes e ex-Chefe de Polícia do Estado. É irmão de Nelson, o agrônomo Rubens Vieira Martins.

Manuel Vieira Rodrigues fez a Guerra do Paraguai voltando no posto de 2º Tenente do Batalhão de Voluntários da Pátria. Foi incorporado ao 6º Corpo de Cavalaria da Freguesia de Dore e S. João, quando era capataz da estância de seu pai. O referido Corpo era comandado pelo Cel. Joaquim José da Silva (Cel. Chimango). Manuel foi à guerra acompanhado de seu irmão Augusto com 18 anos de idade, tendo ambos tomado parte em diversos combates e, entre eles nos de Tuiuti e Curupaiti. Augusto faleceu quando era porta-estandarte, com o posto de Alferes. Manuel recebeu um estilhaço de granada no braço direito, baixando ao hospital de sangue, em estado grave, em início de infecção, ao ponto de seu médico assistente Dr. Joaquim da Costa Antunes ver-se quase na eminência de ter de amputar aquele membro. O Ten. Manuel, apavorado com a notícia de ter de perder o braço, pois os preparativos estavam prontos, rogou ao médico que adiasse a cirurgia por mais algumas horas. Então, o Ten. Manuel, que era muito religioso, fez com toda a fé uma promessa à Virgem das Dore, padroeira de sua terra natal: uma missa e distribuição de esmolas aos pobres do lugar. No dia seguinte, ao examinar o ferimento, o médico, admirado, perguntou a Manuel se era religioso, pois havia ocorrido um milagre, sendo suspensa a operação, ficando o paciente com o braço um pouco paralisado. Por toda sua existência o Ten. Manuel conservou numa caixinha os ossos extraídos do ferimento, a farda com manga esfacelada pela granada, o boné, a espada, a lança e uma faixa de seda grená, com borlas, então usadas pelos oficiais amarrada na cintura. Faleceu com 83 anos depois de uma existência modesta e toda devotada ao bem e à caridade, sendo sepultado com esses objetos, a seu pedido.

Ao regressar da Guerra do Paraguai, como herói, quando pela segunda vez Dôres de Camaquã obtém sua autonomia administrativa, com a Lei nº 975, de 19 de abril de 1875, Manuel Vieira Rodri-



gues é o mais votado. Por isso, na instalação procedida a 9 de agosto daquele ano, em sessão presidida por seu irmão mais velho Patrício Vieira Rodrigues F<sup>o</sup>, Presidente interino da Câmara Municipal de S. João Batista de Camaquã, Manuel assume o cargo de Vereador Presidente da Câmara Municipal.

Eleito para o período de 1883 a 86, aparece como mais votado outro herói da Guerra do Paraguai e, portanto, Vereador Presidente o Major Antônio Carlos Cidade. Este foi Cap. do 14<sup>o</sup> Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional, recebeu medalha do Mérito ou de Bravura Militar, nos combates de Avaí e Lomas Valentinas, em 1868, e teve comissionamento como Major, por atos de bravura, em 1869.

Dona Brígida falava sempre em seus familiares, em sua mãe da família Olmos, de Montevideu. Entre outros fatos contava que seu marido comprou um escravo de um fazendeiro. Todos notavam o abatimento desse homem que não tomava parte dos folguedos dos companheiros e ficava sempre afastado e triste. Como fizessem tudo para tirá-lo daquele abatimento e não o conseguissem, resolveram interrogá-lo através de outro escravo que entendia sua língua, sendo informado de que o motivo de sua tristeza era a saudade da mulher e dos filhos que ficaram na África. Pouco tempo depois foi encontrado enforcado em um mato próximo à fazenda, onde existia uma fonte que fornecia água para o consumo da mesma. Essa fonte dessa data em diante ficou com o nome do escravo "Catario", testemunhando assim esse fato.

Dona Brígida sobreviveu a cinco de seus filhos e até muito velhinha tinha grande apego à Fazenda do Carmo. Seus filhos a levavam para suas casas, mas ela relutava em voltar para a fazenda onde se sentia à vontade com a recordação e as saudades de seu venturoso passado, rodeada da amizade e do carinho de seus descendentes e amgos, bem como de alguns seus ex-escravos. Faleceu em Tapes a 25 de agosto de 1911, com avançada idade.

### FUNDADOR DA CIDADE DE TAPES

Como referimos em outra oportunidade, embora Patrício Vieira Rodrigues não tenha sido o primeiro proprietário da Sesmária do Carmo, indiscutivelmente deve ser considerado o fundador da, hoje, cidade de Tapes.

E faz jus a este título em virtude de ter instalado uma charqueada na foz de um arroio na Lagoa dos Patos, o que passou a denominar-se "Arroio da Charqueada"; de haver servido essa charqueada com navegação de sua propriedade, inaugurando, deste modo, o porto que, segundo a tradição, tomou o nome de Tapes por assim se chamar uma de suas embarcações; e de ter feito sociedade com Bernardino Alves de Oliveira em uma casa de comércio que ficou sob a administração deste, na referida charqueada.

Em função desse centro de interesse econômico, tripartido na Charqueada, indústria saladeril que Vieira Rodrigues sustentou com seus campos povoados; no porto e na navegação que levava os produtos a Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas; e na casa de comércio — o que originou uma concentração populacional nesse lugar com escravos e empregados que ali levantaram, para fins de habitação, ranchos toscos de folhas de butiá, e outras choupanas — encontra-se, indubitavelmente, a fundação da cidade de Tapes por Patrício Vieira Rodrigues, no decênio anterior à Revolução de 1835, no qual se presume tenha instalado essa Charqueada.

Como Vieira Rodrigues não se solidarizasse com a Revolução Farroupilha, embora amigo de Bento Gonçalves; e com o intuito de evitar reação de maiores consequências à sua recusa formal e enérgica de aceitação das razões desse movimento, emigrou para o Uruguai, servindo-se de uma escuna de sua propriedade. Seus estabelecimentos ficaram entregues, como tantos outros, aos assaltos dos revolucionários que procuravam meios de subsistência, em um dos quais foi morto o capataz.

Dessa situação, sobrevieram para Vieira Rodrigues vultosos prejuízos, entre eles a desorganização de seus estabelecimentos e a perda de milhares de reses.

O exílio voluntário em Montevideu deu a Patrício a oportunidade de conhecer D. Maria Brígida Calderon, filha adotiva do engenheiro José Calderon, com quem se casou na capital uruguaia em 1838, de onde regressou mais tarde.

Consta que em 1844 teriam se estabelecido com casa comercial na propriedade de Vieira Rodrigues, entre outros, Joaquim Ferreira Lima e José Manuel Funchal.

Depois do falecimento de Vieira Rodrigues em junho de 1859, sua viúva, mais conhecida por D. Brígida, passa a fazer várias doações a inúmeros escravos que levantaram suas posses à margem do arroio oposto ao da Charqueada, comumente chamado “Sanga do Meio”, “Leão do Passo”, continuando, assim, o povoamento da ora cidade de Tapes.

A posição privilegiada do Porto de Tapes trouxe ao povoado, como natural consequência, acentuado surto de progresso. Decorreram dessa situação vários empreendimentos, como, por exemplo, ainda no século passado, o planejamento urbanístico da povoação.

Com os loteamentos e as escrituras que se seguiram, devidamente realizados por D. Brígida e seus sucessores, se desenvolve o povoamento do Porto de Tapes, onde D. Maria Brígida viveu e faleceu.

O progresso atingido por esse porto — que desde o século findo era o principal do Município, por onde se escoava a exportação, veio proporcionar o começo de uma intercompetição comunitária com a Vila de Dôres de Camaquã pela hegemonia política que iria ter seu desfecho somente anos depois. Com o Ato nº 187, de 31 de maio de 1929, o Intendente Municipal declara instalada em Tapes a sede do Município e, por fim, o Decreto nº 10, de 21 de setembro de 1929, o Intendente Adiles de Araujo Peixoto, muda o nome de “Município de Dôres de Camaquã” para “Município de Tapes”.

Através da Provisão de 31 de dezembro de 1939, D. João Becker transformou em sede de Paróquia, a cidade de Tapes, tendo como padroeira N. S. do Carmo. Esta era padroeira da capela e Fazenda do Ten. Cel. Patrício Vieira Rodrigues. Era vigário o Padre Fernando Steffen. Quando Cônego, foi Pró-vigário da Paróquia de Tapes, de março de 1934 a março de 1935, o Cardeal D. Alfredo Vicente Scherer.

Com o Código de Organização Judiciária do Estado, baixado com a Lei nº 1.008, de 12 de abril de 1950, é criada a Comarca de Tapes, de 1.ª entrância. E a Comarca de Camaquã, que até esse tempo abrangia o Termo de Tapes, foi elevada, na ocasião, a 2.ª entrância. O Edital nº 283, do Tribunal de Justiça do Estado, tornara pública, entre outras, a instalação da Comarca de Tapes.

O primeiro Juiz de Direito dessa Comarca, Dr. Astir Ramos Gonzales, foi removido da Comarca de Torres pela Portaria de 8 de fevereiro de 1951. Nesse ano, criou-se a 84.ª Zona Eleitoral no Rio Grande do Sul, correspondente ao Município de Tapes, instalada a 30 de março do mesmo ano.

## **Episódios Assinalados da Revolução Farroupilha:**

### **O COMBATE DE TAQUARI**

Riograndino da Costa e Silva

#### **CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Em tudo quanto se tem publicado, ultimamente, sobre a Revolução Farroupilha, a propósito de seu sesquicentenário, pouco ou quase nada se encontra com referência ao papel da já velha Freguesia de Taquari no chamado “decênio heróico”.

É que, naturalmente, a antiga povoação açoriana, fundada em 1764, ainda constituía apenas um distrito do município do Senhor Bom Jesus do Triunfo, aliás importante distrito, tanto que viria a tornar-se vila independente (município emancipado) quatro anos depois de firmada a paz de Ponche Verde, em 1845.

A verdade, porém, é que sendo embora mera freguesia, foram muitos e expressivos os episódios da grande epopéia a que a velha Taquari esteve ligada, direta ou indiretamente, como são inúmeros os fatos e informações que documentam “a interferência de Taquari e sua gente na grande revolução de 1835-1845”, conforme tão bem o assinalou, precisamente nestes termos, o eminente historiador Othelo Rosa.

Os notáveis estudos deixados por esse saudoso “taquariense de coração” são pouco conhecidos das gerações mais jovens, quando não inteiramente desconhecidos, mas são todos trabalhos absolutamente corretos nos registros dos acontecimentos de que se ocupam, ou quanto às fontes de informações e documentos que servem para prová-los.

Alguns dos preciosos ensinamentos de Othelo Rosa sobre a matéria constam de uma série de artigos publicados em diversas edições do jornal “O TAQUARYENSE” (Taquari - RS), no ano de 1939 (1) e que tivemos oportunidade de reproduzir nas páginas do livro “SÃO JOSÉ DE TAQUARI — A HISTÓRIA DE MINHA TERRA” (2). E fizemos isso — nunca é demais repetir — não somente para tornar tais estudos mais conhecidos, como para render “modesta homenagem àquele sempre lembrado e acatado historiador rio-grandense”.

Logo no primeiro de seus artigos (“O TAQUARYENSE”, de 24-6-1939), o autor de “Taquari na Revolução Farroupilha” (esse o título da série) lembra que “quando irrompeu a guerra dos farrapos, que encheria o decênio 1835-1845, Taquari era apenas a “povoação de Taquari”. E, ainda mais, que “as referências, ao tempo, em papéis oficiais ou em relatos de cronistas e historiadores, eram feitas ao “distrito de Taquari”.



Pois não obstante, como o acentua logo a seguir o consagrado mestre,

“fatalmente haveria de ressoar, neste lindo rincão da terra gaúcha, o estridor da luta verdadeiramente homérica, de que o Rio Grande do Sul se fez o teatro tumultuoso e desordenado, durante período tão extenso. E ressoou.

No ano de 1840, em que mais avultaram as proporções do prélio estupendo, duas vezes as lanças farroupilhas chocaram-se com as espadas imperiais, dentro da própria sede da freguesia de Taquari, ou nos seus arredores. E em uma delas — 3 de maio — foram os próprios destinos da revolução que se decidiram, em contenda sangüínea e feroz, às margens do rio, no Passo Taquari”.

Cerca de dois meses antes desse grande encontro, todavia, mais exatamente a 8 de março de 1840, o Tenente-Coronel Francisco Pedro de Abreu, mais conhecido como Chico Pedro, alcunhado de “Moringue” pelos farrapos, derrotara, na sede mesma da freguesia, o Tenente-Coronel revolucionário Thomaz Pereira, que dispunha de apenas 50 homens, fazendo 8 prisioneiros e 7 mortos, além de ocupar a localidade.

O Tenente-Coronel Abreu registra o episódio em suas memórias, como o lembra Othello Rosa. Diz ele ali que, após a chegada da Infantaria do Rio Grande ao Caí,

“foi mandado pelo general em chefe, com uma força de cavalaria, para Taquari, a fim de bater a força do intitulado Tenente-Coronel Thomazinho, o que fez, destroçando-a completamente, matando-lhe mais de 6 homens, ferindo muitos, aprisionando-lhe 5, entre estes um tenente, escapando-se, por estarem bem montados, os Tenentes-Coronéis Thomazinho e Chico Ribeiro, ficando em poder do Tenente-Coronel Abreu todo o fato destes, assim como fardas, bandas, muitos cavalos arreitados e sem arreios, que excederam a 200, armas, lanças, Bandeiras da República, 50 rezes e 300 alqueires de cal.”

Mas, o choque maior das “lanças farroupilhas” com as “espadas imperiais” ocorreu no dia 3 de maio de 1840, “às margens do rio, no Passo do Taquari”. E ficou conhecido como o COMBATE DE TAQUARI, a respeito do qual muito e muito já se escreveu até agora, sem que se pudesse firmar uma conclusão exata sobre quem foi vencedor ou vencido no sangrento episódio.

O próprio historiador Othello Rosa, ao estudar o combate (“O TAQUARYENSE”, 1927-1939) diz a respeito o seguinte:

“Em Taquari e seus arredores, na zona compreendida entre os arroios dos “Pinheiros” e do “Moinho”, no ano de 1840, o Governo Imperial e os republicanos rio-grandenses mobilizaram os maiores efetivos de guerra que, durante todo o decênio, estiveram face a face.

Os números, tomados em globo, eram esses: — as forças legais, sob o comando do General Manoel Jorge Rodrigues, 7.000 homens; as forças republicanas, comandadas pelo General Bento Gonçalves da Silva, 6.000 homens. Era assim, para o tempo, um impressionante total de 13.000 guerreiros, de todas as armas, que se defrontavam. A refrega teria, evidentemente, resultados tremendos, conseqüências gravíssimas. Império e República jogariam, no lance, cartada perigosa e decisiva. E tanto isso é verdade que a consciência das suas responsabilidades gerou nos dois generais, que comandavam em chefe, atitudes estranhas de retraimento, de ponderação, que a história até hoje encara como motivos de censura e de crítica. Em Manoel Jorge Rodrigues, chefe legal, uma astuciosa recusa a se empenhar em batalha campal; em Bento Gonçalves, chefe farrapo, uma vacilação no momento de atirar os seus soldados contra o inimigo, forçando-o ao combate, empolgando, talvez, uma vitória retumbante e completa, no impulso indominável de uma arrancada heróica, tão ao feitio dos legendários líderes gaúchos.”

## MOVIMENTOS PREPARATÓRIOS

Como geralmente acontece em qualquer operação militar importante, o COMBATE DE TAQUARI foi precedido por uma série de movimentos de tropas, verdadeiras operações preparatórias, levadas a efeito em ambos os lados, naturalmente com o objetivo de assegurar a cada um as melhores posições para o choque armado e sua vitória contra o inimigo.

Da parte dos farroupilhas, toda atividade que desenvolveram pode ser fielmente acompanhada através de longo e minucioso documento oficial, com o título, também longo, de “Itinerário da marcha do Exmo. Sr. General Chefe do Estado-Maior, quando partiu do Exército sitiado a colocar-se à testa das divisões de cavalaria que formavam a linha sobre a margem direita do Taquari”.

Já conhecíamos o texto desse importante documento por sua publicação no Volume 46, 2ª parte, da “Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil” (pp 241 a 248) e o aproveitamos em nosso livro antes mencionado (“SÃO JOSÉ DE TAQUARI — A HISTÓRIA DE MINHA TERRA” — (2) pp 200 a 204). Posteriormente, fomos encontrar o mesmo documento reproduzido pelo Dr. Saturnino de Souza Oliveira em seu “Bosquejo Histórico (3) — p 76 — dando como seu autor “um intitulado coronel dos rebeldes”, Manoel Gomes Pereira, que diz ser “íntimo amigo de Bento Gonçalves” (Nota à p. 37). E mais recentemente, com a edição da “História da Revolução Farroupilha”, de autoria do General Morivalde Calvet Fagundes (4), verificamos que esse autor registra, igualmente, que o “Itinerário” tem como autor o Coronel Manoel Gomes Pereira, oficial que servira aos ideais farrapos e, mais tarde, para conseguir anistia, “bandeou-se para o lado dos legais”. (p. 270)

## AS MANOBRAS DOS FARRAPOS

De qualquer maneira, da autoria do Coronel Manoel Gomes Pereira ou de quem quer que seja, o documento em questão revela que foi escrito por alguém que acompanhava muito de perto os movimentos dos revolucionários. E estava perfeitamente ao par e no conhecimento perfeito de todas as decisões dos chefes farroupilhas. Constitui, por isso mesmo, o “Itinerário” em referência o mais fiel repostório e a melhor fonte de informações a respeito do assunto.

Com efeito, vem ali minuciosamente registrado tudo quanto aconteceu, do lado republicano, desde abril (dia 15) até maio (dia 8) do ano de 1840. É assim que, lendo-se esse registro, fica-se sabendo que o Chefe do Estado-Maior da Revolução (General Antônio de Souza Neto) iniciou seus movimentos em 15 de abril e realizou a junção de suas forças com as do General Bento Gonçalves no dia 26, em manobras que Othello Rosa assim descreve:

“Em 26 de abril de 1840, no morro da Fortaleza, o cêrro histórico que se ergue nas divisas de Triunfo e Montenegro, fizeram junção as forças de Bento Gonçalves, que saíra do sítio de Porto Alegre e passara o Caí, e as do General Antônio de Souza Neto, que viera da campanha, atravessando o Taquari. Essa junção de forças, em região coberta de inimigos e obedecendo a um plano prévio, constitui uma das mais brilhantes operações estratégicas realizadas pelos farroupilhas.

Logo em seguida, estabeleceu-se o contacto com o Exército Imperial, que não conseguira evitar o encontro dos dois chefes republicanos, preparando-se incontinentemente para atacá-los. Uns e outros, porém, verificaram logo que o adversário respectivo estava numeroso e forte, e que era mister examinar terreno e condições antes de travar a peleja. Legalistas como republicanos haviam reunido o maior número possível de elementos, fazendo o que ficou na história com o nome de Concentração de Taquari.” (“O TAQUARYENSE”, 197-1939).

Ainda a esse respeito, o “Itinerário” atribuído ao Coronel Manoel Gomes Pereira informa que “marchando pela aba da Serra (Neto), sobre o passo de cima do Santa Cruz, ali foi recebida a notícia de que o General Comandante em Chefe do Exército conseguira vadear o Caí com o Exército junto à Fortaleza e que a junção com a coluna em marcha se realizou na Fazenda do Azeredo, aproximando-se a coluna realista, que acampou logo na extremidade esquerda



da várzea além do passo em que se achava o Exército republicano.”

O documento faz, a seguir, o seguinte registro, de evidente interesse no caso:

“O Exmo. General em Chefe, conhecendo a transcendência da batalha que ia empenhar, a fadiga da tropa e favorável posição do inimigo, deliberou furtar-se a combate, retraindo-se sobre o Santa Cruz, infundindo assim mais confiança no inimigo que, nos supondo em retirada, devia encorajar-se a seguir-nos e, tendo nós posição favorável, os carregáramos de firme e, nesta hipótese, acampamos aquela noite na margem direita do Arroio Santa Cruz, junto ao passo geral.”

São descritos depois, no documento em apreciação, os movimentos legalistas nos dias 28, 29 e 30 de abril, informando então o seguinte, sobre o que fizeram os revolucionários:

“Julgando o Exmo. Sr. General em Chefe que se ia empenhar o combate, fez marchar a ala esquerda, comandada pelo General David Canabarro, composta da Brigada de Cavalaria de 1ª linha e da comandada pelo General Joaquim Teixeira, enquanto a direita, ao mando do General-Chefe do Estado-Maior, devia entrar por um dos passos do arroio já dito (dos Pinheiros), apenas rompesse o fogo na ala esquerda; o centro, comandado pelo Coronel Marcelino do Carmo, se achava composto da Divisão de Infantaria, tendo a divisão da direita na retaguarda desta, que igualmente servia de reserva a ambas as alas.”

A transcrição desses trechos do “Itinerário” da marcha dos farrapos justifica-se plenamente, em nosso entender, porque eles nos permitem não apenas ficar conhecendo os movimentos das tropas de Bento Gonçalves e de Neto até sua junção, a 26 de abril, como porque — muito mais importante, sem dúvida — levam a se poder firmar uma conclusão a respeito do que hoje se poderia dizer que era a “idéia de manobra” do Chefe farroupilha (Bento Gonçalves), ao verificar que teria mesmo que se defrontar com a força imperial do comando do Tenente-General Manoel Jorge Rodrigues.

O fato, porém, é que, no dia 1º de maio, segundo o manuscrito, “mais nada ocorreu”; no dia 2, “nada houve de notável”; embora a uma hora da tarde fosse observado que “o inimigo encetava sua passagem” (do rio), o que vinha a significar o início do COMBATE DE TAQUARI.

### A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO IMPERIAL

Para se conhecer a atuação do Exército Imperial nos dias anteriores a 3 de maio de 1840, em suas operações preparatórias para o encontro que se antevia inevitável, parece-nos que as melhores fontes de informações são, evidentemente, as constantes dos documentos oficiais assinados pelo Chefe legalista na ocasião.

O primeiro desses documentos é o ofício do Tenente-General Manoel Jorge Rodrigues, datado do “Quartel General junto aos subúrbios da Villa de Taquari, 2 de maio de 1840” e endereçado ao “Ministro Secretário d’Estado dos Negócios da Guerra”, à época o Conde de Lages, João Vieira de Carvalho.

De acordo com o mencionado ofício, os rebeldes forçaram o Passo do Pesqueiro, no dia 25 de abril, e em seguida o de Maratá, “sendo favorecidos em ter tirado, na véspera, uma companhia de caçadores, para com mais brevidade passar no mesmo dia o Caí para o outro lado, para os atacar, bem contra a minha opinião, como tenho indicado em meus anteriores ofícios, de cujo movimento eles, rebeldes, estavam bem informados”.

Declara ainda Manoel Jorge que, no mesmo dia 25 de abril, conseguira reunir a 1ª Brigada de Infantaria e a Divisão de Cavalaria, marchando para os rebeldes, enquanto no dia seguinte (26), em virtude das marchas efetuadas, as forças legalistas acabaram de reunir-se, “ficando por muito à retaguarda a bagagem e cavalcadas de cavalaria... a fim de efetuar a passagem do Caí sem aquele peso;



e só no dia 29 se reuniu”.

As forças imperiais continuaram seus movimentos nos dias que se seguiram e pernотaram (acamparam), sucessivamente, na Charqueada do Passo do Leal; no Passo do Azeredo, “para junção do gado”; e no Arroio Santa Cruz, até que, como se pode ler no ofício do Chefe legalista,

“no dia 29, muito cedo, chegamos ao Passo dos Pinheiros no arroio deste Havia, portanto, o Exército Imperial tomado uma “posição mais forte à frente dos rebeldes” e, mesmo assim, ali permaneceu com seus elevados efetivos, sem buscar a decisão que se impunha no momento, e limitando-se apenas a pequenos entrechoques de descobertas e de “fortes guerrilhas”.

Como resultado dessas ações secundárias, de pouca importância no caso, houve alguns mortos e feridos de parte a parte. E foi nesse meio tempo, precisamente no dia 27 de abril, que a força imperial veio a perder “o honrado e benemérito Brigadeiro Bonifácio Izás Calderon, morto de apoplexia aguda”, nos termos do registro do Tenente-General Manoel Jorge em seu ofício de 2 de maio ao Ministro da Guerra, Conde de Lages.

No dia 2 de maio, o Comandante legalista convocou um Conselho de Guerra, “para se decidir se era possível, apesar do abatimento dos cavalos, atacar os rebeldes e, no caso negativo, o que convinha fazer”.

O Tenente-General Manoel Jorge Rodrigues dá essa informação no ofício que endereçou ao Ministro da Guerra em data de 5 de maio, depois do combate, portanto. E acrescenta ter ficado assentado “que se devia passar o Taquari, porque seria certa a nossa perda pelo estado dos cavalos, estando os rebeldes em bom estado, no caso de atacarem”.

### OS EFETIVOS MOBILIZADOS PARA O COMBATE

Em outra passagem deste nosso trabalho, lembramos que o historiador Othelo Rosa registrou que os efetivos engajados no COMBATE DE TAQUARI, a 3 de maio de 1840, elevavam-se ao total de 13.000 homens, “de todas as armas”. Eram 7.000 sob o comando do Tenente-General Manoel Jorge Rodrigues, mais tarde agraciado com o título honorífico de Barão de Taquari, justamente por sua atuação como chefe naquele memorável encontro. E o General Bento Gonçalves tinha então sob suas ordens um exército forte de 6.000 soldados farroupilhas.

Assim, para a época, como o assinalou o saudoso autor, era um impressionante total de 13.000 homens, guerreiros experimentados, de todas as armas, que se iriam defrontar numa refrega que teria, fatalmente, **resultados tremendos, gravíssimas conseqüências**.

Outro consagrado historiador, o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, ao descrever o COMBATE DE TAQUARI em “Guerra Civil do Rio Grande do Sul” (5), informa que:

Está aí indicado, portanto, um total de 10.626 combatentes, tendo-se verificado, na contagem de ambas as partes, 88 mortos, 239 feridos e 12 prisioneiros.

É bem verdade que o mesmo autor ressalva que “no Taquari, as forças rebeldes e legais passavam desse número (3.000 combatentes), mas não entraram todas em peleja; apenas parte dos dois Exércitos mediram as armas entre si”. E por isso mesmo, talvez, é que o Conselheiro Araripe acrescenta logo em seguida:

“Os combates em que mais avultadas forças se entestaram e brigaram foram os de Fanfa e Ponche Verde. No primeiro, as forças de cada um dos lados eram de pouco mais de 1.000 homens; no segundo, lutaram 2.600 rebeldes com 1.600 legalistas”.(p 319)

Por sua vez, o Dr. Saturnino de Souza Oliveira, que foi presidente do Rio Grande do Sul (24-6-1839

a 27-7-1840), justamente no período em que se travou o COMBATE DE TAQUARI, quando o Comandante das Armas era o Tenente-General Manoel Jorge Rodrigues; o Dr. Saturnino de Souza Oliveira — dizíamos — escreveu importante trabalho sobre as operações militares que se desenrolaram na Província, durante a sua presidência. (3)

Ao se referir, em seu “Bosquejo Histórico” ao encontro de 3 de maio de 1840, o Dr. Saturnino diz que “... com o Sr. General (Manoel Jorge) fiz a conta da força disponível dos corpos e achamos que ele podia por-se em movimento para atacar os rebeldes com mais de 5.000 homens e o exército sitiante de Viamão então não montava a 2.500 homens completos”. (pp 48/49)

De acordo, porém, com nota ao pé da página (Nota 17), tendo em vista o “mapa da força empregada na Província, do mês de março”, verifica-se que “as casas das praças disponíveis” apresentavam um total de 4.936 homens, aí computados, além de unidades menores, 5 batalhões de caçadores, 1 batalhão de artilharia a pé, 1 corpo de cavalaria de guardas nacionais e mais uma coluna de cavalaria (1.400 homens).

Além desse efetivo, segundo a mesma nota, havia ainda mais 150 homens da força da Serra, “pronta a reunir-se em S. Leopoldo, logo que o Exército passasse o Cai”, o que elevava o total a 5.086 combatentes.

Quanto às forças farroupilhas, como já indicamos, o Dr. aturnino considera que “o Exército sitiante de Viamão não montava a 2.500 homens”, porém na nota 18 (pp 48/49) afirma que “este cálculo ainda era exagerado”. E isso porque, segundo o relatório do “intitulado coronel Manoel Gomes”, a tropa de infantaria com que o General Bento Gonçalves marchou era de 1.069 homens, distribuídos por 4 batalhões de caçadores, uma companhia de Marinha e Artilharia não especificada. A cavalaria farrapa, do comando de Bento Gonçalves, somava 1.100 homens, compreendendo lanceiros libertos, piquetes e contingentes da Guarda Nacional de diferentes distritos. Em tais condições, as tropas farroupilhas comandadas por seu Chefe supremo montavam a um total de 2.169 combatentes, os quais deveriam ser acrescidos ainda da força sob o comando do General Antônio de Souza Neto (1.200 homens). Elevava-se, pois, o total das tropas farroupilhas a 3.369 soldados de infantaria, cavalaria, artilharia a pé e de Marinha. No cômputo final, porém, havia ainda que deduzir pequenos contingentes, por diversos motivos, o que reduzia a apenas 2.185 homens “toda a força dos rebeldes no Viamão, nos primeiros dias de abril”. (p 51)

No comentário do Dr. Saturnino de Souza Oliveira, baseado no relatório que transcreve, foi essa força de 2.185 soldados que “o Sr. Manoel Jorge perdeu a boa fortuna de atacar com 5.086 homens, bem montados, bem armados, disciplinados e entusiasmados para combaterem”. (p 51)

Em seu magnífico livro intitulado “A Revolução Farroupilha”, o grande e saudoso mestre General Augusto Tasso Fragoso faz uma rápida análise dos deslocamentos dos revolucionários, até a junção das forças de Bento Gonçalves com as de Antônio de Souza Neto. Assinala muito justamente que o plano imperial de bater o chefe supremo da revolução isoladamente havia falhado. E registra logo a seguir que “cerca de 4.300 legalistas podiam agora enfrentar uns 3.360 rebeldes”. (p 116)

Entende, porém, o autor que “é difícil precisar o efetivo dos rebeldes na região entre o Cai e o Taquari”; reproduz, entretanto, no texto os efetivos que o Dr. Saturnino de Souza Oliveira extraiu do relatório atribuído ao coronel Manoel Gomes Pereira, concluindo, em nota ao pé da página (166), que a força farroupilha, no total de 3.069 homens, estava assim distribuída:

- Força de Infantaria com que Bento Gonçalves marchou (4 batalhões de caçadores, companhia de marinha e artilharia..... 1.069 homens
- Cavalaria, compreendendo lanceiros libertos, carabineiros, piquetes e guardas nacionais ..... 1.100 homens
- Força com que Neto passou o Taquari, composta de contingentes da Guarda Nacional da Fronteira de Jaguarão, de São Gabriel, Cachoeira, Santa Maria e Taquari ..... 1.200 homens



Tendo em vista, pois, esses efetivos é que o General Tasso Fragoso afirmou, como vimos, que, após a reunião da força de Bento Gonçalves com a de Neto, iriam enfrentar-se em breve cerca de 4.300 legalistas e uns 3.360 rebeldes.

Em sua “História Geral do Rio Grande do Sul” (7), o acatado historiador e ilustre homem de letras Arthur Ferreira Filho escreveu que “o ano seguinte, 1840, não foi propício às armas farroupilhas, embora não lhes trouxesse nenhum revés capaz de alterar o curso dos acontecimentos”. Pode-se observar que esse ponto de vista não coincide muito bem com o do historiador Othelo Rosa, já lembrado anteriormente.

Quanto, porém, aos efetivos engajados no encontro de 3 de maio de 1840, que considera não como combate, e sim como “a batalha de Taquari”, Arthur Ferreira Filho afirma que “as forças da República orçavam por 3.400 homens”, enquanto os imperiais “dispunham de muito maior efetivo, cerca de 4.500”. (p 87)

No excelente livro recentemente publicado (4), o General Morivalde Calvet Fagundes registra que “o plano de bater Bento Gonçalves isoladamente tinha, pois, falhado de modo completo”. E, assim, “cerca de 4.900 legalistas podiam agora enfrentar uns 3.369 rebeldes (1.069 homens de infantaria e 1.100 de cavalaria, conduzidos por Bento Gonçalves, e 1.200 cavaleiros de Neto”. (p 276)

Outros historiadores que também escreveram muito bons livros sobre a Revolução Farroupilha, como os professores Dr. Dante de Laytano e Walter Spalding, fazem o registro do COMBATE DE TAQUARI, mas não dão indicações quanto aos efetivos das forças que nele se engajaram, de um lado e de outro.

## O COMBATE

Foi em data de 3 de maio de 1840. As tropas farroupilhas sob o comando de seu maior Chefe, o General Bento Gonçalves da Silva, e as forças imperiais, às ordens do Tenente-General Manoel Jorge Rodrigues, que era a maior autoridade militar da Província, porquanto exercia o cargo de Comandante das Armas; as tropas farroupilhas e as forças imperiais — repetimos — depois de movimentos e operações menores nos dias anteriores, vão encontrar-se frente a frente nas margens do Arroio dos Pinheiros (ou da Fonte Grande), pequeno tributário do rio Taquari.

Na opinião dos historiadores, o encontro tratado na velha Freguesia de Taquari foi dos mais encarniçados e sangrentos de toda a longa guerra civil do Rio Grande do Sul.

Os efetivos empenhados na peleja, conforme assinalamos antes, foram, sem dúvida, os maiores e mais bem preparados que se defrontaram no curso das operações militares que marcaram a grande epopéia.

Ao registrar os efetivos que se concentraram para o COMBATE DE TAQUARI, como vimos anteriormente, o General Tasso Fragoso entendia ser “difícil precisar o efetivo dos rebeldes na região entre o Caí e o Taquari”. Pois, tendo em vista o que indicam vários estudiosos da história e, em face mesmo dos documentos oficiais conhecidos, parece-nos muito mais difícil ainda precisar, com alguma exatidão, a quanto montavam as forças que se defrontaram naquele memorável feito das armas.

É assim que, a despeito da grande admiração que temos por Othelo Rosa, e também com o respeito com que sempre aceitamos o que nos ensina em matéria de história, principalmente da história rio-grandense, julgamos por demais elevado o total, em “número redondo”, por ele consignado: — 13.000 homens, sendo 6.000 farroupilhas e 7.000 imperiais.

O Conselheiro Tristão de Alencar Araripe também aceita cifras que se nos afiguram ainda elevadas: — 4.626 imperiais e 6.000 farroupilhas, num total de 10.626 combatentes.



Pelos dados que o Dr. Saturnino de Souza Oliveira apresenta em seu “Bosquejo Histórico” (3), não se fica sabendo se os efetivos engajados no combate se elevavam a 7.271 homens (5.085 legalistas — p 49 — mais 2.185 rebeldes — p 51), ou se atingiam a mais altos índices: — 8.305 no total, dos quais 4.936 imperiais (p 49) e 3.369 revolucionários. (pp 50/51)

O historiador Arthur Ferreira Filho admite os dois exércitos fortes de 4.500 homens (imperiais) e 3.400 (farroupilhas), dando um total de 7.900 combatentes em ambos os lados; ao passo que o General Tasso Fragoso, mais modestamente, e talvez mais acertadamente, indica ao todo 7.660 homens, dos quais 4.300 de Manoel Jorge e 3.360 de Bento Gonçalves.

Há, portanto, como se pode verificar, muita diversidade no avaliar os efetivos que tomaram parte no COMBATE DE TAQUARI, porém é certo e indiscutível que eles foram realmente muito elevados, talvez até os maiores mobilizados para a campanha revolucionária.

O Conselheiro Tristão Araripe comenta mesmo que “em Taquari, as forças rebeldes e legais passavam desse número (3.000), mas não entraram todas na peleja; apenas parte dos dois Exércitos mediram as armas entre si”. E o autor acrescenta, como esclarecimento do ponto em referência, que “os combates em que mais avultadas forças se entestaram e brigaram foram os do Fanfa e Ponche Verde”, informando que, no primeiro, as forças de cada um dos lados eram de pouco mais de 1.000 homens, enquanto, no segundo, 2.500 rebeldes lutaram contra 1.600 legalista.

Não obstante este abalizado ponto de vista e, na falta de dados positivos nos documentos oficiais; tendo em consideração, ainda, a importância e o realce que os historiadores e estudiosos em geral atribuem ao COMBATE DE TAQUARI, principalmente quanto a suas consequências e decisiva influência no posterior desenvolvimento da própria luta armada; tendo em vista esses e outros fatores que naturalmente devem também ser levados em conta no caso, somos inclinados a aceitar que os efetivos que se defrontaram nas operações militares de 3 de maio de 1840 deviam andar entre sete e oito mil homens, podendo admitir-se, assim, como mais aceitáveis os números indicados pelo General Tasso Fragoso, ou sejam 7.660 combatentes: — 4.300 imperiais e 3.360 republicanos.

Eram, de qualquer forma, dois contingentes muito importantes e de grande expressão militar para a época. E foi entre essas poderosas massas de manobra e de potência bélica que se travou a peleja memorável.

Vejamos, porém, como se desenrolou o combate propriamente dito, para o que recorreremos, mais uma vez, ao que escreveram historiadores de renome e aos documentos oficiais a respeito.

1º — PARTE OFICIAL do General em Chefe do Exército Farroupilha, Bento Gonçalves da Silva, publicada no jornal “O POVO” (nº 160, datado de “Cassapava, sábado, 22 de maio de 1840”):

“Pretendia no dia 30 reconhecer melhor o terreno que ocupava o inimigo, para atacá-lo em sua própria posição; mas, ele não quis esperar por isso: favorecido pelas trevas, marchou essa mesma noite e, no dia seguinte, achava-se acampado em nossa frente, junto a Taquari. O terreno que ocupava, circundado por toda a parte de valos e matos, que defendiam ambos os seus flancos e retaguarda, era só próprio para manobrar a arma de infantaria; e conservou-se, portanto, o Exército que comando na mesma posição até o dia 3 do corrente, em que o inimigo, tendo clandestinamente efetuado a passagem para a margem direita do Taquari de toda sua Cavalaria e Artilharia e de metade de sua Infantaria, conservava ainda na margem esquerda o resto de seus Batalhões. Fiz marchar imediatamente a Divisão de Infantaria para desalojá-los da picada aonde se achavam e acossá-los vivamente em sua passagem. A Infantaria inimiga achava-se emboscada nos matos e, reforçada rapidamente por Batalhões de refresco, que repassaram o rio, fez uma vigorosa resistência. O fogo continuado e vivo durou mais de uma hora, mas a bravura da primeira Brigada de Infantaria (única que sustentou o fogo, não podendo partilhar de igual glória a segunda Brigada, pela desigualdade e acanhamento do terreno) conseguiu desalojá-los de sua posição e fazendo-lhes imensos estragos, os rechaçou até a margem do rio, aonde foram vivamente acossados”.

Segundo a parte oficial de Bento Gonçalves, o Exército Imperial teve mais de 90 mortos, “além dos que transportou para bordo de suas embarcações”, excedendo a mais de 300 o número de feridos.

Os farroupilhas, de acordo com o mesmo documento, tiveram 22 mortos e 80 feridos.

2º — OFÍCIO do Tenente-General Manoel Jorge Rodrigues, Comandante do Exército Imperial, ao Conde de Lages, Ministro da Guerra, datado de 5 de maio de 1840:

“No dia 2 de maio corrente, ciente do estado dos nossos cavalos, convoquei um conselho consultivo, para se decidir se era possível, apesar do abatimento dos cavalos, atacar os rebeldes e, no caso negativo, o que convinha fazer.

Assentou-se que se devia passar o Taquari, porque seria certa a nossa perda pelo estado dos cavalos, estando os rebeldes em bom estado, no caso de atacarem.

Pela 1 hora da manhã do dia 3 se deu princípio à passagem, tendo embarcado a artilharia, menos 2 peças, e as bagagens, para descerem o Taquari.

Passou a cavalaria primeiro, ficando a infantaria sustentando as posições, que cobriam o embarque, e o esquadrão ligeiro de guardas nacionais na frente, o qual, desde as 8 horas até às 12 da manhã, sustentou um forte tiroteio; a esta hora foram as nossas posições fortemente atacadas por mais de 2.000 homens, sendo 1.200 de 4 batalhões de caçadores e o resto de clavineiros apeados com alguns lanceiros, para mais aterrorarem com seu número de homens, e previamente embriagados com cachaça.

O primeiro ímpeto foi terrível e nossos caçadores, flanqueados cederam o terreno; mas, mandando 2 companhias pela direita e 4 pela esquerda do 6º Batalhão de Caçadores. Cederam imediatamente o terreno, pondo-se em vergonhosa fuga, e a mesma cavalaria, que ficou montada na retaguarda, se retirou a trote, deixando o campo semeado de negros e dos cavaleiros apeados; entre todos os mortos, que se viram, se conheceram serem 4 dos seus oficiais, supondo-se morrera Marcelino do Carmo, Comandante da Infantaria, ou José Luiz, a quem fizeram grandes honras fúnebres na freguesia; durou o vivo fogo, cinco quartos de hora”.

Em seu ofício de 5 de maio, o Chefe Imperial consigna ainda elogiosas referências a diversos oficiais que combateram sob suas ordens em Taquari, destacando especificamente “os Comandantes dos Corpos que entraram em ação”, a saber: — da 2ª Brigada, Coronel Luiz Manoel de Jesus; do 1º B. C., Tenente-Coronel Francisco José Damasceno Rosado; do 3º B. C., Tenente-Coronel Constantino José Teixeira; do 5º B. C., Tenente-Coronel José Nepomuceno da Silva; e do 6º B. C., Tenente-Coronel Francisco de Arruda Câmara. E faz uma menção muito especial do Brigadeiro Filipe Néri de Oliveira e Tenente-Coronel José Joaquim de Andrade Neves, futuro Barão do Triunfo, em termos que bem ressaltam a coragem, a abnegação e o patriotismo desses denodados militares brasileiros.

Por seu evidente valor histórico, julgamos de oportunidade e de muita justiça reproduzir aqui as palavras com que o Tenente-Coronel Manoel Jorge registrou a atuação desses seus dois bravos comandados no COMBATE DE TAQUARI.

“O Brigadeiro Graduado Filipe Néri de Oliveira, que recebeu duas feridas, uma grave, se conservou no combate até o fim, apesar de não poder montar a cavalo e o mandar para a retaguarda; o Tenente-Coronel José Joaquim de Andrade Neves, Comandante do Esquadrão Ligeiro de Guardas Nacionais, que, depois que não pôde trabalhar com o seu corpo, ficou unido aos caçadores, onde recebeu duas feridas, também não quis retirar-se sem acabar o combate”

Quanto às perdas sofridas por suas tropas no encontro, Manoel Jorge faz anexar ao ofício um mapa demonstrativo das baixas da “Divisão de Artilharia e Infantaria”, segundo o qual foi de 177 homens a “soma geral dos mortos, feridos e extraviados”. Esse mapa consta do “Bosquejo Histórico” (3), do Dr. Saturnino de Souza Oliveira. (p 86)

3º — CONSELHEIRO TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE: — “Guerra Civil no Rio Grande do Sul” (5):



“Em meados de abril de 1840, Bento Gonçalves, moveu-se com o seu Exército; efetivamente, transpôs o Caí, procurou o Taquari e, no dia 3 de maio seguinte, foi encontrar-se com o sobre-dito General (Manoel Jorge Rodrigues) na margem esquerda deste último rio. Travou-se então, por espaço de mais de uma hora, a peleja conhecida pela denominação de COMBATE DO TAQUARI.

As forças imperiais, coadjuvadas pela esquadrilha a mando de Pascoe Grenfell, montavam a 4.626 soldados e tiveram 53 mortos, 135 feridos e 4 prisioneiros; e as forças rebeldes, avaliadas em 6.000 homens, tiveram 35 mortos, 114 feridos e 8 prisioneiros” (p 213)

“Ambos os generais deram-se por vencedores; inquestionavelmente, porém, não houve vantagem notável de parte a parte; porquanto o Exército legal não causou grave dano ao Exército rebelde e este voltou para continuar no assédio de Porto Alegre”. (p 318)

Em outra passagem de seu trabalho, o Conselheiro Araripe entende que os combates de Taquari e São José do Norte, travados com intervalo de pouco mais de dois meses, “devem ser conjuntamente apreciados em seus efeitos”; e, então, acrescenta o seguinte, a respeito do primeiro dos mencionados encontros:

“Bento Gonçalves, acampado em Viamão e suas adjacências, reconheceu que perigava com a imobilidade, dando tempo a ser cercado. Cumpria sair da atual posição, ou vencendo o inimigo quanto antes, ou passando para a campanha, se não tivesse a vitória.

Com efeito, abalou com o seu Exército, transpôs o Caí no Passo do Pesqueiro, junto ao Pareci, e, buscando o General adverso, foi com ele travar peleja na margem esquerda, ou oriental, do Rio Taquari.

Aí digladiaram-se os dois Generais, porém a vitória não favoreceu as armas republicanas. Bento Gonçalves não pôde bater Manoel Jorge, mas este, sem ter completo triunfo, obteve que o inimigo passasse o Taquari e ganhasse a campanha.

Considerado, por este lado, o COMBATE DE TAQUARI importou vitória valiosa para a legalidade”. (p 323)

#### 4º — General AUGUSTO TASSO FRAGOSO em “A REVOLUÇÃO FARROUPILHA” (6).

Nessa obra clássica sobre a Guerra dos Farrapos, o General Augusto Tasso Fragoso lembra todos os movimentos executados pelos rebeldes e imperiais, nos dias que antecederam o COMBATE DO TAQUARI; refere-se, também, ao Conselho de Guerra convocado pelo Tenente-General Manoel Jorge Rodrigues, para o dia 2 de maio de 1840, e então escreve:

“Em uma palavra, os imperiais decidem esquivar-se, cobrindo-se com o rio Taquari. Começaram a passagem deste rio à 1 hora da manhã de 3 de maio”.

O autor transcreve, nesta altura, trecho do ofício de Manoel Jorge, já referido, e assim descreve a luta então travada:

“Logo que soube dessa resolução (passagem do rio), Bento Gonçalves tomou a ofensiva, lançando-se contra o adversário quando ele efetuava a travessia do rio.

Como neste momento já a cavalaria o havia transposto, é contra a infantaria imperial, coadjuvada pela força naval de Grenfell, que ele peleja.

Manoel Jorge defende-se cobrindo a passagem, ao que parece, com 4 batalhões de infantaria (1º, 3º, 5º e 6º) e com um esquadrão ligeiro de guardas nacionais”.

Mais um trecho do Ofício do Chefe imperial é transcrito, prosseguindo depois Tasso Fragoso:

“Segundo se depreende dos documentos respectivos, o terreno da margem do rio, coberto de mato, não facultou a ação da cavalaria rebelde. Sobre dois batalhões de infantaria deste partido, a saber o 1º e o 3º, recaiu o peso da luta”.



Reproduz então o autor a referência de Manoel Jorge à participação da Marinha Imperial na peleja, depois do que assim conclui:

“Tal foi o COMBATE DE TAQUARI (3 de maio de 1840).

Os legalistas tiveram 201 baixas (mortos, feridos e prisioneiros) e os rebeldes 270”. (pp 167/168)

5º — OTHELO ROSA: — “TAQUARI NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA” (1)

Nos excelentes estudos que produziu sobre Taquari na Revolução Farroupilha, o historiador Othello Rosa assim descreve o combate de 3 de maio de 1840:

“Ao madrugada do dia 3 de maio, uma cerração densíssima envolvia Taquari e arredores. Foi necessário esperar que a bruma levantasse, o que somente se deu pelas 10 horas da manhã. E foi então que os farroupilhas, tomados de espanto, verificaram que o inimigo desaparecera, iludindo a vigilância de Domingos Crescêncio e seus soldados.

Ao prudente Manoel Jorge Rodrigues não sorria a possibilidade de uma refrega de largo tempo, com o caudaloso Taquari a embargar-lhe uma possível retirada”.

Pouco mais adiante escreve Othello Rosa:

“Pelos esculcas, soube (Bento Gonçalves) que as forças imperiais não haviam todas passado o rio; e mandou que os 1º e 3º Batalhões de Caçadores, comandados pelos Majores Balthasar de Bem e Luiz Rodrigues — este meu avoengo — fossem bater, à margem do rio, os elementos que ainda demorassem ao lado esquerdo.

Avançaram os batalhões; e, na picada do Passo, travaram um mortífero combate, pois encontraram inimigos mais numerosos do que deixava antever a incompleta informação, e Manoel Jorge fez ainda, a toda a pressa, repassar reforços.

Pouco habituados a recuar, os farroupilhas, embora reforçados também, quando constatada a verdadeira situação, sacrificaram-se na luta, infligindo ao inimigo perdas mais altas ainda: 90 mortos e 300 feridos, nos imperialistas; 35 mortos, 114 feridos e 28 extraviados, entre os republicanos — é o cálculo mais aproximado das baixas do COMBATE DE TAQUARI, no dia 3 de maio de 1840”

6º — WALTER SPALDING: — “A REVOLUÇÃO FARROUPILHA” (8)

Em duas passagens de seu livro “A REVOLUÇÃO FARROUPILHA” o professor e historiador Walter Spalding, de tão saudosa memória, ocupa-se do COMBATE DE TAQUARI, considerado também por ele como tendo sido uma “batalha”. Sua primeira referência é a seguinte:

“Comandava as forças do império o quase octogenário general Manoel Jorge Rodrigues. A 3 de maio, estavam as suas forças acampadas nas margens do rio Taquari, guardadas, por água, pela esquadra sob as ordens de John Pascoe Grenfell. Rodrigues estava em excelente posição, dentro da vila de Taquari.

Na madrugada desse dia, aparece-lhe Bento Gonçalves.

Trava-se o primeiro combate e as forças imperiais titubeiam. No segundo assalto, recuam um pouco, mas sustentam, firmes, o fogo. A retaguarda, porém, procura atravessar o rio em balsas e vapores pequenos, pois a esquadra, do porto, auxilia os defensores da vila. Os republicanos, impetuosos, avançam sempre. Uma chuva impertinente começa a cair, desorganizando tudo. Aproveitando uma pausa, os imperiais procuram, todos, a praia. Perseguem-nos os republicanos com acutiladas terríveis. Mas, a chuva, cada vez mais forte, impede a continuação da luta. Bento Gonçalves manda tocar retirada. Cessa o fogo, mas os perseguidos, vendo os perseguidores em retirada, perseguem-nos, de longe, até fora da vila. E assim termina essa batalha, a que o general Jorge Rodrigues, em sua ordem do dia, se refere como tendo sido uma estrondosa vitória.

E o governo imperial dá-lhe como gratificação pelo “glorioso feito”, o título de Barão do Taquari”. (p 60)

Na parte em que apresenta as “Efemérides da Grande Revolução” (capítulo V - p 86 em diante), o historiador Walter Spalding registram ainda o seguinte, no mês de maio de 1840, dia 3:

**“Batalha de Taquari** — Estavam as forças imperiais comandadas pelo já velho general Manoel Jorge Rodrigues, coadjuvado pela esquadra imperial comandada por Grenfell, na vila de Taquari. Chovia torrencialmente quando os republicanos, comandados por Bento Gonçalves da Silva, atacaram os imperiais, impelindo-os para as margens do rio, onde estes iniciaram o movimento de retirada, embarcando nos navios de Grenfell.

Em conseqüência, porém, do mau tempo, Bento Gonçalves manda tocar retirada e pequeno número das forças imperiais que não havia ainda embarcado, notando o movimento dos republicanos, resolvem atacá-los. Por esse feito foi o general Rodrigues agraciado com o título de Barão do Taquari. Entretanto, deve-se notar, a batalha ficou indecisa.” (p 175)

7º — DANTE DE LAYTANO: — “HISTÓRIA DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE” (9)

O historiador e professor Dr. Dante de Laytano, na “HISTÓRIA DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE”, quando trata das “Guerras”, apresenta uma sinópe completa dos combatentes, assaltos e ataques dos republicanos e legalistas, dando-a como “simples cronologia num capítulo ligeiro”. (p 117)

Pois é nessa “simples cronologia” que o fecundo e dinâmico homem de letras gaúcho registra o COMBATE DE TAQUARI, no ano de 1840, dizendo o seguinte:

“Travou-se em 3 de maio o COMBATE DE TAQUARI.

As forças legais estavam debaixo do mando de Manoel Jorge e as revolucionárias estavam comandadas por Bento Gonçalves.

Os republicanos perderam mais de 300 homens e tiveram 100 feridos. Entre os mortos o Cap. Rocha Carvalho e entre os feridos o Maj. Balthasar de Bem, o Cap. Correia Albuquerque e os Tens. Joaquim Manoel Fontoura, Job Inácio da Costa, Mariano Brasil, João Ourives e João de Oliveira.

Os legalistas: feridos o Brig. Felipe Néri, Ten-Cel Andrade Neves, Maj. Fernandes Padilha e muitos outros.” (pp 124/125)

8º — MORIVALDE CALVET FAGUNDES: — “HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA” (4)

Em sua “História da Revolução Farroupilha”, depois de mencionar os acontecimentos ocorridos até a convocação do conselho de guerra pelo Tenente-General Manoel Jorge Rodrigues, o General Morivalde Calvet Fagundes registra o COMBATE DE TAQUARI nos seguintes termos:

“Começaram (os imperiais) a passagem do rio à uma da manhã de 3 de maio. Passou primeiro a cavalaria, ficando a infantaria sustentando as posições que cobriam o embarque, e o esquadrão ligeiro de guardas nacionais na frente, o qual desde 8 às 12 da manhã sustentou um forte tiroteio com o inimigo”

Refere-se, em seguida, ao desenrolar do combate, como o faz o General Tasso Fragoso, porque baseado principalmente na parte de combate do Chefe imperial, e então acrescenta:

“Segundo se depreende dos documentos oficiais, o terreno da margem do rio, coberto de mato, não facultou a ação da cavalaria rebelde. Sobre dois batalhões de infantaria farrapa recaiu o peso da luta.

A marinha imperial de Grenfell limitou-se a dirigir tiros de artilharia por elevação, contra os rebeldes.

Este foi o famoso COMBATE DE TAQUARI, em que o número de baixas (mortos, feridos e prisioneiros) foi quase o mesmo em ambos os lados, sabendo-se que quem ataca perde mais: 201 baixas entre os legalistas e 270 entre os farrapos" (pp 276/277)

9º — ALFREDO VARELA: — "HISTÓRIA DA GRANDE REVOLUÇÃO" (11)

Não poderemos, certamente, encerrar esta parte de nosso trabalho sem remontarmos à descrição que o consagrado historiador Alfredo Varela faz do COMBATE DE TAQUARI em sua monumental "História da Grande Revolução".

Trata-se, como geralmente se reconhece, do autor ilustre da maior e mais extensa obra escrita sobre a gloriosa epopéia farroupilha. E, por isso mesmo, e ainda como nossa singela homenagem, vamos inserir seu abalizado registro como ponto final das diferentes versões descritivas do memorável encontro de 3 de maio de 1840.

É no volume 5º de sua obra clássica que Alfredo Varela se demora no apreciar a grande peleja e o faz, como sempre, naquele estilo gongórico e de certo modo rebuscado, que lhe era peculiar e foi característica marcante de todos os seus trabalhos.

Depois de aludir à morte súbita do Brigadeiro Bonifácio Calderon (27 de abril), Varela registra o dispositivo em que se achavam as tropas farroupilhas, indicando-lhes os comandantes imediatos e valendo-se, por mais de uma vez, dos conceitos expressos por Garibaldi em sua "Memória". E chega, assim, ao momento em que "soava, magestosa, no relógio da história, a hora de alfim decidir-se a prolongada contenda". Diz, então, o seguinte:

"Manoel Jorge largava o campo, direto ao dos farroupilhas, à frente de "4.000 infantes, 3.000 de cavalaria e algumas peças de artilharia", escreve um dos atores no drama (Garibaldi). Outro, que nele tinha parte menos direta (Dr. Saturnino), afirma que em março o total do exército caramuru (imperial) subia apenas a 5.086 praças. Admitamos, como alguns figuram, que os dois partidos se equivaliam em número. Do que não pode haver dúvida é de que o Império tinha composição muito mais sólida, mais poderosa do que o da República; além de 2 corpos de artilharia, com os seus parques de bocas de fogo, arma inexistente no oposto arraial, a infantaria, segundo as próprias estatísticas legalistas, elevava-se a mais do duplo do que tinha a bater, e isto na hipótese de que não recebera algum reforço em abril. Com este importante exército "as oito horas da manhã marchou" sobre a posição adversa, com todas as aparências de dar batalha, o que com avidez esperavam os republicanos". (pp 65/66).

Refere-se o autor, a seguir, às posições em que se achavam os adversários, estendendo-se a linha de batalha imperial "entre o Passo dos Pinheiros e um capão na margem esquerda", em um dispositivo designado como "o seguinte desenho à sobredita linha": — 2 batalhões, em formação ordinária, com toda a cavalaria à retaguarda, constituem o centro; 2 outros corpos iguais, nos mesmos termos, e com 2 bocas de fogo já sitas na forma supra, compõem a ala esquerda; terceiro grupo, também de 2 batalhões, um em linha, outro em quadrado, representam a direita, que tinha entre suas filas 1 outra peça de artilharia e ficava coberta pelo indicado capão". (pp 66)

Segue-se a essas "preliminares disposições" de Manoel Jorge uma minuciosa narrativa das ações militares em que se envolveram os dois fortes contendores, prosseguindo a batalha

"debaixo dos melhores auspícios, para a causa da liberdade! Por mal desta, logo se interrompeu, porque o general inimigo, com uma súbita, providencialíssima iluminação na consciência, percebeu, como Titurius, que só lhe ficava um meio de escapar ao desastre, a uma fragorosa catástrofe, aí por demais entrevista". (p 68)

Chega, contudo, o momento em que os chefes farroupilhas recebem confirmação do "aviso luminoso que dera o tenente-coronel Antônio Joaquim Dorneles, na hora prima, depois do meio dia: aviso asseverante de que o inimigo encetava a passagem do Taquari". E o historiador assim continua:



“À 1 da madrugada de 3 principiou ele (Manoel Jorge) “embarcando a artilharia, menos 2 peças, e as bagagens, para descerem o Taquari”. Isto feito, “passou primeiro a cavalaria”. Aprontava-se para segui-la a demais tropa, quando sobreveio não cogitado impedimento. Havendo recatado, como as sombras da noite, a parte mais séria do movimento do inimigo, Manoel Jorge transferiu o exército para dentro da “picada” que dava acesso à beira-rio, deixando apenas, como guarda, **a largo** do mesmo, um meio corpo de cavalaria, ao mando de Andrade Neves, o mais tarde célebre barã.L., o do Triunfo. A 3, pela manhã, Bento Gonçalves determinou a Neto que lançasse uma força de reconhecimento, sobre a vila e imediações. Às oito rompeu ele o fogo contra o esquadrão ligeiro do nomeado realista, que o rebateu a pé firme, quatro horas seguidas, quase. No avanço dos farroupilhas, entrando os mesmos vila a dentro, “fizeram 3 prisioneiros, tendo-se-lhes apresentado um passado, indivíduos estes de quem se colheu alguma coisa”. (p 75)

Alude Varela, então, às informações sobre a retirada dos elementos imperiais, “coincidentes em seu total”, em vista do que julgaram os farrapos “muito de aproveitar-se para a obtenção de vantagem militar de algum apreço”. E eis, assim, como é descrito o que ocorreu do lado dos republicanos:

“Não titubeou o Generalíssimo. Rápido fez marchar o complexo da infantaria, a cujo chefe, o coronel Marcelino do Carmo, que dirigiu o ataque, deu as precisas ordens”. Formados em coluna de batalhões, o 1º e o 3º, ao mando respectivamente de dois bravos, os majores Luiz Rodrigues e Balthasar de Bem, carregariam os retardatários, lançando-os na torrente, ou colhendo-os prisioneiros. A parte restante da infantaria, inclusive o pessoal da marinha, ficou, mais para dentro do atalho, de proteção às tropas que se empenhariam no lance. Iniciou-o, às onze e três quartos, o corpo-testa da coluna, o de Balthasar, um dos mais famosos guerreiros da revolução, que invadiu o cenário com a fúria estonteante de uma rajada eversora do pampeiro nativo, surpreendendo o inimigo nos aprestos iniciais da defesa”. (p 76)

Eis, então, o que se passava com os legalistas, segundo Alfredo Varela:

“No crespido lance de surpresa em que se achou envolvido, Manoel Jorge não teve madornas, agiu com uma salvadora, oportuna celeridade. Adiantou súbito 1 batalhão de caçadores, o 6º, logo seguido por outro, de nº ignoto, mas não puderam manter-se no terreno, porque “o primeiro ímpeto foi terrível”. Aquele corpo, “depois de alguma resistência, pelo favor da posição, teve de ceder esta e ser completamente repellido”. “O bravo 3º”, seguindo avante, irrompeu “a curta distância” por sobre o “outro corpo” que vinha em apoio do 6º, “o qual teve a mesma sorte deste”. Reforçado aí Balthasar, por Luís Rodrigues, que entrementes pudera desembaraçar da estreitura a sua ala direita, os farrapos, no derradeiro arranco do vendaval irresistível, precipitam-se direto à praia, levando de roldão as já confusas, desarvoradas formações antagônicas”. (pp76/77)

O historiador Alfredo Varela estende-se ainda, em continuação, em pormenorizada descrição do que classifica como “furioso prélio”, cujo resultado foi que “entre mortos, feridos, extraviados, teve Manoel Jorge 200 baixas. Isto é, mais do que o outro partido, cuja perda subiu a 35 mortos, 114 feridos e 28 extraviados” (p79), o que o autor indica como sendo as cifras que o Dr. Saturnino de Souza Oliveira registra em seu “Bosquejo Histórico”. (3)

#### APRECIACÕES SOBRE AS OPERAÇÕES MILITARES

No artigo em que descreve o COMBATE DE TAQUARI (“O TAQUARYENSE”, edição de 1º - 7 - 1939), o historiador Othelo Rosa salienta que, embora recuando, os farroupilhas ainda infligiram ao inimigo perdas mais altas. Verificaram-se, com efeito, 90 mortos e 300 feridos nos imperialistas; e 35 mortos, 114 feridos e 28 prisioneiros entre os republicanos, resultado que o autor considera como “o cálculo mais aproximado das baixas do combate do Passo do Taquari, no dia 3 de maio de 1840”.

Ainda de acordo com Othelo Rosa, “ambos os contendores proclamaram-se vitoriosos”, porém

ele entende que, no combate propriamente, “a vitória coube aos farrapos”, sendo a verdade, no entanto, que “nem eles, nem os legalistas, realizaram os seus objetivos táticos”.

“Os resultados — acrescenta o mesmo historiador — seriam mais graves e mais profundos. Manoel Jorge, recuando, evitando a batalha, resguardara o Exército legal de um desastre maior e colocara-o livre de uma pressão ameaçadora, do outro lado do rio.

O desgaste entre os chefes farroupilhas iria prejudicar-lhes grandemente a unidade de ação. O prestígio de Bento Gonçalves sofreu muito. A jornada de Taquari não só abalou a autoridade do grande chefe como marcou o declínio do poder militar da revolução. Ela iria viver, daí por diante, pelo espaço de quase cinco anos, graças ao heroísmo e ao espírito de sacrifício dos lidadores republicanos.

Nunca houve a “batalha de Taquari”, de que falam os historiadores, inclusive Rio Branco. Os dois grandes Exércitos, que se encontraram em Taquari e arredores, não se empenharam em batalha campal. O que houve foi o combate, rápido e sanguinolento do Passo do Taquari, nele tomando parte apenas parte daquelas forças.

Apesar disso, e pelas causas acima rapidamente apontadas, a “Concentração de Taquari” teve importância máxima no decênio. A sorte da revolução, ou seu destino, enfim, decidiram-se, e inapelavelmente, na terra em que nascera David Canabarro, um dos seus grandes chefes militares”.

À vista da citação do Barão do Rio Branco por Othello Rosa, parece-nos oportuno reproduzir o registro que o grande chanceler e historiador faz em “Efemérides Brasileiras” (10), na data de 3 de maio:

“1840 — Batalha de Taquari, entre o exército imperial, ao mando do General Manuel Jorge Rodrigues, e o republicano do Rio Grande do Sul, dirigido por Bento Gonçalves. O General Rodrigues teve o título de Barão de Taquari, em recompensa desse feito de armas”. (p 227)

Depois de fazer uma sucinta descrição dos principais lances do encontro de farroupilhas com imperiais, no dia 3 de maio em Taquari, o General Tasso Fragoso diz que “Bento Gonçalves desprende as suas forças e retirou para leste. Pouco depois, mandou Neto, à frente de uma força de cavalaria, restabelecer o sítio de Porto Alegre”.

Enquanto isso, porém o Chefe imperial dirigia-se para Santo Amaro, na outra margem do rio, levando a infantaria e artilharia e “depois de cobrir a sua responsabilidade com um conselho de guerra”.

No tocante à atuação do Tenente-General Manoel Jorge Rodrigues, Tasso Fragoso a aprecia nos seguintes termos, a meu ver muito corretamente:

“A ação de Manoel Jorge na execução do plano de manobra que deu como resultado o COMBATE DE TAQUARI, foi indubitavelmente tímida e hesitante. Depois da ofensiva estratégica, que o plano previa, não ousou passar à ofensiva tática com a energia indispensável. Contemporizou e afinal bateu em retirada, conforme já vimos. Colocado em posição central, não soube atirar-se contra cada um dos grupos adversos quando separados e batê-los sucessivamente. Depois, também não soube esmagá-los ou, pelo menos, acometê-los quando reunidos”. (p 169)

A abalizada opinião do General Tasso Fragoso é endossada em todos os seus pontos de vista, por outro historiador, Morivalde Calvet Fagundes.

Após reproduzir a análise do combate, feita por Tasso Fragoso, sob o ponto de vista militar, o autor da mais recente obra histórica sobre a Revolução Farroupilha (4) acrescenta que:

“quem queria alguma coisa, no momento do combate, e não conseguiu, foi o comandante legalista; — atravessar o rio. Os farrapos, por seu lado, quiseram impedir a travessia e o conseguiram. O número de baixas tem uma diferença insignificante. Depois do combate, cada um seguiu para o seu lado. Não houve perseguição, nem exploração do êxito.



Êxito que não é explorado não é êxito. Logo, o combate terminou empatado, sem vencedor nem vencido”.

E o autor da “História da Revolução Farroupilha” assim termina sua apreciação:

“A travessia do rio não conta para o resultado, porque não representava coisa alguma para o sucesso da operação, em qualquer lado”. (p 277)

## CONCLUSÃO

Por tudo quanto ensinam os mais autorizados historiadores e os estudiosos de assuntos militares, o encontro dos farroupilhas com os legalistas, no dia 3 de maio de 1840, em Taquari, não teve, efetivamente, vencedores nem vencidos. Foi mais uma dessas tantas conhecidas ações de guerra consideradas como indecisas e cujo resultado passa a ser sempre objeto de cogitações e pesquisas permanentes, sem levar a nenhuma conclusão objetiva e definida. Exemplo clássico dessas ações, em nossa História Militar, é a celebrizada Batalha do Passo do Rosário, (Batalha de Ituzing, para os argentinos), travada a 20 de fevereiro de 1827.

O general Tasso Fragoso, no admirável estudo que nos legou sobre essa discutida operação militar, no livro que tem precisamente o título de “A Batalha do Passo do Rosário” (12), considera que “se não vencemos, é claro que fomos batidos”. Entende, contudo, acertadamente, que “o insucesso não nos deve causar a mínima mágoa”, lembrando a “retirada memorável, sobretudo de nossa infantaria”. Além da importante circunstância “de haver sido fator decisivo da independência do povo uruguaio”.

Voltando, no entanto, ao COMBATE DE TAQUARI, cabe uma outra observação a respeito. Trata-se do seguinte: — quer seja considerada indecisa ou não, sem uma perfeita definição de vencedores ou vencidos, o fato é que a grande peleja de 3 de maio de 1840 parece ter evidenciado, mais de setenta anos passados, a importância militar da velha Taquari, já assinalada, em 1764, pelo Vice-Rei do Brasil no “Regimento” com que o Coronel José Custódio de Sá e Faria veio governar o Continente do Rio Grande de São Pedro.

Nesse antigo e valioso documento, com efeito, o Conde da Cunha, que era então aquele alto titular do Império Português, salientava seu interesse em que o novo governador fosse logo, pessoalmente, examinar as margens do “rio Tebiquary”, procurando “sítios vantajosos” para fazer “alguns fortins de pouca despesa”. E, em outro capítulo e seu “Regimento” (21º), o Conde da Cunha assinava “a grande importância” da diligência que recomendava e dizia mesmo que “se o não pudermos segurar (o rio), os castelhanos poderiam penetrar por Viamão. E, em tal caso, não apenas se perderiam “todos aqueles utilíssimos campos”, como se abriria “todo o caminho que, atravessando as serras, vai para Minas e o que, pela costa do mar, nos conduz à Vila de Santa Catarina”.

Pois foi, mais uma vez, a importância de Taquari como posição militar estratégica que levaria os exércitos contendores, na guerra farroupilha, ao grande confronto de seus maiores efetivos na velha freguesia açoriana.

Defrontaram-se ali, realmente, os maiores, mais importantes e mais bem preparados efetivos mobilizados até então e mesmo posteriormente, como também se iriam decidir ali os próprios destinos da grande revolução, no entender de Othello Rosa. É que Manoel Jorge, evitando habilmente o combate, resguardou o Exército Imperial em sua integridade, enquanto o desgaste dos chefes farroupilhas prejudicaria sua unidade de ação. E, ao mesmo tempo, “o prestígio de Bento Gonçalves sofreu muito”, pois “a jornada de Taquari não só abalou a autoridade do grande chefe, como marcou o declínio do poder militar da revolução”.

Certo é, ainda, que esse declínio passou a acentuar-se cada vez mais nos anos que se seguiram de modo especial depois que o Barão de Caxias assume a presidência da Província e o Comando das



Armas, dando início às acertadas providências administrativas e às bem planejadas operações militares que levariam ao fim das hostilidades, com a paz de Ponche Verde.

É certo, também que não chegou a haver o confronto tático dos adversários, no campo de batalha em que se encontraram: — Manoel Jorge recuou astuciosamente e Bento Gonçalves dá ordem de retirar, inexplicavelmente, quando um pequeno estorço a mais talvez levasse suas armas à vitória.

A indecisão dos chefes, em ambos os lados, foi, portanto o fator fundamental da ação militar precariamente engajada, levando-a a se tornar sem definição de vencido ou vencedor.

Nem por isso, entretanto, parece ter cabimento a rígida conclusão do General Tasso Fragoso, no sentido de que, se um não venceu, é claro que foi derrotado. Tanto assim que alguns autores, como o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, ao contrário de Othelo Rosa, entendem que “o COMBATE DE TAQUARI importou vitória valiosa para a legalidade” e “não favoreceu as armas republicanas”. E isso precisamente porque, conforme o mesmo autor, “Bento Gonçalves não pôde bater Manoel Jorge, mas este, sem ter completo triunfo, obistou que o inimigo passasse o Taquari e ganhasse a campanha”. (5 — p 323)

O que os soldados imperiais conseguiram realizar — transposição do rio, na presença do inimigo — era, como sempre foi, uma ação de guerra delicada, muito difícil e perigosa, especialmente dados os precários meios disponíveis à época e empregando embarcações de pequeno porte. Como, porém escreveu o General Morivalde Fagundes (4), “a travessia do rio não conta para o resultado, porque não representava coisa alguma para o sucesso da operação (p 277). Aliás, depois do combate cada chefe tomou o rumo que entendeu mais indicado: — Manoel Jorge abalou para Santo Amaro, enquanto Bento Gonçalves determinava que sua tropa que retornassem ao sítio de Porto Alegre.

Não houve, assim, como é sabido, perseguição do inimigo; por nenhuma das partes, nem tão pouco exploração do êxito, que seria o coroamento final da operação para qualquer dos contendores. E não houve exploração do êxito simplesmente porque não houve êxito na operação, nem dos legalistas, nem dos republicanos.

Por essa circunstância de tão evidente importância no caso, é que talvez o Dr. Saturnino Oliveira tenha registrado em seu “Bosquejo Histórico” (3) que “o exército imperial foi levado à extremidade de, ou bater-se dividido entre o punhal e a parede, ou morrer afogado no Taquari”.

Seja como for, porém, baseando-se nas informações do ex-Presidente Saturnino e como este assinala, o Ministro da Justiça declarou na Câmara dos Deputados, a propósito da questão, que não tinha havido um triunfo”: — registrara-se apenas um **choque**, no qual as forças imperiais tinham levado a melhor...

Como quer que seja, foi pela maneira por que se conduziu e soube conduzir as tropas sob suas ordens no combate de 3 de maio de 1840 que o Tenente-General Manoel Jorge Rodrigues, Comandante das Armas da Província desde o ano anterior (25-6-1839 a 27-7-1840), veio a ser agraciado, por ato imperial de 25 de março de 1845, com o título nobiliárquico de Barão de Taquari, com honras de grandeza.

# ADITAMENTO

## I

### RELAÇÃO DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA E COMANDANTES DAS ARMAS DO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

#### PRESIDENTES DA PROVÍNCIA

(Dados extraídos de “NOTAS À MARGEM DA HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL” - (13)

| Número de ordem | NOME DO TITULAR                                                               | Governou   |            |
|-----------------|-------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
|                 |                                                                               | de         | a          |
| 1               | EM PORTO ALEGRE<br>Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga                      | 02-05-1834 | 21-09-1835 |
| Interino 1      | Dr. Marciano José Pereira Ribeiro                                             | 21-09-1835 | 16-02-1836 |
| Interino 2      | Dr. Américo Cabral de Melo                                                    | 16-02-1836 | 28-03-1836 |
| Interino 1/2    | Dr. Marciano José Pereira Ribeiro                                             | 28-03-1836 | 15-06-1836 |
| 1/2             | EM RIO GRANDE<br>Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga                        | 28-09-1835 | 15-01-1836 |
| 2               | Dr. José de Araujo Ribeiro<br>— Visconde do Rio Grande —                      | 15-01-1836 | 04-07-1836 |
| 3               | Brigadeiro Antônio Elzeário de Miranda e Brito                                | 04-07-1836 | 24-07-1836 |
| 2/2             | Dr. José de Araujo Ribeiro<br>— Visconde do Rio Grande —                      | 24-07-1836 | 05-01-1837 |
| 4               | Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito<br>— Barão de Tramandaí —            | 05-01-1837 | 01-04-1837 |
| Interino 2/2    | DE NOVO EM PORTO ALEGRE<br>Dr. Américo Cabral de Melo                         | 01-04-1837 | 16-05-1837 |
| 5               | Tenente-General Reformado Francisco das Chagas Santos                         | 16-05-1837 | 06-06-1837 |
| 6               | Dr. Feliciano Nunes Pires                                                     | 06-06-1837 | 03-11-1837 |
| 3/2             | Marechal de Campo Antônio Elzeário de Miranda e Brito                         | 03-11-1837 | 12-06-1839 |
| Interino 3      | Dr. João Dias de Castro                                                       | 12-06-1839 | 24-06-1839 |
| 7               | Dr. Saturnino de Souza Oliveira                                               | 24-06-1839 | 22-07-1840 |
| 8               | Tenente-General Francisco José de Souza Soares de Andréa<br>Barão de Caçapava | 22-07-1840 | 30-11-1840 |
| 9               | Dr. Francisco Alvares Machado                                                 | 30-11-1840 | 17-04-1841 |
| 7/2             | Dr. Saturnino de Souza Oliveira                                               | 17-04-1841 | 09-11-1842 |
| 10              | Marechal de Campo Luiz Alves de Lima e Silva<br>— Barão de Caxias —           | 09-11-1842 | 11-03-1845 |

# COMANDANTES DAS ARMAS

(Dados extraídos de “APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA 3ª REGIÃO MILITAR”) - (14)

| Número de ordem | NOME DO TITULAR                                                                  | Comandou   |            |
|-----------------|----------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
|                 |                                                                                  | de         | a          |
| 1               | Marechal de Campo Sebastião Barreto Pereira Pinto                                | 11-01-1831 | 27-10-1835 |
| 2               | Brigadeiro Bento Manoel Ribeiro                                                  | 27-10-1835 | 01-03-1837 |
| Interino 1      | General João Crisóstomo da Silva                                                 | 01-03-1837 | 04-04-1837 |
| Interino 2      | Tenente-General Reformado Francisco das Chagas Santos                            | 04-04-1837 | 16-05-1837 |
| 3/2             | Tenente-General Reformado Francisco das Chagas Santos                            | 16-05-1837 | 06-06-1837 |
| 1/2             | Marechal de Campo Sebastião Barreto Pereira Pinto                                | 06-06-1837 | 03-11-1837 |
| 4               | Marechal de Campo Antônio Elzeário de Miranda e Brito                            | 03-11-1837 | 24-06-1839 |
| 5               | Tenente-General Manoel Jorge Rodrigues — Barão de Taquari                        | 24-06-1839 | 27-07-1840 |
| 6               | Marechal de Campo Francisco José de Souza Soares de Andréa — Barão de Caçapava — | 27-07-1840 | 30-11-1840 |
| 7               | Brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto                                         | 30-11-1840 | 17-04-1841 |
| 8               | Marechal de Campo Thomaz Joaquim Pereira Valente — Conde do Rio Pardo            | 17-04-1841 | 26-06-1842 |
| 9               | Brigadeiro José Maria da Silva Bittencourt                                       | 26-06-1842 | 09-11-1842 |
| 10              | Marechal de Campo Luiz Alves de Lima e Silva — Barão de Caxias —                 | 09-11-1842 | 11-03-1845 |

## PRESIDENTES E COMANDANTES DAS ARMAS (Cumulativamente)

| Número de ordem | NOME DO TITULAR                                                                  | Exerceu as funções |            |
|-----------------|----------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------|
|                 |                                                                                  | de                 | a          |
| 1               | Tenente-General Reformado Francisco das Chagas Santos                            | 16-05-1837         | 06-06-1837 |
| 2               | Marechal de Campo Francisco José de Souza Soares de Andréa — Barão de Caçapava — | 27-07-1840         | 30-11-1840 |
| 3               | Marechal de Campo Luiz Alves de Lima e Silva — Barão de Caxias —                 | 09-11-1842         | 11-03-1845 |

## OBSERVAÇÕES

Diversas e interessantes observações podem ser feitas à vista dessas relações dos Presidentes da Província e Comandantes das Armas do Rio Grande do Sul, durante a Revolução Farroupilha. Enunciamos, então, as seguintes.



- 1ª) — Dez foram os presidentes efetivos da Província e dez foram, igualmente, os titulares que, efetivamente, exerceram o Comando das Armas, durante o chamado “decênio heróico”. Dos dez presidentes efetivos, quatro ocuparam o cargo por duas vezes: — Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga, Dr. José de Araujo Ribeiro, Marechal de Campo Antônio Elzeário de Miranda e Brito e Dr. Saturnino de Souza Oliveira. E somente dois militares exerceram o Comando das Armas por duas vezes: — o Marechal de Campo Sebastião Barreto Pereira Pinto e o Tenente-General Reformado Francisco das Chagas Santos, sendo que este último fora comandante interino antes de ser o efetivo.
- 2ª) — Quanto aos interinos, os presidentes foram em número de três e dois apenas os Comandantes das Armas, devendo notar-se que dois presidentes interinos ocuparam o cargo duas vezes: — Dr. Marciano José Pereira Ribeiro e Dr. Américo Cabral de Melo.
- 3ª) — O presidente efetivo que por mais tempo exerceu a função foi o Marechal de Campo Luiz Alves de Lima e Silva, na época Barão de Caxias: — 2 anos, 4 meses e 2 dias (de 9-11-1842 a 11-3-1845). E aquele que menos tempo permaneceu no cargo foi o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, Barão de Tramandaí: — 2 meses e 26 dias (de 5-1 a 1-4, no ano de 1837).

No que se refere aos presidentes interinos, contando os dois períodos em que esteve no cargo, o Dr. Marciano José Pereira Ribeiro foi quem por mais tempo nele permaneceu: — 229 dias (de 21-9-1835 a 16-2-1836; e de 28-3-1836 a 15-6-1836).

E o interino que menos permaneceu como presidente foi o Dr. João Dias de Castro: — 12 dias apenas (de 12-6-1839 a 24-6-1839).

- 4ª) — Com referências aos Comandantes das Armas, dez foram seus titulares efetivos, conforme assinalado na 1ª observação, e apenas dois os interinos.

O comandante efetivo que conta mais tempo de permanência no cargo é o Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto: — 5 anos, 2 meses e 3 dias (de 11-1-1831 a 27-10-1835; e de 6-6-1837 a 3-11-1837).

Verifica-se, assim, por essas datas, que o Marechal Sebastião Barreto vinha no Comando das Armas da Província desde o ano de 1831, quatro anos antes da revolução, portanto. De sorte que, em tais condições, e durante o período revolucionário propriamente, foi o Barão de Caxias quem por mais tempo ocupou o cargo de Comandante das Armas: — 2 anos, 4 meses e 2 dias, quando exerceu também a Presidência da Província.

O Comandante das Armas que menos durou no cargo, como efetivo, foi o Tenente-General Reformado Francisco das Chagas Santos: — 20 dias apenas (de 15-5-1837 a 6-6-1837).

- 5ª) — Três ilustres chefes militares exerceram, cumulativamente, as duas altas funções de Presidente da Província e Comandante das Armas, no Rio Grande do Sul, durante a Revolução Farroupilha: — o Tenente-General Reformado Francisco das Chagas Santos; o Marechal de Campo Francisco José de Souza Soares de Andréa, Barão de Caçapava (de 27-7-1840 a 30-11-1840); e o Barão de Caxias.
- 6ª) — Finalmente, por nos parecer uma nota de interesse histórico, como para complementar a apreciação em torno do assunto, julgamos de cabimento observar ainda que, terminada a revolução e firmados os acordos de paz, o futuro Duque de Caxias foi substituído na Presidência da Província: — interinamente, pelo Major Reformado Patrício Corrêa da Câmara (de 11-3 a 11-12-1846); e, efetivamente, pelo Desembargador Manoel Antônio Galvão, que governou a província até 2-3-1848.

No Comando das Armas, Caxias teve como substituto efetivo o Brigadeiro José Joaquim Coelho, Barão da Vitória, que exerceu o cargo de 11-3-1846 a 30-10-1847.

## II

### AUTORES CITADOS NO TEXTO E SUAS OBRAS

- (1) — OTHELO ROSA: — “TAQUARI NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA” — “O TAQUARIENSE” (Taquari - RS), edições de 24-6 a 8-7, ano de 1939.
- (2) — RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA: — “SÃO JOSÉ DE TAQUARI - A HISTÓRIA DE MINHA TERRA” — Edições Flama - Porto Alegre, 1972.
- (3) — SATURNINO DE SOUZA OLIVEIRA: — “BOSQUEJO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES MILITARES NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A PRESIDÊNCIA DO DR. SATURNINO DE SOUZA OLIVEIRA” — 2ª edição - Imprensa Nacional - Rio de Janeiro, 1938.
- (4) — MORIVALDE CALVET FAGUNDES: — HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA” — EDUCS - EST - Martins Livreiro - Porto Alegre, 1984.
- (5) — TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE: — “GUERRA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL” — “Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil” - Vol 43, 2ª parte.
- (6) — AUGUSTO TASSO FRAGOSO: — “A REVOLUÇÃO FARROUPILHA” — Oficinas Gráficas da Empresa Almanack Laemmert Ltda. - Rio de Janeiro, 1938.
- (7) — ARTHUR FERREIRA FILHO: — “HISTÓRIA GERAL DO RIO GRANDE DO SUL” — Editora Globo - Porto Alegre, 1958.
- (8) — WALTER SPALDING: — “A REVOLUÇÃO FARROUPILHA” — Companhia Editora Nacional - Editora Universidade Brasília - 3ª edição ilustrada - Brasília, 1982.
- (9) — DANTE DE LAYTANO: — “HISTÓRIA DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE” — Sulina/ARI - 2ª edição - Porto Alegre, 1983.
- (10) — BARÃO DO RIO BRANCO: — “EFEMÉRIDES BRASILEIRAS” — Ministério das Relações Exteriores - “Obras do Barão do Rio Branco” - Oficinas da Imprensa Nacional - Rio de Janeiro, 1943.
- (11) — ALFREDO VARELA: — “HISTÓRIA DA GRANDE REVOLUÇÃO” — Oficinas Gráficas da Livraria do Globo - Porto Alegre, 1933.
- (12) — AUGUSTO TASSO FRAGOSO: — “A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO” — Imprensa Militar - Estado-Maior do Exército - Rio de Janeiro, 1922.
- (13) — RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA: — “NOTAS À MARGEM DA HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL” — Editora Globo - Porto Alegre, 1968.
- (14) — RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA: — “APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA 3ª REGIÃO MILITAR” - Edição do Comando da 3ª R. M. - Tipografia do ERMI/3 - Porto Alegre - 2ª edição, 1971.

#### NOTA

ESTE TRABALHO foi apresentado — em resumo — na reunião mensal ordinária do I H G R G S , realizada no dia 2 de abril de 1986.

## OS VARGAS — Uma Estirpe faialense no Rio Grande do Sul (2.<sup>a</sup> parte)

José de Araujo Fabrício

### MANUEL DE VARGAS

**MANUEL DE VARGAS**, natural da freguesia de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Conceição, na Feitoria, na ilha do Faial, veio de sua terra natal casado com Joana Rosa, natural da mesma freguesia, e que faleceu na Aldeia dos Anjos (Gravataí), a 31-5-1817. Invent.<sup>o</sup> no 1.<sup>o</sup> Cart. Orf. P.A. - 1817). Era filha de Manuel Francisco e Teresa de Jesus, naturais da mesma ilha do Faial. Manuel de Vargas veio para cá, lá pelo ano de 1785, trazendo seis filhos, todos nascidos na freguesia de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Conceição, da Feiteira, indo fixar residência na freguesia de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> dos Anjos da Aldeia (Aldeia dos Anjos), onde encontramos sua descendência. Manuel de Vargas faleceu a 13-9-1832, em Porto Alegre, com test.<sup>o</sup>. Tinha uma data que comprou em Gravataí onde criava e plantava.

F 1 — **Francisco de Vargas** — bat. a 8-1-1763, na freguesia de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Conceição, da Feiteira, na ilha de Faial, com sua família, em 1785, passando pelo Rio de Janeiro, para a freguesia de Aldeia dos Anjos. No ano seguinte, casa com Maria Moreira da Silva, b. 29-8-1773, ferg. Triunfo, filha de Antônio Moreira da Silva, nat. freg.<sup>a</sup> N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Conceição, da Ilha Grande, bisp. Rio de Janeiro, e Isabel Vieira, n. freguesia da Lagoa, na ilha de Santa Catarina, neta partena de Pedro Vieira e Josefa de Jesus de Souza, naturais da freg.<sup>a</sup> de Santa Clara, na ilha de São Jorge. Residiram na Aldeia dos Anjos, e, depois, lá por 1800, se transferiram para Encruzilhada. F.q.i:

N 1 — **Manuel Francisco de Vargas** — n. 14, b. 23-12-1788, na Aldeia dos Anjos, casou, a 19-9-1810, na freguesia de Rio Pardo (3.<sup>o</sup>, 13v), com Francisca de Oliveira, b. 6-11-1788, em Encruzilhada, filha de Francisco Pereira de Barros e Ana Maria do Espírito Santo. F.q.i:

Bn 1 — **Timoteo de Vargas** — b. 3-9-1811, Rio Pardo (8.<sup>o</sup>, 179).

Bn 2 — **Florinda de Vargas** — b. 11-5-1813, Rio Pardo (8.<sup>o</sup>, 255v)

N 2 — **Marcelino de Vargas** — n. 3, b. 18-4-1790, na Aldeia dos Anjos.

N 3 — **Salvador de Vargas** — n. 4, b. 13-6-1793, na Aldeia dos Anjos

N 4 — **Clara de Vargas** — n. 20, b. 27-9-1796, na Aldeia dos Anjos



N 5 — **Cesária de Vargas** — n. 2, b. 11-6-1798, na Aldeia dos Anjos

N 6 — **Claudina de Vargas** — b. 25-12-1802, Encruzilhada.

N 7 — **Maria de Vargas** — n. 15-12-1804, b. 15-1-1805, Encruzilhada.

F 2 — **Antônio de Vargas Escovar** — natural da freguesia de N.ª S.ª da Conceição, da Feitoria, ilha do Faial. Foi casado, a 1.ª vez, com Rita Joaquina de Jesus, nascida na cidade de São Salvador da Bahia, sendo batizada na Matriz de Santo Antônio, e falecida a 6-11-1842, filha de Joaquim Pereira de Escovar, natural e batizado na Matriz de N.ª S.ª dos Remédios, da Praia do Almoxarifado, na ilha do Faial, e de sua primeira mulher, Brígida Joaquina de Jesus, nascida na freguesia de N.ª S.ª da Conceição, no Faial, neta parterna de João de Vargas e Catarina Pereira.

Casou, a 2.ª vez, em 27-9-1846, em São Leopoldo, com Felizarda Maria do Nascimento, filha de Manuel Fernandes e Ana Maria do Nascimento. Antônio de Vargas Escovar, em 1845 morava em Sapucaia. Do 2.º casamento não houve descendência. Teve, de seu primeiro casamento, com sua prima Rita Joaquina, 14 filhos:

N 8 — **Maria Joaquina de Jesus** — n. 9, b. 16-11-1795, na Aldeia dos Anjos, casada com José Silveira Gulart, n. Desterro, na ilha de Santa Catarina, falecido a 12-10-1848, na Aldeia dos Anjos, com 53 anos, filho de José da Silveira Gulart e Maria Silveira, naturais da ilha do Faial (v. título José Silveira Gulart, com a descendência aí).

N 9 — **Manuel de Vargas Escovar** — n. 13-11, b. 8-12-1800, Aldeia dos Anjos; casado, a 20-1-1824, na Aldeia, com Maria Felícia de Jesus (viúva de João Batista de Carvalho Chaves), n. freg.ª de Pinanco, em Pernambuco, filha de Bartolomeu de Camargo Leme e Ana Felícia de Jesus, naturais de São Paulo. Casou, a 2.ª com Maria das Dores, n. Aldeia, e filha de pais incógnitos. Manuel de Vargas Escobar, com 24 anos, casou com Felícia, viúva de 55 anos, mãe de um filho com 38 anos. Só houve filhos do 2.º casamento.

N 10 — **João** — n. 14, b. 20-6-1802, na Aldeia dos Anjos. Faleceu menor.

N 11 — **João** — n. 10, b. 23-11-1805, na Aldeia dos Anjos. Faleceu menor.

N 12 — **Rosa** — n. 7, b. 16-12-1806, Aldeia dos Anjos. Faleceu menor.

N 13 — **Polixena Joaquina de Jesus** — n. 21, b. 30-1-1808, na Aldeia dos Anjos, casou com o capitão Caetano Antônio de Moraes, natural da freguesia do Estreito, no acampamento de São Caetano, filho de Bartolomeu Antônio de Moraes, n. ilha de São Jorge, e de Euzébia da Silva, n. Rio Grande, moradores no Porto dos Casais. Caetano Antônio já era viúvo de Inácia Terra da Cunha, e residiam no distrito de São Leopoldo. Deixaram grande descendência.

N 14 — **Ana Joaquina de Jesus** — n. 28-5, b. 9-6-1809, na Aldeia dos Anjos.

N 15 — **Silvério de Vargas Escovar** — n. 29-5, b. 7-6-1812, na Aldeia dos Anjos, casou, a 23-12-1848, São Leopoldo, com Maria Inácia de Oliveira, filha de Antônio Teixeira de Abreu e Bibiana Inácia de Oliveira. Com descendência.

N 16 — **Maria Teresa de Jesus** — n. 4, b. 23-10-1814, na Aldeia dos Anjos.

N 17 — **Rosa Joaquina de Jesus** — n. 30-10, b. 5-11-1815, Aldeia dos Anjos.

N 18 — **Joaquim** — n. 18, b. 24-2-1817, Aldeia dos Anjos. Faleceu menor.

N 19 — **Brígida** — n. 13, b. 25-8-1818, Aldeia dos Anjos. Faleceu menor.

- N 20 — **Francisco de Vargas Escovar** — bat. 9-1-1820, Aldeia dos Anjos.
- N 21 — **Francisca Joaquina de Jesus**
- N 22 — **Joaquina Brígida de Jesus** — casada, a 11-8-1845, São Leopoldo, Miguel Frederich Fohs, n. Alemanha, filho de Joaquim Frederich Fohs e Catarina Fohs, nats. Alemanha. Moradores em Sapucaia.
- F 3 — **Rosa Joaquina de Jesus** — n. freguesia de N.ª Sr.ª da Conceição, da Feiteira, na ilha do Faial, e faleceu, a 30-10-1840, com testamento. Casou, a 1.ª vez, com José Dias Nunes, natural do Faial, e deixando descendência em Porto Alegre; casou pela 2.ª vez, em 3-1-1809, em Porto Alegre, com Luís Antônio da Silva, natural da freguesia de São José, na cidade do Rio de Janeiro, filho de José da Silva Nunes e Maria Teresa de Jesus, não havendo descendência deste 2.º matrimônio.
- F 4 — **Ana Joaquina** — natural da freguesia de N.ª S.ª da Conceição, da Feiteira, ilha do Faial, casada com José Rodrigues Pimentel e Francisca Antônia de Jesus, naturais da ilha Terceira, neto paterno de João Rodrigues e Antônia Maria de Jesus, nats. Terceira, neto materno de Estevão da Costa e Beatriz de Santo Antônio, nats. Terceira. A partir de 1796 batizaram vários filhos na Aldeia dos Anjos.
- F 5 — **Isabel Rosa Joaquina** — natural da freguesia de N.ª S.ª da Conceição, da Feiteira, casou, 20-1-1797, em Porto Alegre, com Joaquim Pereira de Escovar, (viúvo de Brígida Joaquina de Jesus), natural do Faial, e já citado em F 2, acima. Deixou descendência na Aldeia dos Anjos.
- F 6 — **Teresa Joaquina** — natural da freguesia de N.ª Sr.ª da Conceição da Feiteira, na ilha do Faial.

## JOSÉ CORREIA DE VARGAS

**JOSÉ CORREIA DE VARGAS** — nasceu na freguesia do Espírito Santo da Feiteira, na ilha do Faial, filho de Manuel Correia de Vargas e Ana da Silveira, naturais do Faial. Casado com Tomasia Rosa de Santo Antônio, nascida na freguesia do Espírito Santo da Feiteira, e falecida a 30-1-1815, em Porto Alegre, filha de Manuel Duarte de Farias e Rosa de Santo Antônio, também naturais da ilha do Faial. José Correia de Vargas veio para o Rio Grande do Sul, mais ou menos, pelo ano de 1780, tendo, durante alguns anos residido em Santo Antônio da Patrulha e Aldeia dos Anjos, vindo, depois, se fixar em Porto Alegre, onde casaram as suas filhas. Residia em sua chácara, nos arredores da cidade, quando faleceu com 70 anos, em 24-5-1822. Em 1821 fez testamento, e seu inventário é de 1823 (2.º C.O.P.A. - 157-6-1), conforme a Revista do Arq. n.º 10. Um seu irmão, Antônio Correia de Vargas, também, emigrou para cá, tendo vindo mais tarde, lá por 1800, sendo também, um dos troncos de um ramo da família Vargas.

Deixou 8 filhos (1 homem e 7 mulheres), cujos descendentes não adotaram o sobrenome Vargas.

- F 1 — **Antônio Correia de Vargas** — natural da ilha do Faial, e falecido em Taquarí, onde residia, a 8-8-1825, solteiro. Deixou testamento em Rio Pardo. Faleceu com cerca de 50 anos.
- F 2 — **Felícia Rosa de Vargas** — (ou de São José — natural da freguesia do Espírito Santo, da Feiteira, ilha do Faial. Casou com José Silveira dos Santos, nat. de Sant.º Antônio da Patrulha, filho de Antônio da Silveira dos Santos, nat. freg.ª N.ª S.ª da Piedade da Ponte, na ilha do Pico, + 4-1-1804, Sant.º Ant.º Pat., e Maria da Silva da Anunciação, n. Laguna, neto paterno de Manuel Teixeira de Azevedo e Maria da Anunciação, nats. freg.ª N.ª S.ª Piedade, Pico, neto materno Manuel da Silva, n. ilha de Santa Maria, e Ana Pereira, n. Laguna (v. Título Antônio Silveira dos Santos, com a desc. aí).
- F 3 — **Ana Maria de Vargas** (ou de São José) — natural da Feiteira, ilha do Faial, casada com Manuel Pereira, n. Laguna (ou S. Ant.º Pat.), filho de Matias Pereira e Maria da Conceição. Filhos nascidos em Santo Ant.º da Patrulha e Aldeia dos Anjos, a partir de 1791.
- F 4 — **Mariana Rosa de Vargas** (ou de Jesus) — natural da ilha do Faial, e casada, a 1-8-1796, em Porto Alegre, com Antônio Dias da Silva, natural do Faial, filho de João Antônio Dutra e Bernarda Jacinta de Jesus, naturais do Faial.
- F 5 — **Bernarda Rosa de Vargas** — nascida a 3-11-1784, em Santo Ant.º da Patrulha. Casou, em Porto Alegre, em 24-5-1802, com José de Macedo, natural da ilha do Faial, filho de João Pereira da Silveira e Rosa Pereira, nats. do Faial. Foram morar em Taquarí. (v. tit. José de Macedo, com a desc. aí).
- F 6 — **Laureana Rosa de Vargas** (ou de Jesus) — bat. a 21-1-1787, na freg.ª de N.ª S.ª dos Anjos da Aldeia, e casada a 21-6-1810, em Taquarí, com Manuel Soares Leite, filho de João Soares Leite, n. Triunfo, e Matilde Rosa do Sacramento, n. Taquarí (tit. João Soares Leite, com a desc. aí).
- F 7 — **Gertrudes Rosa de Vargas** — solteira em 1823, nascida a 4, bat. a 16-11-1788, na freguesia da Aldeia dos Anjos.
- F 8 — **Maria Tomasia de Vargas** (ou Maria Tomasia Rosa de Santo Antônio) — nascida a 9, bat. 19-12-1790, na Aldeia dos Anjos. Solteira em 1823, quando foi a inventariante de seu pai.



## ANTÔNIO CORREIA DE VARGAS

**ANTÔNIO CORREIA DE VARGAS** — irmão de José Correia de Vargas (v. este Título) — nasceu na freguesia de Espírito Santo da Feiteira, na ilha do Faial, e faleceu na freguesia da Aldeia dos Anjos, em 1827 (inv.º no 1.º Cart. Civil, P.A.), onde residia no lugar chamado Barro Vermelho (Gravataí). Casado com Laureana Rosa de Jesus, também, natural da ilha do Faial. Veio com a mulher e 5 filhos, todos nascidos no Faial, e aqui chegou, mais ou menos, pelo ano de 1800. Era filho de Manuel Correia de Vargas e Ana Silveira, naturais do Faial. Tiveram 6 filhos:

F 1 — **Maria** — que faleceu menor.

F 2 — **Maria Antônia de Vargas** (ou de Jesus) — natural da ilha do Faial, casou na Aldeia dos Anjos com Antônio Paim de Andrade, natural da mesma freguesia da Aldeia dos Anjos, e residente junto ao Passo da Caveira, distrito daquela freguesia, e filho de Simão Paim de Andrade, nat. da ilha Terceira, e Rosa Maria de Andrade, n. ilha de Santa Catarina. Com grande descendência. Na região há um povoado com o nome de Vargas.

F 3 — **Antônio Dias Fialho** — natural do Faial, casado com Mariana Antônia do Nascimento, n. Aldeia dos Anjos, filha de Antônio Dutra de Lemos e Ana Maria da Conceição, naturais do Faial. Residiam no lugar chamado Barro Vermelho, na freguesia da Aldeia dos Anjos.

N 1 — **Antônio Fialho de Vargas** (ou Ant.º Dias Fialho) — natural da Aldeia dos Anjos, onde casou, a 7-9-1854, com sua prima Zeferina Inácia Soares, filha de José Inácio Soabres e Inácia Joaquina de Jesus. Identificamos a filha:

Bn 1 — **Justina Inácia Fialho** — n. 1867, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 24-8-1889, com seu primo Leonel Soares de Vargas (v. título: Manuel de Vargas de Andrade, Bn 27).

N 2 — **Maria** — n. 6, b. 7-8-1827, na Aldeia dos Anjos. Faleceu menor.

N 3 — **José Fialho de Vargas** — n. 1-4, b. 10-6-1829, Aldeia dos Anjos.

N 4 — **Maria de Vargas** — n. 29-1, b. 3-6-1833, Aldeia dos Anjos.

F 4 — **Eugênia Joaquina de Vargas** — nat. Faial, solteira em 1827.

F 5 — **Manuel Fialho de Vargas** — n. 1791 na ilha do Faial, e falecido, em Porto Alegre, a 16-6-1859, com 68 anos — Inv.º 1866 — 1.º C.O.P.A. Casado com Maria Inácia de Jesus, n. 25-10, b. 1-1-1791, na Aldeia dos Anjos, e + 21-5-1868, em Taquarí (test.º 1867 — inv.º 1868), filha de Antônio Dutra de Lemos e Ana Maria da Conceição, acima citados em F 3. Residiam junto ao Passo da Caveira (Gravataí), mas em 1868 a viúva Maria Inácia de Jesus morava Taquarí. Pelo inventário identificamos os seguintes filhos:

- N 5 — **Antônio Fialho de Vargas** — bat. 18-10-1818, na Aldeia dos Anjos, casado com Maria Inácia da Conceição, natural da Aldeia dos Anjos, filha de Inácia Antônio Dutra, n. St.º Ant.º Patrulha, e Fabiana Francisca da Conceição, n. Mostardas. Em 1869 já residiam em Taquarí, onde, de 1873 a 1883, Antônio Fialho de Vargas foi vereador na Câmara Municipal. Houve:
- Bn 2 — **Ana Maria de Vargas** — n. 22-2, b. 6-3-1841, na Aldeia dos Anjos, onde casou com seu tio Joaquim Pereira Fialho de Vargas (N 14). Com a desc. aí.
- Bn 3 — **Antônio** — n. 2, b. 6-8-1842, Aldeia dos Anjos.
- Bn 4 — **José Fialho de Vargas** — comerciante, casou a 19-6-1872, em Taquarí (4.º, 97), com Cândida Viana de Oliveira e Silva, n. Taquarí, filha do Cap. José Cândido Alves de Oliveira e Inês de Azevedo Viana. Foi pessoa de destaque em Taquarí, tendo sido vereador à Câmara Municipal, em 1889, quando da adesão daquela Câmara à República, tendo sido, também, um dos fundadores, em 1886, do Clube 3 de Maio, de Taquarí, pioneiro da propaganda republicana naquela cidade. F.q.i:
- Tn 1 — **Maria** — n. 7-9, b. 20-12-1874, Taquarí, e que faleceu menor.
- Tn 2 — **José Viana Fialho** — n. 24-10-1876, Taquarí, b. 10-11, casado com Maria Margarida da Silveira. Fazendeiro em Alegrete.
- Tn 3 — **Adelaide** — N. 23-5, b. 1-6-1878, em Taquarí, e que faleceu menor.
- Tn 4 — **Alzira Viana Fialho** — N. 27-8, b. 27-9-1855, Taquarí, casada com o Cel. João Marques da Cunha.
- Bn 5 — **Castorina** — n. 10-8, b. 17-8-1851, na Aldeia dos Anjos.
- Bn 6 — **João** — n. 23-8, b. 28-11-1854, em Porto Alegre.
- N 6 — **José Fialho de Vargas** — n. 1820, na Aldeia dos Anjos, e falecido antes de 1866, solteiro.
- N 7 — **Bernardino Fialho de Vargas** — n. 16-4, b. 3-5-1821, na Aldeia dos Anjos, e já falecido em 1888, casado com Maria Inácia Nunes (ou Vargas), natural da Aldeia dos Anjos, filha de José Teixeira Nunes, n. St.º Ant.º da Patrulha, e de Bernardina Maria de Vargas, n. Aldeia dos Anjos, neta paterna de João Teixeira Nunes, e Maria Antônia de Jesus, naturais de Laguna, neta materna de Francisco de Vargas Correia e Joaquina de Jesus (v. título José de Vargas-N 2). Houve:
- Bn 7 — **Josefina Maria Fialho de Vargas** — n. Aldeia dos Anjos, em 1853, onde casou a 27-1-1877, com Manuel Antônio Ramos, filho de Laurindo Antônio Ramos e Maria Bernardina da Conceição, neta materna de José Teixeira Nunes e Bernardina Maria de Vargas, acima citados em N 6.
- Bn 8 — **Francisco** — n. 2-2, b. 9-4-1855, Aldeia dos Anjos.
- Bn 9 — **Maria Núncia Fialho de Vargas** — n. 27-4-1856, b. 12-1-1857, na Aldeia dos Anjos, onde casou a 18-5-1875, com Joaquim José de Vargas, n. 16-10-1848, b. 27-5-1849, na Aldeia dos Anjos, filho de José Vargas de Andrade e Claudina Inácia Soares, naturais da Aldeia dos Anjos (v. título Manuel Vargas de Andrade, Bn 23). F.q.i:
- Tn 5 — **Paulina Maria de Vargas** — n. 6-10, b. 12-11-1882, em São Leopoldo (9, 7v).
- Bn 10 — **Ovídio Fialho de Vargas** — n. 1-6, b. 31-7-1859, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a

2-6-1897, com Maria Tomasia Barbosa, n. 1877, filha de João Antônio Barbosa e Inocência Rosa.

Bn 11 — **Justina Inácia Fialho de Vargas** — n. 15-11-18-1860, na Aldeia dos Anjos, casada, 2-2-1884, em São Leopoldo, (3º, 92v), com João Batista Soares de Vargas, n. 17-8-1859, b. 23-1-1860, na Aldeia dos Anjos, filho de José Vargas de Andrade e Claudina Inácia Soares (v. título Manuel Vargas de Andrade, Bn 28). Quando casaram, ele morava na Aldeia dos Anjos, e ela em São Leopoldo. f.q.:

Th 6 — **José** — n. 21 — b. 29-2-1885, em São Leopoldo (19, 56)

Th 7 — **Cecília** — n. 15-12-1888, b. 27-1-1889, em São Leopoldo (10, 74)

Bn 12 — **Afonso Fialho de Vargas** — n. 16, b. 30-10-1862, na Aldeia dos Anjos, onde casou a 23-6-1888, com Porcina Maria da Conceição, n. 1872, na Aldeia dos Anjos, filha natural de Marcolina Francisca da Silva.

Bn 13 — **Zeferino** — bat. 18-6-1865, na Aldeia dos Anjos.

Bn 14 — **Bernardino** — n. 17-12-1872, b. 3-2-1872, Aldeia dos Anjos.

Bn 15 — **Maria** — n. 31-7, b. 9-11-1873, na Aldeia dos Anjos.

Bn 16 — **Manuel Fialho de Vargas** — n. 1876, na Aldeia dos Anjos, casou, a 26-11-1908, em Estrela, com Mariana de Bitencourt, n. 1886, em Taquarí, filha de Antônio de Freitas Bitencourt e Felisberta Pereira Veloso, moradores em Estrela.

N 8 — **Maria Inácia Fialho de Vargas** — n. 2-4, b. 1-5-1823, na Aldeia dos Anjos. Residia em Taquarí em 1866, solteira.

N 9 — **Manuel Fialho de Vargas** — (II) — n. 28-8, b. 29-9-1825, na Aldeia dos Anjos, e falecido a 25-7-1863, em Porto Alegre. Casou, a 28-8-1853, com sua prima Maria Rita de Andrade, filha de João Paim de Andrade e Ana Joaquina de Jesus, todos naturais da Aldeia dos Anjos, neta paterna de Simão Paim de Andrade, n. Terceira, e Rosa Maria de Andrade, n. Santa Catarina, neta materna de Antônio Correia de Vargas e Laureana Rosa (v. F 6). Em 1866 residiam em Taquarí. Fq.i:

Bn 17 — **Rita Amália Fialho** — n. 5-6, b. 12-8-1854, em Porto Alegre.

Bn 18 — **Adeodato Augusto Fialho** — n. 21-1, b. 1-2-1858, Aldeia dos Anjos.

Bn 19 — **João Fialho** — n. 860.

Bn 20 — **Cecília** — n. 1861.

N 10 — **Padre Dr. João Batista Fialho de Vargas** — N. 29-9, bat. 2-2-1826, na Aldeia dos Anjos (105, 177). Falecido em 19-1-1907, na cidade de Itú, SP, com 76 anos.

N 11 — **Justina Inácia Fialho de Vargas** (ou Justina Inácia de Jesus) — n. 29-8, b. 4-10-1829, Aldeia dos Anjos, onde casou a 28-8-1853, com Manuel Inácio Dutra, n. Aldeia, filho de Inácio Antônio Dutra e Fabiana Francisca da Conceição. Em 1869 residiam em Vacaria. Filhos que ident.:

Bn 17 — **José** — n. 11-10-1855, b. 12-1-1857, na Aldeia dos Anjos.



Bn 18 — **Justina** — n. 6-5-1859, b. 1-11-1860, Aldeia dos Anjos.

Bn 19 — **Luís** — n. 19-6, b. 8-9-1868, Aldeia dos Anjos.

N 12 — **Cipriano** — n. 31-5, b. 29-9-1834, na Aldeia dos Anjos. Faleceu menor.

N 13 — **Joaquim Pereira Fialho de Vargas** — n. 14-1-1837, b. 14-7-1838, em Porto Alegre, (cat. 10, 85), casado com Ana Maria Fialho, n. 22-2, bat. 6-3-1841, na Aldeia dos Anjos, filha de Antonio Fialho de Vargas e Maria Inácia da Conceição (v. Bn 2). Fq.i:

Bn 20 — **Maria** — N. 23-3, b. 25-4-1860 na Aldeia dos Anjos.

Bn 21 — **Leontina** — N. 18-5, b. 21-5-1878, São Leopoldo (7º, 78).

F 6 — **Ana Joaquina de Vargas** (ou de Jesus) — nat. da ilha do Faial, casada com João Paim de Andrade, nat. da Aldeia dos Anjos, residente no Barro Vermelho, filho de Simão Paim de Andrade (ou Arruda) e Rosa Joaquina de Andrade.

## MANUEL VARGAS DE ANDRADE

**MANUEL VARGAS DE ANDRADE** — natural da freguesia do Espírito Santo da Feiteira, na ilha do Faial. Casado com Francisca Inácia, natural da mesma freguesia, filha de Sebastião Luís. Vide título: José de Vargas, Bn 4. Ainda não temos dados para saber se Manuel Vargas de Andrade veio junto com seus filhos, ou se ficou nas ilhas. Vieram, para a freguesia de N.ª Sr.ª dos Anjos da Aldeia (Aldeia dos Anjos), dois filhos solteiros, que aqui casaram, e uma filha já casada, cuja descendência estudaremos adiante. V. título José Vargas de Andrade, que deve ser parente de Manuel Vargas de Andrade.

F 1 — **Madalena Rosa de Jesus** — natural da freguesia do Espírito Santo da Feiteira, no Faial, de onde veio, já casada com Antônio Pereira de Vargas, natural da mesma freguesia e ilha. (Tít. Antônio Pereira de Vargas, com a descendência aí).

F 2 — **Antônio de Vargas de Andrade** — natural da freguesia do Divino Espírito Santo, da Feiteira, Faial, veio solteiro e aqui casou com Ana Jacinta, nascida em 1774, em Laguna, filha de Francisco de Vargas Correia e Rosaura Jacinta (v. título: José de Vargas, Bn 1). Antônio veio para o Rio Grande do Sul na década de 1780, e no recenseamento de 1797, na freguesia da Aldeia dos Anjos, vem: “Antônio de Vargas de Andrade vive a favor de seu sogro Francisco de Vargas Correia, e tem: escravos, 2; cavalos, 6; bois, 10; gado, 30”. Em 1809, quando faleceu, deixou 4 filhos vivos, todos menores. Seu testamento é de 1809, e foi sua testamenteira Ana Jacinta (Cart. Prov. P.A.970-53-5). Ana Jacinta casou, novamente, com Vitorino José Leite.

N 1 — **José Inácio de Andrade** — n. 5, b. 11-12-1791, na Aldeia dos Anjos, casado com Justina Maria de Andrade, n. 22 — bat. 30-5-1812, na Aldeia dos Anjos, filha de Bernardo Luís de Souza, n. freguesia do Estreito, e de Lauriana Joaquina de Jesus, n. Santo Ant.º da Patrulha, neta paterna de Francisco Luís de Souza e Isabel Inácia de Jesus, naturais da ilha de São Jorge, neta materna de José de Vargas Correia e Antônia Jacinta de Jesus (v. título José de Vargas, N 3, Bn 14). F.q.i:

Bn 1 — **Maria Estelita de Andrade** n. 24-4, b. 24-6-1843, na Aldeia dos Anjos, e que casou, a 17-5-1857, em oratório particular em São Francisco de Paula de Cima da Serra, com seu primo Antônio Vargas de Andrade, n. 6-4, b. 25-5-1834, na Aldeia dos Anjos, (Bn 12), filho de Antônio Vargas de Andrade e Delfina Joaquina de Jesus (N 4).

Bn 2 — **Maria Justina de Vargas** — N. 24-2, b. 14-3-1846, na Aldeia dos Anjos, onde casou, com seu primo Justiniano Luís de Vargas, n. 1836, na Aldeia dos Anjos, filho de Antônio Vargas e sua 2.ª mulher Delfina Joaquina de Jesus (Bn 13). A descendência aí.

Bn 3 — **Belchor Vargas de Andrade** — n. Aldeia dos Anjos, casado com Maria do Nascimento, filha de Antônio Pereira Soares e Cândida Pacheco de Oliveira. Filhos que identif.:

Th 1 — **Maria Cândida Vargas de Andrade** — casa com Manuel Ricardo dos Reis Sobrinho. F.q.i;

- Tn 2 — **Maria Elisa Vargas de Andrade** — n. São Francisco de Paula, casada, a 2-7-1895, São Leopoldo (4<sup>o</sup>, 87 v), com Francisco Soares de Almeida.
- Tn 3 — **Belchor Vargas de Andrade** — n. 8-10-1870, b. 22-5-1871, em Porto Alegre (Res. 7<sup>a</sup>, 92).
- Bn 4 — **Ana Maria Vargas de Andrade** — n. 22, b. 11-6-1851, na Aldeia dos Anjos. Faleceu em 1902, com 52 anos, solteira, deixando testamento.
- N 2 — **Maria Eufrásia da Soledade** — n. 16, b. 27-10-1793, na Aldeia dos Anjos, onde casou com Domiciano Antunes Pinto, n. 18, b. 27-8-1796, em Viamão, filho de Antônio Antunes Pinto e Ana Francisca de Souza, naturais de Rio Grande. Com a descendência em Santo Antônio da Patrulha.
- N 3 — **Ana Joaquina de Vargas** — n. 19, b. 26-6-1796, na Aldeia dos Anjos. Casou, em Santo Antônio da Patrulha, com Francisco Antônio d'Ávila (ou Francisco Antônio Lourenço), b. 17-8-1786, em Santo Antônio da Patrulha, filho de Antônio Lourenço d'Ávila, n. Terceira, e Rosaura Maria, n. Faial. Fq.i:
- Bn 5 — **Maria** — n. 10, b. 23-8-1812, em Santo Ant<sup>o</sup> da Patrulha.
- Bn 6 — **José** — n. 29-8, b. 18-9-1816, em Santo Ant<sup>o</sup> da Patrulha.
- Bn 7 — **Umbelina** — b. 22-9-1818, em Santo Ant<sup>o</sup> da Patrulha.
- Bn 8 — **Antônio Lourenço de Vargas** — n. 1839, em Santo Antônio da Patrulha, casou, em Porto Alegre, a 12-7-1875 (Rosário), com sua prima Zeferina Olinto de Vargas (Tn 4), n. 1859, em São Francisco de Paula, filha de Antônio de Vargas de Andrade e Maria Estelita de Andrade.
- N 4 — **Antônio Vargas de Andrade (F<sup>o</sup>)** — nasc. 17, bat. 26-8-1798, na Aldeia dos Anjos, onde sempre residiu. Casou 3 vezes: a 1<sup>a</sup> vez, com Ana Luiza de Jesus, filha de Francisco Pereira Pinheiro e Ana Felícia de Jesus, naturais do Faial, neta paterna de José Pereira Pinheiro e Teresa Maria da Conceição, neta materna de Francisco Furtado de Mendonça e Maria Jacinta, todos naturais da ilha do Faial. Ana Luiza de Jesus faleceu logo depois, deixando um filho único. Antônio de Vargas de Andrade, a 23-6-1827, em Porto Alegre, casou outra vez, com Delfina Joaquina de Jesus, n. 8, b. 16-1-1803, na Aldeia dos Anjos, e + 15-6-1852, com 49 anos (inv<sup>o</sup> 1852, 2<sup>o</sup> Cart. Orf.), filha de Bernardo Luís de Souza, n. freg.<sup>a</sup> do Estreito, e Laureana Joaquina, n. freg.<sup>a</sup> de Conceição do Arroio, neta paterna de Francisco Luís de Souza e Isabel Inácia de Jesus, naturais da ilha de São Jorge, e residentes em Mostardas, neta materna de José de Vargas Correia e Antônia Jacinta de Jesus, naturais da ilha do Faial (v. Título: José de Vargas, Bn 14). Em terceiras núpcias, casou, a 5-3-1855, na Aldeia dos Anjos, com sua prima Felicidade Perpétua da Fonseca, viúva de José Lourenço de Andrade, e sem sucessão deste matrimônio. Filho único do primeiro casamento de Antônio Vargas de Andrade, com Ana Luiza de Jesus:
- Bn 9 — **José** — N. 2-3, b. 18-4-1824, na Aldeia dos Anjos.
- Filhos do 2<sup>o</sup> casamento de Antônio Vargas de Andrade, com Delfina Joaquina de Jesus:
- Bn 10 — **José** — n. 25-7, b. 3-8-1828, na Aldeia dos Anjos. Faleceu menor.
- Bn 11 — **Justina** — N. 2, b. 12-2-1833, na Aldeia dos Anjos. Faleceu menor.
- Bn 12 — **Antônio de Vargas de Andrade** — n. 6-4-1834, na Aldeia dos Anjos, onde foi batizado a 25-5-1834. Casou, a 1<sup>a</sup> vez, a 17-5-1857, em São Francisco de Paula, em oratório parti-



cular, com sua prima Maria Estelita de Andrade (Bn 1, n. 24-4, b. 24-6-1843, Aldeia dos Anjos, filha de José Inácio de Andrade e Justina Maria de Andrade. Casou, a 2ª vez, com Maria José Rabelo, falecida em 27-5-1900, em Porto Alegre, com inventário, não havendo filhos deste segundo casamento. Antônio de Andrade faleceu, a 12-2-1899, em Porto Alegre, em sua chácara na rua D. Teodora, nos Navegantes, “nos subúrbios de Porto Alegre” (inv.º no 2º c.O.). Filhos do 1º casamento:

Th 4 — **Zeferina Olinto de Vargas** — n. 1859, em São Francisco de Paula, casada, a 12-7-1875, em Porto Alegre (Rosário), com seu primo Antônio Lourenço de Vargas (Bn 8), n. 1839, em Santo Ant.º da Patrulha, filho de Francisco Antônio d'Ávila e Ana Joaquina de Vargas.

Th 5 — **Belchor Vargas de Andrade Sobrinho** — casado.

Th 6 — **Otilia Polina de Vargas**.

Bn 13 — **Justiniano Luís de Vargas** — nascido, mais ou menos, lá por 1836, na Aldeia dos Anjos, e ainda vivo em 1902, casou com sua prima Maria Justina de Vargas (Bn 2), n. 24-2, b. 14-3-1846, na Aldeia dos Anjos, filha de João Inácio de Andrade e Justina Maria de Andrade. Filhos q. identif.:

Th 7 — **Antônio** — n. 29-7, b. 7-12-1870, na Aldeia dos Anjos.

Th 8 — **Cecília Vargas de Andrade** — n. 17-4, b. 10-12-1872, na Aldeia dos Anjos. Casou, a 27-4-1889, em Porto Alegre (Ros. 8º, 29v), com Marciano de Souza Rocha, n. 1858, filho de Silvério de Souza Rocha e Silvana.

Bn 14 — **Ana Maria de Vargas** — n. 1838, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 23-3-1853, com José Nunes de Vargas, n. 17, b. 27-5-1830, na Aldeia dos Anjos, filho de José Teixeira Nunes e Bernardina Maria de Vargas (v. título José de Vargas, Th 25), com a descendência aí.

Bn 15 — **Francisco** — n. 8-4, b. 2-6-1842, na Aldeia dos Anjos, e que faleceu menor.

F 3

— **José Vargas de Andrade** — natural da freguesia do Divino Espírito Santo da Feiteira, na ilha do Faial. Veio solteiro e aqui casou, em 1801, em Porto Alegre, com Francisca Joaquina de Jesus, b. 5-11-1880, em Santo Antônio da Patrulha, filha de Francisco de Vargas Correia e Rosaura Jacinta, naturais da freguesia do Espírito Santo da Feiteira (v. Título: José de Vargas, Bn 4).

N 5 — **Laurindo** — n. 25-2, b. 2-3-1805, na Aldeia dos Anjos.

N 6 — **Maria** — n. 3, b. 13-4-1806, na Aldeia dos Anjos.

N 7 — **Felicidade** — b. 28-9-1809, na Aldeia dos Anjos.

N 8 — **Ana** — n. 11, b. 29-1-1812, na Aldeia dos Anjos.

N 9 — **Antônio de Vargas de Andrade** — natural da Aldeia dos Anjos, onde faleceu em 1869 (inv.º 1869, Cart. Civ. P.A.), casado com Leonor Maria da Conceição, nat. Aldeia dos Anjos, filha de Antônio de Souza d'Ávila, natural de Laguna, e Joaquina da Conceição, n. 4-1-1773, P.Alegre, neta paterna de Paulo Machado de Souza e Ana Maria de Souza, naturais da ilha de São Jorge, neta materna de Antônio Silveira Pereira, n. ilha de São Jorge, e Maria de Jesus, n. Rio Grande (Chuf). Em 1869 tinham só três filhos vivos:

- Bn 16 — **José Antônio de Vargas** — n. 13, b. 28-4-1833, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 1-1-1868, com sua prima Maria Castorina Soares de Vargas (Bn 24), n. 8, b. 20-10-1850, na Aldeia dos Anjos, filha de José de Vargas de Andrade e Claudina Inácia Soares, naturais da Aldeia dos Anjos. F.q.i:
- Tn 9 — **Maria** — n. 8-1, b. 12-2-1869, na Aldeia dos Anjos.
- Tn 10 — **José** — n. 20-4, b. 28-5-1870, na Aldeia dos Anjos.
- Tn 11 — **Joaquim Soares de Vargas** — n. 11-5, b. 24-9-1871, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 5-1-1894, com Idalina Angélica de Fraga, n. 1878, na Aldeia dos Anjos, filha de Cândido José de Fraga e Delfina Angélica de Medeiros.
- Tn 12 — **Luís Soares de Vargas** — nascido lá por 1887, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 16-4-1898, com Miguelina Rodrigues, filha de José Rodrigues Benfica e Emília Miguelina
- Bn 17 — **Maria Antônia de Vargas** — n. 2, b. 15-11-1834, na Aldeia dos Anjos. Ainda viva em 1869.
- Bn 18 — **Manuel Antônio de Vargas** — natural da Aldeia dos Anjos, onde casou, a 7-1-1872, com Senhorinha Maria da Glória, filha de pais incógnitos, que foi exposta na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. F.q.i:
- Tn 13 — **Maria Cristina de Vargas** — N. 24-7, b. 9-8-1874, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 30-7-1897, com José Antônio Gonçalves, n. 1874, na Aldeia dos Anjos, filho de Antônio José Gonçalves e Marcolina Barbosa.
- Tn 14 — **Bernardino Antônio de Vargas** — n. 1879, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 22-7-1899, com Angelina Gomes, n. 1877, filha de Ângelo Gomes Ferreira Soares e Vicência Gomes da Silveira.
- Bn 19 — **Joaquim** — n. 12-6-1841 (o bat. foi registrado em 31-1-1857, na Aldeia dos Anjos. Faleceu menor.
- N 10 — **José Vargas de Andrade** — capitão — n. 22-4, b. 14-5-1815, na Aldeia dos Anjos, e que faleceu a 25-7-1873, com 53 anos, em Porto Alegre (inv.<sup>o</sup> 1873, no 2.<sup>o</sup> Cart. Orf. P.A.). Casou duas vezes. A primeira vez, com Feliciano Antônia de Jesus, n. Aldeia dos Anjos, filha de Antônio Dutra de Lemos e Ana Maria da Conceição, naturais do Faial. Morava no lugar chamado Barro Vermelho, na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia, onde tinha uma propriedade rural, possuindo outra no morro da Figueira. Em 15-1-1843, na Aldeia dos Anjos. Casou, em segundas núpcias, com Claudiana Inácia Soares, n. Aldeia, filha de José Inácio Soares, n. Viamão, e Inácia Joaquina de Jesus, n. Aldeia dos Anjos. No primeiro casamento, segundo o inventário de 1873, houve 2 filhos.
- Bn 20 — **Maria** — que faleceu antes de 1873.
- Bn 21 — **Saturnino José de Vargas** — n. 14, b. 29-5-1841, na Aldeia dos Anjos, onde casou com Maria Francisca Soares, filha de Inocente Inácio Soares e Francisca Pereira. Moradores na Aldeia dos Anjos. Filhos que identificamos:
- Tn 15 — **Amélia Soares de Vargas** — n. 4-7, b. 20-12-1863, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 23-1-1883, com José Rodrigues Soares da Fonseca, filho de Antônio Rodrigues da Fonseca e Bernardina Soares.
- Tn 16 — **Maria** — n. 15-11-1864, b. 28-5-1865, na Aldeia dos Anjos.

Tn 17 — **José** — b. 22-7-1866, Aldeia dos Anjos.

Tn 18 — **Francisca** — n. 29-6, b. 30-12-1867, Aldeia dos Anjos.

Tn 20 — **Bernardina** — 13-5, b. 2-6-1869, Aldeia dos Anjos.

Do 2.º casamento do capitão José de Vargas de Andrade, com Claudiana Inácia Soares, foram filhos, e que estavam vivos em 1887, os seguintes:

Bn 22 — **Padre José de Vargas de Andrade Filho** — n. 24-3, b. 25-5-1844, na Aldeia dos Anjos. Foi pároco na freguesia de N.ª S.ª dos Anjos da Aldeia, de 1871 a 1884.

Bn 23 — **Joaquim José de Vargas** — n. 16-10-1848, b. 27-5-1849, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 18-5-1875, com Maria Núncia Fialho de Vargas (v. Título: Antônio Correia de Vargas, Bn 9), n. 27-5-1856, b. 12-1-1857, na Aldeia, filha de Bernardino Fialho de Vargas e Maria Inácia Nunes.

Bn 24 — **Maria Castorina Soares de Vargas** (ou Maria Castorina Inácia de Vargas) — n. 8, b. 20-10-1850, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 1-1-1868, com José Antônio de Vargas, seu primo (Bn 16), n. 13, b. 28-4-1833, na Aldeia dos Anjos, filho de Antônio de Vargas de Andrade e Leonor Maria da Conceição. A descendência está em Bn 16.

Bn 25 — **Pulcínia Inácia de Vargas** — n. 3-7, b. 20-11-1851, na Aldeia dos Anjos.

Bn 26 — **Bernardina Inácia de Vargas** (ou Bernardina de Vargas Soares ou Bernardina de Andrade Soares) — n. 30-4, b. 11-5-1854, na Aldeia dos Anjos, onde casou com seu tio Manuel Inácio Soares, no dia 4-9-1862, filho de José Inácio Soares e Inácia Joaquina de Jesus.

Bn 27 — **Leonel Soares de Vargas** — n. 18-5, b. 27-1-1856, na Aldeia dos Anjos. Em 1873 estava estudando em Roma. Casou a 24-8-1889, na Aldeia dos Anjos, com sua prima Justina Inácia Fialho (v. Título: Antônio Correia de Vargas, Bn 1), n. 1867, na Aldeia, filha de Antônio Fialho de Vargas e Zeferina Inácia Soares.

Bn 28 — **João Batista Soares de Vargas** — n. 17-8-1859, b. 22-1-1860, na Aldeia dos Anjos, onde residia. Casou, a 2-2-1884, em São Leopoldo (3.º, 92v), com Justina Inácia Fialho de Vargas (v. Título: Antônio Correia de Vargas, Bn 11), filha de Bernardino Fialho de Vargas e Maria Inácia Nunes. F.q.i:

Tn 21 — **José** — n. 21, b. 28-2-1885, em São Leopoldo (9.º, 56), na casa do avô paterno.

Tn 22 — **Cecília** — n. 15-12-1888, b. 27-1-1889, em São Leopoldo, (10.º, 74).



## MANUEL DE VARGAS CORREIA

**MANUEL DE VARGAS CORREIA** — natural da ilha do Faial, casado com Rosa Inácia, também natural da ilha do Faial.

F 1 — **José Inácio de Vargas** — natural do Faial, casou na Aldeia dos Anjos com Felicidade Eufrásia da Soledade, b. 20-11-1796, na Aldeia dos Anjos, filha de João Antônio Lourenço e Cipriana Rosa Joaquina, naturais de Santo Antônio da Patrulha, neta paterna de Antônio Lourenço D'Ávila, n. ilha Terceira, e Rosaura Maria do Nascimento, n. Faial, neta materna José de Vargas Correia e Antonia Jacinta de Jesus, naturais do Faial (v. Título: José de Vargas — Bn 13 e N 3). Residia, José Inácio de Vargas, primeiro, na Aldeia dos Anjos, indo depois se fixar em São Leopoldo, onde, em 1833, recebeu um terreno na, então, rua Sapucaia. Identificamos os filhos:

N 1 — **Cândido** — n. 28-5, b. 5-6-1814, na Aldeia dos Anjos.

N 2 — **João** — n. 14, b. 29-8-1819, na Aldeia dos Anjos.

N 3 — **Maia** — b. 20-1-1821, na Aldeia dos Anjos.

F 2 — **Rosa Inácia de Vargas** (ou do Nascimento) — n. 1803, e falecida, solteira, a 16-9-1832, em Porto Alegre, com 29 anos.

F 3 — **Felícia Maria de Vargas** (ou da Conceição) — n. na ilha do Faial. Casou, 9-10-1828, em Porto Alegre, com José Bernardo de Souza, n. 6, b. 13-4-1801, na Aldeia dos Anjos, filho de Bernardo Luís de Souza, n. da freguesia do Estreito, e Laureana Joaquina, n. Conceição do Arroio, neto paterno de Francisco Luís de Souza e Isabel Inácia de Jesus, naturais da ilha de São Jorge, neto materno de José de Vargas Correia e Antônia Jacinta de Jesus (v.Título: José de Vargas — N 3 — Bn 14). Com descendência.

## ANTÔNIO SILVEIRA VARGAS

**ANTÔNIO SILVEIRA VARGAS** — natural da freguesia de Santa Luzia do Castelo Branco, na ilha do Faial, filho de Antônio Silveira Vargas e Rosa Maria da Trindade, naturais da mesma freguesia. Muito jovem, veio para Santa Catarina, onde, com 22 anos, casou em 9-6-1765, na freguesia da Enseada do Brito (1<sup>o</sup>, 19v) com Josefa Maria de Jesus, natural da freguesia de Santa Bárbara dos Cedros, na ilha do Faial, falecida a 23-10-1805, filha de José Francisco Gulart e Maria Rosa, (falecida a 23-8-1799), naturais da freguesia dos Cedros, neta materna de Manuel de Fraga e Maria Pereira.

Logo depois de casado, Antônio Silveira Vargas, mudou-se para a freguesia de Viamão, onde o encontramos, nos anos de 1769 e 1771, residindo em terras do capitão Francisco Pires Casado, junto ao Passo do Vigário. Em 1772 recebeu uma data na frustrada freguesia de Santana do Morro Grande, em Itapoã, a qual, logo, abandonou (v. Borges Forte — Casais), mudando-se definitivamente para Conceição do Arroio, onde faleceu, a 13-9-1803, com 60 anos.

Ainda temos poucos dados sobre sua descendência.

F 1 — **Mariana** — b. 10-8-1769, na freguesia de Viamão, onde faleceu, a 5-6-1771.

F 2 — **Francisco Antônio da Silveira Vargas** — n. 10-11-1771, na freguesia de Viamão (Passo do Vigário), casou com Maria Inácia, n. 23-1-1786, na freguesia de Santo Antônio da Patrulha, filha de Manuel Nunes Pereira, natural da freguesia N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Rosário, na ilha de São Jorge, e Ana Maria de Jesus, natural do Rio Grande, neta paterna de João Nunes Pereira e Isabel de Quadros, naturais da freguesia do Rosário, em São Jorge, neta materna de Inácio Ferreira Ramos, n. Braga, em Portugal, e Domingos de São Mateus, n. freguesia de São Mateus, a ilha do Pico. Residiam em Santo Antônio da Patrulha. Pais de:

N 1 — **Januário de Vargas** — n. 20-10-1801, em Santo Antônio da Patrulha.

N 1 — **Clara** — n. 13-8-1803, em Santo Ant<sup>o</sup> da Pat. onde faleceu menor.

N 3 — **Zacarias de Vargas** — n. 14, b. 18-9-1804, St<sup>o</sup> Ant<sup>o</sup> da Patrulha.

N 4 — **Clara de Vargas** — n. 27-7-1806?, Santo Ant<sup>o</sup> Pat.

N 5 — **Zacarias de Vargas** — n. 3-11-1806?, Santo Ant<sup>o</sup> Pat.

N 6 — **Leocádia de Vargas** — b. 19-7-1812, Santo Ant<sup>o</sup> Pat.

N 7 — **Vitalina Vargas** — n. 3, b. 28-8-1814, Santo Ant<sup>o</sup> Pat.

N 8 — **Maria de Vargas** — n. 5, b. 14-11-1816, Santo Ant.º Pat.

N 9 — **Antônio de Vargas** — n. 15, b. 25-7-1818, Santo Ant.º Pat.

O nome de Francisco Antônio da Silveira Vargas, também, aparece como Francisco Antônio da Silveira, Francisco da Silveira Vargas ou Francisco Antônio de Vargas.

F 3 — **Constantino da Silveira Vargas** — no livro “Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata”, do marechal Luís Manuel de Lima e Silva, na pág. 322, em nota de Souza Doca, é citado o tenente de guerrilhas Constantino José de Vargas, que servia sob as ordens de Bento Manuel Ribeiro, na rearguarda da 1.ª Brigada Ligeira, no dia 20-2-1827, quando se travou a tabalha do Passo do Rosário, ou de Ituzaingó.

F 4 — **Maria da Conceição de Vargas** — casada com Manuel Antônio de Lima.

F 5 — **Joaquina Angélica de Vargas** — natural de Conceição do Arroio, casada, a 18-7-1802, em Viamão, com João Machado dos Santos, n. Viamão, filho de Francisco Machado de Oliveira, n. ilha de São Jorge, e Maria da Conceição, n. Rio Grande, neto paterno de José Machado de Oliveira e Maria Silveira, naturais da freguesia de N.ª S.ª do Rosário, i. São João, e neto materno de Manuel dos Santos Porto, n. cidade do Porto, e Maria Inácia, natural da ilha do Pico. João Machado dos Santos nasceu a 11, e bat. a 28-8-1780, Viamão.

F 6 — **Ana Maria de Vargas** — casada com Manuel Antônio dos Santos.

F 7 — **Cecília Maria de Vargas** — natural de Conceição do Arroio, casada com Vicente Nunes da Silva. Residiam na freguesia de Santa Maria da Boca do Monte, em 1805. Filhos que identificamos:

N 10 — **Felisberta** — n. 1805, em Santa Maria.

N 11 — **Manuel** — n. 1811, em Santa Maria.

N 12 — **Amabilia** — n. 1815, em Santa Maria.



## ANTÔNIO CORREIA DE VARGAS RECRUTA

**ANTÔNIO CORREIA DE VARGAS RECRUTA** — nascido cerca do ano de 1800, na freguesia da Feiteira, na ilha do Faial, e falecido, a 18-6-1863, em Porto Alegre, com 63 anos. Seu testamento é de 15-11-1862, feito em sua casa de moradia, na rua da Floresta, em Porto Alegre, sendo um dos testamenteiros o seu compadre Manuel Fialho de Vargas Filho, provavelmente seu parente.

Era casado com Maria Fausta do Nascimento. Era 6 os filhos vivos, em 1863. Eram analfabetos.

F 1 — **Antônio de Vargas Correia**

F 2 — **João de Vargas Correia** — que casou, a 1ª vez, com Cândida Gertrudes dos Santos, filha de Francisco José dos Santos e Gertrudes Maria. Casou, em segundas núpcias, a 25-4-1875, na igreja do Rosário, em Porto Alegre, com Maria Francisca dos Santos. Filhos do 1º matrimônio:

N 1 — **João** — n. 24-6-1868Z, b. 24-6-1872, em Porto Alegre (Rosário, 8º, 77). Faleceu menor.

N 2 — **João** — n. 14-2-1871, Porto Alegre (Rosário, 7º, 78).

N 3 — **José** — n. 30-10-1871, b. 18-2-1872, Porto Alegre (Rosário, 8º, 55).

N 4 — **Severina de Vargas Correia** — natural de Porto Alegre, onde casou, a 24-9-1884 (M. Deus, 1º), com Bernardino José dos Santos, n. Porto Alegre, filho de Manuel Joaquim dos Santos e Cipriana Ferreira Jardim. Filhos que identificamos:

Bn 1 — **Leopoldina** — n. 22-10-1890, b. 11-4-1891, Porto Alegre, (M. Deus, 3º, 66v).

Bn 2 — **Resplendino** — n. 22-8-1892, b. 18-2-1893, Porto Alegre, (M. Deus, 4º, 29).

N 5 — **Isolina Vargas Correia** — natural de Porto Alegre, onde casou com João Antônio Machado, filho de José Rolim Machado e Luiza da Rosa.

F 3 — **José de Vargas Correia** — que, em 1871, foi padrinho em Porto Alegre.

F 4 — **Manuel de Vargas Correia**.

F 5 — **Idalina Correia de Vargas** — natural de Porto Alegre, onde casou, a 29-3-1869 (Ros. 3º, 102), com Cândido José da Silva, filho de Gaspar José da Silva e Cândida Leocádia.

F 7 — **Ana Correia de Vargas** — n. 1855, em Porto Alegre, onde casou, a 29-11-1869, (Rosário) com José Leôncio da Silva Machado, n. 1844, filho de José da Silva Machado e Rosalina Maria Pereira.

## JOSÉ VARGAS DE ANDRADE

**JOSÉ VARGAS DE ANDRADE** — era natural da freguesia do Espírito Santo, da Feiteira, na ilha do Faial, filho de Jerônimo de Farias e Rosa Francisca, naturais da mesma freguesia. Casado com Jacinta Rosa de Jesus, filha de José Rodrigues e Rosa Maria, todos naturais da mesma freguesia do Espírito Santo da Feiteira, na ilha do Faial. Vieram para o Brasil acompanhados de dois filhos nascidos no Faial. Passaram por Santa Catarina, onde nasceu a terceira filha, e, de lá, vieram se radicar entre Santo Antônio da Patrulha e Aldeia dos Anjos. José Vargas de Andrade deve ter vindo para cá lá pelo ano de 1780, e deve ser parente próximo de Manuel Vargas de Andrade, outro tronco desta família no Rio Grande do Sul, e que era casado com Francisca Inácia (v. Título: Manuel Vargas de Andrade). José Vargas de Andrade, também, vem como José de Vargas de Andrade e José Vargas Andrade. Tiveram 10 filhos:

F 1 — **Maurício José de Vargas** — nascido na ilha do Faial e casado com Claudina Rosa de Jesus, natural da freguesia de São José, em Santa Catarina, filha de Francisco Manuel dos Passos e Antônio Maria de Freitas. Residiam na freguesia de N.ª S.ª dos Anjos da Aldeia. F.q.i:

N 1 — **Maria** — n. 11-8, b. 3-9-1814, em Santo Ant.º da Patrulha.

N 2 — **Constança Maurícia de Vargas** — que foi madrinha em 1859, em São Leopoldo.

N 3 — **Manuel Maurício de Vargas** — casado, a 18-1-1853, em São Leopoldo (1.º, 134), com Francisca de Menezes Soares, nascida em São Leopoldo e filha de Joaquim Soares e Senhorinha de Jesus.

N 4 — **Teodósia** — n. 27-2, b. 26-3-1821, na Aldeia dos Anjos.

N 5 — **Saturnina Maurícia de Vargas** — (no casamento vem como Saturnina Maria Constança), nat. da Aldeia dos Anjos, casada, a 23-9-1835, em São Leopoldo (1.º 36v), com João Francisco Teixeira, nat. Porto Alegre, filho de Manuel Francisco Teixeira e Angélica Maria da Conceição, naturais de Porto Alegre. F.q.i:

Bn 1 — **Maurício** — n. 11, b. 12-12-1836, em São Leopoldo.

Bn 2 — **Antônio** — n. 1-1-1851, b. 1-1-1855, São Leopoldo.

Bn 3 — **Elisa** — n. 8-8-1853, b. 3-1-1854, São Leopoldo.

Bn 4 — **Virgínia** — n. 8-5, b. 5-11-1855, São Leopoldo.

Bn 5 — **Antônio** — n. 6-3, b. 7-6-1857, São Leopoldo.

N 6 — **Castorina** — N. 5-2, b. 1-3-1825, Aldeia dos Anjos.

N 7 — **Clarinda Maurícia de Vargas** — n. 3-4, b. 15-5-1827, na Aldeia dos Anjos, casou, a 10-10-1849, São Leopoldo (1º, 113), com seu primo Manuel Inácio de Vargas, n. Stº Antº da Patrulha, filho de Manuel Inácio de Abreu, nat. da fregª de São Luís de Mostardas, e de Ana Maria Vargas de Andrade (N 15, adiante, com a descendência).

N 8 — **José Maurício de Vargas** — n. Aldeia dos Anjos, casou, a 25-4-1857, São Leopoldo (2º, 20v), com Sebastiana Luiza da Conceição, nat. São Leopoldo, filha de Tomé Luís de Vargas e Constança dos Pereira (v. digo Constança dos Anjos Pereira (v. Bn 26). Eram primos. Moravam em Sapucaia. Fq.i:

Bn 6 — **Maria** — n. 2-4, b. 12-9-1858, São Leopoldo.

Bn 7 — **Elisa** — n. 24-9-1864, b. 22-4-1865, São Leopoldo (6, 27).

Bn 8 — **Luiza** — b. 3-5-1870, em São Leopoldo (6, 101).

F 2 — **Ana Maria Vargas de Andrade** — natural da freguesia do Espírito Santo, da Feiteira, na ilha do Faial, casado, em Santo Antº da Patrulha, com Manuel Inácio de Abreu, natural da freguesia de São Luiz de Mostardas, filho de Antônio Pereira Jorge e Maria de São José, nascidos na freguesia de Nª Sª da Luz, na ilha do Faial, neto paterno de Manuel Machado e Maria Pereira, e neto materno de José Dutra e Maria Pereira, todos naturais da mesma freguesia de Nª Sª da Luz, no Faial. Residiam em Santo Antônio da Patrulha, passando, depois, para Aldeia dos Anjos e São Leopoldo (Sapucaia). Sua descendência conservou o sobrenome de Vargas, e por este motivo está registrada neste item. Fq.i:

N 9 — **José** — n. 13-12-1804, Santo Antº da Patrulha.

N 10 — **João** — bat. 7-7-1806, Stº Antº da Patrulha. Faleceu menor.

N 11 — **João Inácio de Vargas** — n. 26-8, b. 7-9-1807, Em Santo Antº da Patrulha, casado com Isabel dos Anjos Pereira, n. Aldeia dos Anjos, filha de Sebastião Resente Pereira, n. ilha Terceira, e Laureana Maria de Jesus, n. P.Alegre. Residiam em sua fazenda, no, então, 1º distrito de São Leopoldo. Fq.i:

Bn 9 — **Laureana** — 16-2, b. 3-4-1831, em São Leopoldo.

Bn 10 — **Joaquim Pereira de Vargas** — n. 19-6, b. 8-7-1832, São Leopoldo, onde casou, a 20-12-1856 (2º, 16v), com Constança Maria da Silva, filha de Anastácio José da Silva e Maria Inácia de Jesus. Moravam em Sapucaia.

Th 1 — **João Pereira de Vargas Primo** — n. São Leopoldo (no Passo do Barnabé, Gravataí), casado, a 13-10-1881, São Leopoldo (3º 79v), com Maria Isabel da Silveira, filha de Felizardo Silveira Peixoto e Ana Bernardina Soares. Fq.i:

Qn 1 — **Guilherme Silveira de Vargas** — n. 22-10-1882, b. 1-5-1883, São Leopoldo (9º, 18v).

Qn 2 — **Antônio da Silveira Vargas** — n. cerca de 1884, São Leopoldo, casado com Noralina Pinheiro. Vem, também, com Antônio dos Santos ou Nascimento Vargas. Residia no Caí, e, depois, em Porto Alegre. 3 filhos.

Pn 1 — **João Manuel Vargas** — n. 26-6-1923, no Caí, casado com Liz Maciel. Residentes em Porto Alegre. Pais de:



- 6ºn 1 — **Romeu Maciel Vargas.**
- 6ºn 2 — **Roberto Maciel Vargas.**
- 6ºn 3 — **Roní Maciel Vargas.**
- 6ºn 4 — **Enilda Maciel Vargas.**
- Pn 2 — **Darcírio Vargas** — n. 1936, P.A. onde casou com Flordelícia...
- 6ºn 5 — **Maurício Vargas.**
- Pn 3 — **Maria Wilma Vargas** — casada com Adão Soares.
- Qn 3 — **Lídia Silveira de Vargas** — casada com Otávio Machado. Residiam no Caí, e houve:
- Pn 4 — **Eva de Vargas Machado.**
- Pn 5 — **Eloí de Vargas Machado.**
- Pn 6 — **Selma de Vargas Machado.**
- Qn 4 — **Plínio da Silveira Vargas** — n. 27-9, b. 13-12-1887, São Leopoldo (10º, 35), casado com Cecília Aires. Residia em Porto Alegre, onde, também, residem seus oito filhos, e seus descendentes. F.q.i:
- Pn 7 — **Elí Vargas** — casado.
- Pn 8 — **Adão Vargas** — casado.
- Pn 9 — **Jací Vargas** — casada.
- Qn 5 — **Afonso da Silveira Vargas** — casado com Rita Cruz. Pais de:
- Pn 10 — **Jaime Cruz Vargas.**
- Pn 11 — **Jací Cruz Vargas.**
- Qn 6 — **Jacinto da Silveira Vargas** — n. 7-1, b. 1-11-1891, em São Leopoldo (11º, 85v), casado com Maria Valentina Lopes, residentes em Porto Alegre. Identificamos 11 filhos, todos casados.
- Pn 12 a Pn 22 — Lucas, Jerônimo, Ceni-ro, Delto, Erocí, Nirva, Doires, Elí, Firmo, Argeu e Donilda.
- Qn 7 — **Heledina Vargas** — n. 6-4-1891, b. 8-1-1893, São Leopoldo (12º, 23), casada com Luís Vargas. F.q.i:
- Pn 23 — **Edgar Vargas.**
- Pn 24 — **Adão Vargas** — casado.
- Pn 25 — **Ermínio Vargas** — casado.
- Pn 26 — **Dorcelina Vargas** — casada.

- Qn 8 — Ermínio da Silveira Vargas** — n. 21-12-1897, b. 3-1-1898, São Leopoldo (17,79), casada com Gení... F.q.i:
- Pn 27 — Célia Vargas** — casada e residente em Porto Alegre.
- Pn 28 — Adair Vargas** — casado e residente em Vacaria. Pertenceu à Polícia Militar do Rio de Janeiro.
- Pn 29 — Erní Vargas** — cas. e residente em Vacaria.
- Th 2 — Manuel Pereira de Vargas** — N. 8-8-1865, b. 8-1-1866, em São Leopoldo (6°, 4°), casado com Maria Virgilina da Silveira, filha de Felizardo Silveira Peixoto e Ana Bernardina Silveira. Residentes em Sapucaia. F.q.i:
- Qn 9 — Maria Luiza Vargas** — n. 2-3, b. 4-9-1888, São Leopoldo (10°, 6lv).
- Qn 10 — João Luís Vargas** — n. 13-3-1890, São Leopoldo (b. 4-2-1891 — 1°, 11, 61).
- Qn 11 — Abel Vargas** — n. 16-1, b. 25-3-D1895, em São Leopoldo (13°, 5).
- Qn 12 — Juvenal Vargas** — n 6-3-1897, S. Leopoldo.
- Th 3 — Isabel Joaquina de Vargas** — n. 5-12-1866, b. 9-3-1867, São Leopoldo (6°, 60v), casou, a 2-3-1889, em São Leopoldo (4°, 36v), com Hortêncio José Ramires, filho de Hermenegildo José Ramires e Joaquina Maria Inácia. F.q.i:
- Qn 13 — Afonso de Vargas Ramires** — n. 14-5, b. 8-9-1890, em São Leopoldo, Sapucaia (11°, 47v), casou, a 21-12-1912, São Leopoldo (5°, 85v), com Leolina Silveira.
- Qn 14 — Arlindo** — n. 13-11-1891, São Leopoldo (11°, 97v). Sapucaia.
- Qn 15 — Maria Arlinda** — b. 26-5-1894, em São Leopoldo (Sapucaia), 12°, 73v.
- Qn 16 — Alzira** — b. 31-7-1898, em São Leopoldo, Sapucaia (13°, 90). Gêmea.
- Qn 17 — Alaide** — b. 31-7-1898, em São Leopoldo, Sapucaia (13°, 90). Gêmea.
- Th 4 — Maria Joaquina de Vargas** — n. São Leopoldo, casada com José Martins da Silva, filho de Manuel Matins da Silva e Maria Inácia da Conceição.
- Th 5 — Afonso Pereira de Vargas** — n. 8-12-1869, b. 19-4-1871, Sapucaia, São Leopoldo (6°, 109v), casado com Clementina Felix da Silva, filha de João Felix da Silva. F.q.i:
- Qn 18 — João** — n. 18-12-1890, b. 3-5-1891, em São Leopoldo (11°, 71v).
- Th 6 — Joaquina Maria de Vargas** — n. 1, b. 27-5-1871, em Sapucaia (São Leopoldo, 6°, 110) onde casou, a 2-11-1889 (4°, 44), com Manuel Francisco Machado, filho de Francisco José Machado e Cândida Inácia de Bitencourt, e que já era viúvo de Marinha Ramires. F.q.i:
- Qn 19 — Júlio** — n. 24-9-1891, b. 25-1-1892, São Leopoldo (11, 96).
- Qn 20 — Silina** (ou Celina) — n. 5-11-1892, b. 19-1-1893, São Leopoldo (12° 25v).
- Qn 21 — Malvina** — n. 15-11-1893, b. 20-5-1894, Sapucaia, São Leopoldo (12, 73v).

Qn 22 — **Afonso** — n. 6-6, b. 16-11-1895, São Leopoldo (13, 22v).

Qn 23 — **Adelina** — n. 31-7, b. 29-11-1896, São Leopoldo.

Qn 24 — **Valdemar** — n. 2-3, b. 26-11-1898, São Leopoldo.

Bn 11 — **Manuel Pereira de Vargas** — n. 14-1, b. 9-2-1834, São Leopoldo, onde casou, a 28-8-1858 (2º, 33), com Joana Bernardina do Nascimento, n. São Leopoldo, filha de Custódio Rodrigues da Rosa e Bernardina Maria da Conceição. Casou, pela 2ª vez, a 22-2-1873, em São Leopoldo (2º, 195), com Maria Joaquina da Silveira, viúva de Estevão José Pereira. E, pela 3ª vez, casou, a 19-1-1889, em São Leopoldo (4º, 32), com Cândida Maria Fernandes, viúva de Antônio Severino da Silveira, moradora em Gravataí. Filhos que identificamos do 1º casamento:

Th 7 — **João Pereira de Vargas** — n. São Leopoldo, comerciante em Porto Alegre, onde casou, a 8-9-1883 (Dores, 2º), com Antônia Ferreira da Fonseca, filha de Narciso José da Fonseca e Antônia Ferreira. Pais de:

Qn 25 — **Albertina Fonseca Vargas** — n. 12-7, b. 7-9-1884, em Porto Alegre (Dores), onde faleceu a 9-11-1969, com 55 anos. Casada com Olívio Teles Passos. Pais de:

Pn 30 — **General Div. José Alexandre Vargas Passos, casado, com desc.**

Pn 31 — **Darcília Vargas Passos** — que, em 1969, era Diretora da Divisão Judiciária da Justiça do Trabalho, em Porto Alegre.

Pn 32 — **N. N. Vargas Passos, casada com Otaçílio da Rocha Timm.**

Qn 26 — **Noêmia da Fonseca Vargas** — n. 9-8, b. 10-2-1887, em Porto Alegre, freg.ª N.ª S.ª das Dores, casada, com desc.

Qn 27 — **Otaçílio da Fonseca Vargas** — capitão-médico, casado com Dinah Borges da Fonseca, n. Porto Alegre, onde faleceu em 20-11-1969, filha do coronel Luís Gonzaga da Fonseca e Amelina dos Santos Pereira. Pais de:

Pn 33 — **Maria Aparecida da Fonseca Vargas.**

Pn 34 — **Lionah José da Fonseca Vargas** — casado com descendência.

Pn 35 — **Matilde da Fonseca Vargas** — casada, com um filho.

Pn 36 — **João da Fonseca Vargas** — casado, com desc.

Pn 37 — **Antônia Melina da Fonseca Vargas.**

Qn 28 — **Etelvina da Fonseca Vargas** — casada com o farmacêutico José Luís Amaral, e falecida em Porto Alegre, a 20-11-1980.

Pn 38 — **João Vargas do Amaral** — coronel-médico, casado e com um filho.

Qn 29 — **N. N. da Fonseca Vargas** — casada com Amabilino José da Silveira. F.q.i:

Pn 39 — **Jorge Vargas da Silveira.**

Th 8 — **Isabel Pereira de Vargas** — n. 22-2, b. 27-4-1864, em São Leopoldo (6º, 6v), casada



com José Jacinto Coelho, n. 22-1-1843, na ilha Terceira, + 21-4-1918, em Porto Alegre, filho de Jacinto José Coelho e Maria Francisca, nats. Terceira.

Tn 9 — **Elisa** — n. 11-11-1865, b. 2-1-1866, São Leopoldo (6º, 6v).

Tn 10 — **Custódio Pereira de Vargas** — n. 13-3, b. 12-10-1867, São Leopoldo (6º, 70), casado, a 21-12-1895, em Porto Alegre (cat. 18º, 47v), com Felisbina Diniz de Lages, filha de Gabriel Antônio Machado Lages e Floriana Diniz. Com descendência em Porto Alegre.

Tn 11 — **Idalino Pereira de Vargas** — bat. 29-9-1870, em Sapucaia, São Leopoldo, (6º, 104), onde casou, a 12-1-1889 com Carolina Tavares Freire, filha de Fulgêncio Tavares Freire e Delfina Maria da Silveira. Residiam em Sapucaia. F.q.i:

Qn 30 — **Artur Freire Vargas** — n. 6-1, b. 5-4-1890, em São Leopoldo (11º, 29).

Qn 31 — **Isolina** — n. 20-8, b. 27-11-1897, São Leopoldo (13º, 76).

Tn 12 — **Maria Rosalina de Vargas** — n. São Leopoldo, casou, 16-7-1887, Porto Alegre (Cat. 9º, 87), com Amandio Maria Pereira. n. Portugal. Residiam em Porto Alegre.

Bn 12 — **Constança** — n. 5-5, b. 21-6-1835, São Leopoldo. Faleceu menor.

Bri 13 — **Constança Inácia dos Anjos** — n. 9-8, b. 25-11-1836, São Leopoldo, onde casou, a 5-10-1861 (2º, 62), com Luís Antônio da Silva, natural de Porto Alegre, filho de Antônio Joaquim da Silva e Esméria Maria de Jesus. Residentes em Sapucaia. O casamento foi realizado na fazenda do pai da noiva, no 1º distrito de São Leopoldo, F.q.i:

Tn 13 — **Antônio** — N. 5-12-1863, b. 15-2-1864, São Leopoldo (6º, 1v).

Tn 14 — **Idalina** — n. 13-1, b. 3-2-1866, São Leopoldo (6º, 4).

Bn 14 — **Geralda Inácia dos Anjos** — n. 1841, b. 20-12-1856, São Leopoldo. Em 1882 foi madrinha (8º, 86v).

Bn 15 — **Serafim Pereira de Vargas** — coronel da Guarda Nacional — natural de Sapucaia, onde casou a 22-1-1870 com Ana Joaquina da silveira (viúva de Bernardino Gonçalves), filha de Serafim José da Silveira e Felizarda Joaquina da Conceição. Em 1900 foi candidato a intendente de São Leopoldo. Identificamos o filho:

Tn 13 — **João Pereira de Vargas Firme** — n. São Leopoldo, onde casou, a 1ª vez, em 6-11-1901 (5º, 21), com Cândida da Silva, falecida antes de 1904, filha de João Celestino da Silva e Bárbara da Silva. Casou, a 2ª vez, em 6-8-1904, em Sapucaia (S. Leopoldo, bat. 5º, 33v), com Vitalina Pires Dias, falecida a 28-6-1966, em São Leopoldo, filha de Manuel Anastácio Dias e Catarina Pereira. Residiam em Sapucaia. Filhos do 2º casamento:

Qn 32 — **Alvina Pereira de Vargas** — casada com o Gen-médico dr. Miguel Barreto Viana, filho de Manuel Teófilo Barreto Viana e Juliana de Menezes. Pais de:

Pn 39 — **Sérgio Vargas Barreto Viana.**

Pn 40 — **Alexandre Vargas Barreto Viana.**

Qn 33 — **Firmo Pereira Vargas** — casado e com desc.

Qn 34 — **João Pereira de Vargas** — casado e com desc.

- Qn 35 — **N. N. Pereira de Vargas** — casada com Ari Cabral, com desc.
- Qn 36 — **Olinto Pereira de Vargas** — casado e com desc.
- Qn 37 — **Alvaro Pereira de Vargas** — casado e com desc.
- Bn 16 — **Antônio Pereira de Vargas** — n. Sapucaia (S. Leopoldo), casou, a 6-5-1876, na Capela de São Cristóvão, no lugar de Três Portos (Sapucaia), com Henriqueta Luiza de Vargas, nat. Sapucaia, filha de Tomé Luís de Vargas e Constança dos Anjos Pereira (v. Bn 29). Houve:
- Th 14 — **Olinto Vargas** — n. 9-8, b. 2-11-1877, em São Leopoldo (Sapucaia) 7°, 71.
- Th 15 — **Maria Ambrosina Vargas** — n. 26-7, b. 18-9-1878, São Leopoldo (7°, 98). Sapucaia.
- Th 16 — **Isabel Vargas** — n. 30-12-1879, b. 17-1-1880, nos Pinheiros, em São Leopoldo (8°, 45).
- Th 17 — **Constança Vargas** — n. 6-5-1881, b. 9-1-1882, em São Leopoldo, (8°, 86v), gêmea.
- Th 18 — **Adelina Vargas** — n. 6-5-1881, b. 9-1-1882, São Leopoldo (8°, 86v), gêmea.
- Th 19 — **Maria José Vargas** — n. 29-1, b. 18-2-1883, São Leopoldo (9°, 14).
- Th 20 — **Rosalina Vargas** — n. 5-4-1884, b. 3-2-1885, São Leopoldo, em Três Portos (9°, 54).
- Th 21 — **Honorina Vargas** — n. 14-1, b. 16-10-1886, em São Leopoldo (9, 89v), em Três Portos.
- Th 22 — **Joana Crescência Vargas** — n. 14-9-1892, b. 13-2-1893, em São Leopoldo (12, 27).
- Th 23 — **Amélia Vargas** — n. 3-5, b. 1-7-1894, São Leopoldo (12°, 77).
- Bn 17 — **José Inácio de Vargas** — n. Sapucaia. Casou no lugar chamado Três Portos, em São Leopoldo, a 12-5-1877, (3°, 38v), com Silvina Serafina da Silveira, nascida em Sapucaia, filha de Serafim José da Silveira e Felizarda Joaquina da Conceição. Residentes em Sapucaia. F.q.i:
- Th 24 — **Isabel Silveira de Vargas** — n. 16-2, em Sapucaia, e b. 19-3-1878, São Leopoldo (7°, 81v).
- Th 25 — **Maria José Silveira de Vargas** — n. 25-2, b. 14-4-1879, São Leopoldo (8° 23v).
- Th 26 — **João Silveira de Vargas** — n. 24-7-1880, b. 13-1-1881, São Leopoldo (8°, 19).
- Th 27 — **Serafim Silveira de Vargas** — n. 24-4, b. 16-5-1882, São Leopoldo (8° 97v), onde casou, a 23-11-1912 (5°, 85), com Maria Inácia de Vargas, n. 4-4, b. 22-9-1883, São Leopoldo (9°, 24v), filha de José Inácio de Vargas Primo e Maria José da Rocha (v. Th 62).
- Th 28 — **Olavo Silveira de Vargas** — n. 29-7-1883, b. 16-1-1884, São Leopoldo (9° 31v).
- Th 29 — **José Silveira de Vargas** — n. 8-5-1888, b. 22-1-1889, São Leopoldo (10°, 73v)
- Bn 18 — **José João de Vargas** — n. São Leopoldo, casado com sua prima Maria Inácia de Vargas, n. 21-9, b. 26-12-1854, em São Leopoldo (3°, 110), filha de Manuel Inácio de Vargas e Clarinda Maurícia de Vargas (v. Bn 39). F.q.i:
- Th 30 — **Isabel Vargas** — n. 24-1, b. 7-3-1879, em São Leopoldo (8°, 20).

- Th 31 — Antônia Vargas** — n. 13-9, b. 2-10-1880, em Pinheiros, São Leopoldo (8º, 60).
- Th 32 — João Vargas Z** — n. 17-9-1881, b. 2-2-1882, São Leopoldo (8º, 89).
- Th 33 — Maria Josefa Vargas** — n. 24-1, b. 24-3-1893, São Leopoldo (9º, 15v).
- Th 34 — Lídio Vargas** — n. 3-8, b. 7-10-1895, São Leopoldo (13º, 19v)
- Bn 19 — Zeferino** — n. 18-8, b. 7-12-1851, em São Leopoldo. Faleceu menor.
- Bn 20 — Maria Isabel de Vargas** — n. 21-12-1852, b. 13-6-1853, em São Leopoldo, onde casou, a 23-11-1878 (3º, 56), com seu primo João Inácio de Vargas Sobrinho, filho de Manuel Inácio de Vargas e Clarinda Maurícia de Vargas (v. Bn 40). A descendência aí.
- Bn 21 — Isabel Inácia de Vargas** — n. 9-2, b. 18-3-1855, São Leopoldo, onde casou com seu primo Leopoldo Luís de Vargas, filho de Tomé Luís de Vargas e Constança dos Anjos Pereira (v. Bn 27, com af).
- Bn 22 — Zeferino Pereira de Vargas** — n. 8-2-1857, b. 28-8-1858, em São Leopoldo. Casou em Sapucaia (São Leopoldo, 3º 85v) com Silvina Rosa da Silveira, filha de José Vitorino Machado e Florentina Rosa da Silveira. Identificamos os filhos: O casamento foi em 4-11-1882.
- Th 35 — Isabel** — n. 3-2, b. 10-4-1888, São Leopoldo (10º, 46v).
- Th 36 — Maria José** — n. 20-5-1894, b. 27-1-1895, em Sapucaia (São Leopoldo, 13º, 1).
- Bn 23 — João Francisco de Vargas** — n. São Leopoldo, onde casou, a 22-11-1884 (3º, 87), com Maria Luiza da Silveira, filha de Bento Antônio da Silveira e Generosa Maria. Residiam em Sapucaia Fq.i:
- Th 37 — Emíldio** — n. 24-4, b. 18-8-1888, São Leopoldo (10º, 57v).
- Th 38 — João** — n. 5-8, b. 9-11-1889, em Sapucaia, São Leopoldo (11º, 8v).
- Th 39 — Zeferino** — n. 17-3, b. 23-7-1891, em Sapucaia, São Leopoldo (11º, 78v).
- Th 40 — Bento** — n. 15-9-1892, b. 13-2-1893, São Leopoldo (12º, 27v).
- Th 41 — Afonso** — n. 10-10-1893, b. 28-1-1894, Sapucaia, em São Leopoldo (12º, 58v).
- Th 42 — Isabel** — n. 19-9-1894, b. 3-12, Sapucaia, em São Leopoldo (12º, 06).
- N 12 — Antônio Inácio de Vargas** — b. 7-6-1810, em Santo Antº da Patrulha, casou, a 24-4-1843, em São Leopoldo (1º, 50), com Maria Cândida da Trindade, nat. da Aldeia dos Anjos, filha de Manuel José de Oliveira e Cândida Maria da Trindade. Residente em Sapucaia onde, em 1857 e 1876, foi padrinho. Com desc.
- N 13 — Tomé Luís de Vargas** — bat. 24-11-1811, em Santo Antº da Patrulha, casado com Constança dos Anjos Pereira, natural da Aldeia dos Anjos, filha de Sebastião de Resende Pereira e Laureana Maria de Jesus. Residiam em Sapucaia. Ainda vivos em 1876 e 1881, quando foram padrinhos em Sapucaia. Fq.i:
- En 24 — Maria Luiza de Vargas** — n. 17-7, b. 12-8-1832, em São Leopoldo, onde casou, a 13-2-1858, com Ernesto Manuel de Andrade, n. Aldeia, filho de Manuel Antônio de Andrade e Joana



Maria da Conceição. A descendência deste casal adotou o sobrenome Andrade, e não o de Vargas.

- Bn 25 — **Sebastião** — n. 17-1, b. 3-3-1834, São Leopoldo.
- Bn 26 — **Sebastiana Luiza de Vargas** (ou da Conceição) — nat. de São Leopoldo, onde casou, a 25-4-1854 (2º 20v), com José Maurício de Vargas, seu primo, filho de Maurício José de Vargas e Claudina Rosa de Jesus (v. N 8, com a desc. af).
- Bn 27 — **Leopoldo Luís de Vargas** — n. 1850, São Leopoldo, casou, a 21-11-1874, em Porto Alegre (Rosário), com Sizona Caetana de Miranda, com 19 anos, n. 1855. Viamão, filha de Antônio Amaro de Miranda e Dorotea Maria Caetana. Casou, 2ª vez, com Isabel Inácia de Vargas, n. 9-2, b. 18-3-1855, São Leopoldo, filha de João Inácio de Vargas e Isabel dos Anjos Pereira.
- Bn 28 — **Maurício Luís de Vargas** — n. São Leopoldo, onde casou, a 27-9-1879 (3º, 65v), com Ana Cândida de Bitencourt, filha de Francisco José Machado e Cândida Maria de Bitencourt. F.q.i:
- Th 43 — **Adalgiza Luiza de Vargas** — n. 16-7-1880, b. 12-3-1881, São Leopoldo (8º, 72v), na Capela de São Cristóvão, em Três Portos, casado a 20-1-1902, em São Leopoldo (5º, 21v), com Manuel José Machado, filho de José Luciano Machado e Francisca José Rufino.
- Th 44 — **Maria Isabela de Vargas** — n. 13-4, b. 18-12-1882, em São Leopoldo (9º, 9v).
- Th 45 — **Luiza de Vargas** — n. 8-9-1886, b. 5-6-1887, São Leopoldo (10º, 14v).
- Th 46 — **Celina de Vargas** — n. 3-3, b. 16-9-1893, São Leopoldo.
- Th 47 — **Manuel Odorico de Vargas** — n. 2-8-1895, b. 10-3-1896, São Leopoldo (13º 33).
- Th 48 — **José de Vargas** — n. 1-6, b. 22-10-1897, São Leopoldo (13º, 73).
- Bn 29 — **Henriqueta Luiza de Vargas** — n. Sapucaia, São Leopoldo, onde casou, na capela de São Cristóvão, em Três Portos, a 6-5-1876 (S.L. 3º, 29), com seu primo Antônio Pereira de Vargas, filho de Inácio Pereira de Vargas e Isabel dos Anjos Pereira, (v. Bn 16, com a desc. af).
- Bn 30 — **Manuel Luís de Vargas** — nat. de Sapucia, casou com Ana dos Santos, viúva de Antônio Rodrigues da Silva, e filha de Manuel Joaquim dos Santos e Maria Fausta de Oliveira. Residiram em Cruz Alta e Sapucaia. F.q.i:
- Th 49 — **Maria José de Vargas** — n. 29-12-1876, em Cruz Alta, e casada, a 3-12-1899, em São Leopoldo (5º, 10), com João Custódio de Vargas, filho de Custódio Fulgêncio de Vargas e Onofrida Maria de Jesus (v. Título: Antônio Pereira de Vargas, Th 20).
- Th 50 — **Arsênio Luiz de Vargas** — N. 23-11-1886, b. 21-6-1887, São Leopoldo (10º, 35). Foi padrinho em 1898.
- Bn 31 — **Joaquim** — n. 27-5, b. 20-9-1852, São Leopoldo.
- Bn 32 — **Honório Vargas** — n. 9-10, b. 2-12-1853, São Leopoldo.
- Bn 33 — **Manuel João de Vargas** — n. São Leopoldo, casado com Dorotéia Caetana Ribeiro, filha de José Inácio Ribeiro e Feliciano Caetana. F.q.i:

- Tn 51 — **Maria Caetana de Vargas** — casado em Porto Alegre, a 3-11-1888 (M. Deus-1.º 1.º), com Esteves Lounreço da Silva, filho de Manuel Lourenço da Silva e Carolina de Araujo Feijó.
- Tn 52 — **Maria Amélia de Vargas** — n. 6-8, b. 2-10-1875, na capela dos Três Portos, em Sapucaia (S.L. 7.º, 18v).
- Tn 53 — **Ângela Vargas** — n. 23-7-1872, b. 8-1-1873, em Porto Alegre (Ros. 8.º, 112v).
- Bn 34 — **José Luís de Vargas** — n. São Leopoldo, casado com Amélia Inácia da Silva, filha de Francisco Inácio da Silva e Rorotéa Maria da Costa. Em Sapucaia. F.q.i:
- Tn 54 — **Manuel** — n. 9-2, b. 1-4-1872, São Leopoldo (6.º, 118).
- Tn 55 — **Tomé** — n. 25-4, b. 29-7-1873, São Leopoldo, Três Portos (8.º, 131).
- Tn 56 — **Clementina** — n. 7-7, b. 22-9-1874, em Três Portos, São Leopoldo (6.º, 147).
- Bn 35 — **Antônio Luís de Vargas** — n. São Leopoldo, onde casou, a 26-1-1889 (4.º, 32), com Isabel Antônia da Silveira, filha de Antônio José Silveira e Maria Francisca de Jesus. Residiem em Sapucaia. F.q.i:
- Tn 57 — **Lídio** — n. 4-8, b. 29-9-1894, em Sapucaia, São Leopoldo (12.º, 87v).
- Tn 58 — **Maria Luiza** — n. 17-11-1895, b. 23-2-1896, em Sapucaia, São Leopoldo (13.º, 32).
- Tn 59 — **João** — n. 29-8, b. 20-9-1898, em Sapucaia, São Leopoldo (13.º, 95v).
- N 14 — **Francisco** — n. 15, b. 29-9-1815, em Santo Antônio da Patrulha.
- N 15 — **Manuel Inácio de Vargas** — natural de Santo Antônio da Patrulha, casou, em São Leopoldo, a 10-10-1849 (1.º, 113), com a sua prima Clarinda Maurícia de Vargas, n. 3-4, b. 15-5-1827, na Aldeia dos Anjos, filha de Maurício José de Vargas e Claudina Rosa de Jesus. Moradores no distrito de São Leopoldo, (v. N 7). F.q.i:
- Bn 36 — **José Inácio de Vargas Primo** n. 27-11-1852, b. 1-8-1853, em São Leopoldo, onde casou, a 2-10-1880 (3.º, 74), com Maria José da Rocha, n. São Leopoldo, filha de Joaquim José da Rocha e Constança Joaquina de Jesus. Com o decorrer do tempo, o Primo foi suprimido de seu nome, assinando-se, somente, José Inácio de Vargas. Identificamos 9 filhos, todos nascidos em São Leopoldo.
- Tn 60 — **Georgina Inácia de Vargas** — n. 15-10-1884, São Leopoldo, bat. 11-1-1885 (9.º, 72), onde casou a 23-9-1905 (5.º, 39v), com Olímpio Luís da Silveira, filho de Luís Antônio da Silveira e Josefina Maria.
- Tn 61 — **Idalina Inácia de Vargas** — n. 1-3, b. 2-8-1882, São Leopoldo (9.º, 1), onde casou, a 22-5-1905, com Alfredo Ramos de Almeida, filho de Manuel Ramos de Almeida e Cândida Inocência de Oliveira.
- Tn 62 — **Maria Inácia de Vargas** — n. 4-4, b. 22-9, 1883, São Leopoldo (9.º, 24v), onde casou, a 23-11-1912, (5.º, 85), com Serafim Silveira de Vargas, n. 24-4, b. 16-6-1882, São Leopoldo (8.º, 97v), filho de José Inácio de Vargas e Silvina Serafina da Silveira (v. Tn 27, com a desc. aí).
- Tn 63 — **Olímpio Inácio de Vargas** — n. 4-10-1884, b. 28-1-1888, São Leopoldo (10.º, 39v), onde

- casou, 21-11-1908 (5º, 56), com Ermínia Albertina Carlina Derhmann.
- Th 64 — **Afonso** — n. 20-4-1889, b. 15-3-1890, São Leopoldo (11º, 26v).
- Th 65 — **Leopoldina** — n. 21-10-1892, b. 30-9-1893, São Leopoldo (12º, 47).
- Th 66 — **Oscar** — n. 26-6, b. 16-10-1894, São Leopoldo (12º, 90).
- Th 67 — **Vicentina** — n. 8-2, b. 17-5-1896, São Leopoldo (13º, 39).
- Th 68 — **Amaziles** — n. 4-10-1897, b. 23-3-1898, São Leopoldo (19º, 84).
- Bn 37 — **Maria** — n. 21-9, b. 26-12-1854, São Leopoldo (3º, 110).
- Bn 38 — **Maurícia Inácia de Vargas** — n. 27-7, b. 28-11-1856, São Leopoldo, casada com Amando José Leôncio, filho de José Antônio Costa e Florinda Maria da Conceição. F.q.i:
- Th 69 — **Herculano** — n. 26-1888, b. 29-1-1889, São Leopoldo (11º, 21).
- Th 70 — **Amandina** — n. 30-7, b. 4-8-1894, São Leopoldo (12-80).
- Bn 39 — **Maria Inácia de Vargas** — n. 8-5, b. 11-11-1857, São Leopoldo, casada com seu primo José João de Vargas, filho de João Inácio de Vargas e Isabel dos Anjos Pereir, (v. Bn 18, com a desc. af).
- Bn 40 — **João Inácio de Vargas Sobrinho** — n. São Leopoldo, onde casou, a 23-11-1878 (3º, 56), com Maria Isabel de Vargas, sua prima, nasc. 21-12-1852, b. 13-6-1853, São Leopoldo, filha de João Inácio de Vargas e Isabel dos Anjos Pereira (v. Bn 20). Pais de:
- Th 71 — **Manuel** — n. 29-10, b. 24-12-1878, São Leopoldo (8º, 42v).
- Th 72 — **João Inácio Vargas** — n. 11-2, b. 30-5-1881, São Leopoldo (8º, 76v).
- Th 73 — **Manuel Zeferino Vargas** — n. 26-2, b. 20-5-1882 (8º, 96). Gêmeo.
- Th 74 — **Maria Inácia Vargas** — n. 26-2, b. 29-6-1882, São Leopoldo (8º, 99). Gêmea.
- Th 75 — **Isabel** — n. 16-10, b. 2-12-1883, São Leopoldo (9º, 28).
- Th 76 — **Clarinda** — n. 23-10-1884, b. 3-2-1885, São Leopoldo (9º, 54v), em Sapucaia, Três Portos.
- Th 77 — **Idalino** — n. 23-5, b. 23-11-1886, São Leopoldo (9º, 92v).
- Th 78 — **Jorgina** — n. 22-12-1888, b. 3-2-1889, São Leopoldo (10º, 74v).
- Th 79 — **Angelina** — n. 22-6, b. 26-8-1890, São Leopoldo (11º, 45v).
- Th 80 — **Jorgelino Vargas** — n. 8-2-1892, em Lomba Grande, São Leopoldo (12º, 14).
- Bn 41 — **Beliza Inácia de Vargas** — n. São Leopoldo, onde casou, 12-1-1888 (4º, 30), com Idalino José da Rocha, filho de Joaquim José da Rocha e Constança Rocha.
- F 3 — **Rosa Joaquina de Vargas** — natural da ilha de Santa Catarina, casada com Laureano José dos Santos, também natural da ilha de Santa Catarina, filho de Manuel Rodrigues Ferreira e Antô-



nia Maria de Freitas, e residiam em Santo Antônio da Patrulha, onde nasceram seus filhos.

F 4 — **Laureana** — n. 11-8, b. 29-11-1789, na Aldeia dos Anjos.

F 5 — **Mariana** — n. 8-9, b. 9-10-1791, em Santo Antônio da Patrulha. Gêmea.

F 6 — **Ana Joaquina** — n. 8-9, b. 9-11-1791, em Santo Ant.º da Patrulha. Gêmea.

F 7 — **Maria Constança de Vargas** — n. 26-2, b. 15-3-1794, na Aldeia dois Anjos, casou, em Porto Alegre, a 15-2-1817, com Manuel Francisco Ramos, nat. Laguna, filho de Joaquim Francisco Ramos e Maria Josefa da Conceição (esta nascida na ilha do Pico e falecida em Porto Alegre, a 13-7-1816, onde residiam), neto materno de José Garcia da Rosa e Maria Josefa da Conceição.

F 8 — **Antônio de Vargas de Andrade** — bat. 12-12-1795, em Santo Ant.º da Patrulha.

F 9 — **Constantino** — bat. 2-4-1797, Santo Anto da Patrulha.

F 10 — **Florisbela Maria de Vargas** — bat. 15-1-1799, em Santo Antônio da Patrulha, casada com José da Costa Viana, nat. da Aldeia dos Anjos, filho de Frutuoso Garcia Velho, n. Minas Gerais, e Eufrázia Angélica da Conceição, natural da Aldeia dos Anjos. Com descendência.

## ANTÔNIO PEREIRA DE VARGAS

**ANTÔNIO PEREIRA DE VARGAS** — natural da freguesia do Espírito Santo, da Feiteira, na ilha do Faial, era filho de Tomás Pereira Dias e Maria de Vargas, naturais da mesma ilha. Casado com Madalena Rosa de Jesus, filha de Manuel de Vargas de Andrade e Francisca Inácia de Jesus, todos naturais da freguesia do Espírito Santo, da Feiteira, na dita ilha do Faial. Pouco antes do ano de 1786 aqui chegaram o casal e uma filha, indo se localizar na freguesia da Aldeia dos Anjos, onde já moravam alguns Vargas, seus parentes, vindos da Feiteira. Na Aldeia dos Anjos nasceram mais 8 filhos, e o casal já havia falecido antes de 1832.

F 1 — **Ana Joaquina de Vargas** — natural da freguesia do Espírito Santo da Feiteira, ilha do Faial; casou, na freguesia da Aldeia dos Anjos, com seu parente Silvestre de Vargas, natural da freguesia de Santo Cristo, na ilha do Faial. Este casal teve 14 filhos, todos nascidos na freguesia da Aldeia dos Anjos. Residiam em Sapucaia. Ver Título: Silvestre de Vargas, com a descendência aí.

F 2 — **Antônio** — n. 25-11, b. 2-12-1787, na Aldeia dos Anjos.

F 3 — **Francisco Antônio de Vargas** — n 15, b. 23-8-1789, na Aldeia dos Anjos, casada, a 25-1Z-1808, em Porto Alegre, com Maria de Jesus, n. 26-10-1787, em Porto Alegre, filha de Manuel Nunes da Costa, n. Rio Grande, e Maria da Conceição de Azevedo, n. Rio Pardo, e + 13-3-1842, Porto Alegre, neta paterna de Francisco Nunes da Costa e Vicência Clara, nats. ilha Terceira, neta materna de Antônio Pereira de Azevedo e Maria de Azevedo, nats. ilha de São Jorge, casais estes que foram dos primeiros a chegarem ao Porto dos Casais. Filho que identificamos, todos moradores na freguesia da Aldeia dos Anjos:

N 1 — **José** — n. 5-5, b. 12-5-1811, em Porto Alegre (Cat. 4.º. 57).

N 2 — **Serafim José da Silva** (ou Vargas) — natural de Porto Alegre, casado, a 8-11-1850, na Aldeia dos Anjos, com Prudência Constança da Silva, n. Aldeia dos Anjos, filha de Manuel da Silveira Gulart e Constantina Inácia de Jesus. Moradores na Aldeia dos Anjos. F.q.i:

Bn 1 — **Luís** — n. 13-10, b. 1-12-1851, na Aldeia dos Anjos.

N 3 — **Manuel Antônio de Vargas** (ou de Jesus) — nat. Porto Alegre, casado, a 30-11-1850, na Aldeia dos Anjos, com Clarinda Antônia de Jesus, n. da Aldeia dos Anjos, filha de Manuel da Silveira Gulart e Constantina Inácia de Jesus, todos moradores na freguesia da Aldeia dos Anjos. F.q.i:

Bn 2 — **Flora** — n. 2-11, b. 16-12-1863, na Aldeia dos Anjos.

Bn 3 — Bertolina — n. 18-6, b. 17-9-1871, na Aldeia dos Anjos.

N 4 — **Januário Antônio de Vargas** — natural da Aldeia dos Anjos, onde casou, a 3-12-1859, com Teresa Maria da Conceição, n. Aldeia dos Anjos, filha de Manuel Antônio de Jesus, n. Santa Catarina, e Juliana Felícia da Encarnação, neta paterna de Antônio Cardoso de Aguiar, n. ilha Terceira, e Francisca da Encarnação, n. Pico, açorianos que vieram para Santa Catarina. Com descendência.

Januário Antônio de Vargas, teve com Maria Nunes da Conceição, o filho natural:

Bn 4 — **Osório Antônio de Vargas** — n. Aldeia dos Anjos, onde casou, a 6-6-1874, com Maria Firmina da Silva, filha de José Maria de Souza e Ana Jacinta da Silva.

N 5 — **Florisbela Faustina Maria do Nascimento** — nat. Porto Alegre.

N 6 — **Ana da Conceição** — casada com Felício de Souza Batista.

N 7 — **Francisco Antônio de Vargas**.

N 8 — **Porfíria da Conceição**.

F 4 — **Maria Joaquina de Vargas** (ou de Jesus) — n. 4, b. 13-6-1791, na Aldeia dos Anjos, onde casou com João Antônio Inácio, n. Aldeia, filho de Jacinto Furtado e Rosa Maria, naturais da ilha do Faial. A descendência deste casal, ficou na Aldeia dos Anjos, mas não adotou o sobrenome Vargas. Filhos que identificamos:

N 9 — **Bernardina** — n. 17-5, b. 9-6-1809, Aldeia dos Anjos.

N 10 — **Ana** — n. 28-2, b. 13-3-1811, Aldeia dos Anjos.

N 11 — **Inácio** — n. 7, b. 14-3-1913, Aldeia dos Anjos.

N 12 — **Isabel** — n. 9, b. 22-1-1815, Aldeia dos Anjos.

N 13 — **Joaquina** — n. 24-10, b. 5-11-1820, Aldeia dos Anjos.

N 14 — **Justina** — n. 2, b. 10-5-1819, Aldeia dos Anjos. Gêmea.

N 15 — **Maria** — n. 2, b. 10-5-1819, Aldeia dos Anjos. Gêmea.

N 16 — **Antônio Joaquim de Vargas** — n. 7, b. 22-12-1822, na Aldeia dos Anjos, casado com Íria Joaquina da Conceição, filha de Manuel Pereira Garcia e Joaquina Maria da Conceição.

Bn 5 — **Zeferina Irias de Vargas** — n. 23-8-1859, b. 10-6-1863, em Porto Alegre (MD-1º, 1v), casada com Luís Inácio da Costa, filho de Inácio José da Costa e Flora Maria de Azevedo. Residiam em Porto Alegre, com a descendência aí.

Bn 6 — **José** — n. 17-12-1883, b. 26-5-1884, Porto Alegre (MD-2º, 3v).

Bn 7 — **Maria Antônia da Conceição** — casada com Antônio Pereira de Souza, filho de Serafim Pereira de Souza e Alexandrina Maria de Jesus. Desc. em Porto Alegre.

Bn 8 — **Saturnino Antônio de Vargas** — n. (1864), casou, a 27-11-1889, em Porto Alegre (M. Deus), com Emília Martins d'Ávila, n. (1873), filha de Alvino Martins d'Ávila e Cândida Luiza da Rocha (ou Costa). Desc. em Porto Alegre.



Bn 9 — **Luiza Irias de Vargas** — casada com João Francisco dos Santos, filho de Vivente José dos Santos e Francisca Joaquina do Nascimento. Desc. em Porto Alegre.

Bn 10 — **Rosalina Irias de Vargas** — que foi madrinha em 1892.

F 5 — **João Pereira de Vargas** — n. 1, b. 21-5-1793, na freguesia da Aldeia dos Anjos. Seu inventário, ano 1871, está no 1º Cart. Civ. P.A.). Casou, na Aldeia, com Maria Joaquina da Conceição, n. 10, b. 16-12-1798, na mesma freguesia, filha de Antônio de Souza Ávila, n. Laguna, e Joaquina Maria da Conceição, n. Porto Alegre, neta paterna de Paulo Machado de Souza e Ana Maria, nats. ilha de São Jorge, neta materna de Antônio Silveira Pereira, n. São Jorge, e Maria de Jesus, n. Rio Grande. Todos analfabetos. João Pereira Vargas, era proprietário da Estância dos Pereira, em Esteio, no então 2º distrito de Gravataí, junto ao arroio Barnabé.

Identificamos 14 filhos deste casal, dos quais 10 ainda viviam em 1869.

N 16 — **Florislinda Maria de Vargas** — n. 20-%, b. 2-10-1814, na Aldeia dos Anjos, casada com Bernardo Antônio da Silva, n. Aldeia dos Anjos, filho de Antônio Manuel da Silva e Feliciano Maria de Jesus, nats. Porto Alegre, neto paterno de Manuel Silveira Pereira e Maria Santana, nats. S. Jorge, neto materno de Alexandre José Dias e Quitéria Maria de Jesus, nats. da ilha de Santa Catarina. Tiveram 9 filhos.

N 17 — **Fulgêncio Antônio de Vargas** — n. 20-5, b. 4-6-1816, na Aldeia dos Anjos. Residente em Sapucaia. Casou, a 10-8-1836, em São Leopoldo (1º, 38v), com Maria Santa d Rosa, n. Aldeia, filha de Antônio Gulart da Rosa e Ana Maria de Mesquita, nats. Aldeia dos Anjos. O nome de Fulgêncio Antônio de Vargas, também aparece como Fulgêncio Pereira de Vargas, e o de sua mulher como Maria da Santa Rosa. Fq.i:

Bn 11 — **João Fulgêncio de Vargas** — bat. 21-2-1843, na Aldeia dos Anjos. Foi padrinho em 1877.

Bn 12 — **Fulgêncio Pereira de Vargas** — n. 9-8, b. 11-11-1843, na Aldeia dos Anjos. Casado com Maria José da Conceição. Identificamos o filho:

Tn 1 — **José Maria de Vargas** — n. e b. na Capela de Santana, do Rio dos Sinos, e falecido, em Porto Alegre, em agosto de 1977, com cerca de 100 anos. Casado com Alice Antonieta Laitano, deixou um filho único:

Qn 1 — **Mario Humberto de Vargas**.

Bn 13 — **José Fulgêncio de Vargas** — n. São Leopoldo, onde casou, a 1-1-1870, com sua prima Emília Maria Francisca (Bn ), n. 25-12-1854, b. 15-4-1855, na Aldeia dos Anjos. A descendência em Sapucaia, onde residiam.

Tn 2 — **Maria** — n. 4-7, b. 12-10-1872, São Leopoldo (6º, 124).

Tn 3 — **Maria Francisca Vargas** — n. 21-8, b. 6-11-1875, na capela de Três Portos, em Sapucaia (S.L.:7º, 20v).

Tn 4 — **João** — n. 19-6, b. 30-8-1879, São Leopoldo (8º, 32).

Tn 5 — **Amélia** — n. 5-9, b. 11-12-1883, São Leopoldo (9º, 29).

Tn 6 — **Bonifácio** — n. 14-3-1886, b. 21-4-1887, São Leopoldo (10º, 9). Todos moradores na "costa do arroio da A. 'deia".

Bn 14 — **Antônio Fulgênio de Vargas** — n. São Leopoldo, casado com sua prima Maria Francis-

ca de Vargas, (Bn 29), n. 28-2, b. 28-5-1852, na Aldeia dos Anjos, filha de Antônio Pereira de Vargas e Francisca Maria de Jesus. Filhos que identificamos:

- Tn 7 — **Francisco** — n. 20-3, b. 12-5-1877, em Sapucaia, São Leopoldo (7º, 59).
- Tn 8 — **Antônio** — n. 9-3, b. 23-8-1878, em Sapucaia, São Leopoldo (7º, 94).
- Tn 9 — **Silvina** — n. 8-9-1797, em Pinheiros, São Leopoldo (8º, 45).
- Tn 10 — **Emília** — n. 8-4, b. 3-12-1881, São Leopoldo (8º, 84v).
- Tn 11 — **Amélia** — n. 26-6, b. 3-11-1883, São Leopoldo (9º, 26v).
- Tn 12 — **José** — n. 15-3, b. 29-12-1892, São Leopoldo (12º, 22v).
- Tn 13 — **Fulgêncio** — n. 19-4-1894, b. 25-1-1895, São Leopoldo (12º, 100v).
- Bn 15 — **Propício** — n. 3-3-1849, b. 8-12-1850, na Aldeia dos Anjos.
- Bn 16 — **Maria** — n. 5-10-1851, b. 6-1-1852, São Leopoldo.
- Bn 17 — **Vitorino Fulgêncio de Vargas** — n. 28-12-1854, b. 18-4-1855, São Leopoldo. Em 1877 foi padrinho em Sapucaia.
- Bn 18 — **Custódio Fulgêncio de Vargas** — n. São Leopoldo), casou, a 8-5-1875, em Três Portos, São Leopoldo (3º, 17), com Nofrida Maria de Jesus, n. Sapucaia, filha de Bernardino Pereira de Lima e Maria Joaquina de Jesus. Residia em Sapucaia.
- Tn 14 — **João Custódio de Vargas** — n. São Leopoldo, onde casou, a 3-12-1899 (5º, 10), com Maria José de Vargas, n. 19-12-1876, em Cruz Alta, e b. 5-5-1877, em São Leopoldo (Sapucaia), filha de Manuel Luís de Vargas e Ana dos Santos (v. Título: José Vargas de Andrade, Tn 49).
- Tn 15 — **José Maria de Vargas** — n. 30-9, b. 23-11-1878, na capela de NA Sª dos Pinheiros, São Leopoldo (8º, 6v).
- Tn 16 — **Constança** — n. 30-10, b. 25-11-1879, São Leopoldo (8º, 38v).
- Tn 17 — **Francisco** — n. 9-12-1880, b. 12-2-1881, São Leopoldo (8º, 71).
- Tn 18 — **Serafina** — n. 4-2, b. 23-4-1883, São Leopoldo (9º, 17v).
- Tn 19 — **Bernardino** — n. 14-1, b. 11-3-1885, São Leopoldo (9º, 56v).
- Tn 20 — **Zeferino Fulgêncio de Vargas** — n. 20-2, b. 29-5-1886, São Leopoldo (9º, 81).
- Tn 21 — **Angelina** — n. 4-4, b. 21-6-1887, São Leopoldo, (10º, 15).
- Tn 22 — **Júlio** — n. 24-11-1888, São Leopoldo, (10º, 74).
- Tn 23 — **Antônio** — n. 20-10-1891, b. 27-1-1892, São Leopoldo (11º, 96).
- Bn 19 — **Justino Fulgêncio de Vargas** — n. 20-12-1857, b. 26-1-1858, São Leopoldo. Casou, a 2-9-1884, na freguesia da Aldeia dos Anjos, com Maria Josefina Antônia de Vargas, sua

prima, n. 1868, em São Leopoldo, filha de Justino Antônio de Vargas e Delfina Maria Fernandes (Bn 23).

N 18 — **Maria Joaquina de Vargas** — n. Aldeia dos Anjos, casada com José Feliciano da Silva (ou José Manuel da Silva, como seu nome vem no inventário do Pai), n. Aldeia dos Anjos, filho de Antônio Manuel da Silva e Feliciano Maria de Jesus, naturais de Porto Alegre, neto paterno de Manuel Silveira Pereira e Maria Santa, naturais da ilha de São Jorge, neto materno de Alexandre José Dias e Quitéria Maria de Jesus, naturais da ilha de Santa Catarina. Filhos que identificamos:

Bn 20 — **Benardina** — n. 19-5, b. 6-10-1845, na Aldeia dos Anjos.

Bn 21 — **Antônio** — n. 5-10-1847, b. 10-2-1848, na Aldeia dos Anjos.

Bn 22 — **David** — n. 23-3, b. 5-4-1855, na Aldeia dos Anjos.

N 19 — **Joana Pereira de Vargas** — n. 25-5, b. 18-6-1820, na Aldeia dos Anjos, + solteira, a 18-4-1869, em Porto Alegre, com 49 anos.

N 20 — **Justino Antônio de Vargas** — n. 13, b. 24-2-1823, na Aldeia dos Anjos (inv.<sup>o</sup> 1892, 1.<sup>o</sup> Cart. Civ.). Residia no passo do Barnabé, em Gravataí. Analfabeto. Casou com Delfina Maria Fernandes, n. Porto Alegre, filha de Francisco Antônio Fernandes e Desidéria Maria da Conceição. Deixou 3 filhos vivos em 1892:

Bn 23 — **Francelino** — n. 24-10-1857, b. 5-4-1858, São Leopoldo, e que faleceu menor.

Bn 24 — **Inocente Antônio de Vargas** — n. 15, b. 14-10-1859, na Aldeia dos Anjos. Faleceu antes de 1892. Casado com Amélia Adelaide Schmeneman.

Bn 25 — **Rosalina Antônia de Vargas** — solteira em 1892.

Bn 26 — **Maria** — n. 24-4-1863, b. 21-3-1864, São Leopoldo. Faleceu menor.

Bn 27 — **Maria Josefina Antônia de Vargas** — n. 1868, casou, na Aldeia dos Anjos, a 2-9-1884, com seu primo Justino Fulgêncio de Vargas, filho de Fulgêncio Antônio de Vargas e Maria Santa da Rosa (Bn 19).

N 21 — **Antônio Pereira de Vargas** — n. 1824, na Aldeia dos Anjos, onde casou com Francisca Maria de Jesus, filha de Francisco Tavares Freire, n. ilha de Sta. Catarina, e Maria Francisca de Jesus, n. Aldeia dos Anjos.

Bn 28 — **Francisco Pereira Tavares** — n. 23-2, b. 11-5-1851, na Aldeia, casado, com sua prima, Guilhermina Joaquina de Vargas, n. 14-1, b. 17-2-1855, São Leopoldo (3.<sup>o</sup>, 121), filha de Joaquim Silvestre de Vargas e Constança Joaquina Santana (v. Título: Silvestre de Vargas, N 17). Residiam em Sapucaia. Fq.i:

Th 24 — **Francolina** — n. 13-11-1877, em Sapucaia, b. 10-12-1878, São Leopoldo (7.<sup>o</sup>, 78).

Th 25 — **Guilhermino** — n. 19-1, Sapucaia, b. 16-3-1879, na capela dos Pinheiros, em São Leopoldo (8.<sup>o</sup>, 17v).

Th 26 — **Luiza** — n. 13-12-1879, b. 19-2-1880, São Leopoldo, (8.<sup>o</sup>, 47).

Th 27 — **Francisco** — n. 9-2-1885, São Leopoldo, b. 6-3-1886 (9.<sup>o</sup>, 77).



- Tn 28 — **Antônio** — n. 21-11-18890, b. 21-1-1891, São Leopoldo (11º, 60).
- Tn 29 — **Emília** — n. 24-7, b. 24-12-1891, Sapucaia, São Leopoldo (11º, 94).
- Tn 30 — **Olávia** — n. 16-12-1894, b. 20-2-1895, São Leopoldo (13º, 2v).
- Bn 29 — **Maria Francisca de Vargas** — n. 28-2, b. 28-5-1852, na Aldeia dois Anjos, casada com seu primo Antônio Fulgêncio de Vargas (Bn 14), filho de Fulgêncio de Vargas e Maria Santa da Rosa, com a descendência aí.
- Bn 30 — **Antônio Pereira Tavares** — n. 14-8-1853, b. 12+-1-1854, na Aldeia dos Anjos, casado com Rosa Francisca de Oliveira, filha de Francisco José de Oliveira e Inácia Maria de Jesus. A descendência ficou em Sapucaia.
- Bn 31 — **Emília Maria Francisca de Vargas** — n. 25-12-1854, b. 15-4-1855, na Aldeia dos Anjos, casou, a 1-1-1870, em São Leopoldo, com seu primo José Fulgêncio de Vargas (Bn 13), filho de Fulgêncio Antônio de Vargas e Maria Santa da Rosa. Com a descendência aí.
- N 22 — **Joaquina Pereira de Vargas** — n. 8, b. 30-3-1826, na Aldeia dos Anjos. Em 1869 ainda vivia.
- N 23 — **José** — n. 20, b. 28-4-1828, na Aldeia dos Anjos. Faleceu menor.
- N 24 — **Bernardina Pereira de Vargas** — n. 1, b. 7-4-1830, na Aldeia dos Anjos. Em 1869 ainda vivia.
- N 25 — **David Pereira de Vargas** — n. Aldeia dois Anjos. Ainda vivo em 1890.
- N 26 — **João** — n. 16-6, b. 9-11-1834 Aldeia dos Anjos. Faleceu menor.
- N 27 — **Propício Pereira de Vargas** — n. da Aldeia dos Anjos. Ainda vivo em 1874, quando fez seu testamento (C. Prov. e Auz.).
- N 28 — **José** — n. 6-11-1839, b. 7-2-1842, Porto Alegre (Cat. 12º, 111v). Faleceu menor.
- N 29 — **Antônia** — n. 15-1-1843, b. 19-7-1844, na Aldeia dos Anjos. Faleceu menor.
- F 6 — **Antônia** — n. 20, b. 25-3-1795, na Aldeia dos Anjos.
- F 7 — **Joaquina Maria de Vargas** (ou Joaquina Rosa, ou Joaquina Maria de Jesus) — n. 5, b. 13-7-1796, na Aldeia dos Anjos. Casou com seu cunhado Silvestre de Vargas, já viúvo de sua irmã Ana Joaquina (F 1). Faleceu a 7-3-1848, em São Leopoldo, com 52 anos (1º, 50). V. Título: Silvestre de Vargas, com a descendência aí.
- F 8 — **Inácia** — n. 12, b. 20-10-1898, na Aldeia dos Anjos.
- F 9 — **Januário Antônio de Vargas** — n. 2, b. 11-5-1800, na Aldeia dos Anjos. Major da Guarda Nacional, seu nome, também, aparece como Januário Pereira de Vargas. Casado com Inocência Cândida de Oliveira, natural de Porto Alegre, filha de Francisco José Dias e Maria Joaquina de Oliveira, naturais de Porto Alegre, neta paterna de Alexandre José Dias e Quitéria Maria de Jesus, naturais da ilha de Santa Catarina, neta materna de mateus Inácio de Oliveira, n. ilha de São Jorge, e margarida Josefa de Araujo, n. Rio Grande. Há um porto no rio Caí chamado: porto do Januário Vargas, no município do Caí. Filhos que identificamos:
- N 30 — **Francisca Cândida de Vargas** (ou de Oliveira) — b. 7-8-1833, São Leopoldo, casada com João Pereira Chaves, filho de João Pereira Chaves e Francisca Antônia de Chagas, com a descen-

dência em São Leopoldo e Sapucaia.

N 31 — **José Francisco de Vargas Dias** — n. 18-1-1835, b. 4-3, em São Leopoldo, onde casou, a 16-10-1858, com Maria José da Silveira, n. Sapucaia, filha de José Silveira Peixoto e Ana Margarida da Silveira. Residiam no Morro dos Bois, em São Leopoldo.

Bn 32 — **Guilhermina Cândida de Vargas Dias** — casada com Elisário Antônio Dias, filho de Francisco Antônio Dias e Teresa Maria da Conceição. A descendência em São Leopoldo.

Bn 33 — **Cassiano de Vargas Dias** — casado, a 10-3-1894, em São Leopoldo (4º, 87v), com Guilhermina Cândida da Silveira, filha de Luís Antônio da Silveira e Josefina Maria.

Bn 34 — **Maria Inocência** — n. 9-4, b. 10-4-1864, São Leopoldo (6º, 5).

Bn 35 — **Januário** — n. 27-3, b. 3-6-1865, São Leopoldo (6º, 28v).

Bn 36 — **José Inocência de Vargas Dias** — n. 10-6, b. 4-7-1866, em São Leopoldo (6º, 51), casado com Emília Carolina Boeckel, filha de Ludovico Boeckel e Ana maria. A descendência em São Leopoldo.

Bn 37 — **Eulina** — n 27-4-1868, b. 21-3-1869, São Leopoldo (6º, 92).

Bn 38 — **Francelino José de Vargas Dias** — casado com Francelina da Rocha. Com descendência.

Bn 39 — **Afonso Silveira de Vargas Dias** — casado com Vicentina Silveira. Com descendência.

N 32 — **Cândida Inocência de Oliveira** (ou Vargas) — n. 18-12-1837, b. 11-2-1838, São Leopoldo, casada com Manuel Raimundo da Silva, filho de Manuel Raimundo da Silva Flores e Inocência Maria de Souza. Moradores em São José do Hortêncio, no atual município de Cai.

N 33 — **João Francisco de Vargas Dias**.





## SILVESTRE DE VARGAS

**SILVESTRE DE VARGAS**, natural da freguesia de Santo Cristo, na ilha do Faial, filho de Antônio Pereira de Vargas e Ana Maria de São José, natural da mesma ilha do Faial. Casou duas vezes, a 1ª com Ana Joaquina de Jesus, natural da freguesia do Espírito Santo da Feiteira, ilha do Faial, filha de Antônio Pereira de Vargas e Madalena Rosa (v. Título: Antônio Pereira de Vargas, Fl). Casou, a 2ª vez, com sua cunhada Joaquina Rosa de Jesus (ou Joaquina Maria de Vargas), n. 5, b. 13-7-1796, na Aldeia dos Anjos, e que faleceu a 7-3-1848, em São Leopoldo (1º, 50), v. título: Antônio Pereira de Vargas, F 7.

Silvestre de Vargas veio solteiro, na década de 1790, e aqui casou de do ano de 1800. Residia, inicialmente, na freguesia da Aldeia dos Anjos, onde batizou seus primeiros filhos, mas fixou-se definitivamente, em Sapucaia. Identificamos 19 filhos destes dois casamentos.

Filhos do Primeiro casamento, com Ana Joaquina de Jesus:

- F 1 — **José Antônio Silvestre de Vargas** — n. 22, b. 30-5-1802, na Aldeia dos Anjos, onde casou com Joaquina da Silva, n. Aldeia dos Anjos, filha de Martinho da Silva e Ana Joaquina, todos moradores na dita freguesia. Fq.i.
- N 1 — **Silvéria** — n. 1-5, b. 6-7-1828, Aldeia dos Anjos.
- N 2 — **José** — n. 12-2, b. 23-4-1832, Aldeia dos Anjos.
- F 2 — **Antônio Silvestre de Vargas** — n. n. 2, b. 9-10-1803, na Aldeia dos Anjos, onde casou com Ana Joaquina de Jesus, n. Aldeia dos Anjos, filha de Antônio Teixeira de Abreu e Bibiana Maria de Oliveira. Residia em Sapucaia.
- N 3 — **Dorotéia Silvestre de Vargas** (ou Dorotéia Joaquina de Jesus) — b. 2-10-1831, em São Leopoldo (1º, 54). Teve vários filhos naturais, batizados em São Leopoldo.
- N 4 — **João** — n. 8-2, b. 8-4-1833, São Leopoldo (1º, 84).
- N 5 — **Antônio** — n. 30-10, b. 28-12-1834, São Leopoldo (1º, 128).
- N 6 — **Manuel** — n. 19-2, b. 10-9-1842, São Leopoldo (2º, 39).
- N 7 — **Maria** — n. 25-1, b. 18-3-1844, São Leopoldo (2º, 87).
- N 9 — **José** — n. 3-2, b. 22-4-1847, São Leopoldo (2º, 177).
- N 10 — **Ana Joaquina da Silva**.

- F 3 — **Cristina Maria de Vargas** (ou do Nascimento) — n. 26-1, b. 3-2-1805, na freg.<sup>a</sup> da Aldeia dos Anjos, casou em Porto Alegre, a 18-5-1825, com Antônio Fernandes da Cunha (viúvo de Inácia Maria de Jesus), n. Aldeia dos Anjos, + 19-9-1833, Filho de Manuel Fernandes da Cunha, com a desc. ai).
- F 4 — **Manuel** — n. 27-8-1808, Aldeia dos Anjos. Faleceu menor.
- F 5 — **Manuel Silvestre de Vargas** — n. 13, b. 18-10-1807, na Aldeia dos Anjos. Casado com Isabel Maria, filha de Antônio José Alves e Josefa Maria. F.q.i.:
- N 11 — **Serafim Silvestre de Vargas** — b. 20-8-1830, na freguesia de Triunfo.
- F 6 — **Ana** — n. 30-7, b. 10-8-1809, na Aldeia dos Anjos. Faleceu menor.
- F 7 — **Ana** — n. 23-6, b. 4-7-1813, na Aldeia dos Anjos.
- F 8 — **João** — n. 21-1, b. b. 4-2-1816, Aldeia dos Anjos.
- F 9 — **Cândida** — n. 19, b. 23-3-1817, Aldeia dos Anjos.
- F 10 — **Januário** — n. 7, b. 23-6-1819, Aldeia dos Anjos.
- F 11 — **Florentino** — n. 13, b. 29-8-1819, Aldeia dos Anjos.
- F 12 — **Constantina** — n. 24-11, b. 3-12-1820, Aldeia dos Anjos.
- F 13 — **Luís Silvestre de Vargas** — n. 2, b. 27-4-1823, na Aldeia dos Anjos, casou, 14-10-1845, em São Leopoldo, com Felicidade Cândida Ferreira, filha de Jão Pereira Chaves e Francisca Antônia das Chagas. Residiam em Sapucaia. Filhos que identificamos:
- N 12 — **José Luís de Vargas** — n. 23-2, b. 2-4-1853, em São Leopoldo, onde casou, a 31-8-1878 (3º, 51), com Maria Joaquina Ribeiro Brum, nat. de Santo Antônio da Patrulha, filha de Potenciano (ou Prudenciano) Pereira Brum e Marcolina Ribeiro da Silva. F.q.i.:
- Bn 1 — **Maria José** — n. 14-2, b. 27-2-1880, São Leopoldo (8º, 48).
- Bn 2 — **Georgina** — n.28-5, b. 11-7-1881, São Leopoldo (8º, 78v).
- Bn 3 — **Edmundo** — n.30-9, b. 28-10-1882, São Leopoldo (9º, 6).
- Bn 4 — **José** — n. 4-10, b. 25-11-1883, São Leopoldo (9º, 28).
- Bn 5 — **Osvaldo** — n. 22-10, b. 3-12-1884, São Leopoldo (9º, 51).
- Bn 6 — **Maria Carolina** — n. 11-12-1885, b. 17-1-1886, São Leopoldo, (9º, 72v).
- Bn 5 — **Antônio Francisco** — n. 13-3, b. 15-5-1887, São Leopoldo, (1º, 11v)
- Bn 8 — **João** — n. 26-10, b. 21-11-1888, São Leopoldo (10º, 66v).
- Bn 9 — **Virgílio** — n. 30-12-1889, b. 28-1-1890, São Leopoldo (11º, 21).
- Bn 10 — **Afonso Marcos** — n. 15-7-1894, b. 14-4-1895, São Leopoldo (13º, 7).
- N 13 — **Maria Luiza de Vargas** — nat. de São Leopoldo, onde casou a 6-2-1869 (2º, 156), com Antô-

nio Maria de Souza, filho de Américo Jorde de Souza e Maria Francisca da Conceição. Com descendência.

N 14 — **Eva Cândida de Vargas** — n. 13-10, b. 10-11-1856, São Leopoldo, onde casou, a 3-8-1878 (3º, 50), com José Antônio Martins, nat. Portugal, filho de Sebastião Martins e Josefa de Jesus. Residiam em Sapucaia. Com descendência.

N 15 — **Guilhermina Maria de Vargas** — n. São Leopoldo, onde casou, a 8-5-1880, (3º, 71), com Modesto Antonio da Cunha, filho de Luiz Antônio da Cunha e Francisca Maria da Silva.

N 16 — **Lúcio Silvestre de Vargas** — natural de São Leopoldo, onde casou, a 21-4-1882 (4º, 21), com Elísia Francisca Dias, filha de Bento Correia da Câmara e Feliciano Francisca Dias. Identificamos o filho:

Bn 11 — **Adão José de Vargas** — qu casou, a 14-4-1914, em São Leopoldo, com 24 anos, com Amélia Silveira Camargo, com 21 anos, filha de Manuel Bueno de Camargo e Francisca Silveira. Morador em Porto Alegre.

F 14 — **Joaquim** — n. 21, b. 31-12-1826, na Aldeia dos Anjos.

Filhos do 2º casamento, com Joaquina Maria de Jesus:

F 15 — **Joaquim Silvestre de Vargas** — n. 11, b. 29-4-1832, na Aldeia dos Anjos, casou, a 25-2-1854, em São Leopoldo (11, 143v), com Constança Joaquina de Santana (ou Constança Miguelina de Santana, ou Constança Joaquina da Silveira, como seu nome às vezes aparece), nascida a 27-8k, bat. 19-10-1825, em São Leopoldo (1º, 147v), filha de Joaquim José de Santana e Miguelina Rosa de São José. Residia em Sapucaia, assim como seus filhos, Fq.i.

N 17 — **Guilhermina Joaquina de Vargas** — n. 14, b. 17-2-1855, em São Leopoldo (3º, 121), casada com Francisco Pereira Tavares, n. 23-2, b. 11-5-1851, na Aldeia dos Anjos, filho de Antônio Pereira de Vargas e Francisca Maria de Jesus. Residiam em Sapucaia. A descendência deste casal vem no título: Antônio Pereira de Vargas, Bn 28.

N 18 — **Emília** — n. 10-8, b. 9-12-1856, São Leopoldo (3º, 121).

N 19 — **Joaquina Constança** — n. 31-12-1859, b. 29-1-1860, São Leopoldo, (5º, 14), onde casou, a 13-1-1887 (4º, 9v), com Mari José Soares, n. São Leopoldo, filha de Israel José Soares e Emília Felisbina. Fq.i.

N 20 — **João Silvestre de Vargas** — n. 11-7-1859, S. Leop. (5º, 14), cas. 15-1-1887 (4º, 9v com Maria José Soares.

Bn 12 — **Israel** — n.7-12-1889, São Leopoldo (11º, 1v).

Bn 13 — **José** — n. 22-2- 1891, b. 9-7-1892.

Bn 14 — **Inocente** — n. 3-2-1893, São Leopoldo (12º, 88).

N 22 — **José Inácio** — n. 16-4, b. 20-10-1961, em São Leopoldo (5º, 48v).

N 23 — **Maria Cândida Vargas** — n. 22-12-1864, b. 16-9-1865, São Leopoldo (6º, 34v), casada com Sturnino Antônio Martins, filho de Antônio Martins Jaques e Francisca Rosa de Jesus. Em 1894 ela foi madrinha em Sapucaia, onde moravam.

N 24 — **Antônio** — n. 24-7, b. 22-10-1866, São Leopoldo (6º, 60v).



- N 25 — **Maurília Silvestre de Vargas** — n. 6-3, B. 5-9-1868, São Leopoldo (6º, 83v), casada com Guilherme Silveira Peixoto, filho de Felizardo Silveira Peixoto e Ana Bernardina Silveira. Moravam em Sapucaia, onde nasceram todos os seus filhos.
- N 26 — **Francelina Silvestre** — n. 9-6, b. 9-9-1869, São Leopoldo (Sapucaia), onde casou, a 5-3-1889 (4º, 36v), com Nécio Máximo da Silva, filho de Máximo José da Silva e Florisbela Maria da Conceição. Com descendência em São Leopoldo.
- N 27 — **Constança Silvestre de Vargas** — n. São Leopoldo, onde casou, a 7-7-1883 (na Feitoria Velha - 3º, 89v), com Francisco David Becekr, filha de David Becker e Inocência Santana. Não encontramos, em São Leopoldo, descendência deste casal.
- N 28 — **Maria Francisca de Vargas** — n. 15-2-1873, em 3 Portos, São Leopoldo (6º, 160v).
- N 29 — **Inocência Silvestre de Vargas** — n. 4-9, b. 11—11-1871, São Leopoldo (6º, 114), casado com Maria Bibiana de Jesus, filha de José Ricardo Ardes e Maria de Jesus. Filhos q. id.:
- Bn 15 — **Francisco** — n. 16-6, b. 10-11-1894, São Leopoldo-Sapucaia (12º, 93).
- Bn 16 — **Vicentina** — n. 16-9-1894, b. 31-1-1895, São Leopoldo (13º, 11).
- N 30 — **José** — n. 27-10-1875, b. 1-1-1876, São Leopoldo.
- N 31 — **Maximília** — n. 30-9-1879, b. 3-1-1880, São Leopoldo (8º, 44).
- F 16 — **Maria** — n. 27, b. 31-12, 1833, na Aldeia dos Anjos.
- F 17 — **Ana** — n. 1-3, b. 15-3-1834, na Aldeia dos Anjos.
- F 18 — **Justino Silvestre de Vargas** — natural de São Leopoldo, onde casou a 11-9-1858 (2º, 33), com Maria Joaquina de Santana, n. São Leopoldo, filha de Joaquim José de Santana e Miguelina Rosa de São José. Residiam na Feitoria Velha, em São Leopoldo. F.q.i.:
- N 32 — **João Justino de Vargas** — casado com Ofélia Justina, filha de Félix Pedro de Carvalho e Inocência Antônio Rodrigues. F.q.i.:
- Bn 17 — **Emília** — n. 22-10-1887, b. 6-1-1888, Porto Alegre (Ros. 21º, 28).
- N 33 — **Maria Francisca** — n. 16-9, b. 19-12-1864, São Leopoldo (6º, 20).
- F 19 — **Tomaz Silveira de Vargas** (deve ser filho de Silvestre Vargas, mas sem certeza) — natural de Sapucaia, em São Leopoldo, casou, em Rio Pardo, a 8-5-1855, com Inácia Maria da Silva, n. Rio Pardo. F.q.i.:
- N 34 — **Vasco Silvestre de Vargas** — n. Rio Pardo, casou, a 23—1-1875, em oratório particular, na Costa da Serra, na freguesia de Rio Pardo, com Maria Francisca, filha de João Francisco Carlos, natural da Alemanjá, e Leonor Francisca da Conceição.

## MATIAS JOSÉ DE VARGAS

**MATIAS JOSÉ DE VARGAS**, natural de Laguna, filho de Francisco José de Vargas, natural da freguesia de São José, na ilha de Santa Catarina, e Caetana Gomes de Carvalho, natural de Laguna. Seus avós paternos vieram da ilha do Faial para Santa Catarina, nas primeiras levas de açorianos. Passou para Rio Pardo, indo se localizar em Encruzilhada. Casou, a 28-9-1799, Rio Pardo (2º A, 186), com Constantina do Espírito Santo, b. 28-8-1884, Rio Pardo (4º, 61). + 26-4-1812, em Encruzilhada, filha de José Francisco Ferreira e Eugênia Maria de Jesus. Em 1812 tinha 5 filhos

No livro 4º de Registros de Sesmarias, a fls. 73: Em 1816, recebeu 3 léguas de campo, em Uru-guaiana, concedidas pelo Marquês de Alegrete, na atual estação de Carumbá, entre os rios Touro Passo e Pindaí, confrontando, ao Norte com o rio Touro Passo, ao Sul com o rio Pindaí, a Leste com a colúbia de Santana de Japejú, e a Oete com as barras dos referidos rios, que se juntam. Mas, já estava de posse desta estância alguns anos antes. Residia em Encruzilhada

F 1 — **Brígida** — que faleceu a 2-3-1804, em Encruzilhada, com 4 anos.

F 2 — **Cândida do Espírito Santo** — n. Encruzilhada, onde casou, a 14-1-1822, com Antônio Paulo, n. freguesia de Frexada do Torrão, em Portugal, filho de Jerônimo Paulo e Maria Antônia de Jesus.

F 3 — **Manuel José de Vargas** — b. 29-5-1806, em Rio Pardo, e falecido, com 12 anos, a 28-5-1818, em Encruzilhada.

F 4 — **Francisca** — b. 4-12-1807, em Encruzilhada.

### **MIGUEL DE VARGAS LEAL**

**MIGUEL DE VARGAS LEAL** — nascido em 1742, na freguesia do Espírito Santo da Feiteira, na Ilha do Faial, e faleceu a 12-6-1796, em Porto Alegre, com 54 anos. Em 1757, com 16 anos, emigrou para o Brasil, passando pelo Rio de Janeiro e Laguna, e depois para a freguesia de Nsa. Sra. dos Anjos da Aldeia. Era filho de José de Vargas Leal e Catarina Correia, naturais da ilha do Faial. Casou, a 28-7-1881, na Aldeia dos Anjos, com Felipa Rosa de Jesus, n. 1-5-1759, na vila do Rio Grande, filha de Francisco Martins e Francisca da Conceição, naturais da ilha Terceira. Miguel de Vargas Leal vivia da lavoura e tinha suas terras junto ao morro do Itacolomi, na freguesia da Aldeia dos Anjos, ao lado das pertencentes a Sebastião Manuel dos Santos. Este casal não deixou descendência.



## **ANTÔNIO DE VARGAS**

**ANTÔNIO DE VARGAS** — natural do Faial, e já falecido em 1781, quando sua viúva fez a declaração dos filhos vivos, num requerimento (v. Anais do 3º Congresso de História e Geog. R.G.S. - pg. 56), de 8 de junho de 1781. Casado com Maria Jacinta, n. 1737, na freguesia de Santo Cristo. Antônio de Vargas veio para o Rio Grande entre 1775 e 1781, época em que faleceu. Não encontramos qualquer referência a esta família, a partir daí, em P. Alegre, Viamão, Aldeia dos Anjos, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo, Rio Pardo, Taquari e Encruzilhada, cujos livros eclesiásticos consultamos.

F 1 — **Antônio de Vargas** — n. 1761.

F 2 — **Vitória Inácia** — n. 1763

F 3 — **Ana** — n. 1769.

F 4 — **Maria** — n. 1771.

F 5 — **José de Vargas** — 1775.

## **JOSÉ PEREIRA DE VARGAS**

**JOSÉ PEREIRA DE VARGAS** — nascido em 1731, na freguesia de Santa Catarina, do Castelo Branco, na ilha do Faial, onde casou com Ana Maria, nascida em 1732, na mesma freguesia. Vieram para o Rio Grande do Sul, mas ainda não temos dados exatos sobre a sua localização (v. Anais do 3º Cong. Riogr. Hist. e Geog. pg. - requerimento feito em 14-10-1782).

F 1 — **Maria** — n. 1762

F 2 — **Rosaura** — n. 1766

F 3 — **Antônio** — n. 1768

## **SEGUNDA PARTE**



### **OBITUÁRIO**

No biênic 1984/1986, o Instituto passou pelo dissabor de perder quatro de seus sócios efetivos, a saber: Amyr Borges Fortes em 11/08/1984, Arnaldo Bruxel em 23/03/1985, Eurico Rodrigues a 15/07/1985, e, finalmente, a 12/12/1985, o seu último sócio fundador que ainda sobrevivia e presidente perpétuo, Adroaldo Mesquita da Costa.

Em homenagem póstuma ao Ministro Adroaldo Mesquita da Costa, a entidade celebrou a 07/05/1986 uma sessão solene em que fez uso da palavra o consórcio Carlos de Souza Moraes, orador oficial, evocando a memória do confrade extinto. Essa alocução é transcrita a seguir.

## **DISCURSO DE HOMENAGEM PÓSTUMA AO DR. ADROALDO MESQUITA DA COSTA**

Carlos de Souza Moraes

O instante que vivemos é de profundo pesar e de evocações.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul perdeu seu presidente perpétuo, aquele que ajudou o seu surgimento em 1920 e o acompanhou em sua longa, laboriosa e edificante trajetória por espaço superior a 65 anos.

Fora ele predestinado a ocupar os mais elevados cargos da administração pública. Não muitos rio-grandenses tiveram a ventura e a honraria de ostentar folha de serviços tão nobres quanto importantes à nação. Em todos eles deixou a lembrança de sua inteligência e de sua ilustração, esta haurida em respeitáveis e conceituados estabelecimentos de ensino, como o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, de São Leopoldo, que deixou marco luminoso no incipiente sistema educacional do Estado, e a Faculdade Livre de Direito, de Porto Alegre, que nos forneceu contingente de bacharéis de alto quilate que engrandeceram a vida pública e política desta extremadura e assegurariam ao Rio Grande, depois de quase um século da implantação, no país, dos cursos jurídicos, um estágio de ensino superior, que viria contribuir poderosamente para a formação de uma elite dirigente capaz e proporcionar gama notável de benefícios para o futuro de nossa unidade federativa e que não cabe aqui enumerar.

Ele teve vida intensa na advocacia, que o andar do tempo lhe foi impondo desvios para atender a tantas outras solicitações de seu espírito bem formado, como a atração pela política, ante o proselitismo operante e quando provinha de velhos troncos políticos.

Recordamos, gratamente, a sua figura na plenitude de sua capacidade realizadora, como advogado, professor universitário e político, e voltado sempre para os estudantes, os jovens recém formados em Direito, que procuravam dele se aproximar e beber-lhe orientação profissional. E assim prestes a integrar a Constituinte rio-grandense em 1935, e, no entanto, realizava, à noite, em período de férias, curso de prática forense. E o fazia gratuitamente, sem perder jamais a cordialidade, na qual sentia a satisfação de poder servir a mocidade estudiosa da época. E o fazia, também e por certo sacrificando horas de lazer, roubadas muitas vezes às suas locubrações e leituras indispensáveis.

Nós vivemos essa fase esplendorosa de Adroaldo Mesquita da Costa, que estendia a advocacia ao interior do Estado, onde era constantemente solicitado, mormente na esfera comercial em que era especializado. Não havia falências importantes de repercussão na vida econômica das comunidades municipais de que não participasse.

Entretanto nunca deixou de ser cidadão simples, acolhedor, e caudado sem vaidade.

A sua residência onde mantinha o escritório, — que lamentavelmente desapareceu —, bela, imponente, fidalga de estilo, situada ao lado da histórica mansão do Visconde de São Leopoldo, à rua Duque de Caxias e defronte ao prédio onde funcionou por muitos anos a Secretaria da Agricultura — era uma casa aberta para os jovens advogados, que ali iam buscar o concurso da experiência e consultar a sua biblioteca, de largos recursos.

Quantas recordações assaltam o nosso espírito, ao lembrarmos-nos de nossa atividade profissional na capital, vindo do interior, em tentativa ousada, numa fase em que o exercício só era possível aos abastados de recursos materiais, aos que desfrutavam da segurança de lar aqui implantado, à margem de despesas de pensão e hotel! Quantos bacharéis conhecemos que não eram filhos de fazendeiros, classe da qual provinha a maioria dos estudantes daquela recuada e saudosa época, e que após formados, permaneceriam ali, porque não possuíam meios para ocuparem um apartamento, um hotel que lhes garantisse o conforto, tão comum nos dias de hoje, na evidência que deve nos alegrar e de que a gente do Rio Grande venceu em parte a pobreza da mocidade estudiosa.

Recordamos-nos, ainda, entre aqueles que lutaram para vencer, de Alberto Pasqualini, bacharel laureado e advogado que já se vinha impondo rapidamente e que se constituía ídolo dos estudantes, — sim, recordamos-nos dele vivendo em pensão na rua Jerônimo Coelho, mas vencendo o desafio do estudante que não dispunha de fartos recursos e acabou conquistando a admiração e respeito, pelo seu talento.

Pasqualini é um exemplo igual ao de Adroaldo Mesquita da Costa. Nunca a ascensão, a conquista do patamar da vitória, do prestígio, subiu à cabeça para esquecer ou desprezar os velhos amigos e colegas. Foram ambos exemplares em conduta, em capacidade intelectual e serviços prestados à pátria, dignos portanto de nosso permanente reconhecimento e evocação.

O nosso homenageado sempre foi um enamorado da profissão, que exerceu, com entusiasmo, desde antes de deixar, como aluno laureado, a Faculdade de Direito, — até 1984, ao ultrapassar 90 anos de idade, ainda com lucidez, como se evidenciava nas sessões solenes de nosso Instituto, quando se fazia ouvir na presidência dos trabalhos e era capaz de rememorar fatos, lembrar pessoas, figuras de nosso passado histórico e até datas com segurança, o que despertava atenção.

Já em idade avançada, cumpria, com compenetração, o seu magistério profissional, viajando regularmente ao Rio e Brasília, onde, perante o Pretório Excelso e o Tribunal Federal de Recursos, realizava defesas orais. Não tinha indolência e nem canseiras para executar obrigações advocatícias.

Seria longo enumerar particularidades de sua atividade, referindo casos rumorosos, de grande repercussão na vida forense. Bem mereciam elas uma memória e de mais valia seria ainda a compilação de muitos de seus trabalhos jurídicos, bem fundamentados e versando questões controvertidas.

Fôra Comendador da Ordem dos Advogados, Secção deste Estado, como Advogado Jubilado, por meio século de profissão. O Instituto dos Advogados, que ajudara também a fundar, lhe prestou carinhosa homenagem, conferindo-lhe o título de Advogado Emérito e inaugurando, no salão nobre, o seu retrato. Era membro honorário da Academia de Letras Jurídicas e possuidor de Palmas Acadêmicas, da França, da Grã-Cruz da Ordem do Cedro, do Líbano, além de Comendador do Mérito Aero-náutico e Grande Oficial do Mérito Militar.

Neste extremo sul, integrou em 1931, o Conselho Consultivo do Estado e o Conselho Administrativo, em 1944, e foi Procurador da República de 1927 a 1928.

Constituinte rio-grandense em 1935, participou da legislatura ordinária até 1937.

Eleito deputado federal em 1946, foi um dos elaboradores da Carta Constitucional desse ano e permaneceu na Câmara, em dois períodos legislativos até 1955, quando não aceitou a reeleição.



Nesse transcurso foi Ministro da Justiça em 1947, no governo do Gen. Eurico Gaspar Dutra.

Integrou a representação brasileira à Conferência Interparlamentar de Berna, e à XV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas em Nova York, em 1960.

Nos governos dos generais Castelo Branco e Costa e Silva, ocupou as elevadas funções de Consul-Geral da República, a partir de 1964.

Anteriormente, exerceu, no Estado, de 1958 a 1959, a Secretaria da Educação.

Como vedes, é extensa a folha de serviços prestados ao país por Adroaldo Mesquita da Costa. E jamais deu margem à maledicência no cumprimento de tantos cargos públicos. E se mais não foi na vida pública — sempre convidado ou indicado — é por que sua vida profissional impediu.

Nunca se insinuou para pleitear **munus** público.

Mas convenhamos que essa carreira brilhante, pela significação de cargos ocupados como pelo seu desempenho, teria advindo em grande parte, não só de sua inteligência e ilustração mas da disciplina de estudo, de trabalho e de orientação e incentivo de seus professores ante à sua vocação e dedicação ao estudo, que lhe proporcionaram desde cedo visão preciosa e ampla da evolução social e política de nossa sociedade. Esta conquista deve ele ao tempo em que frequentou o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, em cujo arquivo, pela mão de nosso prestimoso e sempre solícito Confrade Pe. Arthur Rabuske, fomos buscar alguns subsídios de sua vida escolar.

Temos de admitir que o curso secundário de seis anos, que ele venceu em cinco, foi brilhante: no primeiro ano, conquista o segundo lugar, com condecoração, mas adjudica a primeira colocação em religião, matemática e inglês e a segunda nas demais disciplinas de geografia, português, francês, latim, corografia e desenho. No ano subsequente, volta a manter a mesma classificação, dominando sempre os seus colegas na maioria das matérias. Nos dois últimos anos, 5º e 6º, é detentor do primeiro lugar da turma, conquistando a primeira posição em religião, grego, história universal, física e química, mecânica e astrologia. Obtém o segundo lugar em latim, inglês, alemão e literatura.

Fora realmente estudante de realce permanente e participante das representações teatrais, encarnando muitos personagens. Chegará a ser prefeito da Congregação Mariana e deixou nas velhas arcaas do renomado ginásio uma aura de estudante exemplar e de raros dotes de inteligência.

Talvez seja prosaísmo recordar esses aspectos. Todavia o receio de que se pudessem perder com o extravio dos boletins e revistas, entendemos fixá-los.

— Religioso por temperamento e formação, transformou-se, com o andar dos anos, em líder incontestado do laicato sulino. Como tal, participou de congressos nacionais e do Internacional Ano Santo, em Fátima (1950), onde foi orador no encerramento. Sempre usou na lapela do terno o emblema de congregado mariano e foi agraciado com numerosas condecorações, entre as quais a Pro Ecclesia et Pontífice, a Grã-Cruz da Ordem Equestre de Jerusalém. E tinha o privilégio de Capela Doméstica e o de conservar o Santíssimo Sacramento do Altar.

— Descendente do burgo açorita senhor São José, depois São José do Taquari e que fôra implantado em 1760 às margens do rio então conhecido por Têbiquari, — teria sido influenciado pela história da formação e evolução de sua terra natal, que ele trazia sempre em seu coração e nos seus pensamentos; uma pequena cidade mas de reais e caras tradições, e que deu ao Rio Grande tantos rio-grandenses ilustres, que souberam bem elevar o seu nome por valiosa contribuição cultural que pôde transmitir. Lamentamos que o tempo não nos permita citar alguns deles, entre os quais nobres figuras do autodidatismo, de que foi farto o Estado e com que foi enobrecido.

Daí lhe veio com certeza a sua inclinação pelos estudos históricos que o levariam a cerrar fileiras em torno da fundação de nosso Instituto Histórico e Geográfico, que, a 5 de agosto deste ano, completará 66 anos de existência.

Bem podemos imaginar o que foram eles! Sem recursos, obtendo de quando em quando mofinos auxílios do poder público e sem gozar infelizmente da munificência privada, ele, convenhamos, realizou muito, engrandeceu, sem dúvida, o patrimônio cultural do Estado. Aí estão editados — é verdade que a duras penas — a sua valiosa coleção de revistas, os anais de diversos congressos, a preservação de valioso acervo documental e magnífica biblioteca.

O nosso homenageado se sentia feliz, a despeito das dificuldades materiais, que foram sempre uma constante em seu funcionamento, a ponto de a publicação da revista ter sido suspensa por 24 anos! É que ele sabia que as bases eram boas e confiava em seus companheiros de ideal. Aqueles que o acompanharam na caminhada foram ficando pelo caminho e só restou ele! E, como derradeiro paladino da obra dos fundadores, comparecia regularmente às nossas reuniões ordinárias para presidi-las e tomar parte nos debates e resoluções. E isto aconteceu ainda em 1985.

Como não lembrar nesta hora de evocação alguns de seus companheiros de fundação, com os quais conviveu tantos anos, gozou da alegria, do calor humano que os unia na tarefa comum de fazer a história do Rio Grande do Sul, pelo menos despertando o interesse dos estudiosos; espancando a indiferença pelo nosso passado; agredindo os egoístas que não abriam mão de seus arquivos particulares, de documentos preciosos para consulta, tudo sujeito ao desaparecimento; incentivando a pesquisa, com o indispensável apoio do poder público, que devia se engajar nessa cruzada tão importante quanto indispensável.

Quanto pretendiam mais fazer aqueles que nos legaram este Instituto — uma grande e valiosa conquista —, que nós, herdeiros, deveremos levar avante!

Como recordar faz bem ao espírito e ao coração, vamos enumerar alguns nomes que tornaram realidade este sodalício, como homenagem ao idealismo e ao empenho com que o impulsionaram, no instante em que prestamos nosso comovido preito de reconhecimento e gratidão a Adroaldo Mesquita da Costa.

Ei-los:

Afonso Aurélio Porto, Alvaro Batista, Aquiles Porto Alegre, Afonso Guerreiro Lima, Alfredo Ferreira Rodrigues, Alfredo Varela, Carlos Teschauer, Eduarte Duarte, Emilio Fernandes de Souza Docca, Florencio Carlos Abreu e Silva, Francisco Leonardo Truda, Homero Batista, João Batista Hafkmeyer, João Pinto da Silva, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Joaquim Luiz Osório, João Candido Maia, Lindolfo Collor e Octávio Augusto de Faria.

A jornada intensa e exigente da profissão e a absorção cada vez maior de seu lazer, que foi cada vez mais desaparecendo, pelo exercício continuado e prolongado de funções públicas, de representações políticas em nossos legislativos e em nossas agremiações partidárias — não ensejaram oportunidade para ele nos deixar uma obra da história alentada que correspondesse à sua ilustração e inteligência. Nem mesmo a tradução da obra de Saint-Hilaire, a que se dedicou durante longa parcela de sua existência e a ser editada brevemente, lhe ensejou oportunidade de vê-la publicada. De publicações de tomo, salvo os livros de direito a “Cambial e a “Falência”, e a tradução de “A Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo”, do Cardeal Caetano De Lai, nada deixou, senão algumas plaquetas de discursos e conferências, além dos estampados na revista do nosso Instituto.

É bem de compreender-se que, numa alocução como esta, não poderíamos dizer mais o que o nosso homenageado foi e o que realizou, como cidadão eminente, como religioso, como professor, como parlamentar e como advogado.

Nem mesmo uma conferência seria suficiente para revolver a obra de riograndense de tanta qualificação.

Todavia podemos estar certos, meus caros confrades e meus senhores, de que fixou o seu nome imperecivelmente em nossa história e morreu tranquilamente, com o pensamento voltado para Deus e animado de que seria sepultado em sua querida Taquari, a que prestou um dos mais belos e significativos preitos de amor e vassalagem espiritual, quando se sentiu honrado e não diminuído, depois de ter subido tanto na vida pública do país, em exercer o cargo de vereador de seu burgo natal, normalmente investidura inicial de carreira política!

07/05/1986



**Alocução proferida perante  
o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro  
pelo Ministro RUBEN MACHADO DA ROSA**

Adroaldo Mesquita da Costa nasceu em São José de Taquari a 9 de julho de 1894, lá falecendo a 12 de dezembro de 1985. Explevit tempora multa, o Salmista assevera que só os mais fortes completam oitenta anos (80,10). Ele mesmo escreveu (8-12-75): “atingi e cheguei aonde jamais supus me haveria de ser dado chegar”. Depois de alfabetizado frequentou o Externato Santana e a seguir, completou o curso primário no Colégio Distrital, todos em Taquari. O secundário fê-lo em São Leopoldo, como interno do famoso Ginásio Nossa Senhora da Conceição, mantido pelos Padres Jesuítas. Aluno aplicado alcançou sempre as melhores notas. Em 1913 matriculou-se na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, onde concluiu com láurea o curso de ciências jurídicas e sociais em 1917. Como naquele Estado vigorasse o regime de liberdade de ensino e profissão, desde 1915 começou a advogar, estreando no tribunal do júri na sua cidade natal. Seu escritório tornou-se com o andar do tempo um dos mais procurados. Não é por menos a quem obtivera distinção em todas matérias do curso jurídico. Seu retrato figura na sala do “Panteão Acadêmico” da Faculdade citada. Advogou até 1984 e tinha na OAB regional o n.º 9 de inscrição. Serviu à causa pública em variados cargos: procurador da República, integrou o Conselho Administrativo daquele Estado. Elegeu-se deputado estadual (1935), federal (1946 a 1955). Foi constituinte 1933-34 e não aceitando a prorrogação do mandato, renunciou. Fez parte também da constituinte sul-rio-grandense. Na Presidência Dutra ocupou a pasta da Justiça e Negócios Interiores. Coube-lhe, então, fazer a alocução no Palácio do Catete após a sanção da Lei n.º 781, de 17-8-49, que institui o Dia Nacional de Ação de Graça. Foi Secretário estadual da Educação. Quando no exercício da Vereança em Taquari (1958-59) propôs, e foi aprovado, a gratuidade do mandato dos vereadores. Contou-me como foi escolhido como Consultor Geral da República (1964-1969). Seu nome foi o mais indicado pelas OAB regionais. Proferiu 1200 pareceres distribuídos em vários volumes. Organizou o quadro de seus funcionários. Pôs em dia a publicação dos pareceres de todos quantos já tinham exercido o referido órgão, inclusive um precioso índice. A Universidade Federal do seu Estado natal teve-o também seu consultor jurídico (1970-71), quando lavrou mais de uma centena de pareceres, reunidos em volume. No Ensino Universitário exerceu a cátedra de Direito Comercial. Publicou A Cambial de parceria com Nei Wiedman; Falência, Navio, etc. Inúmeros foram os folhetos contendo memórias e arrazoados forenses perante as justiças estadual e federal; ocupou a tribuna de tribunais de outros Estados, inclusive as do Supremo Tribunal Federal de Recursos, e Superior do Trabalho. Recebeu os maiores galardões das associações culturais e de classe, medalhas comemorativas, condecorações nacionais e estrangeiras. A Santa Sé conferiu-lhe a Pro Ecclesia et Pontifice; Grã-Cruz da Ordem de S. Silvestre, cavaleiro da Ordem Equestre de Jerusalém. Por rescritos de 3-IV-30 e 7-IV-54, tinha o privilégio de Capela Doméstica e o de conservar nela o Santíssimo Sacramento do Altar. Membro Honorário da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (1979). Vi-o em 1920 como titular na instalação a 5 de agosto do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do qual foi Presidente Perpétuo desde muitos anos. Na sua Revista encontram-se várias colaborações, inclusive capítulos da tradução da clássica “Viagem ao Rio Grande do Sul” de Auguste Saint-Hilaire (Paris, 1880), a sair proximamente, na seleta coleção ERUS da Cia. Rio-Grandense de Seguros. O nosso IHGB recebeu-o como sócio honorário (e depois correspondente) em 1948, sendo que o parecer da Comissão própria assevera “possuir credenciais so-

bejas demonstradas pelos trabalhos de historiografia sul-rio-grandense". Em 1951, proferiu neste egrégio Sodalício densa conferência sobre o 1º Bispo gaúcho D. Feliciano José Rodrigues Prates (1784-1850). Nessa ocasião decifrou o epitáfio apostado na lápide tumular na Catedral Metropolitana de Porto Alegre, demonstrando, na espécie, o significado da expressão romana 'dies idus', Rev. 212/80. Havia dúvidas quanto à data do nascimento. Os Institutos Históricos do Rio Grande do Norte e do Ceará tiveram-no em seu quadro como sócio correspondente. Líder incontestado do laicato católico sulino, atuou em Congressos Eucarísticos Nacionais e no Internacional do Ano Santo em Fátima (1950), sendo o orador na sessão de encerramento. Chefe exemplar de numerosa família, teve a fortuna de ter três filhas religiosas. Toda sua vida usou na lapela do terno o emblema de congregado mariano. Espírito comunicativo e conciliador, escrevia com fluência, inclusive em francês como ao saudar o cientista George Dumas a 17-12-1917 na Faculdade de Direito, em nome da juventude rio-grandense. Em "Recordando", durante anos, na 4ª página do 'Correio do Povo' (1895) abordou fatos, cousas, homens de seu tempo. Muitos deles estão reunidos em plaquetas. Bom amigo, exemplar em tudo, curtiu com resignação longo sofrimento. Deus prova os que mais ama. A dor é a lembrança terrena da crucificação de Cristo por nosso amor e redenção (Salvifica doloris. João Paulo II, fev. 1985). Mas a vida não é arrebatada, somente mudada e, desfeita esta morada terrestre, adquirem os fiéis uma eterna mansão nos céus (Pref. da Missa Pro Defunctis). Bemaventurados os pacificadores porque eles serão chamados os filhos de Deus. — Mt 5,9.

## **DIRETORIAS E CONSELHO FISCAL**

### **— Relação Nominal —**

O Dr. Manuel Duarte, organizou e publicou no número 99, página 21 do ano de 1945 da Revista do IHGRGS, uma relação das Diretorias do Instituto, a qual abrange os anos de 1920 a 1944.

Estamos neste n.º 124 publicando a continuação do referido trabalho, acrescido, porém, dos Membros do Conselho Fiscal, abrangendo o período que vai de 1944 a 5 de agosto de 1986.

Thomaz Carlos Duarte



## RELAÇÃO DAS DIRETORIAS DO IHGRGS 1944 A 1986

### BIÊNIO 1944/1946

Presidente: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: OLYNTHO SANMARTIN  
2º Vice-Presidente: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO  
1º Secretário: JORGE GODOFREDO FELIZARDO  
2º Secretário: WALTER SPALDING  
1º Tesoureiro: AFFONSO GUERREIRO LIMA  
2º Tesoureiro: LUIZ CARLOS DE MORAES  
Bibliotecário: Pe. LUIZ GONZAGA JAEGER, S. J.  
Orador: OTHELO ROSA  
Conselho Fiscal: MANOEL FARIA CORREA, ANGELO GUIDO e GASTON HASSLOCHER MAZERON

### BIÊNIO 1946/1948

Presidente: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: LUIZ CARLOS DE MORAES  
2º Vice-Presidente: EDGAR LUIZ SCHENEIDER  
1º Secretário: JORGE GODOFREDO FELIZARDO  
2º Secretário: JOSÉ PEREIRA COELHO DE SOUZA  
1º Tesoureiro: AFFONSO GUERREIRO LIMA  
2º Tesoureiro: Pe. LUIZ GONZAGA JAEGER, S.J.  
Bibliotecário: ABEILLARD BARRETO  
Orador: OTHELO ROSA  
Conselho Fiscal: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO, OLYNTHO SANMARTIN e GASTON HASSLOCHER MAZERON

### BIÊNIO 1948/1950

Presidente: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: EDUARDO DUARTE  
2º Vice-Presidente: JOSÉ PEREIRA COELHO DE SOUZA  
1º Secretário: JORGE GODOFREDO FELIZARDO  
2º Secretário: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO  
1º Tesoureiro: AFFONSO GUERREIRO LIMA  
2º Tesoureiro: Pe. LUIZ GONZAGA JAEGER, S. J.  
Bibliotecário: ABEILLARD BARRETO  
Orador: OTHELO ROSA  
Conselho Fiscal: EDGAR LUIZ SCHNEIDER, DARCY AZAMBUJA e LUIZ CARLOS DE MORAES

### BIÊNIO 1950/1952

Presidente: GUILHERMINO CESAR DA SILVA  
1º Vice-Presidente: EDUARDO DUARTE

2º Vice-Presidente: MOYSÉS DE MORAES VELLINHO  
1º Secretário: JORGE GODOFREDO FELIZARDO  
2º Secretário: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO  
1º Tesoureiro: AFFONSO GUERREIRO LIMA  
2º Tesoureiro: Pe. LUIZ GONZAGA JAEGER, S. J.  
Bibliotecário: ABEILLARD BARRETO  
Orador: OTHELO ROSA  
Conselho Fiscal: LUIZ CARLOS DE MORAES, Mons. JOÃO MARIA BALEM e  
LOURENÇO MÁRIO PRUNES

#### **BIÊNIO 1952/1954**

Presidente: GUILHERMINO CESAR DA SILVA  
1º Vice-Presidente: EDUARDO DUARTE  
2º Vice-Presidente: MOYSÉS DE MORAES VELLINHO  
1º Secretário: JORGE GODOFREDO FELIZARDO  
2º Secretário: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO  
1º Tesoureiro: AFFONSO GUERREIRO LIMA  
2º Tesoureiro: Pe. LUIZ GONZAGA JAEGER, S. J.  
Bibliotecário: LOURENÇO MÁRIO PRUNES  
Orador: DARCY AZAMBUJA  
Conselho Fiscal: LUIZ CARLOS DE MORAES, Mons. JOÃO MARIA BALEM e  
OTHELO ROSA

#### **BIÊNIO 1954/1956**

Presidente: GUILHERMINO CESAR DA SILVA  
1º Vice-Presidente: EDUARDO DUARTE  
2º Vice-Presidente: MOYSÉS DE MORAES VELLINHO  
1º Secretário: JORGE GODOFREDO FELIZARDO  
2º Secretário: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO  
1º Tesoureiro: AFFONSO GUERREIRO LIMA  
2º Tesoureiro: Pe. LUIZ GONZAGA JAEGER, S. J.  
Bibliotecário: LOURENÇO MÁRIO PRUNES  
Orador: DARCY AZAMBUJA  
Conselho Fiscal: LUIZ CARLOS DE MORAES, Mons. JOÃO MARIA BALEM e  
OTHELO ROSA

#### **BIÊNIO 1956/1958**

Presidente: GUILHERMINO CESAR DA SILVA  
1º Vice-Presidente: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
2º Vice-Presidente: OTHELO ROSA  
1º Secretário: JORGE GODOFREDO FELIZARDO  
2º Secretário: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO  
1º Tesoureiro: AFFONSO GUERREIRO LIMA  
2º Tesoureiro: Mons. JOÃO MARIA BALEM  
Bibliotecário: JOSÉ DE ARAÚJO FABRÍCIO  
Orador: MOYSÉS DE MORAES VELLINHO  
Conselho Fiscal: LUIZ CARLOS DE MORAES, DARCY AZAMBUJA e  
LOURENÇO MÁRIO PRUNES

#### **BIÊNIO 1958/1960**

Presidente: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: GUILHERMINO CESAR DA SILVA  
2º Vice-Presidente: EDGAR LUIZ SCHENEIDER  
1º Secretário: JORGE GODOFREDO FELIZARDO  
2º Secretário: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO  
1º Tesoureiro: AFFONSO GUERREIRO LIMA  
2º Tesoureiro: JOSÉ DE ARAÚJO FABRÍCIO  
Bibliotecário: Mons. JOÃO MARIA BALEM  
Orador: MOYSÉS DE MORAES VELLINHO  
Conselho Fiscal: LOURENÇO MÁRIO PRUNES, DARCY AZAMBUJA  
e OLYNTHO SANMARTIN

#### **BIÊNIO 1960/1962**

Presidente: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: GUILHERMINO CESAR DA SILVA  
2º Vice-Presidente: EDGAR LUIZ SCHENEIDER  
1º Secretário: JORGE GODOFREDO FELIZARDO  
2º Secretário: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO  
1º Tesoureiro: OLYNTHO SANMARTIN  
2º Tesoureiro: JOSÉ DE ARAÚJO FABRÍCIO  
Bibliotecário: Mons. JOÃO MARIA BALEM  
Orador: MOYSÉS DE MORAES VELLINHO  
Conselho Fiscal: DARCY AZAMBUJA, LOURENÇO MÁRIO PRUNES e EURICO  
RODRIGUES

#### **BIÊNIO 1962/1964**

Presidente: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: GUILHERMINO CESAR DA SILVA  
2º Vice-Presidente: EDGAR LUIZ SCHENEIDER  
1º Secretário: JORGE GODOFREDO FELIZARDO  
2º Secretário: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO  
1º Tesoureiro: OLYNTHO SANMARTIN  
2º Tesoureiro: JOSÉ DE ARAÚJO FABRÍCIO  
Bibliotecário: Mons. JOÃO MARIA BALEM  
Orador: MOYSÉS DE MORAES VELLINHO  
Conselho Fiscal: LOURENÇO MÁRIO PRUNES, ATHOS DAMASCENO  
FERREIRA e ARTHUR FERREIRA FILHO

**NB:** O Dr. Adroaldo Mesquita da Costa foi eleito Presidente Perpétuo em 16/05/1963. Com o falecimento do 2º Vice-Presidente, Dr. Edgar Luis Scheneider, em 05 de maio de 1963, foi eleito o 2º Secretário, Dr. Armando Dias de Azevedo, e para o preenchimento desta vaga o Prof. Antonio da Rocha Almeida.

#### **BIÊNIO 1964/1966**

Presidente Perpétuo: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: MOYSÉS DE MORAES VELLINHO



2º Vice-Presidente: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO  
1º Secretário: JORGE GODOFREDO FELIZARDO (Secretário Perpétuo)  
2º Secretário: ANTONIO DA ROCHA ALMEIDA  
1º Tesoureiro: MÁRIO CALVET FAGUNDES  
2º Tesoureiro: RENATO COSTA  
Bibliotecário: Mons. JOÃO MARIA BALEM  
Orador: JOSÉ PEREIRA COELHO DE SOUZA  
Conselho Fiscal: RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA, PAULO XAVIER e  
GUILHERMINO CESAR DA SILVA

**NB:** Havendo falecido em 01/02/1966 o Secretário Perpétuo, Dr. Jorge Godofredo Felizardo, foi indicado em 17/03/1966 o Dr. Olyntho Sanmartin para o cargo de 1º Secretário.

#### **BIÊNIO 1966/1968**

Presidente Perpétuo: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: MOYSÉS DE MORAES VELLINHO  
2º Vice-Presidente: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO  
1º Secretário: OLYNTHO SANMARTIN  
2º Secretário: ARTHUR FERREIRA FILHO  
1º Tesoureiro: MÁRIO CALVET FAGUNDES  
2º Tesoureiro: RENATO COSTA  
Bibliotecário: Mons. JOÃO MARIA BALEM  
Orador: JOSÉ PEREIRA COELHO DE SOUZA  
Conselho Fiscal: RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA, PAULO XAVIER e  
GUILHERMINO CESAR DA SILVA

#### **BIÊNIO 1968/1970**

Presidente Perpétuo: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: MOYSÉS DE MORAES VELLINHO  
2º Vice-Presidente: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO  
1º Secretário: ANTONIO DA ROCHA ALMEIDA  
2º Secretário: ARTHUR FERREIRA FILHO  
1º Tesoureiro: MÁRIO CALVET FAGUNDES  
2º Tesoureiro: OLYNTHO SANMARTIN  
Bibliotecário: Mons. JOÃO MARIA BENTO BALEM  
Orador: JOSÉ PEREIRA COELHO DE SOUZA  
Conselho Fiscal: RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA, PAULO XAVIER e  
GUILHERMINO CESAR DA SILVA

**NB:** Com a reforma estatutária em 27/10/1970, houve as seguintes alterações: 1º Secretário passou a Secretário-Geral e o 2º Secretário a Secretário; o 1º Tesoureiro a Tesoureiro-Geral e o 2º Tesoureiro a Tesoureiro.

#### **BIÊNIO 1970/1972**

Presidente Perpétuo: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: MOYSÉS DE MORAES VELLINHO  
2º Vice-Presidente: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO  
Secretário-Geral: ANTONIO DA ROCHA ALMEIDA

Secretário: ARTHUR FERREIRA FILHO  
Tesoureiro-Geral: MÁRIO CALVET FAGUNDES  
Tesoureiro: OLYNTHO SANMARTIN  
Bibliotecário: Mons. JOÃO MARIA BENTO BALEM  
Orador: JOSÉ PEREIRA COELHO DE SOUZA  
Conselho Fiscal: RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA, PAULO XAVIER e  
GUILHERMINO CESAR DA SILVA

**NB:** Em 15/06/1972 foi eleito Secretário-Geral na vaga do Prof. Antonio da Rocha Almeida o Pe. Ruben Neis.

#### **BIÊNIO 1972/1974**

Presidente Perpétuo: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: MOYSÉS DE MORAES VELLINHO  
2º Vice-Presidente: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO  
Secretário-Geral: Pe. RUBEN NEIS  
Secretário: ARTHUR FERREIRA FILHO  
Tesoureiro-Geral: MÁRIO CALVET FAGUNDES  
Tesoureiro: OLYNTHO SANMARTIN  
Orador: JOSÉ PEREIRA COELHO DE SOUZA  
Bibliotecário: Mons. JOÃO MARIA BALEM  
Conselho Fiscal: RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA, GUILHERMINO CESAR  
DA SILVA e PAULO XAVIER

#### **BIÊNIO 1974/1976**

Presidente Perpétuo: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: MOYSÉS DE MORAES VELLINHO  
2º Vice-Presidente: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO  
Secretário-Geral: Pe. RUBEN NEIS  
Secretário: ARTHUR FERREIRA FILHO  
Tesoureiro-Geral: MÁRIO CALVET FAGUNDES  
Tesoureiro: PAULO XAVIER  
Orador: JOSÉ PEREIRA COELHO DE SOUZA  
Bibliotecário: Mons. JOÃO MARIA BALEM  
Conselho Fiscal: JOSÉ DE ARAÚJO FABRÍCIO, RIOGRANDINO DA COSTA E  
SILVA, GUILHERMINO CESAR DA SILVA

#### **BIÊNIO 1976/1978**

Presidente Perpétuo: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: MOYSÉS DE MORAES VELLINHO  
2º Vice-Presidente: ARMANDO DIAS DE AZEVEDO  
Secretário-Geral: Pe. RUBEN NEIS  
Secretário: ARTHUR FERREIRA FILHO  
Tesoureiro-Geral: MÁRIO CALVET FAGUNDES  
Tesoureiro: PAULO XAVIER  
Orador: JOSÉ PEREIRA COELHO DE SOUZA  
Bibliotecário: Mons. JOÃO MARIA BALEM  
Conselho Fiscal: RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA,

## **JOSÉ DE ARAÚJO FABRÍCIO e GUILHERMINO CESAR DA SILVA**

**NB:** Com o falecimento do Dr. Armando Dias de Azevedo em 13/10/77, foi eleito no dia 28/10/77, para 2º Vice-Presidente, o Dr. Guilhermino Cesar da Silva.

### **BIÊNIO 1978/1980**

Presidente Perpétuo: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: MOYSÉS DE MORAES VELLINHO  
2º Vice-Presidente: GUILHERMINO CESAR DA SILVA  
Secretário-Geral: Pe. RUBEN NEIS  
Secretário: PAULO XAVIER  
Tesoureiro-Geral: MÁRIO CALVET FAGUNDES  
Tesoureiro: JOSÉ DE ARAÚJO FABRÍCIO  
Orador: ARTHUR FERREIRA FILHO  
Bibliotecário: .....  
Conselho Fiscal: RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA, JOSÉ PEREIRA COELHO  
DE SOUZA e LAUDELINO TEIXEIRA DE MEDEIROS

**NB:** Com o falecimento do Cel. Mário Calvet Fagundes, em 07/05/1979, passou a exercer o cargo de Tesoureiro-Geral, o Dr. José de Araújo Fabrício.

### **BIÊNIO 1980/1982**

Presidente Perpétuo: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: MOYSÉS DE MORAES VELLINHO  
2º Vice-Presidente: GUILHERMINO CESAR DA SILVA  
Secretário-Geral: Pe. RUBEN NEIS  
Secretário: PAULO XAVIER  
Tesoureiro-Geral: JOSÉ DE ARAÚJO FABRÍCIO  
Tesoureiro: DANTE DE LAYTANO  
Orador: ARTHUR FERREIRA FILHO  
Bibliotecário: MOACYR DOMINGUES  
Conselho Fiscal: LAUDELINO TEIXEIRA DE MEDEIROS, RIOGRANDINO DA  
COSTA E SILVA e SÉRGIO DA COSTA FRANCO

**NB:** Com o falecimento do Dr. Moysés de Moraes Vellinho, em 23/10/1980, houve a seguinte alteração: 1º Vice-Presidente: GUILHERMINO CESAR DA SILVA; 2º Vice-Presidente: ARTHUR FERREIRA FILHO; Orador: CARLOS DE SOUZA MORAES.

### **BIÊNIO 1982/1984**

Presidente Perpétuo: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: GUILHERMINO CESAR DA SILVA  
2º Vice-Presidente: ARTHUR FERREIRA FILHO  
Secretário-Geral: Pe. RUBEN NEIS  
Secretário: PAULO XAVIER  
Tesoureiro-Geral: JOSÉ DE ARAÚJO FABRÍCIO  
Tesoureiro: DANTE DE LAYTANO  
Orador: CARLOS DE SOUZA MORAES



Responsável pela Biblioteca: MOACYR DOMINGUES  
Conselho Fiscal: LAUDELINO TEIXEIRA DE MEDEIROS, RIOGRANDINO DA  
COSTA E SILVA e SÉRGIO DA COSTA FRANCO

## **BIÊNIO 1984/1986**

Presidente Perpétuo: ADROALDO MESQUITA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: GUILHERMINO CÉSAR DA SILVA  
2º Vice-Presidente: ARTHUR FERREIRA FILHO  
Secretário-Geral: RUBEN NEIS  
Secretário: PAULO XAVIER  
Tesoureiro-Geral: JOSÉ DE ARAÚJO FABRÍCIO  
Tesoureiro: DANTE DE LAYTANO  
Orador: CARLOS DE SOUZA MORAES  
Responsável pela Biblioteca: MOACYR DOMINGUES  
Conselho Fiscal: LAUDELINO TEIXEIRA DE MEDEIROS, RIOGRANDINO  
DA COSTA E SILVA e SÉRGIO DA COSTA FRANCO

**Obs:** Em 12/12/1985 faleceu o Presidente Perpétuo Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

### **Observação:**

Com o afastamento do Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, nos anos de 1946 a 1948, por haver sido eleito Deputado Federal e nomeado Ministro da Justiça, passaram a exercer a Presidência do Instituto, respectivamente os senhores: Dr. Olyntho Sanmartin, Cel. Luiz Carlos de Moraes e Dr. Eduardo Duarte.

No período de abril de 1964 a outubro de 1969 o Dr. Adroaldo, já então Presidente Perpétuo da Instituição, foi nomeado Consultor Geral da República, assumindo então a Presidência, o 1º Vice-Presidente Dr. Moysés de Moraes Vellinho.

Exerceram, também, a Presidência, eventualmente no impedimento dos titulares, os senhores: Dr. Armando Dias de Azevedo, Dr. Edgar Luiz Schneider, Dr. José Pereira Coelho de Souza e Cel. Arthur Ferreira Filho.

### **TERCEIRA PARTE (Documentação)**

**ARQUIVO BORGES DE MEDEIROS (Continuação)**  
(Notas de rodapé de responsabilidade do consócio Sérgio da Costa Franco)

4172

Porto Alegre, 3 de janeiro de 1900

Medeiros, dos telegramas que me enviaste hoje, devolvo os dois inclusos. Os mais se referem a assunto eleitoral, inclusive os que dizem respeito à infamante patifaria do José Gabriel\*. Ficam aqui, porque deles preciso para o boletim da eleição, a ser publicado hoje, conforme combinei com o Marcos e Aurélio\*\*, que virão auxiliar-me.

O telegrama do Ildefonso\*\*\* deve ter publicidade hoje mesmo. Penso que debes transmitir ao Salles e Murtinho o respectivo conteúdo, para o desejado efeito no espírito de ambos... Convém que o Aurélio telegrafe no mesmo sentido ao **jornal e notícia** (além do telegrama eleitoral) e que forneça nota ao Benjamin para recado ao PAÍS. Isto tem muita importância no Rio, como sabes.

Hoje, desde muito cedo, estive muito atarefado com assuntos supervenientes. Trabalhos não me faltam, bem como mortificações do espírito ocasionadas pelas minhas habituais complacências. Depois te explicarei isto.

Quanto à conferência detalhada que desejas, combinaremos oportunamente dia e hora.

Teu  
Júlio

\* José Gabriel da Silva Lima, líder republicano de Cruz Alta.

\*\* Referência a Marcos Alencastro de Andrade e Aurélio Veríssimo de Bitencourt.

\*\*\* Ildefonso Borges da Fontoura, chefe do serviço de repressão ao contrabando.

\*\*\*\* Campos Sales e Joaquim Murtinho.

4175

Porto Alegre, 7 de janeiro de 1900

Medeiros, acabo de receber o telegrama incluso. É mais uma prova de que o José Gabriel\* está desviado. Urge contê-lo. Parece-me que debes mandar o Cherubim\*\* telegrafar-lhe hoje mesmo, transmitindo-lhe a queixa do Olegário Falcão\*\*\* e responsabilizando-o pelo ataque ao **Cruz Alta**, se for tentado ou cometido.

Devemos conferenciar com o Firmino\*\*\*\* quanto antes. Não há tempo a perder. Estarei às tuas ordens amanhã, às 7 horas da manhã. Peço-te que previnas hoje o Firmino, para comparecer. Suponho que está hospedado no **Hotel de France**.

181



Sigo já para a casa do Eduardo. Não sei a que horas voltarei.

Recado do

Teu  
Júlio

- \* José Gabriel da Silva Lima.
- \*\* Cherubim Febeliano da Costa, então Chefe de Polícia.
- \*\*\* Prócer republicano da região missioneira.
- \*\*\*\* Firmino de Paula e Silva, chefe republicano da região serrana.

4176

9-1-1900

Medeiros, já te escrevi hoje.

Envio-te um telegrama do Carlos Nogueira\* e a competente resposta. Se bem interpretei, o seu intento, ele considera “resolvida questão intendência Alegrete” em face da recente atitude do Freitas Valle,\*\* que será o candidato do partido na futura eleição municipal. Fica assim dispensado de aceitar esse encargo, como fora combinado (hipótese apenas prevista) com o Benício. Isto posto, passa ele a ser o candidato à eleição de intendente de S. Francisco de Assis, onde não há outro que se lhe compare. Daí o seu propósito de ir a S. Francisco, provavelmente para preparar o terreno eleitoral. E, para não lhe escassearem os recursos pecuniários, deseja a nomeação efetiva de promotor, caso em que poderá obter licença com ordenado. Porisso, redigi a resposta nos termos que submeto ao teu conhecimento. Se concordares, mandarás o Aurélio enviá-la à estação telegráfica, com o incluso certificado de **resposta paga**, o qual dispensa a tua assinatura no recado. Penso que o caso fica claramente explicado.

Recado do

Teu  
Júlio

- \* Prócer republicano de São Francisco de Assis.
- \*\* Manoel de Freitas Valle.

4179

Meu prezado Medeiros, ausente da cidade, como sabes, estou ocasionalmente impedido, com o mais sincero contragosto, de observar o grato dever de exprimir de viva-voz as minhas afetuosíssimas felicitações neste dia inesquecível, que é o segundo aniversário da memorável data em que assumiste a Presidência do nosso Estado natal.

Significo, porém, a minha satisfação, com a mais abundante cordialidade, nestas singelas linhas, pedindo-te que me consideres vivamente associado a todas as saudações e justas homenagens que te forem hoje tributadas.

Bem sabes que, no seio da esclarecida e orientada opinião pública da nossa terra, ninguém se me avanteja no profundo apreço e admiração crescente que tão distintamente mereces, como um integerrimo intérprete e aplicador da legítima política republicana no Governo e Administração do Rio Grande do Sul, cuja confiança, justificada e inabalável, encontra a mais sólida e auspiciosa garantia na pujança da tua mentalidade, assistida sempre pela tua exemplar organização moral.

Enviando-te um abraço fervoroso de amigo devotado e confrade político, congratulo-me com os nossos patrícos, nesta data festiva, pela felicidade preciosa do glorioso Estado Rio-Grandense, da qual é penhor seguro a tua presença benfazeja à frente dos seus grandiosos destinos.

Como sempre

Teu  
Júlio de Castilhos

Chácara da Figueira, 25 de janeiro de 1900

4192

19-5-1900

Medeiros, recebi o teu cartão de ontem, bem como os telegramas que enviaste.

O do Pinheiro\* é o único que demanda contestação. Não posso fazer o respectivo rascunho sem previamente conversar contigo a fim de combinarmos o meio de liquidar de vez a absurda questão sobre o pessoal da alfândega, suscitada protelatoriamente pelo Murtinho\*\* e encampada pelo Pinheiro.

O segundo está treslendo, o que denota mui pouca atenção aos nossos recados. O segundo, digo, o primeiro está usando de má fé insidiosa e pérfida.

Quanto à alfândega de Livramento, a atitude do ministro, além de pedantesca e insolente, é criminosa. Parece que nada mais há a esperar a tal respeito, sobretudo em face da resposta dilatatória e incolor do Salles\*\*\*, que — não há dúvida — é um prisioneiro do seu onipotente secretário da fazenda. Enfim, conversaremos sobre o caso.

Continuo resfriado e em resguardo. Receio que sobrevenha uma influenza. Não obstante, estive ontem ao dispor dos visitantes desde 1 hora da tarde. E compareceram muitos.

À noite, se quiseses e puderes vir palestrar, esperar-te-ei.

Devolvo os telegramas, exceto o do Pinheiro.

Recado do

Teu  
Júlio

\* Senador Pinheiro Machado.

\*\* Joaquim Murtinho, Ministro da Fazenda.

\*\*\* Presidente Campos Salles.

4195

22-5-1900

Medeiros, ciente do teu cartão de hoje. Devolvo os telegramas de D. Pedrito, que, realmente, acusam desmandos indecentes, de parte a parte. Aplaudo a tua ação coibitiva, reprimindo os escândalos dos dois grupos.

Vou ler a carta do Dillon.

Envio-te o rascunho da resposta ao Pinheiro. Está um tanto extensa, talvez mesmo prolixa. Mas

183

assim, me parece mister, para deitar o ponto final à questiúncula engendrada pelo Murtinho, a quem serve de intermediário ingênuo aquele amigo. Entretanto, alterarás a minuta como melhor entenderes. Estarei de acordo.

Convém enviar o telegrama diretamente ao Laranja, recomendando-lhe fidelidade e inteiro sigilo na transmissão. Recado do

Teu  
Júlio

Devolvo também o último telegrama do Pinheiro.

4203

14-7-1900

Medeiros, o recado do ingênuo Cassiano\*, ora devolvido, foi mais uma gota no cálix da paciência, o qual já está transbordando...

Unicamente em atenção à tua pessoa, a cujo serviço estou de pleno coração, evitando criar-te dificuldades de qualquer espécie, envio ao teu exame o rascunho da resposta respectiva, que alterarás como te aprouver. Se eu falasse por minha conta individual, outra seria a **nota** a enviar aquele excelente amigo, que, infelizmente, ainda não percebeu estar remetido a um plano secundário pelo Murtinho, cuja **entourage** (Valles e Laranjeiras, etc.) é a que prevalece, com desdouro dos representantes do Rio Grande...

Devolvo o telegrama dirigido ao José Pinto. De acordo. No do Aurélio fiz ligeiras modificações quanto as **Modus Dicendi**.

Para evitar a **Turbamulta** dos **congratulantes** pela data de hoje\*\*, resolvi **dar-me** por ausente da cidade... Adieje para às 7 1/2 horas da noite a palestra com o Carlos Barbosa. Se quiseses tomar parte nela, dar-me-ás muito gosto.

Teu Júlio

\* Provável referência ao deputado Alexandre Cassiano do Nascimento.

\*\* Aniversário da Constituição do Estado.

4208

Porto Alegre, 11 de setembro de 1900

Medeiros, envio o teu diploma eleitoral, que deixaste ficar aqui por esquecimento.

Ciente do teu cartão da tarde de ontem.

Pronto sempre a te prestar a minha sincera cooperação, em qualquer sentido, parece-me, todavia, preferível não tomar parte nas conferências que vais realizar com os teus secretários e diretor do Tesouro acerca da proposta de orçamento. Depois que esta for elaborada, poderás confiá-la, com os papéis anexos, à minha leitura, se quiseses.

Ser-me-á grato examiná-la com cuidado, fazendo um estudo refletido, apresentando-te depois as observações que me ocorrerem, com a franqueza e intimidade de sempre. O nosso trabalho será assim mais metódico. É o que me parece. Resolverás, entretanto, como melhor entenderes, na certeza



de que continuo invariavelmente ao teu inteiro dispor.

Recado do

Teu  
Júlio

P.S.

Envio à tua leitura duas interessantes cartas do Varella e uma do Mibielli. Todas recebidas ontem.

4210

Porto Alegre, 22 de setembro de 1900

Medeiros, devolvo-te a parte da Mensagem.

Li-a com sincera satisfação, admirando o alto ponto de vista e o critério irrepreensível que presidiram à sua elaboração escrupulosa, o que, aliás, caracterizou brilhantemente as dos anos anteriores. O opulento valor da substância rivaliza com a propriedade da expressão, cuja justeza exemplar é mais que muito apreciável.

Eis o que penso genuinamente, pondo de parte as referências exageradamente benévolas à minha pessoa e ação política.

Cumpre-me acrescentar que notei apenas alguns leves enganos ou lapsos de cópia, devidos à distração do Aurélio, que os sanará facilmente.

Recado do

Teu  
Júlio

4212

1-10-1900

Medeiros, submeto à tua leitura as minutas telegráficas que ora envio ao Aurélio, a quem confio a transmissão. Ao Euclides dei instruções de viva-voz sobre a solução definitiva da **crise** de Santa Vitória. Encaminham-se no bom sentido as circunstâncias locais, como depreenderás daquelas.

Os telegramas da imprensa continuam a afirmar que o Mallet requisitou os oficiais do exército que servem na força dos Estados. Urge um telegrama teu ao Pinheiro em termos decisivos, no sentido de evitar que nos privem do José Carlos\*, para o que será indispensável que ele fale ao Salles\*\*, de quem deve obter a segurança cabal da permanência do nosso amigo à disposição do teu governo. Isto é importante.

Já telegrafaste ao Pedro Borges sobre as passagens concedidas pelo governo federal? E o assunto dos **explosivos**, aludido pelo Varella? Qual a taxa vigente da exportação? Recado do

Teu Júlio

\* Referência ao Coronel José Carlos Pinto Júnior, oficial do Exército que comandou a Brigada Militar do Estado de 1897 a 1908.

\*\* Presidente Campos Salles.

Figueira\*, 9-10-1900, às 9 am.

Aurélio, ciente do teu bilhete de ontem, recebido à noite, com uma volumosa correspondência.

Estive entregue, durante o dia, a trabalhos de chácara, os quais estão continuando hoje. Aproveito assim o bom tempo, que, aliás, não acusa firmeza. Dize ao Medeiros\*\*\* que, em virtude do seu oferecimento, mandei buscar os seus dois bois para execução de um serviço aratório, de poucas horas. Voltarão hoje mesmo para sua chácara.

Em resposta à tua pergunta, declaro-te que julgo poderem ser atendidas as indicações do Leão Terres.

Transmite ao Medeiros este recado: Era meu intuito lembrar-lhe a conveniência de determinar a formatura geral da Brigada no dia da abertura da Exposição, nas proximidades do respectivo local, para maior realce e imponência da cerimônia festiva.

Tendo porém, em vista o adiamento da inauguração, permito-me a liberdade de sugerir o alvitre de uma **passeata** dos corpos, isoladamente, pelas ruas da cidade, com a indispensável continência diante do Palácio, no dia 15 de novembro. Assim, além de fazer tributar uma homenagem à grande data, o Medeiros terá ocasião de verificar se aqueles se acham em condições satisfatórias, sob o ponto de vista militar, o que me parece muito conveniente. Há 2 anos, talvez, não se vê um só corpo da Brigada em formatura e em marcha nas ruas da Capital. Esta abstenção tem efeitos prejudiciais, porque habilita a tropa à inércia do quartel, à carência de estímulos e ao desleixo, de que fica também contaminada a oficialidade. À circunstância aludida atribuo, em grande parte, o desenvolvimento do vício do jogo, a propagação do deletério e funesto ardor **maçônico** e a urdidura da intriga pessoal, visivelmente existente entre os oficiais. É bem de ver que estes, não tendo ensejo de sentir estimulado o zelo pelo serviço profissional, privados de emulação, libertos de exigência de afazeres imperiosos e diários, adaptam-se facilmente aos hábitos da indolência despreocupada, confiantes no infalível estipêndio do Tesouro do Estado, acostumando-se a viver como vadios **garantidos**. A inércia estipendiada gera fatalmente o vício multiforme, o que explica a generalização do jogo habitual, que, com o cortejo das suas conseqüências, inclusive os desfalques do dinheiro público, já ocorridos e verificados, vai avultando no seio da oficialidade. Equivalendo a outra **distração**, preocupa os oficiais a indigna e perigosa maçonaria, que representa aos meus olhos um **Cavalo de Tróia** para o futuro... (.....). Convém que fiquem em reserva estas minhas ponderações, feitas na intimidade afetuosa, e sumariamente. Que o Medeiros as leia como mais uma manifestação rápida do meu propósito, tão sincero quanto sistemático, de o auxiliar na sua imensa tarefa governativa. Em seu poder devem ficar estas linhas, ligeiramente rabiscadas.

Nada mais por agora.

Teu  
Júlio

Aditamento, às 11,30 am.

Acabo de receber a correspondência que hoje enviaste.

Ciente do teu lacônico bilhete. Já li os telegramas vindos, todos referentes a assunto sem importância. Vou ler a carta do Germano, à qual aludes.

Júlio

\* Designação da chácara de Júlio de Castilhos, na Glória.

\*\* Aurélio Veríssimo de Bitencourt, secretário da Presidência.

\*\*\* Borges de Medeiros.

15-10-1900

Medeiros, envio-te as inclusas minutas, sujeitas às alterações que te ocorrerem. Julgo conveniente, no telegrama ao Pinheiro, o tópico cifrado sobre o João Francisco\*, pelos motivos que conhecemos. Podes, porém, suprimi-lo se assim entenderes.

Não me foi possível acompanhar-te na visita aos cearenses, porque, ao receber o teu aviso, estava com meu tempo tomado pelo P. da Rocha\*\*, que se retirou às 9,30. A propósito: este resolveu parodiar o **Fico** do Pedro bragantino, e... continuará na **Federação**. Depois te referirei a minha **tática** de hoje, que produziu o efeito esperado.

Teu  
Júlio

P.S.

Envio à tua leitura uma carta do Conrado\*\*\* e a do João Francisco.  
Devolvo a do Germano.

\* João Francisco Pereira de Souza.

\*\* Alusão a Arthur Pinto da Rocha, então diretor de "A Federação".

\*\*\* Provável referência a Conrado Miller de Campos, então Intendente Municipal de Rio Grande.

4218

19-10-1900

Medeiros, ciente da tua resposta ao meu bilhete.

Já devolvi ao Pinto\*, com uma carta, o seu artigo, bem como fiz a devida prevenção ao Evaristo\*\* quanto à fidelidade da publicação... Risquei, na 2ª tira, as palavras imprudentes e provocadoras do Pinto, isto é, "**os insultos babujados pelo Rio-Grandense**", segundo ele escreveu. E o avisei disso, ponderando-lhe serem evidentes a desnecessidade e redundância de tais palavras. Ele atenderá.

Envio-te a minuta do telegrama ao Conrado, sujeita a tua revisão. Tomei a liberdade de assinar o teu nome para dar mais força ao apelo, cuja solução afirmativa nos evitará novos aborrecimentos.

Asseguro-te que a **crise** do Pinto me ocasionou mais alguns cabelos brancos, obrigando-me a uma paciência excepcional e afrontada por múltiplos ziguezagues da insídia e toleima...

Teu Júlio

\* Provável referência a Arthur Pinto da Rocha.

\*\* Possível referência a Evaristo Teixeira do Amaral, também redator de "A Federação".

\*\*\* Alude-se, no caso, a uma polémica travada entre Pinto da Rocha, através de "A Federação", e Conrado Miller de Campos, através de "O Rio-grandense", de Rio Grande. Pinto da Rocha publicou em 1902 "Cartas Abertas: Réplica e Tréplica ao Exmo. Sr. Dr. Conrado Miller de Campos", 36 p., Livr. A Nacional, P. Alegre.

4219

19-10-1900

Medeiros, peço-te que me desculpes pela noitada de ontem, ocasionada pelo Pinto\*. Felizmente, foi proveitosa, visto que ele acaba de me enviar, convenientemente reformado, o seu artigo, cujos no-

187



vos termos julgo satisfatórios e dignos. Incluo o original para que o leias. Se entederes necessária alguma alteração, poderás propô-la. Peço-te a pronta devolução, a fim de não demorar a restituição ao Pinto. Vou sugerir-lhe apenas a mudança da epígrafe por me parecer frívola a do original.

Recebi hoje o incluso telegrama do Varella\*\*. Depois de o leres, devolve-o. Lembro-te um recado a ele, no teu e no meu nome, de congratulações pela vitória. Creio que a votação na Câmara é uma única e definitiva, visto que se trata de **indicação**, e não de **projeto**, que exige 3 discussões.

Teu  
Júlio

\* Referência a Arthur Pinto da Rocha.

\*\* Provável referência a Alfredo Varella, que era, então, deputado federal.

Reservado

4221

Porto Alegre, 23 de outubro de 1900.

Prezado amigo dr. Conrado Miller de Campos.

Ao vos telegrafarmos a 19 do corrente a propósito das declarações publicadas no dia anterior, na Federação, pelo Arthur Toscano, e da que foi inserida naquele dia, firmada pelo dr. Arthur Pinto da Rocha, dissemos que em carta, que devíeis aguardar, explicaríamos o caso.

É deste compromisso que passamos a desobrigar-nos junto de vós.

Quando, em julho deste ano, aqui chegaram os jornais do sul, contendo a descrição das ocorrências dadas na biblioteca, o Toscano transcreveu na FEDERAÇÃO, sem a ler, a notícia do RIO-GRANDENSE, a qual fez inserir precedida de algumas linhas de sua lavra.

Ao depararmos, no mesmo dia da publicação, com esse escrito, que ofendia a pessoa do pai do diretor da redação da FEDERAÇÃO, antevimos logo os incômodos que teriam de surgir quando a especulação dos adversários explorasse o incidente, ou o Arthur Pinto tivesse conhecimento da transcrição nos termos inconvenientes em que fora feita.

De fato, este apressou-se em oferecer, pelo telégrafo, a renúncia do cargo de redator-chefe, em face das ofensas ao pai, as quais profundamente o magoaram.

Os seus companheiros da FEDERAÇÃO, mediante carta, deram explicações ao Arthur Pinto, que com elas não se conformou, ficando adiada para o seu regresso a liquidação do assunto.

Em resultado do acordo a que chegamos, depois de muita paciência despendida, saiu a declaração do Toscano e no número seguinte o artigo do Arthur, previamente sujeito à nossa censura.

Por esse meio hábil ficou encerrado o lamentável acontecimento da transcrição no tópico agressivo ao velho Pinto da Rocha, restituído à direção da redação do órgão do partido na capital o Arthur, cujos serviços reputamos convenientes, e superada qualquer dificuldade que da retirada deste nos pudesse de momento advir.

Apelamos para vós no sentido de eficaz intervenção junto do RIO-GRANDENSE, que não deve editar uma única palavra neste assunto, em obediência a ponderosas conveniências ocasionais de nossa política. Qualquer referência, por tênue que seja, pode acarretar a consequência de desfazer o que tanto custou a conseguir em termos conciliatórios.

Descansamos na vossa criteriosa ação de chefe local justamente acatado, e contaremos como

benéfica a interferência que de vós reclamamos, isto é, a de evitar que o RIO-GRANDENSE se ocupe do incidente aludido, mesmo que venha a ser provocado pelos adversários, que farejam no caso um bom pasto para os alimentar.

Sempre com muito apreço nos subscrevemos.

Amigos certos  
Borges de Medeiros  
Júlio de Castilhos

P.S.

Relembramos a conveniência política de não permitirdes a continuação da intemperança da linguagem no RIO-GRANDENSE, em benefício da hercúlea tarefa que tendes aí sobre os ombros.

NB: Na margem esquerda da 1ª folha destes manuscritos, lia-se o seguinte:

“À REVISÃO DO DR. JÚLIO  
Revista e emendada

Júlio”

OBSERVAÇÃO: O corpo da carta apresenta o talhe de letra do Dr. Borges de Medeiros; o P.S. é de Júlio de Castilhos.

4220

Porto Alegre, 23 de outubro de 1900.

Medeiros, ciente da tua cartinha de hoje.

Penso que deves expedir, sem mais demora, o decreto da criação do município de Garibaldi, a qual, sendo de incontestável justiça e conveniência, recebeu, desde setembro, o acordo definitivo do intendente Marques de Carvalho\*, que falou também em nome do Conselho de Bento Gonçalves. Lembro-te, porém, a precaução de não assumires compromissos sobre as respectivas nomeações iniciais, visto que me consta haver já muitos pretendentes que **farejam** os cargos. Parece-me prudente evitar a **licitação** que surgiu quando se criou o município de Antônio Prado...

Nada tenho a opor sobre a nomeação do promotor de S. Borja. Não será preferível nomear **interinamente** o candidato do Pinto? A efetividade dependerá da sua conduta no exercício... Resolverás.

É estranho o pedido do juiz Gusmão. Convém sustar a solução até que se explique o Avelino. Parece que aquele **tipo** prefere explorar a mina da advocacia em Vacaria e Antônio Prado. Veremos.

Percebo o último tópico do recado do Varella. Depois conversaremos a respeito. E os paulistas a se **atravessarem** na imigração dos cearenses? Que invejosos, pequeninos e indignos!

Teu Júlio

P.S. Escrevi uma nota na carta do Serafim de Moura. Recebi do Galvão telegrama idêntico. Outro do Romulo.

\* Antônio Joaquim Marques de Carvalho, primeiro Intendente Municipal de Bento Gonçalves.

4229

Porto Alegre, 10 de novembro de 1900

189

Medeiros, ciente do teu cartão, recebido neste momento. Devolvo os telegramas.

Quanto às tuas perguntas, respondo: julgo que deves, quanto antes, telegrafar ao Pinheiro sobre o atentado descomunal, reclamando a sua pronta intervenção perante o ministro da marinha no sentido de providências enérgicas e urgentes, inclusive a da nomeação do oficial indicado pelo Conrado\*.

O Pinheiro é amigo pessoal do ministro\*\*, em cuja intimidade viveu na recente viagem a Buenos Aires. Pode, pois, intervir com eficácia.

Outrossim, parece-me que deves continuar a transmitir ao ministro o que fores sabendo, de acordo com as informações oficiais do Rio Grande.

Ao Pinheiro\*\*\* deves dizer francamente a verdade inteira, segundo penso.

Recado do

Teu  
Júlio

\* Parece referir-se a Conrado Miller de Campos, então Intendente Municipal de Rio Grande.

\*\* O Ministro da Marinha era, então, o Contra-Almirante José Pinto da Luz.

\*\*\* Esta e outras referências dizem respeito ao Senador Pinheiro Machado.

4230

Porto Alegre, 10 de novembro de 1900.

Meu eminente amigo dr. Borges de Medeiros, para satisfazer um pedido do nosso estimado compatriota e meu compadre dr. A. R. Gomes de Castro, tomo a liberdade de apresentar-vos o senhor Luiz Manoel de Lima e Silva, que deseja falar-vos sobre uma coleção de documentos históricos, cujo valor diz ser muito apreciável.

Rogo que lhe dispenseis por um momento a vossa benévola atenção. Sempre

Vosso atento amigo e admirador

Júlio de Castilhos

4231

Porto Alegre, 11 de novembro de 1900.

Medeiros, recebi à noite pelo Chico Pedro\* o teu recado. Quando, logo após, fronteava eu o Palácio, saía o carro que te conduzia. Já senti, ontem mesmo, a falta de tua saudável convivência.

Eu e a Honorina fazemos sinceros votos pelo rápido fortalecimento da d. Carlinda\*\* na vivenda da Praia de Bellas. Logo que for oportuno, a Honorina irá gostosamente fazer-lhe uma visita.

Devolvo-te os telegramas de ontem. Desta vez, as relações particulares do Pinheiro com o ministro Luz valeram alguma coisa: houve presteza nas medidas oficiais relativas ao atentado do Rio Grande!

À vista dos precedentes do Rio, devo confessar-te que a **solicitude ministerial** me causou agradável surpresa...

Valha-nos isso. Oxalá que continue.



Quanto ao telegrama do João Francisco\*\*\*\*, a intenção é louvável, embora os seus termos revelem um pouco de vaidade. É claro que não precisamos de que procure ele prestigiar-nos contra o Hypólito, a cuja atitude está atribuindo uma importância exagerada, senão ridícula, para se pôr em saliência...

Pode ser que logo te escreva sobre outros assuntos.

Saudades do

Teu  
Júlio

- \* Francisco Pedro de Araujo e Silva, Ajudante de Ordens do presidente do Estado.
- \*\* Esposa de Borges de Medeiros.
- \*\*\* Contra-Almirante José Pinto da Luz, Ministro da Marinha.
- \*\*\*\* João Francisco Pereira de Souza.
- \*\*\*\*\* Hypólito Ribeiro.

4234

Porto Alegre, 14 de novembro de 1900.

Medeiros, envio-te a lista das nomeações que podem ser feitas desde já para Garibaldi.

Far-se-ão as outras em oportunidade breve, visto que não são urgentes.

Virão hoje despedir-se de mim o Elly\* e o Paganelli, que logo após irão a Palácio para receber tuas ordens. Convém que entregues ao Elly a sua nomeação para intendente provisório, garantindo-lhe a de delegado de polícia, a qual prevalecerá até ulterior deliberação.

A instalação do município deverá efetuar-se a 25 do corrente, conforme o que combinei ontem, de modo que as nomeações (as outras) poderão ser assinadas na semana futura. Já intimei o Bento Porto\*\*, mediante severa repreensão, a acompanhar os homens de Garibaldi, para ficar orientado...

Estou hoje ameaçado da **invasão de visitantes**; de sorte que não terei tempo para te escrever novamente.

Amanhã, dia de  **festa e de gala**, irei ao Palácio ao 1/2 dia, e lá me conservarei durante as horas que forem necessárias, fazendo-te companhia.

Não é mister, pois, que nos encontremos hoje. Livra-te dos teus **cacetes**, como eu me livrarei dos meus...

Nada mais por enquanto.

Teu  
Júlio

- \* Jacob Nicolau Ely, primeiro Intendente Municipal de Garibaldi.
- \*\* Sub-Chefe de Polícia da região nordeste do Estado.

4235

Porto Alegre, 19 de novembro de 1900.

Meu prezado Medeiros, a abundante satisfação com que te envio um abraço no dia do teu ani-

191

versário não exprime somente o puríssimo afeto do amigo pessoal, dedicado e certo; corresponde também à admiração fervorosa do confrade político, que contempla jubilosamente em ti o modelo perfeito da aptidão governativa e do devotamento social aprimorado.

Entre os legionários numerosos e ardentes da prédica e da construção republicanas, nenhum se te equipara — segundo creio — no tocante à orientação orgânica e à irrepreensível fidelidade de obreiro e aplicador das excepcionais instituições rio-grandenses, cujo fecundo funcionamento está afortunadamente confiado à tua sabedoria e à tua integridade moral.

Neste dia, que é de regozijo para todos os que vêm encaminhada e provida pelo teu Governo a felicidade do nosso amado Rio Grande, me é gratíssimo tributar-te esta singela homenagem, tão justa quanto sincera.

Peço permissão para te oferecer a humilde lembrança que ora te envio.

Sempre e sempre

Teu

Júlio de Castilhos

4236

21-11-1900

Medeiros, a tua carta de ontem em respostas as minhas apoucadas linhas referentes ao teu aniversário é mais um atestado comovente da tua nobre modéstia e do teu inextinguível valor moral. Obrigadíssimo pelas tuas palavras de amigo devotado.

Para que não perturbes o teu horário, aviso-te que irei conversar contigo uma destas manhãs próximas (talvez na sexta-feira) pretendo acordar-te às 6 horas... Prevenir-te-ei na véspera, à noite. Peço-te, pois, que não tomes o incômodo de vir à nossa casa, onde os visitantes diários não nos permitirão uma palestra na intimidade. Na tua chácara conversaremos mais livremente.

Envio-te uma carta do Maia recebida hoje, bem como os dois últimos números do CRUZ ALTA. Julgo indubitável a grande derrota do Zé Gabriel\*, de quem não tardará, talvez, uma nova **circu-**  
**lar** de abstenção...

A propósito: está ainda em teu poder, segundo penso, uma carta em que o Maia dirigiu uma consulta urgente sobre a incompatibilidade (consignada na lei orgânica municipal) quanto à eleição de funcionários **civis** para conselheiros. Peço que ma devolvas, enviando a tua opinião, se for possível. Recado do

Teu

Júlio

\* José Gabriel da Silva Lima.

4237

27-11-1900

Medeiros, ciente dos teus dois cartões de ontem.

Penso que não deves deixar de enviar ao Ildefonso\* a advertência quanto ao aspecto militar que deu à reorganização do corpo aduaneiro. Urge evitar a exploração e intrigas dos inimigos do Convênio junto ao mansueto Murtinho...

Causou-me pasmo a solicitação do Pinto\*\* em torno da promotoria. Que insaciável! Não julgo próprio ou louvável, no ponto de vista **moral**, o exercício cumulativo desse cargo com o da função de diretor da FEDERAÇÃO, além de que não me parece normal um deputado federal **alojar-se** no emprego de promotor público...

Não tenho à mão a cerebrina lei pessoal de janeiro de 1892 (a do Ruy contra o Lucena) sobre incompatibilidades entre cargos federais e estaduais, para verificar se estas abrangem a espécie vertente. Feitas estas ponderações, resolverás sobre o caso, parecendo-me conveniente atendê-lo (se não se puder invocar uma **oportuna** incompatibilidade) unicamente para que ele não suponha que não merece consideração ou confiança da tua parte.

Quanto ao tal Silvestre Rocha, presumo que seja maragato, o que cumpre ao Fábio informar. Caso negativo poderá ser atendido.

Quinta ou sexta-feira às 6 am, estarei na tua chácara para te ver e conversarmos. Não vale a pena vires à nossa casa, porque os visitantes impedirão a nossa palestra.

Teu  
Júlio

P.S.

Vai um telegrama do Romaguera.

\* Ildefonso Borges da Fontoura.

\*\* Arthur Pinto da Rocha.

4241

6-12-1900

Medeiros, a convite do Montaury\*, fui com ele e Parobé\*\* visitar hoje as obras da Exposição\*\*\*, demorando-me lá muito tempo. Percorri tudo com atenção indagadora. Verifiquei que ainda que se trabalhasse com rapidez **vertiginosa** durante este mês, não poderia ficar concluído o serviço das construções, muito menos o que se refere ao recebimento e instalação dos produtos. O adiamento é, pois, inevitável. Isto posto, reporto-me ao que conversamos segunda-feira última; confirmando as ponderações que te apresentei de viva-voz, estou ainda mais convencido de que não devas retardar o decreto ou resolução pública do adiamento, sob pena de sobrevirem inconvenientes em vários sentidos, que me dispense de mencionar. Parece-me que convém dar publicidade sem demora (amanhã ou sábado) à aludida resolução, a ser comunicada em telegrama-circular. Lembro que será útil adicionar à menção dos motivos do decreto a declaração de que o novo prazo é **improrrogável**. Outrossim, penso que entre estes deva ser incluído o que se refere às reiteradas solicitações recebidas de muitos municípios no sentido do adiamento, convindo excluir o que concerne às **alegações imputáveis** à Junta da Higiene, as quais não seriam abonatórias das condições sanitárias da cidade...

Por fim, o dia definitivo da inauguração deve ser, segundo me parece, o 24 de fevereiro ou 1.º de março. Aquele é bem lembrado por ser aniversário da Constituição Nacional.

Releva-me estas observações que levarás à conta da minha boa intenção de te auxiliar.

Ao regressar à casa, encontrei o teu cartão. Fico ciente.

193



Sábado, às 7 am., estarei em Palácio, às tuas ordens.

Recado do

Teu  
Júlio

\* José Montauray, Intendente de Porto Alegre.

\*\* João José Pereira Parobé.

\*\*\* Alusão à Exposição Estadual de 1901.

4187

Porto Alegre, 7 de maio de 1900

Medeiros, li ontem a 3ª parte (Regimem Florestal) do regulamento projetado.

É um trabalho notável, como todos os que elaboras. Todavia, tenho algumas observações a externar-te, o que farei na primeira palestra que realizarmos.

Envio alguns papéis teus, que aqui estavam.

Não te esqueças do telegrama ao Carlos Barbosa\* neste sentido: "Aguardai carta minha e Júlio". Mostrar-te-ei a que vou escrever.

No primeiro momento disponível escreverei também a destinada ao João Francisco\*\*, a qual te exibirei.

Envia-me a minuta da carta que foi dirigida ao Murtinho\*\*\* sobre o pessoal da alfândega de Porto Alegre, em dezembro, caso a tenhas encontrado entre os teus papéis.

Recado do

Teu  
Júlio

\* Carlos Barbosa Gonçalves, líder republicano de Jaguarão.

\*\* João Francisco Pereira de Souza.

\*\*\* Joaquim Murtinho, Ministro da Fazenda.

4185

26-4-1900

Medeiros, recebi o teu cartão e papéis que enviaste.

O telegrama do Pinheiro revela a desatenção com que são tratados no Rio magnos assuntos administrativos federais, que afetam os interesses e futuro da nossa terra. O tom da linguagem daquele amigo sobre alfândega de Livramento faz crer que esta se instalará por um mero capricho vaidoso do Murtinho\*, sem a devida impugnação vivaz da parte dos nossos representantes. É lamentável o descaso...

O recado do João Francisco\*\* encerra matéria a ser criticada na FEDERAÇÃO em termos convenientes.

Aguardarei a tua presença logo, à noite. E conversaremos sobre diversos assuntos, inclusive o da Cachoeira, visto que o David chegou ontem, segundo li nos jornais.

Até logo.

Teu Júlio

- \* Provável referência a Joaquim Murtinho, Ministro da Fazenda do governo do Presidente Campos Sales.
- \*\* João Francisco Pereira de Souza, prócer republicano de Livramento.